



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Gabriel Fernandes Rocha Guimarães

Ascensão e declínio dos partidos-movimento na América do Sul:

MAS, Pachakutik e Tekojojá

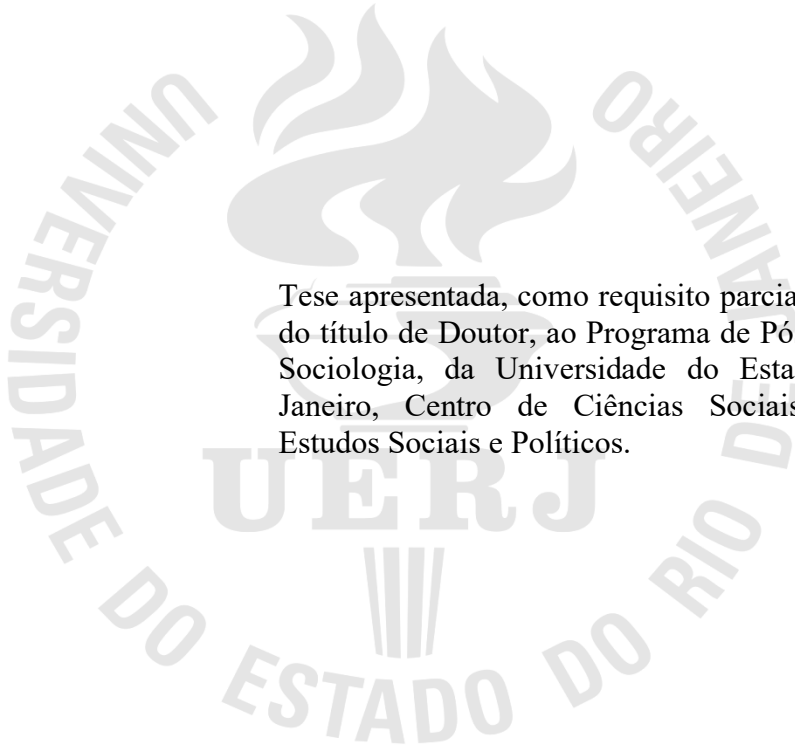
Rio de Janeiro

2018

Gabriel Fernandes Rocha Guimarães

Ascensão e declínio dos partidos-movimento na América do Sul:

MAS, *Pachakutik* e *Tekojojá*



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

Orientador: Prof. Dr. Breno Marqués Bringel

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

G963	<p>Guimarães, Gabriel Fernandes Rocha. Ascensão e declínio dos partidos-movimento na América do Sul: MAS, <i>Pachakutik</i> e <i>Tekojojá</i> / Gabriel Fernandes Rocha Guimarães. – 2018. 284 f.</p> <p>Orientador: Breno Marques Bringel. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais, Instituto de Estudos Sociais e Políticos</p> <p>1. Partidos políticos – América do Sul – Teses. 2. Movimentos sociais – Teses. I. Bringel, Breno Marques. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 329(8)</p>
------	--

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Gabriel Fernandes Rocha Guimarães

**Ascensão e declínio dos partidos-movimento na América do Sul: MAS, *Pachakutik* e
*Tekojojá***

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-
graduação em Sociologia da Universidade do Estado
do Rio de Janeiro

Aprovada em 1 de julho de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Breno Marques Bringel (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. José Maurício Domingues
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Fernando Guarnieri
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Fabrício Pereira Silva
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marco Antonio Perruso
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador, Professor Breno Bringel, pela enorme atenção e paciência ao longo do meu curso de doutorado. Agradeço-lhe em especial pelos fecundos momentos de orientação desta tese.

Agradeço também aos professores do IESP-UERJ com quem tive contato ao longo desses cinco anos e meio, pela ajuda e pela atenção.

Meus agradecimentos aos funcionários do Programa de Doutorado do IESP.

Agradeço a meus amigos pelas horas de discussão e debates, que me ajudaram muitas vezes a clarificar o meu tema de pesquisa, assim como pela bibliografia que me foi passada.

Agradeço a meus familiares pelo apoio e pela confiança que em mim depositaram.

Faço um agradecimento especial ao meu pai, por toda a discussão que teve comigo sobre o tema, vindo a falecer poucos meses depois da defesa da tese.

RESUMO

GUIMARÃES, Gabriel Fernandes Rocha. *Ascensão e declínio dos partidos-movimento na América do Sul: MAS, Pachakutik e Tekojojá*. Orientador: Breno Marques Bringel. 2018. 284f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

O presente trabalho trata do fenômeno dos partidos-movimento, partidos políticos que, a princípio, não apresentam a forma de partido, mas sim de movimento social. Toma-se como estudo de caso três exemplos sulamericanos, o Movimento ao Socialismo (MAS) da Bolívia, o Movimento Unidade Popular Pachakutik (MUPP) do Equador e o Movimento Popular Tekojojá (MPT) do Paraguai. Além de serem plataformas eleitorais oriundas de aglutinações de movimentos sociais e de manifestações de rua, elas se auto denominam movimentos, e não partidos políticos stricto sensu. Eles lembram, em alguma medida, os antigos partidos socialistas da Europa Ocidental, como o Partido Trabalhista Britânico (Labour), no que se refere ao seu estilo organizativo pouco centralizado e fragmentado. É o modelo de organização dos partidos socialistas anteriores ao modelo mais rígido dos partidos leninistas e comunistas. Os partidos-movimento surgem como reação às reformas neoliberais dos anos 1980 e 90, mas também como uma rearticulação das esquerdas frente a queda do chamado socialismo real em 1990. É um tipo de retomada dos primeiros partidos socialistas, porém, com uma diversidade de conteúdos muito maior, trabalhando, inclusive com discursos étnicos e nacionalistas. Entretanto, não rompem definitivamente com o marxismo clássico nem com o tipo de organização partidária dos partidos comunistas clássicos.

Palavras-chave: movimentos sociais; partidos políticos; socialismo; nacionalismo; etnicidade.

ABSTRACT

GUIMARÃES, Gabriel Fernandes Rocha. *Rise and decline of movement parties in South America: MAS, Pachakutik and Tekojojá*. Orientador: Breno Marques Bringel. 2018. 284f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

This work is about the phenomenon of the party-movements, political parties that, at first sight, do not present the structure of a party, but rather of a social movement. It is took as case studies the Movement towards Socialism (MAS), from Bolivia, the Movement Popular Unity Pachakutik (MUPP) from Ecuador, and the Popular Movement Tekojojá (MPT) from Paraguay. Besides being electoral platforms originated from social movement clusters and public demonstrations, they call themselves movements and not parties *stritu sensu*. They resemble, to some extent, the old socialist parties from Western Europe, like the British Labour Party, regarding its fragmented and less centralized organizational style. It is the model of organization of the socialist parties prior to the more rigid model of the Leninist and communist parties. The party-movements arise as a reaction to the neoliberal reforms during the 80's and 90's, but also as the rearticulation of the left in face of the fall of the so called real socialism in 1990. It is a kind of retaking of the first socialist parties, however, with a much wider diversity of content, including ethnic and nationalist discourses. However, they do not break up definitely with classical Marxism, neither with the kind of party organization from classic communist parties.

Keywords: social movements; political parties; socialism; nationalism; ethnicity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC	National Administrative Council
AIEPRA	Associação de Indígenas Evangélicos de Pastaza
AIPSE	Associação Independente do Povo Shuar
AND	Ação Democrática Nacional
ANDE	Administração Nacional de Eletricidade
ANR	Associação Nacional Republicana
APC	Alianza Patriótica para el Cambio
APG	Assembléia dos Povos Guaranís
APS	Aliança Patriótica Socialista
APT	Asunción para Todos
ARENA	Aliança Republicana Nacionalista
ASAGRAPA	Asociación de Agricultores del Alto Paraná
BOCINAB	Bloco de Organizações Camponesas e Indígenas do Norte Amazônico da Bolívia
CDP	Congresso Democrático Popular
CDTAC	Central Departamental de Trabalhadores Assalariados do Campo
CEDEC	Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CESA	Central Equatoriana de Serviços Agrícolas
CGL	Centrale Generale del Lavoro
CGT	Confederação Geral do Trabalho
CIDOB	Confederação Indígena do Oriente Boliviano
CIOC	Coordenadoria Interdepartamental de Organizações Camponesas
CLADEM	Comitê da América Latina para os Direitos da Mulher
CMS	Coordenadoria dos Movimentos Sociais
CN	Coordenadoria Nacional Camponesa
CNLTV	Coordinadora Nacional de Lucha por la Tierra y la Vivienda
CNOCIP	Organizações Camponesas, Indígenas e Populares
CNT	Confederação Nacional de Trabalhadores
COB	Central Obreira Boliviana
COBAÑADOS	Coordinadora de los Bañados de Asunción

COICA	Coordinadora de las organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazônica
COMIBOL	Corporação Mineira da Bolívia
COMINTERN	Congresso da Internacional Comunista
CONAIE	Confederação de Nacionalidades Indígenas Equatorianas
CONAMAQ	Conselho Nacional de Ayllus e Markas dos Qollasuyu
CONAMURI	Coordenadoria Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas
CONAPA	Coordenadoria Nacional de Produtos Agrícolas
CONDEPA	Consciencia de Patria
CONFENAUSSC	Confederação Nacional do Seguro Social Camponês
CONFENIAE	Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana
CONOP-MST	Consejo Nacional de Organizaciones Populares Movimiento sin Techo
CONPLADEIN	Conselho de Planificação e Desenvolvimento dos Povos Indígenas e Negros
COPACO	Companhia Paraguaia de Comunicação
CPA-SPN	Coordinadora de Productores Agrícolas de San Pedro Norte
CPEMB	Central de Povos Étnicos Moxeños do Beni
CPESC	Coordenadoria de Povos Étnicos de Santa Cruz
CPIB	Central de Povos Indígenas do Beni
CPIB	Confederação de Povos Indígenas da Bolívia
CPT	Constitución para Todos
CSCB	Confederação Sindical dos Colonizadores da Bolívia
CSU	União Social-Cristã
CSUTCB	Central Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia
CUT	Central Unitária de Trabalhadores
CUT-A	Central Unitária de Trabalhadores – Autêntica
EGP	Exército Guerrilheiro dos Pobres
EQUARUNARI	Confederación de Pueblos de la Nacionalidad Kichwa del Ecuador
FADI	Frente Amplio de Izquierda
FEDECAP	Federação de desenvolvimento camponês de Pastaza
FEDEPICNE	Federação de Povos Indígenas Camponeses e Negros do Equador
FEI	Federação de Índios Equatorianos
FEINE	Federación Equatoriana de Indígenas Evangélicos
FENOC	Federação Nacional de Organizações Camponesas
FENOC-I	Federación Nacional de Organizaciones Campesinas e Indígenas

FEPOCAN	Federação Provincial de Organizações Camponesas do Napo
FEPP	Fondo Equatoriano Popolorum Progressio
FETRABAN	Federação de Trabalhadores Bancários
FMLN	Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional
FNC	Federação Nacional Campesina
FNLSV	Frente de Luta pela Vida e a Soberania
FNMCB-BS	Federação Nacional de Mulheres Camponesas da Bolívia – Bartolina Sisa
FOIN	Federação de Organizações Indígenas do Napo
Frente Guasú	Partido Frente Ampla
FSLN	Frente Sandinista de Libertação Nacional
FSTMB	Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia
ICSO	Instituto de Ciências Sociais
ID	Izquierda Democratica
IERAC	Instituto Equatoriano de Reforma Agrária e Colonização
ILO	International Labour Organization
ILP	Independent Labour Party
INDERT	Instituto de desarrollo Rural y de la Tierra
IU	Izquierda Unida
LACs	Ligas Cristãs Agrárias
LPP	Lei de Participação Popular
MAS – IPSP	Movimento ao Socialismo - Instrumento Político para a Soberania dos Povos
MAS	Movimento ao Socialismo
MBR-200	Movimento Bolivariano Revolucionário 200
MCNOC	Mesa Coordenadora de Organizações Camponesas
MCP	Movimento Camponês Paraguaio
MEVP	Movimiento Ecologista Verde Paraguay
MITKA	Movimento Índio Tupac Katari
MNC	Movimento Nacional de Cristãos pela Liberação
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MPRPP	Movimiento Popular Revolucionário Paraguay Pyahura
MPT	Movimento Popular Tekojojá
MRIC	Movimento Revolucionário da Esquerda Cristã
MRTK	Movimento Revolucionário Tupac Katari

MST	Movimento Sem Terra
MUPP-NP	Movimento Unidade Popular Pachakutik
NFR	Nueva Fuerza Republicana
NPE	Nova Política Econômica
ONAC	Organização Nacional Camponesa
OPIP	Organização de Povos Indígenas de Pastaza
ORIT	Organização Regional Interamericana de Trabalhadores
OSR	Organização Socialista Revolucionária
PCE	Partido Comunista Equatoriano
PCF	Partido Comunista Francês
PCP	Partido Comunista Paraguai
PCPS	Partido Convergência Popular Socialista
PDC	Partido Democrata Cristão
PEN	Partido Encontro Nacional
PFR	Partido Febrerista Revolucionário
PLRA	Partido Liberal Radical Autêntico
P-MAS	Partido do Movimento ao Socialismo
POF	Partido Operário Francês
POM	Partido Operário Milanês
POR	Partido Obreiro Revolucionário
PPP	Partido Paraguay Pyahura
PPS	Partido País Solidário
PRE	Partido Roldosista Equatoriano
PRF	Partido Revolucionário Febrerista
PRODEPIN	Projeto de Desenvolvimento dos Povos Indígenas e Negros
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PS	Partido Socialista
PSC	Partido Social Cristão
PSI	Partido Socialista Italiano
PSOE	Partido Socialista Espanhol
PT	Partido dos Trabalhadores
SDF	Social Democratic Federation
SFIO	Seção Francesa da Internacional Operária

SP	Assembléia para a Soberania dos Povos
SPD	Partido Socialista Alemão
TCO	Terras Comunitárias de Origem
TUC	Trade Union Congress
UCS	União Cívica Solidariedade
UNACE	União Nacional de Cidadãos Éticos
UNC	União Nacional Camponesa
UNOCARC	Unión de Organizaciones Campesinas e Indígenas de Cotacachi
USPD	Partido Social Democrata Independente

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	ENTRE AS RUAS E O PARLAMENTO: UMA TENTATIVA DE CONCEITUAR OS <i>MOVEMENT/PARTIES</i>.....	33
1.1	As relações entre partidos e movimentos sociais.....	33
1.2	Estrutura interna e oligarquização: Ostrogorski, Weber e Michels.....	46
1.3	Os partidos como instrumento revolucionário: Lenin e Gramsci.....	53
1.4	Os partidos e as organizações de massa na modernidade, suas modificações e a configuração dos partidos socialistas.....	62
1.5	As diversas famílias partidárias, a reconfiguração partidária socialista, e os partidos-movimento, ou partidos-rede.....	75
2	AS ORIGENS DE ALGUNS PARTIDOS SOCIALISTAS, ALGUMAS POSSÍVEIS SIMILARIDADES COM OS PARTIDOS-MOVIMENTO E A TRADIÇÃO REVOLUCIONÁRIA LATINOAMERICANA.....	90
2.1	Caso britânico e o cenário europeu.....	91
2.2.1	<u>Caso britânico</u>.....	90
2.2.2	<u>O cenário francês</u>.....	100
2.2.3	<u>Os partidos socialistas na Itália e além</u>.....	104
2.2	O cenário latino americano.....	110
2.3	As lutas políticas entre os transbordamentos sociais e os partidos marxistas leninistas clássicos: Índios e mineiros na Bolívia.....	114
2.4	Nacionalidades indígenas, campesinato e luta de classes: o partido comunista e o socialista do Equador.....	118
2.5	Partidos comunistas radicalizados e uma relativa calma no campo: o peculiar caso paraguaio.....	1287
3	ENTRE O PARTIDO-MOVIMENTO E A NACIONALIDADE: A CONSTRUÇÃO DO MAS BOLIVIANO.....	131
3.1	Movimentos sociais, etnicismo e nacionalismo na Bolívia.....	131
3.2	Grupos indígenas na política boliviana.....	140
3.3	O movimento Katarista e as bases do indianismo <i>masista</i> na Bolívia.....	142

3.4	Das agências de micro-mobilização à amplificação do enquadramento, o imaginário étnico e campesinato na emergência do formato dos antigos partidos socialistas na Bolívia.....	145
3.5	Movimentos indígenas e luta por uma nova estrutura do estado: Etnonacionalismo e luta de classe na Bolívia contemporânea e a consolidação do partido-movimento MAS após as Guerras do Gás e da Água.....	163
3.6	Pacto da unidade, estado plurinacional boliviano: As modificações da estrutura do partido-movimento MAS antes e depois da vitória de 2005	168
3.7	As raízes MNRistas do partido-movimento MAS e as limitações do modelo autonômico da Constituição Boliviana de 2009.....	1754
4	ENTRE AS EXPLOSÕES SOCIAIS NOS ANDES E O LENINISMO INDIANISTA: O CASO DO PACHAKUTIK NO EQUADOR.....	179
4.1	Indianismo, etnonacionalismo e socialismo no Equador.....	179
4.2	<i>A Ley De Comunas</i>, o estado corporativo, a incorporação dos índios ao estado equatoriano e as reformas agrárias durante os regimes populistas.....	1854
4.3	Espaços associativos, inícios do processo de enquadramento e agências de micromobilização indígena na amazônia e nos andes equatorianos....	1909
4.4	Construindo o enquadramento: A formação da Conaie e as bases do movimento popular Pachakutik do Equador.....	2032
4.5	Movimento unidade popular Pachakutik – Novo País: O braço político das comunidades indígenas e camponesas no Equador.....	2098
4.6	Entre conquistas, fracassos e uma nova constituição: A entrada do Pachakutik na Arena eleitoral e no estado equatoriano.....	2154
4.7	O início do declínio do Pachakutik no Equador: De Gutiérrez a Correa	2254
5	PARAGUAI E O MOVIMIENTO POPULAR TEKOJOJÁ.....	2298
5.1	Campesinismo e socialismo no Paraguai.....	2298
5.2	Língua Guarani, nacionalismo, e identidade nacional no Paraguai.....	23130
5.3	Redemocratização e configuração das lutas sociais paraguaias.....	2365
5.4	Ascensão e fragmentação do Congresso Democrático Popular: Características de um Eesforço malfadado de enquadramento dos movimentos sociais no Paraguai.....	2432

5.5	A rarefeita agência de micromobilização no campo paraguaio: Alguns traços dos movimentos camponeses do Paraguai.....	2509
5.6	Uma nova fragmentação do enquadramento, e o surgimento do movimento/partido popular <i>Tekojojá</i> em um cenário de crise do Coloradismo.....	2543
5.7	A perda de sinergia das ruas e reestruturação eleitoral: A inserção do <i>Tekojojá</i> na Frente Guasú em um Paraguai pós-lugo.....	2632
	CONCLUSÃO.....	2687
	REFERÊNCIAS	2798

INTRODUÇÃO

Na história política mais recente da América Latina, em especial a partir do fim da Guerra Fria, em inícios da década de 1990, é possível perceber uma reconfiguração significativa do sistema político e representativo das suas novas democracias. O fim dos regimes autoritários que governaram um bom número de países da região, até o fim da década de 1980, permitiu o retorno, por vias institucionais, das organizações, movimentos e partidos que podem ser considerados como pertencentes ao campo da esquerda¹. O delineamento dos novos sistemas democráticos foi acompanhado pela necessidade de forjar instituições capazes de processar, de forma não disruptiva, toda a complexidade e diversidade das sociedades latinoamericanas (ANASTASIA; MELO; SANTOS, 2004).

Contribuíram para a conformação dos novos sistemas partidários, o fim da Guerra Fria e o desmembramento e desmantelamento da União Soviética, assim como a crise que se abateu sobre os partidos de tipo leninista clássico². Ademais, a estruturação de muitos partidos em estilos “estadocêntricos” e “gerenciais”³, ou seja, focados na administração do estado de forma gerencial, distanciando-se de grandes questões, e até mesmo do corpo social, também favoreceu a reestruturação dos sistemas partidários e do cenário sócio-político latino-americano. Isso implicou no fato de que novos partidos de esquerda, de fora dos modelos tradicionais de partido comunista – e de partidos que se organizam como partidos do tipo de quadro -, passaram a ter presença importante na composição dos novos sistemas partidários.

É importante ressaltar que, apesar da tentativa de criar instituições que gerassem estabilidade na inclusão de demandas oriundas de sociedades altamente complexas e heterogêneas, os partidos, tradicionais ou não, muitas vezes deixaram de ser determinantes para definir quem ocuparia a presidência, em vários países, uma vez que organizações gestadas de fora do sistema conseguiram lutar por essa presidência, com chances de vencer (ANASTASIA; MELO; SANTOS, 2004).

Desta forma, um conjunto de novos partidos e de movimentos sociais com diferentes repertórios de ação emergiu no cenário político latinoamericano, como o Partido dos

¹ Embora todas essas organizações já tivessem a gestação das suas formas embrionárias em curso desde bem antes do fim dos regimes autoritários.

² As características desse tipo de partido serão analisadas adiante neste trabalho. Não se quer dizer, aqui, que o modelo leninista simplesmente desapareceu e deixou de ser um parâmetro para os novos partidos e movimentos sociais, mas apenas que ele não era mais um estilo organizativo quase inquestionável e inevitável.

³ Partidos voltados para o fortalecimento do estado ou como partidos pós-reforma do estado nos anos 1980/90, respectivamente.

Trabalhadores (PT), no Brasil, a Frente Ampla, no Uruguai, que já se organizava desde a década de 1970, o Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), surgido dentro do exército venezuelano nos anos 1980, a guerrilha zapatista no México meridional, assim como um grande número de movimentos de caráter trabalhista, de gênero e etnoracial. Embora muitos desses movimentos já existissem antes de 1990, ganharam mais proeminência a partir dessa década. Muitos desses movimentos já existiam antes de 1990, mas ganharam mais proeminência a partir dessa década.

Assim, o cenário político latino americano (e, mesmo, para além da América Latina) foi preenchido por uma série de movimentos e partidos políticos de esquerda que, em maior ou menor medida, tentavam se renovar frente à estagnação percebida nos partidos comunistas e socialistas mais conhecidos. A tentativa de renovação, frente a uma suposta ossificação do sistema soviético, vem de antes, e a chamada “nova esquerda”, a partir dos anos 1960 e 1970, já incluía os mais diversos temas no seu repertório de demandas, que lhe colocavam vários pontos de divergência frente ao modelo de Moscou (KATSIAFICAS, 1986). Desde a adoção das lutas camponesas pela via maoísta, a formação de alguns partidos verdes na Europa, o fortalecimento das narrativas de gênero e etnoraciais, o que se pôde notar foi uma concentração de lutas que, de certa forma, divergiam dos programas nacionais e internacionais do Kremlin⁴. Em particular, um tipo de luta social que começava a se delinear, nesse período, e que teria enorme impacto na esquerda latinoamericana do pós-guerra fria, foi a de caráter étnico e racial.

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por embates, como as lutas por independência na África⁵, pelos movimentos por direitos civis dos afroamericanos no sul dos EUA, e também pelas lutas dos povos ameríndios do continente americano. Em relação a esses últimos, em muitos países do continente americano os grupos indígenas passaram a se

⁴ A União Soviética dos anos 1960 e 1970, a partir do governo Brezhnev, recupera a linha stalinista, não aceitando nenhum tipo de abertura econômica e mantendo a economia totalmente nas mãos do estado. Ela também apoiava movimentos nacionalistas terceiro mundistas que considerava como possíveis aliados, de forma que os partidos e movimentos que ajudava a sustentar em todo o mundo não estavam, necessariamente, subsumidos apenas nas lutas de classe. Ainda assim, o poder dos altos dirigentes e burocratas do Partido Comunista russo, a perda de sinergia vinda desde as lutas de 1917 em diante, a recusa de suas elites políticas em discutir temas como meio ambiente e gênero, fizeram com que muitos movimentos e partidos do ocidente depositassem pouca expectativa no sistema coordenado por Moscou. De toda maneira, um enorme número de partidos comunistas do ocidente se manteria leal ao Kremlin até 1990.

⁵ Aqui havia uma espécie de amálgama com o marxismo-leninismo clássico já que vários partidos que conduziram o processo de independência no continente africano se estruturavam dentro do marxismo leninismo. Ainda assim, de toda forma, havia divisões dentro do pan-africanismo no sentido de que alguns, como Amílcar Cabral, na Guiné Bissau, se inspiravam nas lutas de classe, enquanto Julius Nyerere da Tanzânia enfatizava mais as organizações tradicionais dos grupos étnicos de seu país no embate contra o imperialismo. Esse tipo de debate já existia entre Marx e os populistas russos, principalmente Vera Zasulich. É um tipo de debate que também ecoaria na América Latina, em especial nos países com grande contingente de população indígena nas zonas rurais.

politizar com mais intensidade, desde o Canadá até a Argentina, passando por toda a América. A etnogênese indígena não surge nesse período, mas a partir daí ganhou uma grande impulsão. No Canadá e nos EUA, organizações indígenas passaram a questionar a narrativa nacional e a memória histórica de seus países, afirmando que a existência de seus povos sempre fora historicamente negligenciada (ERIKSEN, 2010). Em 1981, o franco-canadense de origem indígena Max Gros-Louis escreveu *Le Premier des Hurons*, uma obra que estimava a história dos povos autóctones do Canadá pré-colonial (principalmente os Hurons e Iroqueses)⁶ (ERIKSEN, 2010). O pan-indianismo canadense parece ser uma “pequena” amostra de um fenômeno que estava em curso no chamado novo mundo, que apresentaria vários pontos de convergência com a “nova esquerda”, e que teria impactos muito significativos em alguns países do continente.

Em alguns países com uma considerável população indígena, esse tema veio à tona e foi posto no centro dos debates políticos nacionais. Em países como Bolívia, Equador, Guatemala (e Peru e México em menor medida), movimentos indígenas e pan-indianistas passaram a contestar o formato do estado nacional, assim como sua estrutura econômico-produtiva, afirmando que se tratava da remanescência do estado colonial, que não os “incorporava, de fato. Essa discussão já era proposta décadas antes, em níveis intelectuais mais elaborados, por vários autores. O boliviano Franz Tamayo, em *Creación de la Pedagogía nacional*, de 1910, defendia que o elemento indígena seria, mais cedo ou mais tarde, parte constituinte da identidade nacional dos bolivianos. No campo marxista, o peruano José Mariátegui estabeleceu um debate que tratava da relação entre a vida comunal indígena andina, a luta contra o imperialismo e a superação do sistema capitalista. Esse autor é de particular importância para esta discussão.

Mariátegui, recuperando o tema do diálogo entre Marx e os populistas russos⁷ durante o século XIX, pensou em que medida, e de que forma, os ayllus, as comunas rurais indígenas dos Andes, poderiam ser parte dos esforços populares anticapitalistas e antiimperialistas. Para o autor peruano, o *ayllu* (assim como o Mir russo), por não conhecer a propriedade privada,

⁶ Apesar de terem sido inimigos mortais o pan-indianismo de Gros-Louis tendia a amenizar essa rivalidade enfatizando as características positivas dos dois grupos.

⁷ Os populistas russos eram um grupo de intelectuais e ativistas, que durante boa parte do século XIX, acreditava que o czarismo poderia ser substituído por uma confederação de comunas rurais autônomas. A introdução do marxismo na Rússia por Georgi Plekhanov, junto à elaboração mais consolidada do partido revolucionário por Vladimir Lenin foi, gradualmente, retirando o populismo russo de cena por um tempo (Ulam, 1967). Ainda houve intensos debates entre marxistas e populistas. Lenin debateu muito com os populistas e o próprio Marx trocou idéias acerca do tema com Vera Zasulich. Neste debate, Marx concordou que a comuna camponesa russa (Mir) poderia ser útil na superação do sistema capitalista já que ela não conhecia a propriedade privada, embora todo o seu sistema de valores tradicionais devesse ser superado por uma sociedade urbana e industrializada.

constituía uma territorialidade social propícia às lutas revolucionárias contrárias ao sistema capitalista.

A discussão proposta por Mariátegui na primeira metade do século XX mostrou-se bastante atualizada na América Latina, posteriormente à sua morte, em 1930, e, mesmo, no pós Guerra Fria. As lutas sociais contrárias a todo um programa de reformas neoliberais empreendidas na América Latina, a partir dos anos 1980, ilustram a discussão do autor peruano. A convergência entre indianismo, campesinismo, marxismo e antineoliberalismo mostrou-se presente em alguns países sulamericanos de forma muito proeminente. Em alguns casos, essas vertentes convergiram em uma aglutinação de movimentos, sindicatos e organizações de vários tipos, que criaram plataformas eleitorais chamadas na literatura de partidos movimento (BRINGEL, 2014). Seriam partidos que se direcionam rumo à arena eleitoral ainda dentro do formato de movimentos sociais, e dependendo bastante das mobilizações de rua para criar certo tipo de coesão e identificação entre seus ativistas. No conjunto de mobilizações, movimentos sociais e partidos políticos que surgiam no continente, nesse período, dentro do escopo das lutas sociais na Bolívia, no Equador e no Paraguai surgiram partidos que se consideravam mais movimentos que partidos políticos.

O advento dos partidos-movimento está ancorado em um processo amplo, que vai, inclusive, para além do fenômeno mais restrito da etnicidade. O surgimento dos partidos-movimento ocorre, em alguns países sulamericanos, dentro de um contexto de fortalecimento das lutas sociais e dos partidos e movimentos sociais de esquerda, que ganharam mais espaço com o processo de redemocratização conduzido em praticamente todo o continente a partir da década de 80 do século XX. O período que se delineia a partir dessa época, até a segunda década do século XXI, marca o ciclo das esquerdas latinoamericanas na pós-redemocratização. Alguns partidos, como o Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, ou a Frente Ampla uruguaia, já se consolidavam enquanto partidos ainda nos anos 1980. Em 1989, o PT alcançava o segundo lugar nas eleições presidenciais, além de conquistar vários poderes executivos municipais. Durante a década de 1990, a esses partidos já articulados somavam-se novas mobilizações, com organizações e movimentos sociais oriundos da vida político/suprapartidária vindo à tona. Alguns movimentos surgiram na década de 1990, enquanto outros já se esboçavam anteriormente, ganhando mais espaço na última década do século XX. O MBR-200 (Movimento Bolivariano Revolucionário-200) na Venezuela, embora tenha surgido nos anos 1980, ganhou maior destaque na cena política de seu país na década seguinte, chegando à presidência, com Hugo Chavez, em 1998. Em 1994, uma insurreição armada na região de Chiapas, no sul do México, conduzida pelo Exército Zapatista de

Libertação Nacional e seu líder Subcomandante Marcos, foi capaz de criar uma verdadeira zona autônoma em relação ao estado mexicano, que dura até os dias atuais. O objetivo dos zapatistas do pós-guerra fria era criar uma territorialidade alternativa ao modelo capitalista neo-liberal, muito presente na América Latina naquele momento.

Um ponto interessante acerca do fenômeno do Zapatismo é que ele é um sinal, uma espécie de ápice de um conjunto de lutas sociais que envolvia redes de movimentos sociais transnacionais articulados em um enorme número de países (KHASNABISH, 2008). Alex Khasnabish (2008) usa o termo “zapatismo para além das fronteiras” para definir como as comunidades zapatistas em Chiapas seriam o centro de uma complexa rede de ONGs, movimentos sociais e organizações de todo tipo que lutam por um modelo econômico e social fora do eixo do capitalismo neoliberal. Essas organizações envolvem todo tipo de atividade, como lutas por direitos das populações pré-colombianas da América, luta por formas alternativas de produção alimentar e agrícola, grupos ligados a produções cinematográficas alternativas, lutas por direitos de minorias de todos os tipos, entre várias outras formas de defesa de um mundo alternativo e pós-neoliberal.

Junto à chamada “globalização alternativa”, ou alterglobalização, elementos marcadamente locais também entraram em cena, e não foi diferente em relação ao zapatismo, uma vez que boa parte de seu exército revolucionário era composto por indivíduos de origem indígena, próximos à cultura Maya, presente naquela região do México e na vizinha Guatemala. Na problemática indígena, converge o que estaria totalmente arraigado no local com projetos eminentemente internacionalistas, ou globais. No caso zapatista, haveria uma convergência entre as comunidades indígenas tradicionais e a tentativa de se criar territorialidades sociais alternativas. Territorialidades alternativas que, por sinal, estavam muito presentes em várias áreas da esquerda latinoamericana, como na tentativa de se constituir espaços deliberativos fora das insituições legislativas tradicionais, como o Orçamento Participativo, no Brasil, assim como vários conselhos deliberativos, os círculos bolivarianos na Venezuela, as comunas indígenas no mundo andino, entre outras experiências.

Uma importante experiência, nesse sentido, foi o surgimento do Forum Social Mundial, organizado pela primeira vez em 2001, na cidade de Porto Alegre. Tratou-se de uma alternativa ao Forum Econômico Mundial, estabelecido em Davos, Suíça. O Forum Social Mundial constituía um espaço deliberativo fora das arenas políticas formais, tendo a participação, principalmente, de pessoas e organizações da América Latina e da Europa, configurando um espaço de formação de redes de solidariedade transnacionais entre o chamado “primeiro” e o “terceiro” mundo. Ele se inspirou nos forums sociais regionais da

Europa (TARROW, 2005) e teve como objetivo reproduzi-los em uma escala globalizada, tornando-se um equivalente, de mais peso, das comunidades zapatistas, sem se voltar para a luta armada como no caso zapatista. Posteriormente, o Forum seria organizado em várias ocasiões, a maioria em Porto Alegre, embora tenha tido lugar, também, em Mumbai, Índia, e Nairóbi, Quênia.

Toda a gama de contestações e lutas sociais que convergiam no Forum Social Mundial fazia parte de um ciclo político que teve, na América Latina, um de seus principais palcos. O continente foi visto como um grande universo de novas possibilidades no terreno da esquerda⁸. Além de Hugo Chavez, na Venezuela em 1998, vários outros partidos políticos da esquerda assumiram o poder executivo nacional em seus respectivos países. Em 2002, Luiz Inácio “Lula” da Silva, do PT, venceu as eleições no Brasil. O MAS boliviano vence as eleições presidenciais da Bolívia em 2005, com Evo Morales chegando à presidência, assim como Tabaré Vasquez no Uruguai, pela Frente Ampla. Em 2008, o Aliança País, de Rafael Correa, vence as eleições no Equador, assim como Fernando Lugo, no Paraguai. No ano de 2009, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) conseguiu eleger Mauricio Funes para a presidência de El Salvador, colocando fim a 18 anos de hegemonia da Aliança Republicana Nacionalista (ARENA). Por fim, em 2011, Daniel Ortega, da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), foi reeleito na Nicarágua, depois de já ter vencido as eleições de 2006 naquele país. Todas essas vitórias configuram a face mais eminentemente política da enorme gama de lutas sociais, movimentos e organizações que apareceram no continente latinoamericano durante os processos de redemocratização e posteriormente a eles. Representam, também, o ponto máximo do chamado ciclo das esquerdas latino americanas da pós-redemocratização.

O Forum Social Mundial, como uma rede entrelaçada de movimentos sociais que, em muitos casos, apoiavam esses partidos, era a expressão mais eminentemente social desse processo⁹. O Forum, ao ser um dos principais pontos de convergência dessa complexa rede, representa o desejo de uma nova construção socioterritorial (BRINGEL; FALERO, 2008). Isto no sentido de que é resultado da articulação de uma série de atores sociais, que vão, para além das fronteiras nacionais, tentando criar novas subjetividades coletivas, em alguma medida desvinculada do território nacional e mais conectadas a esferas de interação

⁸ Não que outras regiões também não pudessem ser, mas a América Latina era vista com um tom especial, em função do enorme número de partidos e movimentos sociais de esquerda que nela surgiam, apresentando muitas novidades em relação a uma esquerda européia um pouco mais estagnada.

⁹ No sentido de que ele não constituía um partido político, ligado diretamente à esfera eleitoral da luta pelo poder.

transnacionais (BRINGEL; FALERO, 2008). A maior presença dos eventos do Forum na América Latina mostra como essa região se tornou o campo de ação mais visado por todo tipo de organização que queria confrontar a hegemonia neoliberal que havia dominado o continente. Muitos dos movimentos atuantes na região têm essas características, de apresentar uma proposta que vai para além dos estados-nação. Um deles seria o MST brasileiro, que, ligado à Via Campesina (BRINGEL; FALERO, 2008), uma organização internacional, tenta criar, nas zonas rurais, espaços de interação fora do eixo do que é conhecido por “agronegócio”, ou agricultura com fins comerciais. Os assentamentos do MST seriam espaços de construção de novas subjetividades, de novas expectativas compartilhadas com um viés mais coletivista e em sintonia com movimentos camponeses fora do Brasil.

Isso faz parte, também, do que Breno Bringel e Alfredo Falero (2008) chamaram de “intercâmbios políticos de baixo”, que passam fora da esfera partidista e estadocêntrica, embora o diálogo com partidos políticos não seja inexistente. Guardadas todas as diferenças, o cenário que se delineou na América Latina nesse período lembra um pouco aquele esboçado na Europa oitocentista, em um contexto onde, em um quadro de intensas lutas sociais, um grande número de movimentos operários, camponeses e de intelectuais dialogavam e se articulavam, formando partidos políticos em nível nacional e espaços deliberativos fora da órbita estatal. A primeira e a segunda Internacional (Associação Internacional dos Trabalhadores e Internacional Operária e Socialista, respectivamente) podem ser interpretadas através dessa ótica. Em especial, a primeira, na qual havia intensas disputas sobre qual via alternativa ao sistema capitalista seguir, destacando-se aí o conflito entre Karl Marx e seus seguidores de um lado e Mikhail Bakunin e os anarquistas de outro.

O velho continente era o palco de intensos debates de várias propostas acerca de como superar o sistema capitalista e aquilo que era considerado a filosofia do “cada homem por si”, oriunda da doutrina liberal. Durante o século XIX europeu, o marxismo era apenas uma entre várias propostas socialistas, tendo o socialismo utópico um significativo impacto. Alicerçado pelas idéias de autores como Robert Owen e François Fourier, o socialismo utópico não acreditava no fim do capitalismo a partir de uma dinâmica em que forças contraditórias se confrontam gerando algo novo, através de distintas etapas históricas, como defendia Marx. A sociedade coletivista viria da vontade espontânea de homens e mulheres em constituir territorialidades sociais alternativas à sociedade convencional. Nessas zonas autônomas, a utilização das artes cênicas e todo tipo de forma a quebrar a configuração social convencional era posta em prática. A comunidade de New Harmony, fundada nos EUA por Robert Owen, é

um exemplo dessas zonas alternativas. A *Brooks Farm*, criada em Massachussets e influenciada pelas idéias de Fourier, foi outra.

A proposta anarquista, tendo como proeminentes nomes Mikhail Bakunin e Pierre-Joseph Proudhon, aproximava-se bastante do socialismo utópico, no sentido de que também propunha a criação de espaços de socialização alternativos fundamentados no cooperativismo. A diferença é que os anarquistas eram mais abertos à via revolucionária violenta, em especial Bakunin, utilizando-se de métodos considerados terroristas para tentar atingir seus objetivos. O anarquismo teve muita influência em vários movimentos sindicais, como os sindicatos rurais na Espanha e na Itália, assim como entre os fabricantes de relógios na Suíça. O amálgama entre essas idéias e os movimentos sindicais geraria o anarco-sindicalismo, muito influente em algumas esquerdas européias, sobretudo a espanhola. Na Rússia, o anarquismo e o socialismo utópico (em especial aquele de Fourier) dominaram os círculos revolucionários até a introdução do marxismo por Georgi Plekhanov e sua articulação mais explicitamente política feita por Lenin a partir de fins do século XIX (ULAM, 1965).

Todas essas vertentes, em maior ou menor medida, influenciaram tanto na política não estadocêntrica, e suas experiências locais e forums internacionais, quanto naquela mais voltada para o estado, ou seja, os partidos políticos. Assim como os partidos e organizações que compunham a I Internacional, os partidos políticos de inspiração socialista em formação também absorviam, em suas fileiras, essas divisões que permeavam as querelas entre tendências mais reformistas e tendências mais revolucionárias. A Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO), da França, constituída sob grande influência da I Internacional, se forma sob o conflito entre Jean Jaurés, mais voltado para os setores rurais e reformistas e Jules Guesde, de inspiração explicitamente marxista. O Partido Trabalhista Britânico (*Labour*) também se via em um amálgama entre sindicalismo, cooperativismo e as sociedades socialistas, principalmente a Sociedade Fabiana, criada na Inglaterra no ano de 1883. O que se tornaria o Partido Socialista Alemão (SPD) também se encontrava sob a divisão entre Ferdinand Lassalle¹⁰, mais favorável a uma maior cooperação com o estado, por um lado, e August Bebel e Karl Liebknecht, mais próximos do marxismo, por outro. Na Rússia, onde os movimentos operários eram bem menos desenvolvidos que na Europa ocidental, os círculos revolucionários se dividiam entre os populistas narodniks, que defendiam uma confederação russa de comunas camponesas autônomas e os grupos que

¹⁰ Lassalle foi próximo de Marx por um tempo, mas depois acusou suas táticas de autoritárias, em especial no que se refere à organização partidária (levando em conta que a própria Internacional poderia ser um partido, ou proto-partido) e também rejeitou o que considerava a “guerra de classe”, propondo uma maior cooperação com o Estado.

viriam formar o Partido Social Democrata (o futuro partido comunista), de Vladimir Ilitich Lenin, de orientação marxista. As divisões dentro das Internacionais e dos partidos de esquerda nascentes, assim como o enorme e heterogêneo conjunto de organizações provenientes das lutas e embates sociais mostram que, nesse momento, o marxismo clássico não era a única via contra a ordem liberal, comum na Europa do século XIX e inícios do XX.

Com o fim da União Soviética, em 1990, uma era marcada por certo exclusivismo do marxismo ortodoxo no campo das esquerdas teve seu fim. A grande panóplia de organizações socialistas, entre as quais o marxismo era apenas uma proposta entre várias, que marcou a Europa de pré-1917, retornou, de certa forma, no continente latinoamericano após a queda do Muro de Berlim, e foi um dos principais alicerces do chamado Ciclo das esquerdas na América Latina. Tornando-se algo próximo de equivalentes das Internacionais (primeira e segunda, no caso), organizações como Forum Social Mundial representaram as aglutinações mais transnacionais de movimentos sociais, no combate à proeminência das reformas neoliberais na região, assim como a luta contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o Tratado de Livre Comércio e a Aliança Social Continental, e a luta por justiça global (BRINGEL; FALERO, 2008). Para além do Forum e das organizações transnacionais, existiam as diversas experiências nacionais, fossem elas partidos ou movimentos, que, também, eram marcadas pela heterogeneidade das ideologias consideradas como de esquerda, conciliando o marxismo clássico com uma série de lutas sociais de âmbito nacional e local. Muitas vezes, o que ocorre em escala mais regional ou nacional passa pelo plano das etnias, o que não quer dizer que essa questão passe ao largo de temas mais transnacionais, sendo o tema étnico bastante debatido em esferas deliberativas alternativas, como o Forum Social Mundial.

O fato de, após 2012, o Forum Social Mundial não ter organizado mais eventos, pode ser visto como um sinal do fim, ou pelo menos da primeira grande crise do ciclo das esquerdas. Não que partidos de esquerda não tenham vencido eleições nacionais após 2012, como mostram as vitórias de Dilma Rousseff, no Brasil, em 2014, de Evo Morales na Bolívia em 2015, e de Lenin Moreno (do Aliança País) no Equador, em 2017. Entretanto, é a partir dessa data que a oposição política que se fazia à esquerda começa a ganhar mais força¹¹, em especial em países como Brasil, Argentina e Venezuela.

Todavia, algo que marca profundamente esse ciclo é a ascensão de movimentos sociais que conseguem competir na arena eleitoral, porém sem ganhar a forma mais explícita de

¹¹ Seja através de vitórias eleitorais, seja através de manifestações de rua.

partido político, ou pelo menos, negando-se a considerar-se um partido político. Esses movimentos (ou partidos) não aceitam ser chamados de partidos, colocando-se antes como movimentos sociais, e afirmando que a forma mais típica dos partidos políticos estaria ligada a oligarquias e elites excludentes.

É sobre o fenômeno dos partidos-movimento que trata este trabalho, tomando como estudo de caso três exemplos sulamericanos, o Movimento ao Socialismo (MAS) da Bolívia, o Movimento Unidade Popular Pachakutik – Novo País (MUPP-NP) do Equador e o Movimento Popular Tekojojá (MPT) do Paraguai. Além de serem plataformas eleitorais oriundas de aglutinações de movimentos sociais e de manifestações de rua, elas se autodenominam movimentos, e não partidos políticos *stritu senso*. Não são os únicos casos de partidos políticos formados, e que se recusam ser chamados de “partidos”. Na Europa, o PODEMOS da Espanha também se encaixa nesse modelo, tentando reestruturar valores e demandas da esquerda que, aparentemente, não eram tão bem defendidos por um supostamente ossificado e estagnado Partido Socialista Espanhol (PSOE).

Os casos estudados foram escolhidos por serem três exemplos de partidos que não se consideram partidos, e sim movimentos sociais, mostrando isso até na nomeação de suas siglas partidárias. Todos os três se colocam como movimentos e como entes externos aos sistemas partidários de seus respectivos países, que eles consideram apenas como um palco de representação de elites e oligarquias que não incorporam as demandas e necessidades dos setores populares. Também têm o traço em comum de serem originários de movimentos camponeses. Ainda que incorporem outros tipos de movimento no decorrer de seu desenvolvimento, como sindicatos urbanos e mesmo setores da classe média urbana, eles têm no mundo rural os seus núcleos originais, assim como suas relações de solidariedade mais próximas, seus laços mais fortes. Os três casos, ainda que não sejam exclusivamente rurais, se apresentam como os movimentos partidários mais camponeses que competiram na arena eleitoral durante o ciclo das esquerdas latinoamericanas. Os três casos aparentam serem os que mais imbricam a esfera do social com a esfera política na formação de plataformas eleitorais, sendo, talvez, a maior expressão daquilo que René Rémond identificou na Europa oitocentista, na altura do surgimento dos primeiros partidos socialistas, onde a política partidária e os conflitos sociais se interpenetraram, de forma a dificultar a identificação de um sem o outro (RÉMOND, 1974).

Esse tipo de interpenetração está no cerne da análise da relação entre partidos e movimentos e como os segundos podem se transformar nos primeiros. A política partidária se conecta mais intimamente com setores da sociedade civil em momentos de grande

conturbação social. Todavia, mesmo em conjunturas menos conturbadas, há sempre alguma relação entre movimentos sociais e partidos políticos, pelo menos alguns tipos de partidos. Muitas vezes, um movimento acaba por se tornar as bases militantes de um partido político. Nesse sentido, vale a pena recuperar o campo de estudos da Sociologia Política.

A relação entre sociedade civil e partidos políticos se dá de forma relativamente regular. Os partidos, muitas vezes, são forçados a atender demandas de movimentos sociais, outras vezes, têm os movimentos como sua própria base de organização. Movimentos sociais podem se transformar em partidos políticos, ou exercer pressão sobre eles de forma a modificar sua agenda. Dependendo do caso, partidos políticos podem alterar sua agenda (por razões de governabilidade) em função de pressão de movimentos sociais com quem compartilham poucas convergências ideológicas. Em suma, a relação entre partidos políticos e movimentos sociais pode ocorrer nas mais variadas formas, uma vez que um influencia o outro no que se refere à participação político-partidária.

Entretanto, essa relação, sobretudo no que diz respeito à participação política, não é muito explorada. Em geral, existe um olhar mais partidista estadocêntrico e um olhar mais movimentalista, em que o primeiro aborda as relações entre partidos dentro das instituições estatais, e o outro visa os movimentos sociais em esferas extra institucionais. Ainda assim, o campo da Sociologia Política tende a aproximar esses dois modelos interpretativos, pois analisa como as mudanças na esfera mais social podem adentrar o estado e mesmo modificá-lo.

De acordo com Franz Nique (2016), os estudos acerca da participação dentro de partidos políticos (militância) desenvolveram-se em dois campos compartimentados e, de certa maneira, estanques. Um desses campos estaria mais próximo do que ele chama de *mainstream political science*, de inspiração anglo-saxônica. O outro estaria na área da *Sociologie Politique*, de inspiração francesa. No primeiro campo haveria uma tendência a análises de tipo quantitativo e de médio ou grande alcance, com *surveys* de grande envergadura endereçados a amostras de aderentes. No segundo, estariam análises qualitativas e de alcance mais curto, em geral com a aplicação de questionários a uma população circunscrita (aderentes de um único partido, ou de uma federação de militantes) (NIQUE, 2016). A perspectiva analítica da *political science* é, em geral, funcionalista, enquanto que a da *sociologie politique*, interacionista. A escala de análise é comparativa, em nível nacional e entre sistemas partidários (*political science*) e localizada/comparativa a nível nacional (*sociologie politique*).

Franz Nique também afirma que, na era do que ele chama de partido-cartel¹², existe uma diluição na intensidade dos aderentes e militantes partidários, e um possível fim do militantismo, embora, com relação ao último, novas formas, bem como de ativismo, comecem a surgir. As principais hipóteses da *mainstream political science* para esse enfraquecimento militante seria a marginalização dos aderentes e dos militantes, a erosão do enraizamento social dos partidos e do *political linkage*. Já a *Sociologie Politique* credita a suposta cartelização aos processos que se dão no continuum entre práticas políticas institucionais e extrainstitucionais, nas imbricações que se dão entre o jogo social e o jogo político¹³. As novas modalidades militantes seriam a dos militantes distanciados, ou cibermilitantes, para a *political science*, e os militantes intermitentes, para a *sociologie politique*. A dimensão explicativa seria sistêmica/macrosocial, ou mesosocial e busca por regularidades generalizáveis para o campo de inspiração anglosaxônica. Para aqueles de inspiração francesa seria meso e microsocia, com explicações processuais de práticas militantes, construção de identidades, trajetórias e multiposicionalidade.

Este trabalho aproxima-se mais do campo da *Sociologie Politique* para a análise dos partidos-movimento, enfatizando a construção de identidade, a sociabilidade e os processos sociais em perspectiva diacrônica para tentar explicar o fenômeno do partido-movimento. Pretende-se analisar o *continuum* entre as práticas institucionais e extrainstitucionais, assim como as imbricações entre o jogo social e o jogo político, mas tendo como eixo analítico a relação entre partidos e movimentos sociais. Aqui, o objetivo é tentar compreender o fenômeno do partido-movimento enquanto uma relação entre diversas organizações oriundas das lutas sociais, e que, em um determinado momento, passam por um processo tão profundo de aglutinação (mesmo que possam, eventualmente, ser efêmeros) a ponto de aceitar conduzir seus esforços no terreno eleitoral.

Para tanto, utiliza-se uma abordagem histórica acoplada à política comparada, uma vez que parece ser a escolha mais viável, visto a tônica temporal diacrônica da pesquisa acerca das trajetórias multiposicionais e a análise de redes sociais que têm enraizamentos sociais de mais longa data. A proposta metodológica chamada de *process tracing* (MAHONEY AND VILLEGAS, 2007) torna-se relevante, também, já que propõe a identificação de um dado mecanismo para o advento de determinado fenômeno. Trata-se da sugestão de que a análise causal não apenas envolve o estabelecimento de uma associação entre variáveis explicativas e

¹² Aqui “partido-cartel” seria uma forma genérica de se referir a partidos mais voltados para a administração do estado e distante das bases sociais.

¹³ Neste sentido, as hipóteses dos dois campos não parecem, necessariamente, divergentes, tendo muitos pontos em comum.

a variável final, mas também exige a identificação de um mecanismo interventor que conecte variáveis explicativas com variáveis finais (HEDSTROM AND SEWDBERG, apud MAHONEY AND VILLEGAS, 2007). É indicada para o estudo comparado de um número pequeno de casos, o que evita que se façam correlações espúrias acerca de uma associação causal (MAHONEY AND VILLEGAS, 2007), o que poderia acontecer em um estudo com um número muito elevado de casos, onde seria mais adequado um modelo interpretativo da *mainstream political science*¹⁴.

No caso deste estudo, portanto, o objetivo é a análise comparada de três casos de fenômenos políticos relacionados à emergência de partidos-movimento em países sulamericanos, a Bolívia, o Equador e o Paraguai. Tenta-se compreender conceitualmente o partido-movimento utilizando-se três estudos de caso. Para a coleta das informações, foram utilizadas duas fontes de dados, a secundária e a primária. Foram utilizadas, majoritariamente, fontes secundárias, obtidas na literatura que trata, tanto do tema da pesquisa, quanto de modelos teóricos empregados na presente análise, para os três casos investigados. As fontes primárias consistiram de entrevistas semi-estruturadas realizadas no Paraguai, portanto utilizadas especificamente em relação ao caso paraguaio do *Tekojojá*, tendo em vista a escassez de dados secundários para esse país. A escolha dos entrevistados, não aleatória, teve como critério suas posições no cenário político, tendo sido feitas entrevistas com os dois mais proeminentes membros do *Tekojojá*, seu presidente, Sixto Pereira, e o senador Anibal Carrillo, candidato a presidente em 2013. Ademais, alguns intelectuais de renome no país foram entrevistados, também. Isso se deu no período entre 10 de agosto e 30 de setembro de 2016.

No que se refere ao problema da etnicidade e do nacionalismo, muito presente nos casos boliviano e equatoriano, mas bem menos no caso paraguaio, são analisadas as etnias tal como estudadas pela bibliografia especializada, mas não é feito um trabalho mais aprofundado no que se refere às fronteiras intraétnicas. Não se quer dizer que não sejam trabalhados os conflitos étnicos e como eles contribuíram para a gestação dos partidos-movimento, porém não se trata de um estudo antropológico de até que ponto um grupo étnico configura uma totalidade social acabada, ou se seria na verdade uma panóplia de grupos menores com fronteiras intraétnicas fluidas, e onde sua autoimagem mude constantemente de acordo com as circunstâncias. Tal pesquisa configuraria um estudo etnográfico de traços

¹⁴ Nesta pesquisa, o objetivo é comparar três movimentos partidarizados sulamericanos. Há referências a partidos socialistas europeus mas o foco comparativo está nas três experiências sulamericanas.

neobarthianos¹⁵, e a presente tese não está tratando disso, especificamente. Os grupos étnicos são analisados junto às teorias do nacionalismo, e indaga-se em que medida podem configurar projetos nacionais ou regionais que sejam propostos pelos próprios partidos-movimento.

O presente trabalho é de alguma maneira, a continuação da minha dissertação de mestrado na qual tentei analisar a estrutura autonômica aprovada na Constituição de 2009 da Bolívia, como o resultado de um jogo de forças entre os movimentos indígena-camponeses e sindicalistas e os movimentos cívicos regionalistas da região oriental desse país. Ao estudar os primeiros, em especial, fui me deparando com questões que eram, a meu ver, um tanto quanto negligenciadas por boa parte da literatura. Ainda que elementos marxistas estivessem bastante presentes na ideologia do MAS, os elementos étnicos indígenas estavam tão presentes quanto ou mais. E não apenas em um quadro de lutas entre um grupo outsider lutando pelo reconhecimento de um estabelecido, embora, é claro, isso existisse também. A etnicidade, a politização da cultura e da “raça” indígenas representava não apenas a conquista de espaços no cenário político por um grupo historicamente excluído, mas também uma reconfiguração da própria identidade nacional boliviana. A incorporação das comunidades rurais indígenas e mesmo áreas periurbanas com população de origem indígena ao estado boliviano (algo que já vinha sendo feito desde a Revolução de 1952) pelo MAS, se enquadra na proposta de interpretação do nacionalismo por Ernest Gellner (1981), de que este fenômeno seria a tentativa de tornar congruentes o estado e a cultura.

A partir dessa constatação, na dissertação, assim como nesta tese, cheguei à conclusão de que o fenômeno do nacionalismo é muito importante para a compreensão deste episódio na história boliviana, seja por causa dos nacionalismos étnicos indígenas, seja por causa do nacionalismo regional *cruceño*, ou mesmo por causa do nacionalismo boliviano mais amplo, que relaciona tanto modelos mais étnicos, quanto mais universalistas de nacionalismo. O tema do nacionalismo (ou da formação nacional), será um terceiro nível de discussão depois

¹⁵ O antropólogo norueguês Fredrik Barth ficou conhecido pelo seu trabalho acerca das fronteiras das identidades étnicas. Ele defende que as identidades étnicas seriam bastante fluidas, e em alguma medida, negociáveis, embora uma certa plausibilidade coloque barreiras e limites a essas negociações (as possibilidades de “construção” da identidade não são ilimitadas). Um exemplo daqueles estudiosos que são influenciados por Barth seria os dos hispânicos nos EUA. Mexicanos, colombianos, portorriquenhos e cubanos, com todas suas diferenças poderiam se enquadrar simplesmente como “hispânicos” em terras americanas. Assim como japoneses, coreanos e chineses poderiam ser simplesmente “asiáticos”. Nesse sentido, a identidade se forma de acordo com a relação com um grupo externo que exerça algum tipo de pressão. No presente trabalho, algo assim será feito no sentido de que se analisa o pan-indianismo como uma convergência de grupos indígenas diferentes frente aos brancos/*mestizos*. Entretanto não se aprofunda na discussão a ponto de questionar até que ponto quéchuas e aymará, por exemplo, não seriam construções de outros grupos, ou mesmo de grupos familiares extensos, em função de uma necessidade política imediata. Isso seria um trabalho mais próximo do campo da etnografia que não cabe aqui aprofundar. Em suma, trabalha-se com os grupos étnicos já tratados na bibliografia especializada.

daquelas conduzidas acerca dos fenômenos da micromobilização e do enquadramento, dentro da relação entre os partidos políticos e os movimentos sociais e, acoplado ao tema da etnicidade, fará parte do eixo central da tese. Isto porque o sucesso ou fracasso dos partidos-movimento está imbricado, entre outras coisas, com a construção do nacional. Na Bolívia, o MAS conseguiu amalgamar seu indianismo-marxismo com a tradição do nacionalismo revolucionário do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) de 1952, dando um rosto étnico e indígena à herança do MNRismo. A capacidade de conciliar elementos étnicos particularistas com elementos mais universalistas, como o próprio marxismo e com o sindicalismo urbano, fez com que o indianismo deixasse de ser a bandeira de um grupo indígena ou um conjunto de grupos indígenas, para se tornar a bandeira de um nacionalismo boliviano antineoliberal, assim como o nacionalismo do MNR havia sido também antiliberal.

O indianismo equatoriano não fez um amálgama desse tipo, com sua principal manifestação partidária, o Movimento Popular Pachakutik, ficando restrito a algumas áreas da região andina. A ausência da “questão” indígena na região da costa, onde está concentrada uma enorme parte da população, o seu distanciamento das questões sindicais e seu demasiado centramento na problemática étnica fizeram com que o Pachakutik se tornasse um partido-movimento quase que exclusivamente étnico. Isto fez com que ele ficasse restrito a algumas províncias andinas, mesmo que os movimentos indígenas que o constituíram tenham tido, por diversas vezes, uma das maiores capacidades de mobilização vista em movimentos sociais latinoamericanos (YASHAR, 2006).

Entre os paraguaios, o indianismo e a etnicidade são uma questão “menor” no campo das lutas sociais. Dentro dos termos da construção do nacional, os elementos indígenas foram incorporados à “paraguaidade” antes do advento de movimentos sociais mais proeminentes do país. A ditadura de Alfredo Stroessner durou muito tempo (1957 a 1989), sufocando muito a oposição e fazendo um trabalho de incorporação (ainda que com diversos problemas) da indianidade ao estado paraguaio. Coisas como reconhecimento do guarani como língua nacional, ao mesmo tempo em que as populações indígenas mais autóctones eram empurradas para zonas territorialmente periféricas do país, fizeram com que, na altura da redemocratização, o indianismo não fosse uma questão relevante. O que se quer dizer é que o Paraguai da redemocratização já era um país bilíngüe, com a grande maioria da população se reconhecendo como produto da mistura entre espanhóis e guaranis e com a população indígena menos incluída na “paraguaidade” estando em um número muito pequeno (cerca de dois por cento da população), de forma que o indianismo e a etnicidade não se tornaram bandeiras relevantes dentro das lutas sociais. Essas lutas ficaram restritas ao terreno da classe,

rural e urbana, principalmente a segunda. Mesmo com os movimentos sociais paraguaios mais relevantes sendo oriundos de um campesinato intimamente ligado à língua guarani, a etnicidade não foi uma das suas bandeiras de luta devido ao fato de que a cultura guarani já era, em algum grau, reconhecida pelo estado paraguaio.

Se entre os equatorianos o campo das lutas indígena-camponesas ficou muito centrado nas questões étnicas, reduzindo a ideia de nação a nacionalidades estritamente indígenas, no Paraguai a ideia de nacionalidade, seja exclusivamente étnica indígena, seja mais cívico territorial, passou totalmente ao largo dos movimentos sociais contestatários. Em ambos os casos, os partidos que se originariam dos movimentos sociais estudados ficaram com temáticas muito reduzidas, com pouca margem para um enquadramento maior, e, logo, de um maior conjunto de forças sociais em ação. A reconfiguração da nação, como um todo, como ocorreu com o MAS em relação ao bolivianos, acabou não se tornando um objetivo dos partidos-movimento equatoriano e paraguaio.

Entretanto, apesar dessas diferenças consideráveis no campo analítico da etnicidade e da nacionalidade, há entre eles semelhanças bastante consideráveis também. Eles têm seu núcleo básico inicial no campo, independentemente do camponês ser indígena ou não, se tomamos os três casos. Eles surgem também como força de contestação ao neoliberalismo imperante no continente latinoamericano da última década do século XX. Mas talvez o ponto de semelhança mais importante é que os três são tentativas de reestruturar as forças de esquerda, em um momento em que elas aparentavam um certo enfraquecimento, assim como a tentativa de politizar a vida social e reestruturá-la a partir das bases. Nesse sentido, a discussão de alguns partidos que surgem no processo de reconfiguração da esquerda valida a ideia de que os partidos-movimento são formas partidarizadas que surgem da politização da vida social e do cotidiano. Ou seja, é o enquadramento de um conjunto de problemas em comum por parte de núcleos sociais que se organizam a partir de sua vida comunitária do dia-a-dia para estabelecer uma série de demandas frente ao estado. O enquadramento e as agências de micromobilização se inter cruzam na conformação de movimentos sociais que, por sua vez, se tornam partidos, apresentando um estilo de partido político, que fez parte da formação dos primeiros partidos de massa da aurora da era industrial moderna, porém com um maior leque de conteúdos e algumas diferenças substantivas.

No primeiro capítulo, discutem-se os partidos e os movimentos, assim como as possibilidades de interação entre eles. O objetivo é o resgate de um debate do tipo que havia entre autores como Robert Michels e Moisei Ostrogorski, no que se refere à capacidade de horizontalizar os partidos internamente a partir da constituição de um sistema de militantes

intermitentes¹⁶. Nesse debate perpassa toda a discussão acerca da organização dos partidos, da sua relação com as bases, e como essas bases podem estar conectadas a movimentos, ou mesmo sê-los. Nesse capítulo, já há uma tentativa de conceituar de forma mais geral os partidos-movimento, de forma que o conceito possa ser aproximado dos casos empíricos analisados. Há também uma introdução dos conceitos de micromobilização e enquadramento, que são de extrema importância para o trabalho, uma vez que é a partir deles que se configura o partido-movimento. Faz-se também uma recapitulação das teorias dos partidos políticos e dos movimentos sociais, já que o partido movimento é um meio termo entre as duas coisas. Pode-se dizer que a teoria da micromobilização constitui o eixo central da análise dos três casos estudados e parte desse capítulo será voltada para os dois conceitos. A questão da nacionalidade e da etnonacionalidade, apesar de serem da mais alta importância também, não são centrais no caso paraguaio. Portanto, é um tema que será debatido já ao longo dos capítulos de caso, não estando presente no primeiro capítulo, de caráter mais teórico.

No segundo capítulo, é feita uma recapitulação das lutas sociais na Europa e na América Latina para localizar as origens sociais dos movimentos políticos, ou dos partidos-movimento estudados. Uma vez que se parte do princípio segundo o qual alguns partidos europeus do século XIX e inícios do XX servem de parâmetro, no que se refere à sua organização interna e relação com os movimentos e políticas das ruas, para o estudo dos partidos-movimento, o cenário europeu é de particular importância para a pesquisa. Em relação à América Latina, busca-se fazer um apanhado dos diversos tipos de lutas sociais, assim como de algumas linhas interpretativas advindas do pensamento social latino-americano, para tentar entender os estudos de caso no longo prazo. Nesse capítulo está uma tentativa de localizar os partidos-movimento estudados dentro de um marco histórico de mais longa duração. Os partidos-movimento têm seu norte ideológico estreitamente conectado com as lutas sociais históricas em seus países, essas lutas sendo muitas vezes o amálgama entre o sistema de valores mais universalista oriundo do marxismo e as tensões sociais mais locais.

No terceiro, quarto e quinto capítulos, são analisados os casos específicos: a formação do MAS na Bolívia, do Pachakutik no Equador e do *Tekojojá* no Paraguai, aproximando-os dos conceitos elaborados no primeiro capítulo, e comparando-os com os exemplos de partidos citados no segundo. Além de discutir o processo de formação dessas organizações, desde suas bases (grassroots) e seus mecanismos de mobilização, até sua entrada na arena eleitoral, abre-se o debate para discutir as causas do seu processo de expansão ou atrofiamento. Isto no

¹⁶ Aparentemente isso não se tornou tão possível.

sentido de terem conseguido ou não se tornar movimentos políticos de nível nacional. O MAS foi o mais bem sucedido dos três casos, conseguindo conciliar lutas camponesas, questões étnicas, sindicalismo urbano e luta contra a privatização das empresas estatais e dos recursos naturais. O Pachakutik, depois de um período de expansão, parece ter ficado reduzido às questões dos grupos étnicos andinos, com pouca penetração e ressonância na costa equatoriana. E o *Tekojojá*, aparentemente, fica restrito a um campesinato com pouco tempo de formação, altamente fragmentado e com uma relativa falta de poder mobilizatório.

No capítulo que trata especificamente o *Movimiento Popular Tekojojá*, entra a pesquisa que fiz no Paraguai. Essa pesquisa foi necessária em função da parca literatura acessível sobre os movimentos sociais e sobre os desdobramentos políticos que existem naquele país. A pesquisa consistiu em conversas com intelectuais paraguaios como Luiz Ortiz Sandoval, do Instituto de Ciências Sociais (ICSO), Marielle Palau, da BASE Investigaciones, José Carlos Rodríguez Alcalá, do *Instituto para el Desarrollo*, Ramón Fogel, da FLACSO *Asunción*, e o padre jesuíta e antropólogo Bartolomeu Meliá Lliteres. Foram feitas também entrevistas com Sixto Pereira, líder camponês e então presidente do *Tekojojá*, assim como Anibal Carrillo Iramain, dirigente do *Tekojojá*, e candidato a presidente pela *Frente Guasú*¹⁷ nas eleições de 2013. Também foram feitas entrevistas com Mercedes Canese, assessora parlamentar da Frente Guasú, e com Alicia Amarilla, uma das principais coordenadoras da *Coordinadora de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas* (CONAMURI), um movimento que faz uma espécie de crítica à esquerda da Frente Guasú. Essas entrevistas foram essenciais para a absorção de um panorama geral das lutas sociais paraguaias. Os textos, livros e artigos obtidos nas instituições que me receberam também foram da mais alta importância.

Em relação aos casos boliviano e equatoriano, uma pesquisa desse tipo não foi tão necessária, já que a literatura que trata tanto de um quanto de outro é enorme no Brasil, na América Latina e mesmo nos EUA e na Europa. Há muitos trabalhos, tanto dos movimentos sociais de ambos os países, quanto dos próprios partidos-movimento específicos, diferentemente do *Tekojojá*. Mesmo no Paraguai é difícil encontrar trabalhos acerca dele, de forma que me debrucei mais sobre os trabalhos acerca dos movimentos sociais paraguaios. Assim as entrevistas feitas no país do chaco foram produto de uma necessidade não existente em relação aos estudos acerca do Pachakutik e do caso boliviano, tendo em vista a grande literatura sobre movimentos sociais indígenas equatorianos e sua eventual partidização, bem como sobre o caso da Bolívia.

¹⁷ Coalizão de partidos de esquerda da qual o *Tekojojá* é o maior.

Por fim, na conclusão, faz-se um balanço final do impacto dos partidos-movimento no cenário nacional de seus países, considerando-se até que ponto eles representam um retorno a antigos modelos de partidos de esquerda, ou algo novo, ou, ainda, alguma espécie de meio termo entre as duas coisas. Este estudo pode apontar na direção de uma nova interpretação do ciclo das esquerdas latinoamericanas no sentido de enfatizar um pouco mais o papel do nacionalismo e da construção do estado nacional nas lutas sociais oriundas do campo das esquerdas. Também pode apontar para a melhor compreensão do próprio fenômeno do partido-movimento, já que esse termo é muito citado, na literatura e nos debates públicos, porém sem ter um clareamento do que esse tipo de plataforma eleitoral de fato seja.

1 ENTRE AS RUAS E O PARLAMENTO: UMA TENTATIVA DE CONCEITUAR OS *MOVEMENT/PARTIES*

Neste capítulo tem-se como objetivo a análise de algumas interpretações teóricas dos partidos políticos e dos movimentos sociais. Ao articular os dois campos de análise, busca-se estabelecer um conceito que possa descrever o fenômeno dos partidos-movimento, no contexto do pós-guerra fria. Colocar os dois planos analíticos em contato torna-se necessário, pois os partidos-movimento estão na fronteira entre partidos e movimentos. A princípio, não seria necessária a existência de partidos-movimento para um estudo acerca da relação entre partidos e movimentos, já que os partidos são o principal veículo de contato da sociedade civil com o estado, e os movimentos são esse veículo por outras vias, uma vez que também podem exercer todo tipo de pressão sobre o estado e sobre os partidos. Porém, não é sempre que a esfera estadocêntrica partidista consegue acompanhar os desdobramentos da vida e dos conflitos sociais, e nada garante que os movimentos sociais consigam alcançar seus objetivos, mesmo exercendo pressão sobre o estado e os partidos. Nesse contexto, os próprios movimentos podem se tornar partidos, rompendo com os estilos organizativos dos partidos já existentes, tanto aqueles considerados de direita como de esquerda. Neste capítulo, busca-se mostrar que o partido-movimento é justamente o produto da falta de conexão entre estado e partidos, por um lado, e os conflitos sociais, por outro. O partido-movimento, desta forma, seria a resposta à crise dos novos partidos de quadro, mas também dos partidos marxistas-leninistas clássicos, ainda que recupere alguns traços dos últimos, como será analisado em capítulos posteriores.

1.1 As relações entre partidos e movimentos sociais

A idéia de partidos políticos existe desde a antiguidade clássica, perpassando todo o período medieval europeu, no sentido de que se toma “parte” de algo, de algum projeto, de algum objetivo (DUVERGER, 1957). Entretanto, em linhas gerais, a atividade “partidária” era algo restrito a um número limitado de pessoas, fosse nas antigas cidades-estado gregas, fosse nas guildas e assembléias medievais. Foi o advento da modernidade que trouxe consigo a possibilidade de que cada vez mais atores políticos e setores componentes da vida social, em

uma determinada unidade político-territorial, pudessem ter acesso e participar da vida política de uma forma mais ampla, ativa e aprofundada. A fórmula de inclusão das massas na vida política que mais parece ter se consolidado na maior parte de países do mundo é a dos partidos políticos.

Segundo Max Weber, os partidos políticos seriam estruturas mediadoras entre o estado e a sociedade civil, que necessariamente passariam por algum processo de burocratização, maior ou menor, dependendo do contexto analisado.

Chamamos partidos as formas de “socialização” que repousando em recrutamento (formalmente) livre, têm como fim proporcionar poder a seus dirigentes dentro de uma associação e outorgar por esse meio a seus membros ativos determinadas probabilidades ideais ou materiais (a realização de fins objetivos e o logro de vantagens pessoais ou ambas as coisas). Podem ser formas de associação efêmeras ou de curta duração e aparecer como associações de toda classe e forma: séquitos carismáticos, servidões tradicionais e adeptos racionais (racionais visando a fins, racionais visando valores, “segundo uma concepção de mundo”) (WEBER, 1922)

Os partidos, para Weber, passariam pelo mesmo processo que qualquer outra organização social, se burocratizando e se rotinizando, ainda que, em sua etapa de formação, eles possam ter sido conduzidos por lideranças carismáticas, assim como se amalgamar com formas de lideranças tradicionais. A tendência, para o autor, é que, os partidos, assim como outras instituições, sejam gradualmente assumidos por formas racionais legais de liderança e de organização, apresentando modelos mais verticais de solidariedade, assim como maior peso da importância da especialização e da tecnicidade, o caráter técnico da administração interna dos partidos. Outros autores trabalharam de forma bastante aprofundada essa questão da tecnicização e da especialização, como será mostrado adiante.

Karl Marx, apesar de não ser considerado nem um autor voltado para pensar os partidos políticos e os movimentos sociais propriamente ditos, lançou um esboço para a interpretação de ambos. Ele fala do “partido dos trabalhadores”, que surgiria no momento da ruptura levada ao centro do sistema capitalista por suas próprias contradições internas. E no processo dessa ruptura está a classe dos trabalhadores organizada e consciente. Por conscientização, Marx se refere a uma espécie de enquadramento de um problema comum por indivíduos inseridos em espaços semelhantes dentro do sistema produtivo. Os trabalhadores de fábricas, deduzindo que não teriam nada a perder, em um sistema produtivo onde ganham apenas o suficiente para se manterem vivos e trabalhar no outro dia, e constantemente ameaçado pelos avanços tecnológicos dentro do sistema industrial, conduziram um movimento de massas visando a reestruturação de um sistema econômico que, ao se auto implodir por suas contradições, abriria espaço para a possibilidade de uma reestruturação do tecido econômico e político. O partido político surge, a princípio, do movimento dos

trabalhadores. Teríamos aí, esboçado o partido-movimento que é o objeto de pesquisa aqui trabalhado, já que teríamos as agências de micromobilização na base da formação do movimento, assim como um enquadramento comum de algo que é visto como um oponente no campo político. Micromobilização e enquadramento estão no centro do eixo interpretativo e analítico desse trabalho, pois constituem o eixo estruturante do partido movimento. A micromobilização seria as redes de solidariedade informais mais fundamentais e locais dos movimentos sociais. Em geral elas são agrupamentos mais eminentemente sociais, mas que servem de base para a ação coletiva em durante episódios de lutas eminentemente políticas (SNOW; ROCKFORD Jr.; WORDEN; BENFORD; 1986). Elas são caracterizadas pela informalidade, e pela sua perenidade, já que são organizações que lidam, muitas vezes, com aspectos sociais da vida cotidiana. Não surgem com fins políticos, mas suas redes de solidariedade podem ser o fundamento mais de base e mais local para uma ação política de maior envergadura.

A unidade fundamental de construção dos movimentos sociais é o pequeno e informal grupo conectado a uma rede vaga de interações. Às vezes esse “contexto de micromobilização” é um grupo de amigos, um grupo de trabalhadores, um subgrupo dentro de uma Igreja ou um sindicato (DOBSON, 2001).

O enquadramento (*frame alignment*), por sua vez, está explicado dessa forma:

Por alinhamento do enquadramento nós nos referimos a ligações de orientações interpretativas entre indivíduos e Movimentos Sociais, tal como alguns conjuntos de valores, crenças e interesses individuais, complementares a atividades, e objetivos de Movimentos Sociais. O termo “enquadramento” é emprestado de Goffman (1974:21) para denotar “esquemas de interpretação” que permite indivíduos de localizar, perceber, identificar, e rotular ocorrências no seu espaço de vida e no mundo de forma mais ampla. Ao dar significado a eventos e ocorrências o enquadramento funciona como organizador da experiência e um guia de ação, seja ela individual ou coletiva (SNOW; ROCKFORD Jr.; WORDEN; BENFORD; 1986: 464).

Em Marx já é possível ver as teorias do enquadramento no sentido de que o que ele chama de proceso de conscientização da classe trabalhadora está muito próxima da ideia de alinhamento do enquadramento, já que em ambos temos a organização da experiência individual e coletiva, assim como o fundamento para a guia de ações, também individuais e coletivas. A ideia de micromobilização também, uma vez que as agências de micromobilização seriam o próprio espaço de convivência entre os trabalhadores, ainda que neste caso, isso não esteja tão claro na teoria marxista.

Desta forma, Marx já esboça, em algum, grau uma dinâmica que seria aquela dos partidos-movimento. Entretanto, fica ainda em sua teoria um problema relacionado à organização e estrutura do partido, uma vez que ele não pensou a fundo a organização interna do partido. E se por um lado, fica implícito em sua obra, que o partido surgiria de dentro do próprio movimento, ele também não afirma que, o partido não poderia de forma alguma, vir

de um elemento externo ao movimento e conduzi-lo na chegada ao poder. De toda maneira, em Marx já temos um esforço inicial, ainda que tímido em certa medida, de analisar a relação entre partidos políticos e movimentos sociais, embora sua tese centre-se mais na formação do segundo que do primeiro, e por fim, não parece razoável afirmar que em Marx já exista, necessariamente, a fórmula dos partidos-movimento.

Ainda tratando de formas exclusivamente extra institucionais e diretas de ação política, ou seja, os movimentos políticos que atuam fora da esfera parlamentar, um dos primeiros a escrever sobre o tema foi o francês Gustave Le Bon, ainda no século XIX. Apesar de não ter movimentos políticos como tema específico, ele tratou das manifestações de massa e como a ação social do indivíduo se modifica quando ele age em meio a um grande grupo. Médico e psicólogo social, Le Bon via nas ações de massa e nas manifestações de rua um tipo de comportamento de manada, ou algo próximo a uma histeria coletiva. Em uma de suas principais obras, *Psychologie des foules*, de 1895, ele afirma que a razão através da qual um indivíduo age quando está só não é a mesma de quando ele está em grupo. As massas seriam muito mais aptas a ação, do que à razão, segundo Le Bon, e a consciência individual e a moralidade do indivíduo de diluiriam dentro da ação em grupo. As massas em ação seriam, para Le Bon, impermeáveis ao raciocínio lógico, agindo como uma manada enfurecida e dotada de grande grau de histeria. O que conduz a ação das massas é apenas a emoção compartilhada e o raciocínio lógico se torna cada vez menos capaz de ser verbalizado, o que faz com que as massas necessitem inevitavelmente de um líder. Ainda que tenha sido um autor que contribuiu para o debate acerca do ação política direta, uma vez que, muitas manifestações de rua conduzidas por um alto número de pessoas tenham objetivos políticos.

O primeiro autor a fazer um estudo voltado para a compreensão dos movimentos sociais foi o norteamericano Herbert Blumer (CHRISTIANSEN, 2009). Definir o que são movimentos sociais é algo sempre difícil, já que eles não são entidades políticas estáveis, nem uma simples tendência de massa, desorganizada e sem objetivos (CHRISTIANSEN, 2009). Os estudos acerca dos movimentos sociais emergem das teorias da sociedade de massa, uma vez que, com a industrialização e a urbanização surge a necessidade de certos setores sociais se organizarem, tendoem vista a perda de laços de solidariedade tradicional (CHRISTIANSEN, 2009). De Herbert Blumer veio um modelo interpretativo baseado em quatro etapas de desenvolvimento dos movimentos sociais, do qual, vários modelos teóricos beberiam posteriormente.

Se trata do desenvolvimento do movimento social através de quatro etapas (CHRISTIANSEN, 2009): a primeira seria a emergência, onde o movimento, em seus

estágios iniciais teria pouca ou nenhuma organização. Trata-se de um descontentamento extravasado, sentido por um número minimamente considerável de indivíduos. Seria o “fermento social”, nas palavras de Blumer. A segunda etapa é a coalescência, é caracterizada por um sentido mais claramente definido de descontentamento. Não é mais apenas um desconforto sentido por muitos, mas uma clarificação de onde vem o desconforto, e de quem é o responsável por ele. Há uma focalização mais incisiva em como tentar resolver esse incômodo e o descontentamento deixa de ser algo imbricado em indivíduos singulares para se tornar algo mais explicitamente coletivo. A terceira etapa é a da burocratização, ou “formalização”, isto é, há níveis mais elevados de organização e de estratégias para a articulação de coalizões. Nesta etapa, o movimento alcançou um grau tão elevado de sucesso que se faz necessária uma estratégia de coordenação entre várias organizações de movimentos sociais. Nesse estágio, o movimento social não tem como mais se sustentar apenas em grandes manifestações de rua, ou seguir líderes carismáticos, mas precisa também de um corpo de profissionais que lidem com as funções práticas e administrativas da organização. Há também um maior acesso a elites políticas. A quarta etapa é ao declínio (que não quer dizer fracasso, necessariamente), que por sua vez se subdivide em quatro tipos: o declínio pela repressão, pela cooptação, pelo sucesso (alcance dos objetivos do movimento) ou pelo fracasso. Aqui poderia-se acrescentar a partidarização, ou quando o movimento vira uma plataforma eleitoral, onde tanto o sucesso, quanto o fracasso se colocam como possibilidades. A partidarização poderia ser um novo item dentro do ciclo dos movimentos, em particular o declínio, tendo em vista o objeto de estudo dessa tese, ou como um movimento pode não ser cooptado, não se dispersar pela repressão, e decidir disputar eleições, sem que isso signifique, sucesso ou fracasso a princípio. O MAS, o Pachakutik, e o Tekojojá, são todos movimentos que decidiram partir para a disputa eleitoral com níveis muito diferentes de fracasso, ou sucesso. Passaram pelas três etapas anteriores ao declínio indo de um enquadramento inicial, rumo a uma maior institucionalização e burocratização, para, enfim, competir por postos nos poderes legislativo e executivo. As duas primeiras etapas de Herbert Blumer (emergência e coalescência) lembram muito, inclusive, a micromobilização e o alinhamento do enquadramento, corroborando a ideia de Jonathan Christiansen (2009) de que o autor norte-americano teria lançado fundamentos teóricos gerais que durariam nos estudos de movimentos sociais. Em Blumer também podemos notar a presença do fenômeno da oligarquização, analisado por Robert Michels (1915), como veremos adiante, o que aproxima sua teoria dos movimentos sociais de algumas teorias dos partidos políticos.

Nas décadas posteriores a Blumer, os estudos acerca dos movimentos sociais se mostraram um pouco divorciados daquilo que pode ser visto como enquadramento, muito em função das teorias conhecidas por teorias críticas, que têm suas origens no próprio Marx, terem se direcionado para elucubrações de cunho mais filosófico e cultural, e distanciado da sociologia dos movimentos sociais (BRINGEL; DOMINGUES, 2012). Depois de pensadores como Marx, Gramsci, Lenin, Trotski e Rosa Luxemburgo, a problemática da organização do movimento operário foi se diluindo dentro de boa parte do chamado marxismo ocidental, sobretudo por causa da ascensão da Escola de Frankfurt (BRINGEL; DOMINGUES, 2012). Para Theodor Adorno e Max Horkheimer a classe operária perdera seu ímpeto revolucionário, incorporando-se à sociedade vista como “administrada”, e submetida à razão instrumental logocêntrica e à indústria cultural (BRINGEL; DOMINGUES, 2012). O desenvolvimento das forças produtivas não gerara agentes sociais de fato transformadores, segundo os intelectuais da Escola de Frankfurt. Herbert Marcuse também não depositara muitas expectativas no potencial transformador oriundo do desenvolvimento das forças produtivas, voltando-se para o universo da cultura e dos costumes.

Em certa medida, o tema dos movimentos emancipatórios é incorporado à tradição frankfurtiana por Jürgen Habermas. Segundo ele, a razão instrumental, tão arraigada na modernidade industrial na perspectiva de Adorno e Horkheimer, não havia adquirido um grau de hegemonia tão elevado a ponto de justificar todo o pessimismo dos dois autores em relação a movimentos e forças emancipatórias. Para fazer frente ao universo da razão instrumental e do mundo da técnica, Habermas propõe o que ele chama de “ação comunicativa”, o que se revelou uma inovação no pensamento frankfurtiano. A esfera da ação comunicativa se daria também no plano dos valores e da moral, mas dentro de uma prática onde se faria frente, de fato, ao universo da ação instrumental, ou seja, o mundo da cognição e desenvolvimento das forças produtivas. A esfera da cultura seria, portanto, uma área de ação de acúmulo de aprendizado que acabaria por chocar-se com o sistema de valores e as instituições produzidas pela esfera cognitiva ligada às forças produtivas. Influenciado pelas idéias de Piaget, Habermas afirma que a esfera da cultura, alavancando os processos de aprendizado, ampliaria a reflexividade e universalidade daqueles presentes no processo comunicativo, alargando a possibilidade de mudança das instituições vigentes. Ainda assim, Habermas, estando mais próximo da filosofia que da sociologia, não deu grande ênfase aos movimentos emancipatórios, permanecendo mais voltado para a filosofia da ação comunicativa, do que para a identificação de quais grupos específicos poderiam conduzir tais processos comunicativos. Habermas também era pessimista quanto ao movimento operário e à classe

trabalhadora em geral, além de considerar o movimento ambientalista um movimento conservador. Apenas o movimento feminista da virada dos anos 1970 para os anos 1980 foi visto por Habermas como potencial tradutor do aprendizado moral do plano da cultura rumo as instituições. De toda maneira os movimentos sociais, e principalmente, sua estrutura interna e dinâmica organizativa, passam ao largo de todo o modelo teórico de Habermas, por mais que ele tenha se aproximado mais da esfera da vida social, pelo menos se comparado a Adorno e Horkheimer. Na sua discussão acerca da democracia, ele realmente viu nos movimentos sociais os atores sociais que irão agir na esfera pública e conduzir a ação comunicativa no que ele chamou de “mundo da vida”, assim como levar as questões levantadas à esfera legislativa e parlamentar. Mas mesmo assim a estrutura interna e o repertório de ação dos movimentos sociais são deixados de lado.

No mesmo período Axel Honneth (1992) desenvolvia sua teoria da “luta pelo reconhecimento” (BRINGEL; DOMINGUES, 2012). Nesse caso a luta pelo reconhecimento por direitos assume o papel mais importante no quadro das lutas sociais. Porém, os movimentos sociais enquanto tal, assim como em Habermas, também são postos de lado, pelo menos no que se refere a sua dinâmica organizativa e operativa. No debate de Honneth com Nancy Frazer os movimentos sociais aparecem com um maior grau de importância, em especial sob a ótica do feminismo. Todavia, a questão da dinâmica sociológica dos movimentos continua pouco trabalhada. O que se enfatizava nesse tipo de trabalho era, entre outras coisas, a capacidade de aprendizado mútuo que as forças sociais contestatórias poderiam prover para a sociedade em geral. Isso fica ainda mais latente nos trabalhos de Klaus Éder, que fora auxiliar de Honneth, antes dele ser aluno de Habermas, assim como de Max Müller. No caso de Éder e Müller, o aprendizado moral e sua tradução institucional se dão de forma mais decididamente coletiva, sob a influência de Vigotsky (BRINGEL; DOMINGUES, 2012). Eder se afastaria dos debates mais vinculados à teoria crítica e daria mais atenção aos movimentos sociais, elaborando desde teorias dos novos movimentos sociais como movimentos de classe média, até análises acerca do movimento ambientalista e como ele pode modificar as relações da humanidade com a natureza (BRINGEL; DOMINGUES, 2012). Assim como os outros autores mencionados, Eder também manteria sua pesquisa concentrada no plano da cultura e da moral, por mais que tenha se aproximado das teorias dos movimentos sociais. Por mais que ele tenha assim procedido, a sua interpretação dos movimentos sociais ficou muito presa a questões de caráter cultural. Os processos de aprendizado ficaram mais elencados às mudanças históricas e culturais do que à criatividade

envolvida em formas de organizações de identidades coletivas (BRINGEL; MAURÍCIO, 2012).

A América Latina também foi um terreno fértil para o desenvolvimento das teorias críticas e dos movimentos sociais, tendo como ponte com o pensamento europeu o francês Alain Touraine. No marxismo latino americano a classe trabalhadora foi, na maior parte do tempo o grande agente das mudanças sociais, embora desde José Mariátegui, outros atores como os povos indígenas andinos já ocupavam espaço também. Entretanto, o mesmo problema da falta de aprofundamento das análises a respeito da organização dos movimentos continua entre os latinoamericanos. Com exceção de alguns trabalhos sobre organização trabalhista e de sindicatos, o pensamento marxista latinoamericana deu pouca atenção a esse aspecto dos grupos inseridos nas lutas sociais (BRINGEL; DOMINGUES, 2018). Muitas vezes esse tipo de estudo centrava-se mais no fenômeno do populismo, como o estudo de Gino Germani, que enfatizava a inclusão de grupos sindicais na política junto a novas elites contestando o poder de velhas oligarquias. Dessa forma, o campo do nacional-popular converteu-se na área de pesquisa dos movimentos sociais sem, contudo, adentrar mais minuciosamente os próprios movimentos sociais. Eles faziam parte de uma chave analítica dos regimes populistas, mas com pouca penetração nas organizações dos movimentos. O mesmo se dá com as teorias da dependência, que obscureceram a possibilidade de estudo dos movimentos sociais, em uma época de forte luta antiimperialista no continente, também os colocando como apenas mais um componente de um quadro social e político mais amplo (BRINGEL; DOMINGUES, 2012).

Todo esse conjunto de propostas teóricas, da Escola de Frankfurt até as teorias da dependência na América Latina, mostra um certo impasse entre as teorias críticas e as teorias de movimentos sociais. Seria a primeira etapa da teoria crítica e também dos estudos dos movimentos sociais (BRINGEL; DOMINGUES, 2012). A teoria crítica, que pode ser interpretada como intimamente conectada ao esboço das teorias do enquadramento e dos movimentos sociais no período em que Marx desenvolveu sua obra, se desvinculou dos movimentos na obra dos intelectuais da Escola de Frankfurt. As teorias dos movimentos sociais, sobretudo nos EUA e na Europa, desenvolvidas a partir dos anos 60, visavam o estudo das organizações dos movimentos, teorias como da mobilização de recursos, processos políticos e debates acerca dos novos atores sociais, e se desenvolveram paralelamente às teorias críticas da época e da região (BRINGEL; DOMINGUES, 2012).

No Brasil, houve uma aproximação das duas vertentes teóricas com a crítica da esquerda existente até 1964 e com a crítica também dos regimes populistas, onde a classe

trabalhadora era apenas vista apenas como determinada pelos processos econômico produtivos do que como sujeito de suas ações coletivas (PERRUSO, 2010). A partir dos anos 70, os estudos voltados para as organizações operárias e grupos de pressão surgem em terras brasileiras se manifestando através de organizações de intelectuais engajados como o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), que tentaram captar de forma mais minuciosa a dinâmica dos movimentos sociais, muitas vezes utilizando termos como “novos movimentos sociais”, ou “novo sindicalismo” (PERRUSO, 2010).

Da década de 90 em diante, uma certa diluição tanto do debate da Escola de Frankfurt, quanto das escolas de pensamento dos movimentos sociais vigentes até então no chamado norte global deu espaço para a possibilidade de aproximação entre os dois campos. As teorizações sobre o novo ativismo transnacional, muito presente na década de 2000, e com forte ressonância na América Latina e seus movimentos sociais abriu um novo espaço para o estudo dos movimentos sociais no que se refere a sua dinâmica organizativa e seu enquadramento de matriz mais cultural. Em suma, uma rearticulação entre as teorias que visam a organização dos movimentos e as teorias que centram mais na dinâmica histórica e cultural. As chamadas *contentious politics*, analisadas por Sidney Tarrow, são exemplos de fenômenos cujo estudo que abrem espaço para a análise da interação entre o estudo das organizações dos movimentos sociais e o seu enquadramento ideológico histórica e culturalmente localizados, movimentos esses que podem, eventualmente, se tornar partidos políticos.

Centrando-se nas características extra institucionais dos movimentos sociais, Sidney Tarrow, em *Power in Movement* (2008), acredita que formas desprovidas de organização burocrática, ou racional legal, em um sentido weberiano, possam ser extremamente coesas e duradouras, também. Para Tarrow, não seria necessário um processo de burocratização, especialização profissional e racionalização, para que uma organização com fins políticos possa se manter coesa e sólida na busca por mudanças que, para serem implementadas, têm que passar por vias políticas. É possível uma coesão mais horizontalizada e desprovida de estruturas burocráticas mais complexas, sedimentada pela identidade comum. Essas formas de organização seriam os movimentos sociais. Para Tarrow, os movimentos sociais, propriamente ditos, surgem na modernidade, mais especificamente a partir da Revolução Francesa. Movimentos sociais seriam formas de pessoas comuns enfrentarem oponentes melhor equipados, assim como poderosas agências estatais. Neste sentido, é válida a definição de movimento social de Alberto Melucci (1996).

Um movimento é a mobilização de um ator coletivo (1) definido por uma solidariedade específica, (2) engajado em um conflito com um adversário pela apropriação e controle de recursos valorizados por ambos, (3) e cuja ação vincula uma quebra de compatibilidade do sistema no qual a ação em si toma lugar. Um movimento, portanto, não se restringe à expressão de um conflito, ele leva o conflito para além dos limites do sistema de relações sociais no qual a ação está localizada. Em outras palavras, ele quebra as regras do jogo, lança seus próprios e não-negociáveis objetivos, desafia a legitimidade do poder, e por aí vai. (MELUCCI; 1996, p. 30).

Segundo Tarrow, os movimentos sociais seriam meios de luta política tão marcantes e proeminentes na modernidade, quanto formas supostamente mais tradicionais de se adentrar o jogo político, notadamente os partidos. As chamadas *contentious politics*, seriam repertórios de ação ligados a amplas redes sociais, capazes de criar coesão e relações mais horizontalizadas, além de enquadrar objetivos mais ou menos comuns a todos os grupos envolvidos no conjunto de redes criado. “Quando sustentados por canais sociais bem estruturados e galvanizados por símbolos culturalmente ressonantes e orientados para a ação, a política contenciosa leva a interação sustentada contra oponentes – a movimentos sociais” (TARROW, 2011).

Esses fenômenos em rede, embora desprovidos das estruturas burocráticas típicas de um partido, podem criar sólidos sistemas identitários que levam grandes grupos sociais a enfrentar, das mais variadas formas possíveis, um oponente dotado de inúmeros recursos. Segundo Tarrow, como já foi mencionado, esse tipo de política contenciosa foi tão significativo no molde do estado e vida política, na modernidade, de forma geral, quanto os partidos. A *contentious politics* estaria, ainda, mais do que se poderia imaginar, estreitamente ligada à política tradicional, ainda que não necessariamente subordinada a ela. Ligada no sentido de que ela é capaz de moldar e influenciar a política tradicional, seja no que se refere a decisões imediatas tomadas pelo estado em suas diversas agências, seja no âmbito das políticas públicas e sociais, seja até mesmo no âmbito eleitoral.

Charles Tilly também se coloca nessa linha, sustentando a clivagem entre estruturas políticas weberianas e aquelas analisadas por Tarrow. Para Tilly, existe uma enorme diferença entre os movimentos sociais enquanto *challengers*, os que estão fora das estruturas formais da política, e os *polity members*, que já têm um acesso rotinizado a essas estruturas. O modelo de Tilly sugere uma separação bastante clara e nítida entre as duas esferas políticas, assim como o modelo de Tarrow. Entretanto, isso não parece ser de todo verdade, uma vez que movimentos sociais podem se partidarizar, assim como partidos convencionais pré-estabelecidos podem, também, buscar suporte ou mesmo cooptar movimentos sociais de forma a interpenetrá-los com suas próprias estruturas organizativas. Kriesi (2003) apresenta o argumento de Jack Goldstone, segundo o qual os movimentos sociais constituem um elemento

essencial da política em sociedades modernas e há apenas uma turva e permeável linha divisória entre a política institucional e a não institucional.

O presente capítulo trata dessa questão, da relação entre movimentos sociais e partidos políticos, a fim de tentar trabalhar a ideia do que seriam os partidos-movimento, organizações sociais e políticas que criam plataformas eleitorais, competindo eleitoralmente com qualquer outro partido, mas se organizando internamente mais como movimentos, muitas vezes mantendo, em grande medida, a forma movimento, mesmo depois que conseguem chegar ao estado¹⁸. O que se pretende é analisar a relação entre movimentos sociais e partidos, trabalhando tanto a origem histórica de partidos políticos, quanto de movimentos sociais, para, então, buscar uma conceitualização mais clara dos chamados partidos-movimento. O objetivo é fazer uma análise das bases organizacionais dos movimentos sociais que podem se organizar enquanto plataforma eleitoral, porém sem perder o formato de um movimento social.

A tentativa de pensar o sentido dos partidos na modernidade começa com a própria modernidade industrial. Karl Marx, como já foi analisado, em meados do século XIX, já dizia que as contradições criadas pelo moderno capitalismo fabril levariam a uma fratura dos sistemas sociais e políticos nos países industrializados. Nesse contexto, um partido conduzido pelos trabalhadores proletários, a nova classe internacional produzida pela indústria, assumiria o poder de forma a construir as bases para um novo homem. Mas Marx não pensou minuciosamente as estruturas internas e o formato organizacional do partido que, ele afirmava, surgiria no mundo fabril. Ele apenas visualizava um partido dos trabalhadores que assumiria o poder político e faria reformas estruturais radicais, fosse no modelo de propriedade, fosse na estrutura tributária, fosse mesmo na formação de um trabalho industrializado que poria fim à clivagem campo/cidade. A obra de Marx não abrange uma análise aprofundada do partido revolucionário ou mesmo do próprio estado, mas apenas as condições materiais histórico-econômicas que são geradoras do partido. Marx também não define muito claramente as fronteiras entre o movimento operário revolucionário e o partido revolucionário, estando muito pouco clara essa divisão no próprio Manifesto Comunista.

A relação entre movimentos sociais e partidos pode ocorrer de várias maneiras. De acordo com Swen Hutter, Hanspeter Kriesi e Jasmine Lorenzini, haveria quatro formas de abordar a relação entre partidos e movimentos. A primeira e mais conhecida abordagem seria a do *political process approach*. Nesse modelo, os partidos políticos são parte de alianças e

¹⁸ Ainda que depois disso, muitas vezes, haja certa verticalização no que se refere ao relacionamento da cúpula partidária com suas bases, aproximando o movimento de um partido tradicional como outro qualquer.

estruturas conflitivas nas quais os movimentos estão inseridos. Os movimentos são oriundos de conflitos e clivagens da sociedade civil e levam as demandas provenientes desses conflitos a um público mais amplo. A partir dessa amplificação, cria-se uma oportunidade aos grupos que já estão nas estruturas convencionais de poder aumentar seu conjunto de propostas frente à sociedade civil. Os partidos podem se apropriar de demandas colocadas pelos *challengers*, seja por razões oportunistas ou mesmo por motivos mais ideológicos e substantivos. É notável esse tipo de aproximação entre partidos e movimentos de esquerda, sobretudo, no contexto europeu (DELLA PORTA; RUCHT 1995; KRIESE *et al.*1995; MAGUIRE 1995, *apud.* HUTTER, KRIESI, LORENZINI).

Uma segunda abordagem, muito próxima da primeira, tem a ver com o surgimento de novas clivagens sociais. O principal ponto aqui são as emergentes divisões sociais e como são politicamente articuladas e organizadas. Uma das novas divisões seria o que Kriesi (2008) identificou entre “perdedores” e “vencedores” da globalização, o que geraria movimentos conhecidos muitas vezes por “novos movimentos sociais” ligados à esquerda, assim como novos movimentos “populistas” de direita. É claro que, segundo Kriesi *et al* (1995), a relação entre mobilização de protestos e mobilização eleitoral varia muito, dependendo das novas clivagens e também do espectro ideológico que permeia o cenário político, assim como dos atores políticos envolvidos. Conforme Kriesi *et al* (1995), tal como na primeira abordagem, o que fica evidente, nesta segunda, muitas vezes, é uma maior aproximação entre os dois tipos de mobilização – de protesto e eleitoral, com a esquerda¹⁹. Escrevendo em 2013, contudo, McAdam e Tarrow (2013) argumentaram que isso só se aplicava ao caso europeu, de forma que nos EUA existiria uma mobilização de protestos e eleitoral, tanto por parte de partidos de esquerda como de direita.

Uma terceira abordagem foca no lançamento de agendas específicas por parte de movimentos e protestos sociais. Essa abordagem também bebe em bom grau das diretrizes da primeira, porém apresenta uma visão mais específica e mais de curto prazo dos processos em andamento. A unidade de análise é a atenção dada a uma questão singular, durante um determinado espaço temporal. Aqui, os protestos são uma espécie particular de informação direcionada às elites acerca de problemas e questões que devam ser sanados com urgência. Os sinais exibidos pelos protestos em geral são claros, públicos, pouco ambíguos e muitas vezes compatíveis com predisposições de algumas elites políticas estabelecidas. Dependendo da propulsão desses sinais, os partidos podem interpretar a agenda como uma ameaça, ou como

¹⁹ Não se quer dizer que isso não ocorra de forma alguma com a direita, mas que se trata de uma característica mais peculiar aos partidos de esquerda.

um discurso a ser absorvido ou um programa a ser adotado. Os protestos maiores teriam maior impacto que uma grande frequência de protestos, de maneira que o tamanho importaria mais que a constância de mobilizações. Se a reação vem mais intensamente dos partidos no governo ou daqueles que estão na oposição, isso vai depender, também, da própria natureza da agenda proposta. Todavia, o que mais marca esse tipo de abordagem é a forma de analisar as conseqüências políticas dos movimentos, sobretudo em um curto prazo.

Uma quarta abordagem seria o que McAdam e Tarrow (2010) chamaram de *electoral contention*, que eles definem como uma série de conexões recorrentes entre eleições e movimentos, que molda marcadamente a dinâmica do movimento e os resultados eleitorais. Em parte, essa abordagem também está ligada àquela dos “processos políticos” (primeira abordagem), mas aqui se tenta aprofundar mais nas fronteiras turvas entre os partidos, os movimentos e as eleições (HUTTEN, KRIESI e LORENZINI). Os processos que se desenvolvem nessas fronteiras seriam bem variados, como eleições enquanto táticas de movimentos, mobilização eleitoral pro e reativa por parte dos movimentos, os impactos de longa data das mudanças dos resultados eleitorais nos padrões de mobilizações e movimentos²⁰, e polarização partidária induzida pelos movimentos. Em suma, a relação entre partidos e movimentos tendo como o epicentro um evento eleitoral específico.

Em todas essas abordagens descritas, ocorre uma tentativa de aproximar teorias de movimentos sociais e partidos políticos, de forma a não torná-los unidades de análise demasiado estanques e sem nenhum diálogo entre si. Todavia, ainda que os autores consigam argumentar bem no sentido de que as esferas movimentalista, partidária e mesmo eleitoral não sejam áreas estanques, e mesmo que Hutten, Kriesi e Lorenzini enfatizem o papel das redes sociais em alguns movimentos que se partidarizam, como o *Movimento Cinque Stelle*, na Itália, ou o *Enahda*, na Tunísia, uma análise mais profunda das relações entre partido e movimento fica faltando. Isso no sentido de que se dá pouca atenção à estrutura interna de ambos e como pode haver uma espécie de *continuum* organizativo entre eles. Esse *continuum* seria uma esfera de interações composta por redes de relações, a princípio transversais ao movimento e ao partido, não estando a unidade de análise restrita àquela zona turva que seria a linha divisória entre os partidos e os movimentos.

Em relação ao conceito de partido-movimento, talvez a grande referência ainda seja o trabalho de Herbert Kitschelt (2006). De acordo com Kitschelt, os partidos-movimento são o

²⁰ Aqui pode ser citada a transformação dos partidos social democratas europeus em partidos de classe média. Essa “acomodação” teria influenciado na formação dos greens, partidos mais movimentalistas e mais radicalizados em vários aspectos (Hutten, Kriesi e Lorenzini).

processo de transformação de movimentos sociais em partidos políticos. Isto, é por partido-movimento, refere-se a atores que estão em transição de movimentos extra-institucionais rumo à competição eleitoral institucionalizada (Kitschelt, 2006). Um pouco mais recentemente, Manuela Caiani e Ondrej Cisar (2019), os partidos-movimento representam toda uma possibilidade de relações entre movimentos e partidos políticos. Um problema é que o *continuum* organizativo continua uma área pouco trabalhada e não se coloca regularmente a questão de se os partidos movimento reproduzem ou não estilos organizativos parecidos com de outros tipos já bastante estudados de partido. A caracterização dada por Kitschelt de partidos movimento como estruturas de poder horizontalizadas e pouca densidade estrutural organizativa pode ser aplicada a partidos que não necessariamente tiveram suas origens no campo dos movimentos. Neste sentido, torna-se necessária uma recapitulação dos estudos das estruturas internas dos partidos políticos, seja na literatura clássica, seja na mais atual.

1.2 Estrutura interna e oligarquização: Ostrogorski, Weber e Michels

Apenas em 1895, foi escrita a primeira obra que trabalhou de forma sistemática a natureza dos partidos na modernidade. Em *Os partidos políticos e a democracia*, o bielorusso Moisey Ostrogorski analisou a natureza dos partidos ditos burgueses na Grã-Bretanha e nos EUA. Ostrogorski já percebera, naquele tempo, que os partidos tinham uma tendência de concentrar poder decisório nas mãos de grupos seletos. Entre os membros do Partido Conservador britânico, esse poder tendia a permanecer entre os grupos parlamentares. Entre os norte-americanos, o poder se concentrava nas assembleias e comitês locais, onde os *bosses*²¹, em geral, organizavam comícios a partir de seu *status* social naquele meio. Entre os britânicos, a concentração do poder nos grupos parlamentares se dava justamente para conter a força dos líderes locais e suas assembleias sazonais²².

A concentração de poder nas mãos dos líderes dos comitês, para Ostrogorski, começa com a criação do *caucus*. O *caucus* caracteriza-se por ser um encontro privado onde são eleitos os candidatos às eleições, mas também pela tentativa de aproximar as lideranças partidárias da população em geral, sobretudo em níveis distritais. Não se quer dizer que o

²¹ Por *boss*, “chefe”, os autores referem-se a figuras locais que têm grande poder de arregimentação de massas de comitês e comícios públicos em datas específicas. Muitas vezes os *bosses* eram profissionais bem sucedidos.

²² Por sazonais, quer-se dizer algo que ocorra com certa periodicidade.

Caucus em si, e em suas etapas iniciais, represente, *per se*, a concentração de poder e a oligarquização dos partidos. O *caucus* nasce justamente para aproximar as lideranças partidárias de outros setores da população, em um contexto onde as elites parlamentares não podem simplesmente votar entre si, visto a expansão do sufrágio e a incorporação de novos setores da população à política eleitoral, como será mais bem descrito adiante. No século XIX, essa expansão do eleitorado se deu, majoritariamente, entre os cidadãos do sexo masculino nos países da Europa ocidental e anglo-saxões²³. Como afirma Ostrogorski, essa nova dinâmica serviu para retirar o aspecto reacionário dos partidos conservadores, como ocorreu com o “torysmo popular” de Disraeli (OSTROGORSKI, 1895), em que a nobreza conservadora inglesa, tradicionalmente aliada ao monarca, fez esforços para estabelecer maior proximidade com a população.

Todavia, o *caucus* não deixa de ser, em alguma medida, um elemento de concentração de poder. Ainda que proporcione uma aproximação do potencial eleitorado, desnecessário anteriormente, ele não deixava de ser um encontro privado entre os notáveis do partido. Aparentemente, o *caucus* proporcionou as bases para os grandes comitês sazonais que caracterizariam os chamados partidos burgueses, que seriam o principal veículo de mediação entre partido e público eleitor. Esses comitês (e assembléias) requeriam uma concentração deliberativa das lideranças. Em geral, essas lideranças são compostas por indivíduos que se destacam em suas comunidades por certos motivos, e por serem profissionais liberais bem sucedidos. Isso se dá, sobretudo, entre os *bosses* americanos. O *caucus* foi uma forma dos partidos, que não representavam necessariamente os interesses das massas, se aproximar delas.

Na Inglaterra, principalmente depois do Bill of Acts de 1832, os partidos, não importa qual fosse a sua vertente, tiveram a necessidade de se aproximar das massas, uma vez que era necessário o maior número de votos possível para vencer as eleições. As simples organizações de caráter puramente parlamentar não eram mais suficientes no novo quadro político, partidário e eleitoral. Em relação aos radicais de Birmingham, na altura em que tentavam impedir a Cláusula das Minorias de 1867²⁴, Ostrogorski diz:

Para ser vitoriosa, a organização do partido, se afirmando como os adversários da cláusula das minorias, deveria atender a todos os seus eleitores, lhes fazer sentir que iriam combater “pro aris et focis”. Em resposta a essas preocupações, um dos líderes radicais, W. Harris, propôs um plano de organização que introduzia dentro do governo do partido toda a massa de seus aderentes: em cada bairro, todos os liberais do endereço se agrupavam e escolhiam delegados a uma assembléia representativa do partido para toda a cidade; nomeados diretamente pelo povo e se mantendo em

²³ Exceto na Austrália e na Nova Zelândia, onde o sufrágio feminino veio no século XIX, ainda.

²⁴ Cláusula que visava expandir o direito de voto.

comunicação constante com os cidadãos dos bairros, os delegados podiam decidir com a autoridade das diretrizes gerais a dar ao partido e também de todas as questões importantes do dia, em particular da escolha dos candidatos às eleições (OSTROGORSKI, 1895, p. 104).

Em função de tal concentração de poder, Ostrogorski propôs um modelo de partido que, nas bases, fosse composto por federações temporárias (MICHELS, 1915), onde grupos organizados em torno a determinado interesse criassem sistemas horizontais de coesão e disciplinamento, que mantivessem pressão sobre os grupos dominantes dentro do partido, até seus objetivos serem alcançados. Uma vez alcançados esses objetivos, as federações deliberadamente desmembrariam a si próprias, cada membro retornando a seus afazeres da vida privada.

Essa proposta pode ser interpretada em termos nos quais os partidos ganham maior dinamismo, ou mesmo traços mais “movimentalistas”, uma vez que surgem, entre outras coisas, através de elites que tendem a se fechar nos cáucus, de forma que os partidos estudados por Ostrogorski nunca chegaram a ser movimentos sociais que passaram pela etapa emergencial de Herbert Blumer. Eles já surgem como partidos políticos com poder concentrados nas mãos de membros das elites, já nascem, de certa maneira, “oligarquizados”.

Max Weber, como já foi mencionado, também via essa tendência à concentração de poder nas mãos de alguns grupos específicos dentro dos partidos modernos. Os partidos seguiriam as tendências da própria modernidade, passando por um processo de cristalização e solidificação de suas estruturas internas a partir da burocratização. Weber chegava a afirmar que os partidos, quando alicerçados por uma organização de dominação genuinamente carismática, empreendiam uma luta ligada fundamentalmente a crenças, não podendo ser entendidos como partidos em seu sentido moderno. O partido estritamente carismático seria o equivalente político de associações patriarcais. São empreendimentos que conduzem conflitos ligados a crenças, não podendo ser resolvidos de maneira definitiva (WEBER, 1922). Os partidos carismáticos, assim como os partidos tradicionalistas ou doutrinários²⁵ são os tipos mais distintos do modelo racional-legal de partido, para Weber.

O partido moderno legal é caracterizado por uma luta por recrutamento livre de votos em países com eleições formalmente livres e seria um veículo racional orientado a fins, no caso o poder. Assim sendo, o partido racional-legal weberiano está nas mãos de uma elite dirigente e de um estado maior. Seus membros ativos absorvem um papel mais proeminente em áreas como estâncias de controle, de discussão e de reorganização em caso de

²⁵ Os partidos tradicionalistas, segundo Weber, são aqueles ligados a dissensões a respeito do modo de exercício do poder tradicional na esfera da graça e do livre arbítrio do senhor. Os partidos doutrinários, por sua vez, são aqueles ligados a dissensões sobre os conteúdos da doutrina e de concepções de mundo.

transformações rápidas do partido. As massas não ativamente associadas são apenas um objeto de solicitação/mobilização em épocas de eleição ou votação. Seriam os simpatizantes e sua opinião é interessante na medida em que orientam o trabalho de recrutamento dos quadros dirigentes em caso de luta efetiva pelo poder (WEBER, 1922). Em suma, a teoria mais ampla de Weber a respeito do fenômeno da modernidade, da burocratização e da “jaula de ferro”²⁶ se aplicariam também aos partidos políticos, esses se tornando apenas veículos racionais na busca de fins eleitorais e poder.

Um autor clássico acerca do tema, que tratou não apenas da burocratização, mas da oligarquização de elites dirigentes, foi o alemão Robert Michels. Michels, seguindo a influência de Weber e Ostrogorski, trabalhou o tema da oligarquização e da concentração de poder das elites dirigentes em partidos socialistas/comunistas da Europa ocidental, tendo como grande referência o SPD (Partido Socialista Alemão), ainda que também foque em partidos socialistas da França, Itália, Bélgica, Holanda, entre outros.

De acordo com a análise de Michels, os partidos socialistas tendem a concentrar poder de forma altamente rígida nas mãos de uma classe dirigente, de forma que a horizontalidade de poder existente no discurso e no campo de visão das organizações socialistas se perde completamente. Da mesma forma que Ostrogorski, Michels via a formação de elites políticas dentro das estruturas partidárias como perigosa para a democracia, de forma mais geral. Porém, em relação aos partidos socialistas, Michels via ainda mais poder na classe dirigente do que o autor bielorusso via nos comitês sazonais norte-americanos e nos grupos parlamentares britânicos. Segundo esse autor, os partidos socialistas, sobretudo o SPD alemão, criavam verdadeiros impérios burocráticos dentro do partido, tendo suas elites dirigentes mais poder sobre os membros do partido do que os antigos senhores feudais da Europa medieval tiveram sobre seus vassalos.

O poder das classes dirigentes do partido poderia chegar ao ponto de convergir para a figura de um líder apenas. Desta forma, o bonapartismo, que para Michels seria a síntese antagônica entre democracia e autocracia, não seria algo que rondasse apenas os governos dos países europeus, mas, também, a estrutura organizacional dos partidos proletários, ainda que fossem estes que mais ferrenhamente se opusessem às instituições ditas democráticas, que se colocavam como “opções” na realidade européia daquele momento. Os partidos socialistas e proletários, portanto, poderiam desenvolver tais estruturas de poder bonapartistas tão facilmente quanto os estados nacionais.

²⁶ Por “Jaula de ferro”, Weber quer dizer um processo de gradual de burocratização da vida, do qual os indivíduos dificilmente conseguem se distanciar.

O bonapartismo é a teoria do domínio individual originário de uma vontade coletiva, mas tendendo a se emancipar dessa vontade e se tornar soberano na sequência. No seu passado democrático ele encontra o escudo contra os perigos que podem ameaçar o seu presente anti-democrático (MICHELS, 1915, p.213).

Michels exemplifica como muitas vertentes dentro de partidos proletários, na luta pela consolidação do poder e de uma hegemonia interna do partido, assumem o nome de seus líderes, como os guesdistas no POF (Partido Operário Francês), e os lassalistas, no SPD (Partido Socialista Alemão).

Partindo de modelos teóricos, que vão desde a ideia de complexificação, diversificação e divisão do trabalho social, na linha de Durkheim, passando por uma extensa crítica literária, até a psicologia social de massas²⁷, Michels mostra como as contingências técnicas e a especialização do trabalho levaram os partidos socialistas a constituírem organizações demasiadamente verticalizadas. Organizações tão burocratizadas, verticais e ausentes de participação em seus processos decisórios quanto qualquer organização oriunda do universo burguês. Dentro dessas organizações, a manutenção dos meios burocráticos e administrativos se torna tão forte, e a luta entre diversos grupos pela hegemonia interna e liderança partidária tão presentes, que a condução dos meios ganha mais proeminência que o alcance dos fins. O conceito mesmo de democracia se torna nebuloso e demasiadamente abstrato. “No esforço através do qual vários grupos de líderes empreendem pela hegemonia no partido, o conceito de democracia se torna ludibrioso e todos o empregam” (MICHELS, 1915, p.183).

Michels também foca na ascensão social de indivíduos de origem proletária, seu processo de “aburguesamento”, seu distanciamento das bases proletárias do partido, e a criação de uma espécie de aristocracia proletária. Michels faz essa análise em uma perspectiva que remete à teoria dos estabelecidos e dos outsiders de Norbert Elias, no sentido de que o líder proletário, ainda que lute pela causa de sua classe social, não deixa de ver os grupos mais estabelecidos como um tipo de parâmetro. Quando tem a oportunidade de emular os valores, hábitos, gestuário e vestuário dos estabelecidos, ele o faz, afastando-se de seu grupo social de origem. Desta forma, e uma vez que a organização interna do partido sempre cria uma classe mais qualificada de proletários e em maior contato com os setores burgueses dentro do partido, assim como de suas elites intelectuais, a ascensão social de partes do proletariado torna-se uma constante, impedindo que o proletariado organizado em junção com o partido fique totalmente coeso por muito tempo, nem suas organizações de base tão horizontalizadas.

²⁷ Em relação à psicologia das massas, Michels afirma que as massas têm uma necessidade quase “natural”, de caráter psico-emocional, da liderança de figuras carismáticas. Necessidade essa, que, por si só, já quebraria o espírito horizontal da proposta socialista original.

A divisão social do trabalho no tecido social e econômico na sua forma mais ampla acaba sendo redesenhada também no interior dos partidos socialistas, ou proletários.

Este aburguesamento é o resultado de três ordens muito diferentes do fenômeno: (1) a adesão da pequena burguesia aos partidos proletários; (2) a organização trabalhista como criadora de um novo estrato pequeno burguês; (3) reação capitalista como criadora de um novo estrato pequeno burguês (MICHELS, 1915: 254).

O autor alemão fala, também, de setores oriundos da pequena burguesia, que não necessariamente adentram o partido, mas prestam serviços periódicos a seus membros. Dessa forma, tornam-se organizações anexas do partido e que, de certa forma, agem como grupos de interesse e pressão frente a esse. Um bom exemplo, citado por Michels, seriam os donos de tavernas e pequenos restaurantes e cervejarias. As tavernas, sendo locais de encontro de proletários, seja para uma conversa informal acompanhada de uma cerveja, seja para reuniões onde são discutidas novas diretrizes do movimento proletário, transformam-se em uma espécie de centro organizativo para os membros dos partidos operários. Seus donos tornam-se velhos conhecidos, ou mesmo amigos dos membros dos partidos, prestando-lhes favores de toda ordem, e também se oferecendo para a causa proletária, o que contribui ainda mais para a inserção de um suposto espírito pequeno burguês nos partidos proletários ou socialistas.

Em relação às elites intelectuais dentro do partido, a maioria esmagadora de seus membros é de origem “burguesa”, o que confere uma ainda maior divisão do trabalho social no interior da organização partidária, uma vez que, segundo o próprio Michels, existe sempre um grande conflito entre os intelectuais e as elites sindicais de origem proletária. Além do conflito em relação à pequena burguesia gestada dentro do próprio sistema de divisão do trabalho que a administração do partido requeria, existem as lideranças de origem burguesa que são exteriores ao partido. Ou seja, não são oriundos de um processo interno de aburguesamento do partido, mas já o adentram tendo origens burguesas. Segundo Michels, os elementos burgueses que adentram o partido proletário, sobretudo os intelectuais, são indivíduos que, em geral, experimentam um rompimento com suas famílias e seu meio social de origem. Seria uma fratura dentro das classes burguesas oriundas de uma fratura social mais ampla esboçada pela luta de classes.

Às ideias abstratas defendidas pelas elites intelectuais do partido soma-se também a abstração da própria ideia de participação. A participação das massas se torna algo antes simbólico, que efetivo, uma vez que, sendo uma promessa a ser cumprida em algum período dado da história e, ao mesmo tempo em que ocorre a consolidação das elites partidárias, técnicas e intelectuais, não apresenta nenhuma manifestação material e concreta mais objetiva.

“Similarmente, no caso dos partidos políticos, o peso de uma oligarquia é raramente sentida quando as massas são codificadas, e quando cada membro pode, em abstrato, participar do poder” (MICHELS, 191, p. 216). Para Michels, toda essa dinâmica entre elite e massas partidárias alimenta, em alguma medida, o amor próprio dos membros que ocupam posições mais baixas no *ranking* partidário, uma vez que estes passam a crer que, sem a sua participação as lideranças não estariam no lugar em que estão, de forma que criam a ideia de que a sua participação não é abstrata e sim bastante concreta.

Podemos notar que em Ostrogorski, Weber e Michels, existe um tema em comum que é o da concentração do poder nas mãos de elites partidárias. De forma que aqueles que deveriam ser o principal meio de mediação entre estado e sociedade nas democracias modernas - os partidos - têm a ideia mesma de democracia debilitada no seu próprio interior.

Uma peculiaridade identificável em Michels, e em menor medida em Weber, é que dentro de seus modelos teóricos, os partidos podem ser movimentos sociais que se tornaram partidos e se “elitizaram”. Em Michels, o partido socialista é, muitas vezes, uma estrutura burocrática que vem do próprio movimento operário, tornando-se uma estrutura burocrática e administrativa em um momento posterior ao início das primeiras lutas operárias. Ele não nasce a partir de elites parlamentares e suas respectivas elites são mais produto da oligarquização oriunda da divisão social do trabalho dentro do partido (ou movimento) que um *caucus* formado por pessoas já previamente originárias de elites estabelecidas.

Sendo assim, os partidos socialistas analisados por Michels e os partidos burgueses analisados por Ostrogorski passariam por alguma forma de elitização, os primeiros se elitizando a partir da própria dinâmica da consolidação do partido como um empreendimento de luta social e o segundo já nascendo elitizado. Mas ambos estando na alçada interpretativa de Weber acerca dos partidos políticos e suas tendências de burocratização e oligarquização interna. Porém, se consolidaria nas primeiras décadas do século XX, no estalar da Revolução Russa, outro tipo de partido de inspiração socialista que surgiria também de elites intelectuais externas aos movimentos operários e contestatórios em geral. É o caso dos partidos que viriam a ser chamados de comunistas, de inspiração mais claramente marxista que boa parte dos partidos socialistas surgidos nos oitocentos, com uma maior disciplina interna, e com outro estilo de organização. São os partidos de inspiração não apenas socialistas, mas também leninista, ou gramsciana. Esses partidos seriam, então, um veículo não apenas para a representação de certos grupos de pressão, mas para a mudança e reestruturação radical de toda a sociedade.

1.3 Os partidos como instrumento revolucionário: Lenin e Gramsci

Vladimir Ilitch Lenin nasceu na região da Rússia que seria hoje a República do Tartastão, filho de um funcionário público que trabalhava como professor e supervisor para escolas do governo, tornando-se em sua vida adulta um dos, se não o mais, proeminentes líderes revolucionários a liderar os bolcheviques na Revolução de 1917, assim como, talvez, o mais proeminente pensador marxista do século XX.

Lenin teve grande influência do líder niilista²⁸ Serguei Nechaev, assim como de Piotr Tkachev, e de seu modelo de organização conhecida por “Sociedade do machado”, um tipo de movimento político organizado por células. Cada célula era um grupo com um número específico de integrantes (geralmente um número não muito grande), ligado a um centro de comando conduzido pelos líderes da organização. As células se comunicariam com o centro, mas não teriam nenhum tipo de comunicação entre si, de maneira que o centro estabeleceria uma série de relações binárias paralelas, entre as células, mas estas não tendo nenhum contato, ou mesmo comunicação entre si²⁹.

Entretanto, os niilistas não tinham um projeto político muito claro, no sentido do que fariam uma vez que o Czar fosse desacreditado pelas massas e destituído do poder. Eles tinham um modelo tático de como desafiar o estado russo e suas instituições, mas não tinham um plano do que fazer depois da derrubada desse estado³⁰. Lenin adaptou essa estrutura tática para a formação de uma organização do tipo de partido político. O revolucionário russo, apesar de profundamente marxista, não acreditava na espontaneidade das massas em um momento de colapso do sistema capitalista, como Marx previra. Pelo contrário, em um país

²⁸ O niilismo foi um movimento social e político russo do século XIX. Influenciados pelos avanços das ciências naturais no ocidente europeu, os niilistas acreditavam que poderiam mostrar às massas camponesas russas que o czarismo não era divino. Da mesma forma que a ciência natural demonstrava que não era necessária a explicação divina para a compreensão dos fenômenos da natureza, seria possível demonstrar às massas do campo que o czarismo não era divinamente protegido. E isso seria feito através de atentados terroristas visando membros da aristocracia czarista e da Igreja, uma vez que as únicas instituições russas seriam justamente a elite czarista e a Igreja, segundo os niilistas. Serguei Nechaev foi o mais proeminente dos niilistas russos. É curioso notar que o atual movimento dos Black Blocks, em alguns aspectos, lembra um pouco o niilismo russo. Os Black blocks enfrentam a polícia nas ruas, além de atacarem e destruírem símbolos do capitalismo, como agências bancárias e lojas da rede McDonald's, com a intenção de simbolicamente demonstrar que o capitalismo não é a única condição de existência humana, e pode ser destruído. Porém, não apresentam um programa claro, no que se refere à política e ao Estado. Os Black blocks parecem ser uma espécie de neo-niilistas.

²⁹ Talvez não seja incorreto afirmar que está, aí, o nascimento do modelo de partidos comunistas organizados por células, segundo a interpretação de Maurice Duverger.

³⁰ Vale lembrar que alguns setores do niilismo estavam vinculados aos populistas *nardoniks*, que defendiam uma confederação russa de comunidades rurais autônomas, muito influenciados pelo socialismo utópico de Fourier. Ao longo do século XIX o campesinato pouco correspondia às expectativas desse grupo, o que fazia com que se tornassem ainda mais violentos, voltando-se muitas vezes para o terrorismo.

como a Rússia, com um capitalismo fabril ainda relativamente pouco desenvolvido, mais do que mudanças estruturais, seria a ação revolucionária metodicamente preparada a agência que prepararia o terreno para o socialismo.

Lenin não apenas não acreditava na pura espontaneidade das massas como também não confiava nos sindicatos trabalhistas. Para ele, os sindicatos tinham uma tendência ao pequeno aburguesamento, a se tornarem pequenos burgueses³¹, uma vez que certos direitos trabalhistas fossem conquistados. Criticando Martynov acerca da luta política dos sindicatos de operários, Lenin afirmava:

Conferir “à própria luta econômica um caráter político significa, portanto, procurar conseguir as mesmas reivindicações profissionais, melhorar as condições de trabalho em cada profissão através de “medidas legislativas e administrativas” (como se exprime Martynov³², à página seguinte – 43 – de seu artigo). É exatamente o que fazem e o que sempre fizeram (LENIN, 1902).

Ainda atacando o reducionismo economicista e as lutas sindicais, Lenin continua:

Assim, pois sob um aspecto “terrivelmente” profundo e revolucionário, a frase pomposa – “conferir à própria luta econômica um caráter político” – dissimula na realidade a tendência tradicional de rebaixar a política social-democrata³³ ao nível da política sindical. Na realidade, a frase – “conferir à própria luta econômica um caráter político” – implica apenas as lutas pelas reformas econômicas (LENIN, 1902).

Ele tomava como exemplo os casos inglês e sueco. Na Inglaterra, como mostrou Panebianco (1987), o Partido Trabalhista foi o menos marxista de todos os partidos de esquerda da Europa. Isto porque os sindicatos se mostraram muito resistentes à introdução de ideias revolucionárias em seu meio. Quando ainda era um partido fortemente descentralizado, fundamentado em organizações sindicais altamente autônomas e esparsas, os líderes sindicais tinham problemas até com os intelectuais do Socialismo Fabiano³⁴, que constantemente, tentavam estabelecer alianças com o movimento operário, mas o sucesso que almejavam.

Por esse motivo, Lenin nutria uma enorme desconfiança pelo sindicalismo, preferindo manter o partido como uma unidade altamente estanque, pouco permeável a indivíduos ou

³¹ “Pequeno burguês” foi um termo utilizado pelo escritor revolucionário russo Maxim Gorki em sua famosa obra “Os pequenos burgueses”. O termo designava, em linhas gerais, pessoas que não faziam parte da burguesia propriamente dita, mas na sua vida privada, compartilhavam dos mesmos valores dela (Gorki foi o primeiro presidente da União dos Escritores Soviéticos).

³² Alexander Martynov foi um proeminente líder menshevique.

³³ Nesse período ainda não havia ocorrido a divisão entre socialistas, ou social democratas, que seguiriam as propostas de Karl Kautski e Eduard Bernstein, e os comunistas, que seguiriam Lenin. Os social-democratas, de quem Lenin fala seria o movimento que acoplava uma série de posições anti-czaristas.

³⁴ Os socialistas fabianos eram um grupo de intelectuais que acreditavam em um processo revolucionário lento, de longa duração e sem violência. Eles fundaram a *Fabian Society* em 1887, e destacavam-se pela sua produção literária e dramática. O nome foi inspirado no General romano Quintus Fabius Maximus, que desenvolveu uma estratégia de vencer o inimigo pela fadiga e pelo cansaço, sem precisar efetuar uma batalha. Bernard Shaw, Sidney Webb e Beatrice Webb foram alguns dos membros mais destacados da sociedade Fabiana. Apesar da resistência de muitos líderes sindicais, os Fabianos tiveram um papel sim, na formação do *Labour Party*. Porém, sempre foi uma relação muito tensa, e os sindicalistas tinham uma tendência a desconfiar dos fabianos justamente por sua ideia de revolução, ainda que pacífica e gradual.

grupos que não tivessem passado pelo seu disciplinamento e socialização internas. O sindicalismo, com seu viés reformista e não revolucionário, além de ter o poder de estancar a sinergia da luta de classes, trabalharia dentro dos princípios da economia capitalista, o que a colocaria dentro do que Lenin chamou de “economicismo”.

A questão que se esboça é: em que, portanto, deve consistir a educação política? Podemos nos limitar a difundir a idéia de que a classe operária é hostil à autocracia? Naturalmente não. Não é suficiente esclarecer os operários sobre sua opressão política (como não o seria esclarecê-los sobre a oposição de seus interesses em relação aos seus patrões) (LENIN, 1902).

Em *O que fazer*, escrito em 1902, Lenin, ao atacar o *Rabotchaia Dielo*, o jornal daqueles que ele via como economistas liberais, coloca a luta sindical no mesmo plano analítico dos “economistas”. Os sindicatos também trabalhariam dentro de uma ótica capitalista, não sendo, a princípio, um instrumento de luta revolucionária, uma vez que seus interesses não necessariamente convergiriam com aqueles do partido bolchevique.

Entretanto, Lenin percebeu que a manutenção do partido nos moldes exatos da “Sociedade do machado” de Nechaev poderia levá-lo ao isolamento, além de dificultar a utilização tática das instituições “burguesas” para o alcance do poder. Lenin acreditava que era possível ocupar o parlamento, visto como aparelho central da “democracia burguesa”, com o intuito de superar essa mesma democracia e reestruturar radicalmente o estado, a economia e a sociedade, a fim de implementar um regime socialista. Dessa forma, o parlamento seria utilizado apenas como meio para a superação da própria política parlamentar.

Para isso, o partido revolucionário não poderia manter-se fechado nos moldes da organização estabelecidos por Nechaev. O partido poderia continuar com sua estrutura organizada em células, mas deveria também ter conexões mais estreitas com diversos setores oriundos da sociedade civil. Sidney Tarrow, muitas décadas depois, chamaria isso de “teoria da mobilização de recursos”. Ou seja, é um tipo de estratégia onde se estabelece contatos e alianças com qualquer grupo que, por algum motivo, esteja contra os poderes estabelecidos. Poderiam ser as nacionalidades que se encontravam nas fronteiras do Império Russo, ou mesmo os sindicatos urbanos.

A partir das idéias de Julius Martov e Liev Trotski³⁵, Lenin percebeu que poderia usar os sindicatos como correia de transmissão dos interesses da classe dirigente revolucionária

³⁵ Martov e Trotski elaboraram a idéia dos *soviets*, os conselhos de trabalhadores. Lenin, até então, mantinha-se fechado à idéia de comunas de trabalhadores temendo o espírito reformista dos sindicatos. Porém, depois ele viu que os *soviets* poderiam ser utilizados como extensão do partido, absorvendo-os e implementando-os junto à sua organização.

(Ulam, 1967). Lenin e Martov já haviam fundado a União de Luta pela emancipação da classe operária, sendo exilados, por isso, para a Sibéria e para o Ártico, respectivamente. Posteriormente fundaram também, junto com o restante do comitê editorial do Iskra, o Partido Operário Social-Democrata Russo em 1898. A querela entre Lenin e Martov se dava no sentido de que Lenin, a princípio, era mais rígido no que se refere ao recrutamento de membros do partido, assim como tinha uma visão muito mais revolucionária, propriamente dita, enquanto Martov, por sua vez, se aproximava um pouco mais do reformismo. De qualquer forma, Lenin percebeu o potencial da classe trabalhadora, desde que esta estivesse intimamente conectada com o partido. Martov propôs a formação de pequenas comunas de trabalhadores que, pelo menos teoricamente, seriam dotadas de grande autonomia. Trotski pegaria essa idéia de Martov ao se aproximar realmente dos *soviets*, e Lenin tomaria para si de forma que seu partido, antes fechado e inflexível no recrutamento dos membros, agora pudesse ter uma expansão mais profunda, para além de sua classe dirigente central, rumo à sociedade civil. Trotski fez essa primeira aproximação conseguindo cooptar o soviete de São Petersburgo na malfadada Revolução de 1905. Lenin, naquele momento, ainda não acreditava que aquele fosse o momento mais propício para a Revolução, defendendo uma condução ainda bastante fechada do partido. Em 1917, Lenin já opta por uma maior aproximação dos diversos grupos que emergiam junto ao colapso do sistema czarista, e foi quando se cristalizou de fato seu modelo de partido.

As células partidárias seriam estendidas para dentro dos sindicatos e das fábricas. Todavia, uma vez que os sindicatos teriam que ir além do mero reformismo, seria necessário explorar todas as insatisfações da classe trabalhadora frente ao sistema estabelecido, e não apenas insatisfações restritas ao plano da economia. É nesse ponto que entra a teoria da “mobilização de recursos”.

Considerem este ponto de vista sob o ângulo da opinião que prevalece entre todos os “economistas”, opinião segunda a qual a agitação política deve seguir a agitação econômica. Será verdade que a luta econômica é, em geral, “o meio mais amplamente aplicável para levar as massas à luta política”? Isto é absolutamente falso. Todas as manifestações, qualquer que sejam elas, da opressão policial e do arbitrarismo absolutista, e não apenas as ligadas à luta econômica, constituem um meio não menos “amplamente aplicável” para tal “integração” (LENIN, 1902).

Em relação à opressão policial, Lenin afirmava que ela não poderia ser denunciada apenas em relação às greves e atividades sindicais, mas em qualquer área de atuação da polícia ou de qualquer outro agente estatal.

Já em outro texto clássico, *O estado e a revolução*, de 1917, Lenin, além de atacar os anarquistas e intelectuais das correntes menos eminentemente revolucionárias do

socialismo/comunismo, como Eduard Bernstein e Karl Kautski³⁶, afirmando que estes haviam deturpado as idéias marxistas originais acerca da revolução e da luta de classes, esboçou de forma mais clara como o partido deveria atuar frente às agências do estado, suas instituições e toda forma de prestação de serviço que este pudesse conferir à sociedade em geral. Os anarquistas, segundo ele, não haviam entendido, também, o significado real da Comuna de Paris, vendo-a apenas como um meio de derrubar um estado-instrumento da classe burguesa. Ele via a visão anarquista como demasiadamente simplória, em se tratando de como derrubar definitivamente o estado tradicional.

Lenin acreditava que a Comuna demonstrou justamente que o estado não pode ser derrubado de uma vez, a partir de uma manobra mais ou menos espontânea das massas. Para isso, era necessária uma rede de organizações partidárias que, de alguma forma, substituísse as agências do estado normativo tradicional, além de uma milícia popular que estivesse apta a barrar possíveis manobras contra-revolucionárias.

Os *soviets*, assim como o corpo de comissários que agiria junto a eles, então assumiriam essa função, criando uma série de instituições portadoras das mesmas ocupações do estado burguês, controladas pela cúpula dirigente do partido revolucionário. Seria então, a ocupação das funções das agências estatais tradicionais pelos *soviets* e os comissários, junto à supressão do parlamento, com o apoio das milícias populares (tudo isso coordenado por um centro dirigente), que consolidariam de forma mais firme e duradoura o estabelecimento da ditadura do proletariado, assim como a formação do militante profissional (ULAM, 1967). Formaria-se, assim, o chamado centralismo democrático, que, segundo Lenin, seria um sistema político ao alcance de todos os cidadãos - e não apenas um sistema representativo dos interesses das burguesias nacionais, um elemento fundamental nos partidos leninistas. O centralismo democrático caracteriza-se pela relação do centro dirigente com as diversas instâncias político-administrativas controladas pelo partido através dos comissários (e não apenas os *soviets*), de forma a romper com a estrutura de governo parlamentar. O objetivo de Lenin era transformar o parlamento nesse centro que, através dos comissários³⁷ se relacionaria diretamente com os *soviets*, e teria prerrogativa sobre eles³⁸. Quando Maurice Duverger fala

³⁶ Bernstein e Kautski defendiam uma transformação gradual da sociedade capitalista rumo ao socialismo/comunismo, passando pela política parlamentar representativa e sem retirá-la de cena. A partir do rompimento de Kautski e Bernstein com Lenin, em algum grau, se dá também a divisão dentro do SPD alemão, havendo a clivagem entre comunistas e socialistas, ou social democratas. Os primeiros mantendo as diretrizes leninistas e os segundos se abrindo à política parlamentar representativa.

³⁷ Os comissários são as células, depois de consolidada a revolução.

³⁸ Isso não quer dizer que os *soviets* não tivessem nenhum poder de contestação do centro. Apenas que, em geral, as decisões finais eram tomadas pelos dirigentes e os *soviets* as seguiam.

em partidos comunistas organizados em células, está se referindo ao centralismo democrático leninista.

De toda forma, em países fora de uma supostamente atrasada Rússia, em uma Europa ocidental com instituições mais complexas, foi percebido que a forma como Lenin planejou a instauração da ditadura do proletariado não seria suficiente para alcançar os objetivos almejados. O modo de ocupação e substituição do estado burguês normativo tradicional teria que se dar de uma forma mais minuciosa, e detalhadamente planejada. Um dos intelectuais marxistas mais proeminentes e conhecidos nesse sentido foi o italiano Antonio Gramsci. Nascido na ilha da Sardenha, Gramsci pensou um tipo de esforço revolucionário em que o partido viria acompanhado não de *soviets* e milícias, mas, dentre outras coisas, de todo um conjunto do que Gramsci nomeou “intelectuais orgânicos”, ou bloco histórico³⁹. Ou seja, o intelectual orgânico é qualquer um que possa exercer uma atividade intelectual capaz de transmitir as idéias revolucionárias a um público mais amplo, seja a partir de dentro do estado, seja de fora dele. Os intelectuais orgânicos seriam aqueles que se ligam concretamente à construção e fortalecimento do poder das classes dominantes ou das classes dominadas (SADER, 2005).

E não apenas transmitir essas ideias, mas utilizar a estética e a cultura nacional popular com o intuito de transformar o marxismo em algo, não reflexivamente planejado, mas um tipo de interpretação do mundo que se desse de forma espontânea, em alguma medida. Ou seja, Gramsci não queria criar apenas militantes disciplinados, como Lenin, mas algo que levasse os cidadãos a ter o marxismo como fundamento de uma interpretação quase que natural do mundo a sua volta, colocando o marxismo no centro do senso comum.

O partido político, para o autor sardo, teria que ser formado pela convergência entre três principais vertentes. A primeira seria composta por um elemento difuso de homens comuns, médios, cuja ação está mais ligada à fidelidade e à disciplina que à capacidade criativa e organizacional. Esses homens, se dispersos e não organizados por um poder central, não são aptos a trazer maiores conseqüências para a luta política. A segunda vertente é justamente uma força organizativa centralizadora que proporcione coesão a este conjunto difuso de indivíduos médios. Seria um setor apto a atuar dentro do parlamento e das estruturas formais do estado, uma vez que o mesmo não pode ser derrubado de uma vez, havendo a necessidade de um trabalho dentro das regras do jogo. Os partidos modernos têm que saber

³⁹ O bloco histórico seria o conjunto de alianças entre os diversos grupos potencialmente anti-hegemônicos, algo que Tarrow chamaria décadas depois de mobilização de recursos. Também nos remete a Lenin (a origem da tese da mobilização de recursos) e às cadeias de equivalências de Ernesto Laclau.

jogar o jogo estatal e parlamentar, segundo Gramsci. Eles seriam verdadeiras escolas da vida estatal.

A função hegemônica ou de direção política dos partidos pode ser avaliada pelo desenvolvimento interno da vida dos próprios partidos. Se o Estado representa a força coercitiva e punitiva de regulamentação jurídica de um país, os partidos representando a adesão espontânea de uma elite a essa regulamentação, considerada como o tipo de convivência coletiva para a qual toda a massa deve ser educada, devem mostrar na sua vida particular interna que assimilaram as regras, que no estado são obrigações legais, como princípios de conduta moral (GRAMSCI: p. 121).

Sozinho, esse grupo centralizador (a direção do partido) também não formaria um partido, ainda que tivesse mais condições de fazê-lo que os componentes da primeira vertente. A terceira, por fim, seria um elemento de mediação, que coloque em contato a primeira com a segunda vertente. Um contato não apenas físico, mas também intelectual e moral. Essa terceira vertente seria uma espécie de continuação e meio de expressão da primeira, sendo que a segunda é o que dá condições reais delas existirem. Para Gramsci, cada partido revolucionário deveria balancear estas três vertentes em proporções definidas, para a maior eficiência possível que se possa alcançar.

Quando Gramsci fala em um componente do partido que coloque em contato intelectual e moral o poder central com os grupos mais desorganizados, ele está tratando da complexidade da sociedade civil, para além do estado. Seguindo Engels, ele dizia que as contradições oriundas da esfera econômica, não necessariamente levariam a desencadeamento de um processo revolucionário, “mas é no terreno das ideologias que os homens se tornam conscientes dos conflitos que se verificam no mundo econômico” (GRAMSCI, p. 25). Daí a importância da penetração do partido na sociedade civil, com a intermediação de seus “intelectuais orgânicos”, uma vez que a ideologia, tal como manifesta no senso comum da sociedade civil, se não for modificada, continuará sendo um impedimento ao processo revolucionário alavancado pelo poder central e dirigente do partido. Nos países ocidentais, industrializados e mais urbanizados, Gramsci acreditava que a hegemonia liberal burguesa tinha penetrado de forma mais profunda na sociedade civil, de forma que ela própria era um grande obstáculo ao processo revolucionário.

Por hegemonia Gramsci queria dizer um tipo de sistema de valores que, de alguma forma, perpassasse a divisão dos três poderes típicos das sociedades liberais modernas. Ele cita o exemplo de Croce acerca da luta entre Estado e Igreja, a partir da qual o estado tenta absorver e cristalizar permanentemente determinados estágios de desenvolvimento e a Igreja tenta representar a sociedade civil no seu conjunto. A Igreja, desta forma, pode se tornar

estado, de forma que a luta passará a ser dentro do estado-igreja, que perpassaria todos os poderes e os setores leigos e laicizantes da sociedade civil. Os três poderes, legislativo, executivo e judiciário seriam órgãos da hegemonia das sociedades liberais, sendo a justiça o lado mais vulnerável da condição hegemônica, tendo em vista os arbítrios da ação policial, e, mesmo, da administração política.

É claro que, ao falar em uma maior complexidade das instituições ocidentais, ele não está se referindo apenas às agências do estado e sua estrutura política, burocrática e administrativa. Ele fala também da própria sociedade civil e da sua complexidade em relação às sociedades do leste europeu. Gramsci afirmava que Lenin não teve tempo de aprofundar a sua fórmula da práxis revolucionária em relação às diversas sociedades nacionais. Seria necessário um aprofundamento da análise do “terreno”, como estava organizada a sociedade civil em cada país especificamente. Utilizando-se de linguagem conduzida por metáforas militares e de uma comparação entre luta política e luta militar, o autor italiano afirma:

No oriente o estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, porém, havia uma relação mais justa entre estado e sociedade civil e nos abalos do estado logo se percebia uma sólida estrutura da sociedade civil. O estado era apenas uma trincheira avançada tendo por trás uma robusta cadeia de fortificações e de casamatas; mais ou menos de estado a estado, é claro, mas isso pedia, sem dúvida, um acurado reconhecimento do caráter nacional (GRAMSCI, pgs. 76 e 77).

Uma vez que essa cadeia de fortificações no ocidente seria mais complexa e, de certa forma, diversificada, e a hegemonia burguesa mais bem compactada, Gramsci propõe uma modificação da práxis trotskista que ele chamou de “guerra de manobra”, e sua substituição pela “guerra de posições”. O que se quer dizer é que os espaços dominados pela hegemonia liberal burguesa vão sendo, pouco a pouco, ocupados pelo movimento de contra-hegemonia. Isto, ao invés de um movimento permanente de tomada do poder, como defendiam Lenin e Trotski. As duas “guerras” na verdade, parecem ser bem parecidas, mas a de posições se dá em função das necessidades impostas pela complexidade oriunda da hegemonia “burguesa” e seus entes estatais.

A “guerra de posições” foi uma forma de conduzir a “direção consciente da espontaneidade”, ou seja, dirigir massas que, a partir da sua espontaneidade, não poderiam reestruturar radicalmente a sociedade, assim como as relações de poder que estruturam essa sociedade. Como já foi dito, a espontaneidade das massas, por si só não é capaz de colocar em prática todo o processo revolucionário, é necessário um grupo dirigente centralizado conectado com as massas e tendo como intermediários os grupos que fazem essa mediação intelectual, e moral, os intelectuais orgânicos da contra-hegemonia.

Desta forma, se faria a “revolução passiva”, a revolução feita por um Partido Moderado e não um Partido de Ação. O segundo, de acordo com Gramsci, na sua experiência histórico/política, foi elaborado tendo em vista uma visão do “amanhã”, do futuro, sem que as condições ideológicas e intelectuais para a modificação do presente estivessem, em alguma medida, à disposição. Acerca dos partidos de ação, e recorrendo ao período do Renascimento, Gramsci afirma:

De fato, nunca se ligaram à realidade efetiva, nunca se tornaram consciência nacional-popular generalizada operante. Entre os partidos de ação e moderado, qual representou as “forças subjetivas” efetivas no Renascimento? Certamente, o partido moderado, e justamente porque teve consciência até da tarefa do Partido de ação: por essa consciência, a sua “subjetividade” era de uma qualidade superior e mais decisiva (GRAMSCI; 2005, p. 85).

O partido de tipo moderado, por sua vez, parece o mais adequado e com mais chances de ser bem sucedido, pois está mais apto a vencer as várias etapas e barreiras impostas pela complexificação da vida, tanto social, quanto política. Os partidos revolucionários em Lenin e Gramsci não apenas enfatizam os principais traços dos partidos que almejam a fratura total com o sistema capitalista, mas marcam, também, o surgimento de um tipo de partido que se faria presente em todo o século XX, em praticamente todo o mundo, os partidos socialistas e comunistas. Esses partidos, assim como os fascistas⁴⁰, são considerados os primeiros tipos de partidos de massa, partidos com íntima relação com suas bases, forte penetração no tecido social, e alta disciplina de seus membros e militantes. Segundo Maurice Duverger, foram esses partidos que romperam com o modelo de partido puramente parlamentar, uma fórmula partidária conservadora e remanescente dos períodos anteriores aos sufrágios, que, gradualmente, foram incluindo um número cada vez maior de setores sociais à vida política, pelo menos na sua vertente eleitoral.

Todavia, os partidos comunistas de inspiração leninista e gramsciana, em especial leninista, são antes elites intelectuais e políticas que tentam se aproximar de movimentos sociais, do que a cristalização de movimentos sociais na forma de partidos. Diferentemente dos partidos socialistas que começam a surgir no século XIX, há um maior hiato entre partido e movimento no caso dos partidos comunistas criados por Lenin. O partido aí não surge do movimento, ele é algo externo já pré-moldado que pode, ou não, dependendo das circunstâncias, se aproximar do movimento. Entretanto, seu modelo de organização é

⁴⁰ Em relação aos partidos fascistas, segundo Duverger, algo que os diferencia, entre outras coisas, dos partidos socialistas e comunistas é o fato de sua base fundacional ser a milícia, ou agrupamento paramilitar. Não que os partidos comunistas não tenham se munido de milícias também, mas essa não era sua organização de base original, elas eram formadas posteriormente à organização de outras bases, ou do próprio partido.

extremamente eficiente em manter um maior controle das bases pela cúpula, o que fez com que muitos partidos socialistas, passassem a adotar o modelo dos comunistas. Isso se começou a ocorrer a partir dos anos trinta, e, sobretudo, no pós-segunda guerra (como no Partido Socialista Italiano sob Rodolfo Morandi), de maneira que, em muitos casos a linha divisória entre socialistas e comunistas (os dois grandes modelos de partido de integração de massa) se manifestava mais claramente no seus objetivos do que na sua maneira de se organizar⁴¹.

Como será mostrado adiante, muitos partidos de massa se transformaram, perdendo características iniciais, convertendo-se em partidos *catch-all*, ou partidos profissional-eleitorais. Ou seja, partidos que moderam sua ideologia e tentam atrair o número máximo de votos, que se tornam máquinas de voto conduzidas por especialistas, de forma que há um enorme afastamento em relação às suas bases militantes, assim como em relação à sociedade civil, em geral. Isso leva a uma crise de representação dos partidos em geral, sendo que, em muitos países, sobretudo a partir dos anos 1980 e 1990, o descrédito dos cidadãos apresenta preocupantes aumentos. Esse distanciamento entre partidos, incluídos aí os de penetração e integração de massa, deu espaço para que toda uma gama de movimentos sociais, alguns mais novos, outros mais antigos, pudessem alcançar uma etapa de partidarização organizando-se em em um formato parecido com o dos partidos socialistas pré-leninistas, ou pré-comunistas.

1.4 Os partidos e as organizações de massa na modernidade, suas modificações e a configuração dos partidos socialistas

Maurice Duverger em seu clássico, *Os partidos políticos* (1957), analisa a formação desse tipo de partido, os partidos de massa, no que se refere à estrutura dos partidos (primeira parte), e aos sistemas partidários (segunda parte). É a primeira parte que mais nos interessa neste trabalho, tendo em vista sua análise da estrutura interna dos partidos, seu estilo organizacional, recrutamento de membros, bases, noção de adeptos e classe dirigente.

Duverger centra sua pesquisa, sobretudo, nos partidos de massa europeus, afirmando que, curiosamente, um país como os EUA nunca tinham formado partidos de massas como os dos países da Europa, mesmo depois de um significativo processo de industrialização pelo

⁴¹ Mesmo no que se refere aos objetivos, há alguns casos onde é turva a linha divisória entre o socialismo trabalhista e o comunismo. O Labour Party britânico mesmo, apesar da resistência que apresentou frente ao marxismo em seus anos iniciais, adotou, em 1929, sua famosa “Quarta cláusula” que defendia o controle social dos meios de produção.

qual passou o país. Os partidos de massa, como já dito, são partidos que têm profunda penetração na sociedade civil, são dotados de um caráter altamente ideológico e não são conduzidos apenas por um intuito de conseguir votos. Os partidos de massa almejam, em geral, ou a conquista de um amplo conjunto de direitos sociais, como os partidos socialistas, ou a reestruturação radical da sociedade, como comunistas e fascistas. O *caucus*, analisado por Ostrogorski, teria sido apenas um meio termo entre os partidos parlamentares e os partidos de massa modernos. Apesar de já terem alguma penetração na esfera social, pelo menos em comparação com os partidos parlamentares, essa penetração não foi aprofundada, tendo permanecido resumida aos comícios e comitês de bairro que se articulavam sazonalmente. Talvez por ser um entusiasta dos partidos de massa modernos (PANEBIANCO, 1987), Duverger vê o *caucus* como uma tentativa um tanto quanto fracassada de aproximação entre os partidos e a sociedade, justamente pelo fato de se articular, geralmente, nos períodos eleitorais e, para o autor, estar mais próximo de uma máquina de ganhar votos que de uma instituição de formação política ou, até mesmo, cidadã.

Os partidos norte-americanos seriam uma enfática expressão desse tipo de partido, onde os comitês são o modelo de organização dos dois principais partidos daquele país. Partidos conservadores, no sentido europeu da palavra, isto é, partidos que têm uma relação com a sociedade civil de tipo parecida com os partidos parlamentares da Europa. O autor francês questiona, inclusive, por que os norte-americanos não desenvolveram partidos de massa, como os europeus o fizeram. Não se quer dizer que a simples modernização e industrialização faria com que todos os partidos abandonassem a estrutura dos comitês, muitos mantiveram essa estrutura em vários países europeus. Porém, nos Estados Unidos nenhum partido relevante de massas surgiu. Os partidos de massa mais proeminentes desenvolveram-se em solo europeu, conduzidos por socialistas, comunistas e fascistas.

Para Duverger, os partidos de massa socialistas formam-se tendo como base as seções partidárias, e os partidos comunistas tendo como base as células. As seções seriam organizações locais, ligadas ao centro dirigente partidário e teriam, assim como as células entre os comunistas, um papel pedagógico e de formação política e ideológica entre seus membros. Em geral, as seções acomodam um número maior de membros que as células, e o processo de disciplinamento interno é menos rígido. As seções têm uma maior liberdade de interação umas com as outras, ainda que estejam sempre ligadas ao poder central do partido. As células, muito mais disciplinadas, e com um número que, em geral, vai de três a onze membros, são mais rigidamente controladas pelo centro dirigente do partido. E, geralmente, são direcionadas a locais de trabalho, como fábricas e empresas.

As seções, que podem ter dezenas de membros, são articuladas não apenas para formação política, mas também para palestras e discursos de membros dos partidos, ou, também, para que membros tomem conhecimento das próprias diretrizes vindas do centro. Elas são, também, espaços de socialização dos membros do partido, ainda que algum grau de disciplina partidária não esteja ausente. Ao diferenciar as reuniões das seções dos partidos socialistas dos comitês, Duverger afirma:

As seções socialistas reúnem-se geralmente todos os meses ou a cada quinze dias. A reunião não tem, aliás, o mesmo caráter que a do comitê: não se trata apenas de tática eleitoral, mas também de educação política. Oradores do partido vêm tratar dos problemas perante os adeptos da seção; sua exposição é geralmente seguida de um debate (DUVERGER, 1957, p. 59).

As seções foram uma invenção dos partidos socialistas e um rompimento frontal com a estrutura burguesa dos comitês. As seções são mais centralizadas e o número de adeptos participando em cada seção é muito maior que o dos comitês. As seções não deixam de se preocupar com a qualidade, mas se preocupam muito com a quantidade. Ao contrário dos comitês, as seções tendem a procurar o maior número de participantes possível. Elas apresentam, também, pelo menos a princípio, um caráter menos hierárquico e mais horizontalizado que os comitês, que eram uma espécie de clubes fechados, que incorporavam e ingressavam membros apenas por cooptação e delegação. Para fazer parte de uma seção, segundo Duverger, praticamente bastava querer.

A seção procura o contato permanente com as massas e ter contatos estreitos com elas em termos também geográficos e territoriais. Na França, enquanto os comitês se organizavam, sobretudo, em nível distrital, as seções se organizavam através das comunas. Nas maiores cidades, chegavam a ter uma seção por bairro, muitas vezes cada seção subdividindo-se em seções menores para um maior controle dos adeptos, em blocos de imóveis, como na Alemanha e na Áustria, ou dos “grupos” do Partido Socialista Francês.

Mas, em geral, os partidos desconfiavam dessas subseções, uma vez que acreditavam que poderiam substituir as questões mais relevantes e gerais dos partidos por pequenas pendências e querelas entre grupelhos partidários. As seções, apesar de abertas a todos, são expressões majoritárias da causa operária, despertando pouco interesse nos setores supostamente mais burgueses da população. Setores pequenos, médios ou grandes da burguesia não apreciam a ação coletiva, segundo Duverger. A formação social desses setores burgueses, fundamentados no empreendimento individual, faz com que o coletivismo das seções lhes seja pouco atrativo, não havendo, para eles, muito sentido na educação política proporcionada pelas seções. Ou seja, essas organizações de base dos partidos socialistas estão

intimamente ligadas à formação de uma sociedade industrial, onde as organizações proletárias mantêm, em certa medida, estruturas sociais menos diferenciadas, com uma menor divisão do trabalho, preservando-se seus traços mais coletivos. As seções, já nos anos cinquenta, perdiam a sinergia que tanto as marcou nos anos heróicos que iam de 1900-1914 (DUVERGER, 1957), talvez devido às mudanças sócio-econômicas que já começavam a se fazer visíveis nos anos do pós-II guerra.

Já os agrupamentos menores, de tipo subseção, na base dos partidos, serão justamente as células, organização típica dos partidos comunistas, que se organizam antes alinhadas a locais específicos de trabalho do que a territórios e regiões. Elas não têm bases territoriais e geográficas bem definidas como as seções.

Como o comitê, a seção repousava numa base local: mais estreita para esta que para aquela, porém sempre geográfica. Ao contrário, a célula repousa numa base profissional: reúne todos os adeptos do partido que têm o mesmo local de trabalho. Distinguem-se assim, células de fábricas, de oficinas, de loja de escritório, de administração (DUVERGER, 1957, p. 63).

É possível que haja células locais, também, que, por sua vez, se assemelham à seção em função de sua base geográfica. Pode haver células de vila e povoado, de bairro, de ruas e de imóveis, estas últimas, sobretudo, nas cidades de grandes unidades de habitação. Porém, esse tipo de célula tem uma função secundária, não tendo a mesma importância que as células de locais de trabalho. “Mas as células locais guardam sempre um caráter subsidiário; a verdadeira célula é a célula de empresa, que reúne os membros do partido no próprio local de trabalho” (DUVERGER, 1957, p.63)

As células, também, têm um número muito menor de adeptos que a seção, e nunca deve ultrapassar uma centena de membros. Eles se conhecem pessoalmente, melhor que os membros das seções, o que gera uma maior solidariedade partidária. As seções facilmente ultrapassavam uma centena de membros, chegando facilmente às centenas, e por vezes, chegando aos milhares. A célula, enquanto base para a formação política das massas, é implantada nos locais de trabalho, justamente para que seus membros estejam em contato permanente com todos os problemas que permeiam o mundo do trabalho. Aqui podemos notar claramente os elementos leninistas na formação das células, e um dos cuidados que as células devem sempre ter é de não cair no “economicismo”, o perigo apontado por Lenin. Isto é, as células têm que ter a precaução de não mergulhar nos dilemas trabalhistas a ponto de que suas demandas e a dos sindicatos, tornem-se quase que intercambiáveis, fazendo com que a própria célula se torne um sindicato (DUVERGER, 1957).

As células, uma vez que estão inseridas em ambientes de trabalho, mas sem poder mergulhar na problemática trabalhista sob risco do “economicismo” e de deixar de lado suas propostas mais fraturais em relação ao sistema, muitas vezes entram em choque com os sindicatos operários, que, frequentemente, lhes faziam tenaz oposição. A célula da empresa, muitas vezes, era vista como um perigoso rival. Quando, por volta de 1930, o sistema de células começou a se mostrar verdadeiramente eficaz, a maioria das centrais sindicais estava nas mãos dos partidos socialistas (DUVERGER, 1957). Dessa forma, “Para os comunistas, os sindicatos eram uma fortaleza a ser assediada, contra a qual as células forneciam uma boa máquina de guerra. Para os socialistas, eram uma fortaleza a defender: desejava-se portanto pôr de lado tudo o que pudesse enfraquecê-los” (DUVERGER, 1957, p. 67).

Para Duverger, as seções, assim como as células locais, se mostraram mais atraentes do que as células de empresa, uma vez que muitos membros de partido procuram, na vida partidária, um derivativo de sua vida cotidiana. Estão ali, também, para conhecer pessoas, discutir coisas da vida fora do universo eminentemente político e coisas do gênero. Nas células, a atividade política permanente, assim como a vigília exercida por um grupo pequeno de pessoas, é uma realidade, o que pode ser algo um pouco sufocante para muitos adeptos.

Uma diferença considerável entre as células e as seções, levando-se em conta o número de adeptos contido em cada uma, é de caráter também ideológico. Os comunistas almejavam uma reestruturação do estado, da sociedade e da economia muito mais radical do que os socialistas. Para isso, uma maior disciplina dos adeptos é muito importante, e unidades básicas de educação política, com um número pequeno de participantes, são muito mais fáceis de serem controladas. Esse controle se dá tanto na relação da célula com o centro dirigente, quanto nas relações dos membros da célula entre si, uma vez que o controle mútuo é mais fácil em um ambiente com um número menor de pessoas. Notável também é o fato do escasso, ou nenhum, relacionamento entre os membros de células diferentes. Eles se relacionam basicamente com aqueles de sua própria célula. Dessa forma, como um rigoroso controle das células se faz necessário, é muito maior o poder do centro dirigente.

O sistema das células não pode, portanto, ser estabelecido nem mantido senão por um esforço constante do centro. Esse esforço é possível num partido comunista, onde a autoridade da direção do partido é grande, o que não se verifica num partido socialista, grande e descentralizado (DUVERGER, 1957, p. 69).

O sistema de células, em face do crescimento das classes médias urbanas, também tende a se tornar, gradualmente, obsoleto⁴². Se as células controlam os sindicatos operários, e não apenas os assediam quando já se encontram sob controle das seções socialistas, existe uma possibilidade de que se tornem sindicatos, também, como aconteceu na Confederação Geral do Trabalho (CGT) francesa, no pós-guerra. Assim, as células tendem a “filtrar” aqueles adeptos mais militantes, mais permanentemente envolvidos com a proposta do partido, o que exige ainda mais controle do centro dirigente.

O partido comunista se desenvolve, dessa forma, como um partido direto, diferente dos partidos socialistas vistos como indiretos, pelo menos em suas etapas iniciais de formação. As estruturas partidárias diretas seriam aquelas nas quais os membros assinam uma ficha de adesão e pagam uma cota mensal, e vão às reuniões da sua seção local mais ou menos regularmente. Um bom exemplo desse tipo de organização, citado por Duverger, são os Partidos Socialistas, de forma geral, da década de cinquenta⁴³. O tipo de organização indireta seria mais bem exemplificado pelo Partido Trabalhista britânico de 1900. Acerca dos partidos indiretos:

O segundo⁴⁴ era constituído por sindicatos, cooperativas, sociedades mutualistas, agrupamentos intelectuais, que se reuniam para estabelecer uma organização eleitoral comum: não havia adepto do partido, membros do partido, mas apenas adeptos de “grupos de base”, membros de sindicatos, de cooperativas, de sociedades mutualistas (ou de assistência mútua), etc. A S.F.I.O oferece o exemplo de um partido “direto”; o Labour de 1900, o exemplo de um partido ‘indireto’ ” (DUVERGER, 1957, p. 40).

Para Duverger, a noção de partido indireto supõe que não há uma comunidade partidária realmente distinta dos grupos sociais de base. Não se é membro de um partido propriamente dito, mas de um grupo social, ou conjunto de grupos sociais, os quais são, coletivamente, adeptos do partido. É claro que, como mostrou Michels, essas estruturas, muitas vezes, apresentam tendências rumo à oligarquização e elitização das lideranças organizadas. E assim como afirma Duverger, esse esquema explicativo muitas vezes se altera ao encarnar-se na realidade. Outras abordagens fornecem mais esquemas explicativos acerca do tema desse tipo de partido.

Essa tipologia de Duverger, que nomeia os partidos de massa em contraposição aos partidos parlamentares (ou de quadro - *cadre party* ou *centre-elite parties*), não fornece os

⁴² Embora não apenas isso. O sistema de células do Partido Comunista Francês se diluiu em 1944 em relação a 1937, ainda que o número de operários na França tenha aumentado. Entretanto isso nem sempre ocorre, com os partidos socialistas, às vezes, adotando o modelo de células.

⁴³ Com as formações diretas, os partidos socialistas se aproximam do modelo dos partidos comunistas.

⁴⁴ O “segundo” é tipo indireto de partido.

únicos conceitos para a análise de partidos com maior ou menor penetração nas esferas mais eminentemente sociais da vida. Muitos outros autores refinariam esses conceitos, como Otto Kirchheimer, Angelo Panebianco, Michael Katz, Peter Mair, Thomas Poguntke, etc.

Kirchheimer's (1966) catch-all party entered our vocabulary in the 1960s. More recently, Panebianco (1988) has proposed the electoral professional party, a variant more precisely defined in organizational terms. Poguntke (1987-1993) the new politics party, Katz and Mair, the Cartel Party, and more recently, Hopkin and Paolucci (1999), the business firm party (WOLINETZ, 2002, p. 137)

Sigmund Neumannn, ainda em 1956, fez uma tentativa de refinar a divisão estabelecida por Duverger, classificando os partidos de massa como partidos de integração de massa, ou democráticos e os partidos de quadros, como partidos de representação individual⁴⁵. A problemática acerca da organização dos partidos modernos permeou o debate nesses termos ao longo de décadas, após a segunda guerra, no sentido de quais partidos seriam mais adaptados à sociedade moderna. A idéia defendida por Duverger, de que os partidos de massa seriam o modelo de partido ideal, foi o tema de seu debate com Leon D. Epstein⁴⁶. Ou os partidos de massa e suas estruturas de integração e penetração na vida social seriam o modelo (um tipo mais a esquerda de partido), ou os partidos com “intensidade de capital” seriam o melhor modelo (partidos mais a direita), esta era a questão do debate. Por partidos com maior “intensidade de capital” se quer dizer partidos com estruturas organizativas mais técnicas, dotados de administradores profissionalizados, e com um menor peso da burocracia interna, porém sem recorrer às bases do partido. Seria um partido altamente institucionalizado, porém com uma burocracia reduzida e um corpo tecnocrático de profissionais.

Para Steven Wolinetz, o problema acerca desse debate é justamente o fato de que os tipos de organização dos partidos, sejam eles de direita ou de esquerda, começam a se aproximar. Segundo o autor, partidos competindo dentro das mesmas regras eleitorais, respondendo ao mesmo sistema de financiamento e aos mesmos imperativos tecnológicos tendem a ficar cada vez mais semelhantes, transformando-se em partidos de “intensidade de capital”.

⁴⁵ Partidos de “representação individual” seriam partidos que preferem buscar eleitores individuais sem estar conectados a organizações da vida social, como os partidos socialistas e comunistas faziam em relação aos sindicatos, por exemplo.

⁴⁶ O debate entre Duverger e Epstein se caracterizou, em linhas gerais, pela idéia de que o partido de massa seria o modelo da modernidade, o “contágio da esquerda”, ou se o “contágio da direita” seria a norma. Por “contágio da direita” se quer dizer partidos com mais intensidade de capital humano e especialização em sua estrutura administrativa, partidos com ênfase em quadros técnicos.

Em Neumann, as diferenças e a dicotomia entre os partidos de massa, ou de integração democrática e os partidos de quadros, ou de representação individual, ainda ocupam o centro do espectro analítico, embora ele tente se concentrar nas funções dos partidos e não na sua taxonomia organizativa e como ela está ligada às origens, como é o caso em Duverger (WOLINETZ, 2002).

Já para Kirchheimer, a partir do pós-II Guerra, é possível ver uma mudança na formação dos partidos de massa, que, para o autor alemão, se transformam em partidos “pega-tudo”, partidos que, cada vez mais, despem-se de sua ideologia formadora original para se tornarem uma empresa em busca da maximização do número de votos. Eles também já não teriam, a princípio, um eleitorado mais ou menos específico, todos os setores sociais seriam parte do (usando os termos de Panebianco) “território de caça” do partido.

Se curvando à lei do mercado político, os partidos estavam abandonando o esforço de “enquadrar intelectual e moralmente as massas” subvalorizando ou abandonando a ideologia, buscando o apoio de grupos de interesse, enfatizando as qualidades de seus líderes, e buscando apoio onde quer que ele possa ser encontrado (WOLINETZ, 2002, p. 144).

Panebianco criticou essa interpretação de Kirchheimer, afirmando que o fato do partido tentar ampliar suas bases eleitorais, muitas vezes, não quer dizer que ele esteja desprovido de uma base eleitoral mais sólida, e de núcleos mais consistentes de lealdades eleitorais. Steven Wolinetz afirma que Kirchheimer, antes que formular uma tipologia dos partidos políticos, formulou a descrição de um “não-partido de massa”. Esse partido poderia ser de quase qualquer tipo, um *centre-elite party*, um partido ligado a grupos de interesse, um oportunista *vote-seeking party*, ou muitos outros que não fossem, necessariamente, um partido de massa.

Já nos anos 90 do século XX, Peter Mair e Michael Katz formularam a idéia do partido-cartel. Os dois autores defendem a assunção de que os partidos de representação individual ou de quadros se transformariam em partidos de massa, que se transformam em partidos “pega-tudo” (*catch-all*), e que, por sua vez, se transformam em partidos-cartel. Para Mair e Katz, os partidos *catch-all* (pega tudo), centrando-se na capacidade de seus líderes e distanciando-se de um eleitorado cada vez mais volátil, passam, progressivamente, a depender mais dos subsídios do estado. Os partidos-cartel são de tal forma dependentes dos subsídios do estado que se tornariam parte dele.

Em contraste com partidos *catch-all* mais empresarialmente orientados, apelam para um eleitorado ainda maior e mais difuso, se engajam primariamente em campanha de capital intensivo, enfatizam suas habilidades gerenciais e eficiência, são

vagamente organizados e distantes de seus membros, que mal são distinguíveis dos não membros (WOLINETZ: 148)⁴⁷.

Outro traço marcante nos partidos-cartel, descritos por Katz e Mair, é a sua necessidade de governar em coalizão com outros partidos, para ter acesso ao estado. Para os autores, esse tipo de partido teria deixado de ser um intermediário entre o estado e a sociedade civil para se tornar mero agente do estado.

Wolinetz propõe uma nova forma de classificação dos partidos, em um mundo onde os partidos de massa, nos seus formatos e propostas originais, parecem não mais atender as necessidades daquilo que Ronald Inglehart chamou de sociedade pós-material, ou pós-industrial. Tomando emprestada a análise de Ruud Koole (1992, 1994), Wolinetz afirma que, para além dos partidos de massa, *catch-all*, ou cartel, o que se forma é todo um novo conjunto de partidos de quadro⁴⁸. Esses novos partidos de quadro, que se aproximam daqueles de quadro iniciais, ainda que com diferentes variações⁴⁹, tendo algumas semelhanças, como:

- 1- A predominância dos grupos profissionais nas lideranças partidárias.
- 2- Um baixo número de membros por número de eleitores. Os membros são importantes para o financiamento do partido, assim como para a manutenção da ordem administrativa interna do partido.
- 3- Uma forte orientação rumo ao eleitorado, mas sem ser um partido *catch-all* por um lado, nem o grande protetor de uma *classe gardée*⁵⁰, por outro.
- 4- A manutenção de uma estrutura de partido de massa (com laços organizativos verticais), não apenas para manter uma imagem específica, mas também para garantir certo grau de democracia interna⁵¹.
- 5- A confiança em recursos financeiros ou em uma combinação de tanto subsídios públicos quanto taxas e doações de membros (WOLINETZ, 2002).

Wolinetz propõe três novos enquadramentos classificatórios dentro desse novo leque de partidos de quadro. Seriam os *vote-seeking parties*, os *office-seeking parties* e os *policy-*

⁴⁷ A partir dessa citação de Wolinetz, queremos demonstrar como os partidos *catch-all* começam a passar por um processo de “cartelização”

⁴⁸ Partidos de quadro estão ligados à ideia de *cadre-parties* de Duverger. Partidos que surgem a partir dos grupos parlamentares. Como mostra Wolinetz, há o surgimento de vários novos tipos de partidos de quadro e eles não podem ser reduzidos apenas a partido cartel. De acordo com Piero Ignazi os novos partidos de quadro não poderiam ser chamados simplesmente de partidos-cartel, pois, segundo ele, a partir dos anos noventa os partidos de quadros tradicionais até passaram por um processo de maior abertura no que se refere à aceitação de novos membros e filiados. O que acontece, de acordo com Ignazi, é um processo de centralização da gerência e administração de recursos do partido que de fato ocorre.

⁴⁹ Wolinetz fala acerca dos novos partidos de quadros nos EUA, Holanda, França e Grã-Bretanha.

⁵⁰ Um grupo social específico ligado intimamente ao partido, seja pela via eleitoral, seja pela presença de membros dentro do partido, ou as duas coisas.

⁵¹ É importante notar que os novos partidos de quadro analisados por Wolinetz, pelo menos, tentam se dar uma característica de partidos de massa. Se de fato eles se aproximam na sua configuração e desenho organizativo, é algo que deve ser averiguado de caso para caso.

seeking parties. Os primeiros são os que têm por principal objetivo maximizar votos e vencer eleições. Os segundos são os que almejam garantir postos no governo, sem se preocupar em ter que fazer alianças com outros partidos, uma vez que, em geral, falham em maximizar um possível eleitorado. Os terceiros são os que têm como principal objetivo a implementação de políticas públicas e sociais específicas.

Para Wolinetz, esse esquema tipológico não deve ser tomado de forma absolutamente rígida, uma vez que esses tipos de partido não existem de forma “pura”, não se enquadrando completamente na maioria dos partidos existentes. Essa tipologia pode ser útil, no sentido de identificar comportamentos e facetas dos partidos, ou de facções dentro dos partidos, e não no enquadramento absoluto de partidos reais em tipos ideais específicos. Os três tipos de partido podem se interpenetrar, uma vez que, para conseguir cargos, é necessário muitas vezes, maximizar o número de votos, e para implementar um determinado conjunto de políticas é necessário um certo número de cargos. A partir da interpenetração dos três tipos é possível fazer novas aproximações, com partidos de tipo cartel, de integração de massa, partidos programáticos, partidos orientados para a patronagem⁵², *new right parties*, *new politics parties*. Por *new right parties* quer-se dizer partidos da chamada nova direita europeia, que Wolinetz aproxima dos *policy-seeking parties*⁵³.

Os partidos verdes, criados na Europa nos anos 1970, 1980 e 1990, são o que Thomas Poguntke chamou de *new politics parties*. Wolinetz tenta definir um tipo de partido que surge dentro da tríade *vote-office-policy*, mas, segundo o autor, se aproximando mais do *policy-seeking parties*⁵⁴, que seriam, a princípio, parecidos com os *new politics parties* de Poguntke. Seriam tipos de partidos que surgem com o fim da dicotomia duvergiana⁵⁵ entre partidos de massa e de quadros, já que eles se distanciam dos tipos mais puros de partidos de quadro, mas também não seriam os partidos de massa socialistas e comunistas clássicos. Para

⁵² Clientelistas

⁵³ A Frente Nacional da França seria um bom exemplo. Aqui discordamos de Wolinetz quanto à sua aproximação entre *new right parties* e *vote-seeking parties*. Os partidos da Nova Direita parecem ter, em alguma medida, as características dos antigos partidos de massa, no sentido que querem enquadrar moral e intelectualmente essas massas.

⁵⁴ Aqui também discordamos da aproximação de Wolinetz, pois o próprio Poguntke afirma que os partidos verdes, ou ecológicos que configuram os *new politics parties* estão longe de ter o ambientalismo e a preservação como única pauta e demanda. Isso era uma característica, segundo Poguntke dos partidos ecológicos de direita. Os partidos ecológicos de esquerda teriam em sua pauta uma série de questões como: direitos das minorias sexuais e de todo tipo, assim como exploração dos países e povos do “terceiro mundo”. Uma demanda também presente é a formação de organizações de base com formas organizativas horizontalizadas, de maneira a tornar as relações de poder intra-partidárias menos verticalizadas. Aqui também teríamos um partido que almeja enquadrar moral e intelectualmente as massas, inclusive, a nível internacional, ou transnacional. Isso por que enquanto os *new right parties* trabalham em uma perspectiva exclusivamente nacional, os *new politics parties* trabalham em uma perspectiva radicalmente transnacional, defendendo formas de solidariedade que vão para muito além do estado-nacional.

⁵⁵ Assim como de outros autores que desenvolveram conceitos acerca desses dois tipos de organização partidária.

Wolinetz, a tentativa de classificar os partidos políticos pela via proposta por Duverger se torna insuficiente, já que ela não apenas não consegue enquadrar uma enorme gama de partidos, como também se distanciou das suas origens históricas, quando havia uma dicotomia mais clara entre *cadre*/massa na formação dos primeiros sistemas partidários. Ou seja, os partidos que serviram como inspiração para as formulações de Duverger não existiriam mais em seus formatos originais, pelo menos não identicamente. Ainda que, como apontado por Panebianco, os partidos possam tender a se manter rigidamente próximos do seu modelo organizacional original, e levem tempo para passar por modificações proeminentes, mudanças significativas ocorrem. O “novo” *Labour Party* de Tony Blair é um bom exemplo.

Com Tony Blair, o Labour abandonou a cláusula IV da constituição partidária (o comprometimento de longa data do Labour com a propriedade pública dos meios de produção), e se colocou como “The New Labour Party”. O New Labour é um *vote-seeking party*. Antigos membros, como Tony Benn permanecem, mas seus impulsos radicais foram postos sob controle (WOLINETZ, 2002, p. 157).

Essa afirmação de Wolinetz mostra a deterioração dos antigos partidos de massa e a formação de tipos mais modernos de partidos. Essas mudanças nos partidos de massa no contexto europeu, a princípio, podem tornar o sistema político mais distante dos eleitores e dos cidadãos, de forma que novos tipos de partidos com estruturas internas mais horizontalizadas possam vir a ser criados. Não se quer dizer que, eles, necessariamente terão sucesso eleitoral, mas novas (ou velhas) demandas da sociedade civil articuladas pelos vários tipos de movimentos sociais podem fazê-los surgir na arena eleitoral. Os *new politics parties* analisados por Poguntke parecem ser esse novo tipo de partido. Apesar de conduzir um discurso, a princípio, centrado em questões ambientais e ecológicas, as pautas desses novos partidos vão para muito além do ambientalismo e da ecologia. Uma pauta importante seria o desarmamento global unilateral, onde cada estado-nação se desarma unilateralmente, esperando que os outros façam o mesmo, sem um centro político que coordene os desarmamentos. Esses novos partidos defendem, assim, modelos de interação que se dêem em espaços transnacionais, distanciando-se do estado-nação como unidade territorial última de atuação.

O estabelecimento de espaços deliberativos na base do partido, de forma que as decisões venham de “baixo”, está no cerne valorativo desses partidos. É importante para eles que as decisões sejam tomadas antes de passar pelo crivo de um poder constituído, seja por uma elite burocrático-oligárquica, seja por uma elite profissional tecnocrática. Os temas ligados às minorias também estão intimamente conectados aos *new politics parties*, quaisquer que sejam essas minorias. Podem ser minorias sexuais, ou minorias étnicas e raciais. Podem

ser também populações empobrecidas do “terceiro mundo”, supostamente injustiçadas por algum passado colonial recente ou pelas intempéries da globalização econômica. O nascimento desses partidos, na Europa, é marcado pela luta contra a energia nuclear, seja para fins militares, seja para fins pacíficos, visto o caráter ecológico, *green*, desses partidos. Uma forma peculiar de individualismo também está no cerne desses novos partidos, que, para Poguntke, seria caracterizado pela ênfase na individualidade e na auto-realização em conjunto com estilos de vida alternativos, além de um posicionamento conflitivo em relação à crescente burocratização e regulação da vida diária em sociedades industriais modernas. Em geral, são indivíduos oriundos dos escalões mais instruídos e “educados” da sociedade (POGUNTKE, 1987).

A gestação desses partidos acarretará mudanças em relação aos velhos partidos, o que se desenvolve em duas vertentes, a organizacional e a ideológica.

Organizacional, porque as normas participativas e as aspirações dos grupos “new politics” serão refletidos na estrutura organizativa do partido. Ideológica, pela formulação das posições ideológicas genéricas e particulares à organização (POGUNTKE: 80)⁵⁶.

Outro traço marcante nesses partidos é o fato de, muitas vezes, serem uma espécie de cisão, em relação a partidos de esquerda mais antigos e mais bem estabelecidos, e com um mapa eleitoral mais bem consolidado. Poguntke afirma que os *greens* na Alemanha são uma espécie de equivalente do antigo USPD (Partido Social Democrata Independente), um grupo de pacifistas independentes que rompeu com o SPD na Alemanha do século XIX. Muitas vezes, partidos mais antigos e estabelecidos apresentam uma tendência a incorporar questões ecológicas em sua agenda, mas isso não quer dizer que sejam um genuíno *green party*. Como foi dito, é a questão ecológica associada a uma série de outras questões que alicerçam o eixo ideológico dos *greens*. Um exemplo é a decisão de Mitterrand de não construir a usina nuclear de Plogoff, na Bretanha, frente aos protestos dos novos *green movements/parties*, e, ao mesmo tempo, dar continuidade às políticas voltadas para a energia nuclear de seu governo. A

⁵⁶ Um problema que existe em analisar a diferença entre “novos” e “velhos” partidos no sentido da desideologização é que, para autores como Franz Walter Nique (2016), os chamados novos partidos de quadros não seriam menos ideológicos que seus antecessores do pré-segunda guerra, ou mesmo antes. De acordo com esse autor, os motivos para a filiação continuam, em larga medida, ligados a preferências ideológicas. Um exemplo interessante nesse sentido é o novo *Labour* de Tony Blair que se distancia de certo “radicalismo” no campo da economia para adotar o *slogan* de *cool Britannia*, a Inglaterra multicultural e diversa que deveria superar as divisões étnicas e religiosas, sobretudo após os violentos distúrbios de Bradford nos anos 80. Bradford, com grande população muçulmana, é palco de tensão etnoreligiosa até os dias de hoje. O Labour da *cool Britannia* fez reformas significativas na educação no início dos anos 90, tornando-a, a princípio, mais compatível com a nova panóplia étnica e cultural que a Grã Bretanha estava se tornando. Dessa forma, o fato de o Labour ter se desradicalizado no plano da economia não quer dizer que tenha se tornado um partido menos “ideológico”, corroborando a ideia de Franz Nique.

CSU (União Social-Cristã) da Baviera que colocou a proteção ambiental como parte da sua constituição provincial e ao mesmo tempo levou a cabo a construção de uma usina de reprocessamento nuclear, é outro exemplo (POGUNTKE, 1987).

Herbert Kitschelt também analisou os *green parties* europeus como uma expressão de renovação da esquerda, conceituando os, inclusive, como partidos-movimento (DELLA PORTA; FERNÁNDEZ, KOUKI; MOSCA, 2017). O que os caracterizaria como tal são as mesmas características apontadas por Poguntke, ou seja, uma baixa confiança em estruturas de poder muito verticais, burocratizadas, insitucionalizadas e tecnocráticas. Nesse caso eles também seriam respostas de alguns setores da sociedade civil a um maior distanciamento dos partidos políticos do tecido social, incluídos aí os partidos socialistas.

Aparentemente, os *greens (new politics parties)* são partidos que também se voltam para a questão ecológico-alimentar, podendo se aproximar discursivamente de movimentos sociais como o *slow food*, do italiano Carlo Petrini, que defende uma alimentação composta por alimentos produzidos fora da fabricação industrial, e desprovidos de componentes químicos, fora do padrão das chamadas *junkie foods*. O *slow food* também defende a aproximação dos povos através da interação gastronômica e da troca de experiências “gustativas”, onde se experimenta os tipos de comidas produzidas por povos de terras longínquas e de maneira orgânica e supostamente mais saudável. Além de todos esses traços ideológicos, no que se refere à sua organização os novos partidos estudados por Poguntke detêm as seguintes características:

- organização partidária participativa: baixos graus de formalização e burocratização, elementos de democracia direta tais como tomadas de decisões coletivas ou introdução do mandato imperativo
- estilo político não-convencional: aprovação e envolvimento em ações de protestos caracterizados por mobilização espontânea das bases, isso significa que o partido age como uma parte integral dos novos movimentos sociais e respeitam a sua autonomia
- conjunto de membros e perfil eleitoral que correspondem ao argumento das novas políticas: pessoas jovens, pós-materialistas, altamente instruídas, empregadas no setor de serviços ou em posições “counter-élites”, altamente instruídos, mas desempregados (POGUNTKE, 1987, p. 81).

Desta forma, os modelos de partidos descritos por Poguntke se aproximam muito dos movimentos sociais em seu discurso e em suas propostas, tendo repertórios de ação que estão também próximos da *contentious politics*, as políticas de rua e de enfrentamento, de Sidney Tarrow. Todavia, em seus aspectos organizativos, eles se aproximam muito dos antigos partidos socialistas antes da cisão com o comunismo, em 1920, e, sobretudo, antes de se tornarem partidos de massa mais típicos do pós II Guerra. Das três características desses

partidos estudados por Poguntke, descritas anteriormente, a primeira e a segunda, principalmente, estão muito próximas das primeiras formas de partidos socialistas surgidas em países como Inglaterra, França e Itália. Os novos greens, ao rejeitar o caráter gerencial e tecnocrático dos partidos profissional-eleitorais descritos por Panebianco e os novos partidos tecnocráticos descritos por Wolinetz, poderiam ser descritos como partidos que reconfiguram o socialismo em suas décadas iniciais, ou seja, algo próximo dos atuais partido-movimentos. Não se quer dizer que os partidos de esquerda mais tecnocratizados e especializados tenham perdido todas as suas características socialistas, mas no que se refere à taxonomia organizativa, eles se distanciaram um pouco dos primeiros partidos que os gestaram, passando por mudanças radicais em suas estruturas internas, como mostraram Kirchheimer, Panebianco, Katz, Mair e Wolinetz. Esses supostos neo-socialistas também recuperam a antiga ideia de conduzir moral e intelectualmente as massas.

Apesar de repudiarem a autocracia e a centralização do poder dirigente⁵⁷, suas propostas exigem uma mudança de mentalidade das massas que penetram um vasto escopo de esferas da vida humana, e em níveis internacionais, ou transnacionais. Eles se organizam de acordo com as formas descentralizadas e heterogêneas dos primeiros partidos socialistas, como o antigo *Labour* britânico, a SFIO francesa e o Partido Socialista Italiano (pelo menos o PSI do período turatiano), como veremos no capítulo a seguir. Segundo Poguntke, alguns desses partidos se opõem a certos órgãos internacionais, mas mantêm a intenção de permanecer dentro deles, o que mostra seu desejo de mudanças em nível global, assim como o fato de certas tendências oligárquicas e centralizadoras não estarem totalmente ausentes da sua vida política, da mesma forma que não estavam nas antigas organizações trabalhistas.

1.5 As diversas famílias partidárias, a reconfiguração partidária socialista, e os partidos-movimento, ou partidos-rede

Em um artigo de 2003, Larry Diamond e Richard Gunther tentam estabelecer uma tipologia dos partidos políticos baseada fundamentalmente em três critérios:

1. A organização formal dos partidos. Alguns partidos podem ser organizativamente atrofiados, enquanto outros podem ter, como principal via organizativa, um amplo

⁵⁷ Um partido com essas características poderia ser tanto um partido de direita liberal altamente tecnocrático quanto um partido comunista ortodoxo, organizado em células e altamente burocratizado.

conjunto de membros baseados em instituições ancilares ou aliadas, engajados em esferas da vida distintas, mas relacionadas. Alguns se articulam através de redes personalistas de relações e troca de favores, outros são abertos e universalistas, no que se refere aos membros e à filiação. Alguns dependem muito, se não exclusivamente, de técnicas modernas de comunicação de massa, ignorando formas mais “primárias” de interação face-a-face, e associações secundárias.

2. O comprometimento programático dos partidos. Alguns partidos constroem seus programas baseados em ideologias facilmente identificáveis, tendo em vista claras influências da filosofia política, crenças religiosas ou sentimentos nacionalistas. Outros são “pragmáticos” e não têm um fundamento ideológico ou um comprometimento programático muito bem definido. Outros, ainda, são comprometidos com os interesses de um grupo étnico, sócio-econômico, ou religioso em particular, ou, mesmo, *constituencies* geográficas particulares, em contraste com aqueles partidos mais heterogêneos, ou mesmo promiscuamente ecléticos nos seus apelos eleitorais.
3. Estratégia e normas comportamentais do partido. Haveria os partidos tolerantes e pluralistas e os proto-hegemônicos nos seus estilos e objetivos comportamentais. Aqueles que respeitam as regras do jogo democrático e apresentam maior grau de tolerância face aos seus oponentes. Alguns têm uma visão mais pluralista em relação à sociedade e à comunidade política, outros são semi-leais ao sistema político ou mesmo abertamente anti-sistemas, defendendo a substituição de um regime mais pluralista e poliárquico por um que esteja expressamente comprometido com seus programas (GUNTHER E DIAMOND, 2003).

Gunther e Diamond tomam, emprestado, termos da biologia, na sua tentativa de classificar e tipologizar os partidos políticos, usando o termo *genus*, ou seja, gêneros de partidos dentro dos quais é possível identificar diversas “espécies” de partidos.

“Esses gêneros são: partidos baseados em elites, partidos baseados nas massas, partidos baseados na etnicidade, partidos eleitorais e partidos-movimento” (GUNTHER E DIAMOND, 2003, p. 172).

A tentativa de classificar os partidos de forma mais específica e rígida, sem criar gêneros com várias espécies, para Gunther e Diamond, em geral não é bem sucedida, pois alguns partidos simplesmente não são passíveis de uma identificação e classificação tão claras, baseadas em apenas um pequeno conjunto de traços específicos. Os partidos, segundo

esses autores, surgem a partir de um contexto histórico específico, alicerçado por redes de solidariedade específicas e utilizando-se de tecnologias específicas. Embora possam manter seus moldes originais por um bom tempo (PANEBIANCO, GUNTHER E DIAMOND), os partidos não deixam de passar por grandes modificações, que os tornam mais difíceis de classificar. Seriam os casos do SPD oitocentista alemão e do *Labour* sob Tony Blair, que mantêm laços institucionalizados com organizações secundárias, assim como uma ampla base de massas, e ainda assim ganham contornos marcadamente de tipo *catch-all parties*. Ou seja, um partido encontrado no mundo empírico dificilmente poderia ser identificado dentro de um quadro classificatório muito rígido, devido aos diversos traços e características que ele possa apresentar. Dessa forma, seu enquadramento em gêneros que possam ser divididos em diferentes espécies de partidos, mas que, ainda assim, têm traços em comum a ponto de serem do mesmo gênero, como propõem Gunther e Diamond, parece, a princípio, bastante apropriado.

Levando-se em conta a divisão por gênero e espécie de ambos os autores, o gênero:

- a) *elite-based parties* pode se dividir em duas espécies, os partidos de notáveis locais e os partidos clientelistas. O primeiro seria o que vários autores definiram como os primeiros partidos, aqueles surgidos em grupos parlamentares em comunidades políticas de sufrágio ainda muito restrito. Os clientelistas seriam confederações de notáveis, tanto dos setores aristocráticos tradicionais, quanto da burguesia ascendente, que formam facções particularistas para cobrir um determinado território “de caça”⁵⁸.
- b) O gênero *mass-based parties* tem um grande número de espécies: a primeira é a dos partidos religiosos, que por sua vez se subdivide em duas sub-espécies, os partidos denominacionais e os partidos fundamentalistas. A segunda espécie é dos partidos nacionalistas, que se subdivide em partidos nacional-pluralistas e ultra-nacionalistas. A terceira e última espécie é a dos partidos socialistas, que se subdividem em partidos socialistas e partidos leninistas.

Uma característica mais geral desse gênero é o fato de ele se estender da arena eleitoral-parlamentar para diversas esferas da vida. Em geral, são partidos que criam jornais, clubes recreativos e uma série de espaços de convivência que não estão ligados, diretamente, à política, na sua esfera mais eminente, mas à

⁵⁸ Território eleitoral

recreação e à socialização. Tanto sindicatos quanto organizações religiosas podem constituir essas esferas.

Dois tipos de distinção fazem com que “espécies” desse gênero se subdividam em seis “sub-espécies” de partido. O primeiro tipo de distinção está ligado à ideologia e ao sistema de crenças que se relaciona ao seu conteúdo programático. Em geral, esses sistemas de crenças giram em torno do socialismo, do nacionalismo e da religião, de acordo com Gunther e Diamond. O segundo liga-se ao nível de “tolerância” ou “intolerância” dos partidos. Se eles são pluralistas e respeitam o sistema político, ou se apenas o vêem como uma etapa para a imposição de uma visão hegemônica de mundo, tornando-os o que os autores chamam de partido proto-hegemônico.

Os partidos pluralistas geralmente estabelecem um maior contato com o público em geral em época de eleições, onde os militantes se organizam para uma série de tarefas, como distribuição de panfletos, discursos públicos, passeatas, entre outros. O recrutamento de membros é livre, embora muitas vezes haja algum processo de ressocialização. Já os partidos proto-hegemônicos centram-se mais na disciplina dos militantes no seu dia-a-dia e o zelo ideológico é seguido à risca, ou pelo menos se tenta fazê-lo. Os membros e filiados são impelidos a conduzir conflitos políticos permanentes, em espaços que vão muito além do eleitoral-parlamentar. O recrutamento é altamente seletivo, e os membros são submetidos a um intenso processo de doutrinação⁵⁹. Eventualmente esse tipo de partido pode se desenvolver na clandestinidade, em ambientes que lhes são extremamente hostis.

Os partidos de caráter mais pluralista, em geral, se dividem entre social-democratas, *mass-class parties* (mais pluralistas, a princípio), em que o poder irradia do centro executivo do secretariado, embora formalmente seja do congresso do partido, e os leninistas (mais proto-hegemônicos). Estes últimos, apesar do chamado centralismo democrático, têm o poder central como fonte das principais decisões.

Entre os partidos religiosos, os denominacionais tendem a ser mais pluralistas e os fundamentalistas mais proto-hegemônicos. Já entre os nacionalistas, os

⁵⁹ Essa divisão está muito próxima da de Duverger entre partidos socialistas baseados em seções e partidos comunistas baseados em células, segundo Gunther e Diamond, embora acreditemos que um partido baseado em seções também pode adquirir traços proto-hegemônicos, como a próprio Duverger demonstrou ao apresentar os partidos socialistas que tinham dificuldade em se abrir para filiações individuais.

pluralistas são representados pelos nacional-pluralistas, e os proto-hegemônicos pelos ultranacionalistas. Os partidos religiosos e nacionalistas mais moderados compartilham muitos traços organizativos com os *class-mass parties*, enquanto os proto-hegemônicos, seja qual for seu conteúdo ideológico, compartilham traços organizativos com o leninismo.

c) O gênero *ethnicity-based parties* se divide em duas espécies, partidos congressistas e partidos étnicos. Partidos étnicos, diferentemente dos *mass-class parties*, são partidos que buscam os votos de um grupo étnico particular, assim como representar esse mesmo grupo. A sua vertente congressista se caracteriza por ser uma coalizão, aliança ou federação entre vários partidos étnicos, ainda que possam formar uma estrutura unificada, semelhante a um partido étnico único. Em níveis locais, ele pode manter comprometimento com etnias particulares à localidade. Em geral, quando a coalizão dos grupos étnicos “funciona”, o apelo étnico se torna muitas vezes o da unidade nacional⁶⁰ (Gunther e Diamond). Os partidos étnicos propriamente ditos são plataformas eleitorais de um grupo étnico apenas, sendo menos pluralistas e apresentando mais proximidade com tipos proto-hegemônicos de partido.

d) O gênero *electoralist-parties* se divide em três espécies, os partidos personalistas, os partidos *catch-all* e os partidos programáticos. Esses partidos, seguindo Gunther e Diamond e Panebianco são organizativamente “esqueléticos”, com poucas organizações de base, organizando-se maciçamente apenas em períodos eleitorais. Utilizam tecnologias “modernas” em suas campanhas, sobretudo a televisão. Em geral, também possuem quadros técnicos e profissionais que detêm grande influência dentro do partido, visto o caráter tecnocrático desse tipo de partido.

Os partidos personalistas, o mais puro dos partidos eleitorais (partidos não-partisans de Ignazi) tem como única *rationale* ser um veículo de condução de seu candidato ao poder. Suas organizações são fracas, dependem de distribuição de benefícios particulares e de redes clientelísticas, embora os locais nunca cheguem perto de ser fundamentais nesse esquema como nos outros tipos de partidos eleitorais. O apelo se dá alinhado às supostas virtudes do líder a um programa ou ideologia que não são muito claros. Em geral, são

⁶⁰ O Partido do Congresso na Índia e o *Barisan Nasional* na Malásia são dois exemplos.

partidos mais dependentes de seu líder do que de notáveis locais, como foi o caso de Fujimori no Peru (GUNTHER; DIAMOND).

A espécie *catch-all* é notória por ter uma organização bastante frágil, seu caráter mais pluralista e tolerante, sua vaga e superficial ideologia, e orientação majoritariamente eleitoral. Sem uma ideologia explícita, eles tendem a enfatizar as características de seus candidatos e as nomeações são feitas a partir dos recursos eleitorais dos candidatos, assim como seus anos de experiência, ou sua presença em algum posto-chave do partido.

Os partidos programáticos também são partidos modernos, com um corpo organizativo bastante esvaziado, de tendência mais tolerante e pluralista, cuja principal função é se organizar frente a campanhas eleitorais, e também tentam capitalizar a atratividade de seus candidatos. Todavia, os partidos programáticos são diferentes dos *catch-all* no sentido de que têm uma ideologia mais clara, assim como uma agenda e um programa mais coerente e consistente e os incorporam em suas campanhas eleitorais. Aqui há uma ênfase não tão grande em agregar o máximo de votos possível.

- e) O gênero *movements/parties* se divide nas espécies *left-libertarian* e *post-industrial extreme-right*, e é o que mais interessa no presente trabalho. Esses partidos encontram-se dentro de uma linha tênue entre o que é considerado partido e o que é considerado movimento. Sua organização é fluida, pouco hierárquica e pouco alinhada a organizações formais. Há uma grande desconfiança, e até mesmo rejeição, em relação a organizações e lideranças centralizadas. Os *left-libertarians*, segundo Herbert Kitschelt (1989) seriam tipos pós-industriais de partido, contrastando-se com os partidos “convencionais”, que buscam maximização de votos e representam grupos de interesse particulares e um corpo profissional de funcionários. Questões puramente econômicas e burocráticas, na visão desses partidos, devem dar lugar a projetos de solidariedade social e ao estabelecimento de formas mais diretas e participativas de democracia.

Os *post-industrial extreme right* são caracterizados, como afirma Piero Ignazi (2016), por outra forma de reação à sociedade moderna. O sentimento de atomização e isolamento faz com que indivíduos sintam falta de mais tradição, ordem, identidade e segurança, além da adoção de um olhar hostil rumo aos estrangeiros. Assim como seus predecessores fascistas,

são mais propensos ao culto exagerado do líder, o que os difere dos *left-libertarians*. Entretanto, não possuem um partido burocratizado e com militantes paramilitares hiperdisciplinados como os fascistas de outrora. Em geral, assim como sua contrapartida de esquerda, eles têm pouca simpatia pela burocracia partidária e por sua demasiada formalização.

Ressalte-se que, para essa definição das espécies no interior dos gêneros partidários, Gunther e Diamond recorrem às tentativas de classificação de outros autores, como é o caso dos citados Herbert Kitschelt e Piero Ignazi.

A respeito das espécies individuais que conformam esses gêneros mais amplos, deve ser notado que, sempre que possível, os nomes que nós escolhemos para cada tipo de partido foram derivados da literatura existente: isso é verdade em relação ao partido de massa, denominacionais e catch-all de Kirchheimer, assim como os left-libertarians de Kitchelt, os extreme right post-industrial de Ignazi e os partidos programáticos de Wolinetz. Em outras instâncias, nós também demos o nome a um tipo de partido que estava implícito em um amplo conjunto da literatura (como os partidos clientelistas e os “traditional local notable parties”), ou nós renomeamos ou desenvolvemos de forma mais aprofundada o modelo partidário, tal como o partido leninista (ao qual Duverger se referia como o partido dos “devotos”), o partido étnico (o partido “sócio-cultural particularista, na terminologia de Kitchelt) e o partido personalista (chamado “partido não-partisan” por Ignazi) (GUNTHER e DIAMOND, 2003, p. 175).

Levando em conta a análise de Gunther e Diamond, os partidos-movimento assemelham-se, muito, ao *Labour* inglês, antes deste passar por um maior processo de institucionalização. Defendemos aqui, como dito anteriormente, que os movements/parties são partidos de traços neo-socialistas, por poderem, a princípio, acoplar boa parte dos “descontentes” da sociedade, da mesma forma que a esquerda e os movimentos operários faziam em meados dos oitocentos, antes que alguns descontentes, que não queriam abrir mão de sua identidade nacional, fossem para o fascismo, e antes que, no discurso socialista/comunista, a nação fosse identificada com os interesses particulares da burguesia. A esquerda de antes do enquadramento teórico marxista e da disciplinada militância leninista, podia acoplar as demandas de nacionalistas e internacionalistas⁶¹, pessoas preocupados com questões de gênero e de raça⁶², camponeses e operários. Os *movement/parties* são, de certa forma, uma reconfiguração dos *new politics parties* de Poguntke (dos quais os partidos verdes são um exemplo), no sentido considerado por Poguntke, de que esses *new parties* seriam

⁶¹ Durante o Império Austro-húngaro, a vida de aldeia nos Alpes austríacos serviu de inspiração para nacionalistas germanistas e socialistas, que viam nelas nichos onde era possível o desenvolvimento de valores não capitalistas e de uma linguagem estanque fora da lógica semântica do capitalismo burguês (GELLNER, 1995).

⁶² É válido lembrar que muitas das demandas da chamada “nova esquerda”, como gênero, raça e ambiente já existiam no socialismo utópico pré-marxista.

articulados majoritariamente por pessoas altamente instruídas e dos setores mais qualificados da população, o que seria somado a um estilo organizativo característico dos primeiros partidos socialistas. Eles são uma resposta ao atrofiamento organizativo e distanciamento do plano social dos partidos convencionais, mas não recompõem o espaço criado por esse atrofiamento com novos partidos de massa também convencionais.

Seria possível propor um novo gênero partidário, a partir de uma nova definição dos partidos-rede (partidos-movimento), baseada em sua articulação em níveis configurativos⁶³, com um número maior de espécies do que assinalado por Gunther e Diamond. O partido seria “configurativo” no sentido de que ele surge de configurações sociais, que, em dado momento, reagem a certa conjuntura, gerando o que Breno Bringel (2014) chamou de transbordamento social. A configuração social, no sentido de Norbert Elias, seria as redes articuladas socialmente que não estão, a princípio, voltadas diretamente para o universo político, mas que criam visões de mundo, sistemas de “mal estar” compartilhado, e expectativas de futuro em comum⁶⁴. A configuração eliasiana, aqui, está muito próxima do conceito de “micromobilização” de David Snow (2011), já que são espaços antes sociais que políticos, mas que podem conformar intrincamentos súbitos com o universo político, principalmente em momentos de grande tensão social e política. As agências de micromobilização seriam espaços de socialização e de organização da vida social que podem ser base de mobilizações com viés político em determinado momento, embora não tenham sido criadas para isso, a princípio. Exemplos de agências de micromobilização seriam as mesquitas em relação a movimentos islâmicos, os sindicatos trabalhistas em relação aos primeiros partidos socialistas dos oitocentos e comunidades indígenas andinas em relação a organizações trabalhistas camponesas e mesmo partidos políticos como o MAS, os cabildos rurais equatorianos que estão na base do Pachakutik e as comunidades rurais paraguaias que formam o *Tekojojá*.

Em momentos extremamente tensionados, a reação vinda dessas configurações se dá em cenários de lutas políticas para além dos canais institucionais convencionais. É o que Breno Bringel chamou de transbordamento social, ao analisar o advento do PODEMOS na Espanha. As manifestações de rua de 2011 por setores sociais que ficaram conhecidos por “indignados”, foram conduzidas pelo movimentos 15-M (15 de Mayo), que, por sua vez, tinham como base organizações de bairro, grupos culturais alternativos, setores ligados a

⁶³ Por serem o tipo de partido político que menos se distancia das configurações sociais da chamada sociedade civil e mais dependem do caráter espontâneo, a princípio não necessariamente político, dessas configurações. Aqui utilizamos a noção de configuração social de Norbert Elias.

⁶⁴ Para Elias, a aristocracia e a burguesia dos séculos XVII e XVIII francês constituíam duas diferentes configurações sociais, ainda que seu sistema de valores e sentimentos tenha passado por um gradual processo de interpenetração, sobretudo na Corte de Versalhes, onde compartilhavam os mesmos espaços de socialização.

sindicatos, entre outros, que tentavam revitalizar os programas da esquerda, conduzidos até então por um aparentemente oligarquizado e estagnado PSOE (Partido Socialista Espanhol). O transbordamento ocorre quando os canais institucionais não são suficientes para absorver os problemas e demandas que vêm de um plano social, em que amplos setores e configurações sociais se enxerguem como grupos sem voz na política convencional.

O motivo pelo qual, na América Latina, a tipologia de Gunther e Diamond não seria suficiente para classificar os partidos-movimento (partidos-rede), é que se constituíram partidos-movimento de caráter étnico, que contêm elementos de alguns *mass-based parties*, já que, em alguns casos, defendem uma reconfiguração moral e intelectual de toda a sociedade, como foi no caso do Movimento ao Socialismo boliviano. Também podem defender idéias nacionalistas e culturalmente particularistas, o que, em alguma medida, os distancia dos *left-libertarians*. Por outro lado, se aproximam dos últimos ao defender formas mais diretas de democracia. Podem articular, como no caso do MAS, um partido étnico do tipo *congress party*⁶⁵, em nível nacional, enquanto em níveis locais e municipais as etnias que compõem o partido defendem políticas mais particularistas. O Pachakutik equatoriano também se apresenta, em níveis municipais praticamente como um partido étnico exclusivista, e em níveis nacionais se apresentar como um partido mais pluralista. O *Tekojojá* paraguaio, por sua vez, apresenta traços proto-hegemônicos quando se fecha muito dentro de uma temática camponês. Isto tendo em vista as declarações de Mercedes Canese, de como o partido é extremamente fechado para temas ligados a diversidade sexual (CANESE, entrevista, 2016).

Esta definição de *moviment parties* aqui considerada possui dois aspectos em comum com a tipologia de Gunther e Diamond: primeiro, a aproximação, em algum grau, dos *new politics parties* de Poguntke, assim como aos Green parties analisados por Kitschelt, ao acoplar questões étnicas com questões ambientais, e também do chamado “terceiro mundismo”. Segundo, ademais, o novo gênero partidário proposto aqui, está necessariamente ligado ao estilo organizativo dos partidos, que recupera, em algum grau, um modelo dos primeiros partidos socialistas, particularmente o *labour* inglês. O partido movimento, em um período que Franz Nique (2016) identificou como de cartelização dos partidos⁶⁶, recupera a participação partidária em uma matriz de intrincamento entre aquilo que é social e o que é político.

⁶⁵ Sobretudo após 2005, e a formação de elites parlamentares, o MAS se aproximou, em alguns aspectos de um *congress party* étnico, ainda assim sem se tornar de fato um *congress party*.

⁶⁶ Não necessariamente concordamos com a ideia que qualquer partido que se oligarquize e se tecnicize se torne, necessariamente um cartel. Mas o ponto de Franz Nique que é importante para o presente trabalho está no distanciamento entre direção partidária e organizações de base.

As características básicas dos partidos-movimento (rede) seriam, então:

- baixa institucionalização;
- pouca autonomia, na prática (se comparado a outros tipos de partidos), tanto dos grupos dirigentes como dos grupos parlamentares, sobre as organizações de base;
- as agências de micromobilização analisadas por David Snow como núcleo organizativo primário das organizações de base⁶⁷;
- redes de organizações articuladas de forma mais horizontal⁶⁸;
- manifestações de massa e “política das ruas”, as *contentious politics*, de Sidney Tarrow e os transbordamentos sociais de Breno Bringel, como parte fundamental de seu repertório de ação;
- forte heterogeneidade das modalidades organizativas, das organizações de base⁶⁹;
- baixa densidade organizativa.

Em suma, a partir desse conjunto de características, os partidos-movimento (rede) podem se caracterizar, principalmente, por dois pontos. O primeiro, seu enraizamento em configurações de cunho quase que exclusivamente social, o que seria exemplificado, em grande medida, pelas agências de micromobilização e sua penetração em esferas da vida cotidiana e social, fora daquilo que é exclusivamente político. O partido está mais imbricado no que Norbert Elias chamou de configuração social do que outras famílias partidárias. Por configuração social, Elias descreve uma rede de relações onde os indivíduos criam autoimagens coletivas mais ou menos homogêneas dentro de uma mesma configuração. Ou seja, a autoimagem coletiva do grupo está em harmonia com a autoimagem que cada indivíduo singular tem de si mesmo (ELIAS, 1939). Nesse sentido, poderíamos conceituar os *movement/parties*, no sentido ora atribuído, como partidos configurativos ou partidos rede. Até porque eles se esboçam e se formam dentro dos moldes dessas configurações - redes, e segundo autoimagens coletivas e individuais que, em algum momento, enquadram certas demandas de caráter político ligadas a grandes temas, que vão para além de temas

⁶⁷ Ainda que essas agências não sejam os únicos núcleos de base dessas organizações.

⁶⁸ No sentido de que essas organizações têm muita autonomia frente às esferas organizativas dirigentes do partido/movimento. Mas isso não quer dizer que essa horizontalidade não possa passar por um processo de verticalização. Não quer dizer também que dentro dessa “horizontalidade” não exista uma série de pequenas organizações que, elas próprias, não apresentem estruturas hierárquicas verticais.

⁶⁹ Essa heterogeneidade pode se dar de várias maneiras. Pode ser a estrutura organizativa das bases, o tipo de agência de micromobilização, assim como a origem desses núcleos de base.

administrativos pontuais, colocando-os longe do que Piero Ignazi chamou de partidos estadocêntricos⁷⁰.

O segundo ponto se liga ao momento em que a formação da autoimagem configurativa, antes social, se torna política devido ao enquadramento de algum problema - ou conjunto de problemas - a ser sanado com urgência. Neste momento, a *contentious politics* se torna um dos principais veículos e mecanismos de vocalização dessas redes configurativas, já que, justamente por serem configurações de cunho enormemente social, elas dispõem de poucos recursos vindos da política convencional, sobretudo no que se refere a partidos políticos convencionais. Nesse sentido, a natureza do partido configurativo, do movimento/party, do partido-movimento, está fortemente ligada às lutas sociais, visto a presença da mobilização de massa não só no seu repertório de ação, mas na sua formação inicial mesma. Não queremos dizer que, imerso nessas redes, não possa haver ou surgir estruturas que lembrem aquelas defendidas por Lenin. Isso pode ocorrer dentro até de um movimento social antes de se partidizar. Se uma determinada facção começa a ficar encapsulada, o suficiente para que seus membros comecem a compartilhar uma série de hábitos em comum, e sua ideologia compartilhada começa a ficar mais rígida que a do restante do movimento, assim como esses membros comecem a ter menos confiança dos militantes mais intermitentes, pode haver aí um processo de verticalização mais contundente do movimento e maior desejo de controle e disciplina por parte do centro (CHRISTIANSEN, 2009). No caso dos partidos-movimento, isso pode ser um comitê central, uma secretaria, ou mesmo uma elite parlamentar. Assim pode haver um esboço dos partidos comunistas/leninistas surgido de dentro do próprio movimento.

Portanto, o que diferencia essa experiência dos partidos leninistas é que, entre estes, existe um único centro dirigente, que consegue disciplinar os seus militantes e que é anterior à sua relação com movimentos, sindicatos e organizações de base, assim como é criado externamente a eles. Em um partido-movimento podem existir organizações desse tipo, mas, no contato com outras várias organizações, não conseguem, isoladamente, pelo menos em um primeiro momento, hegemonia sobre as demais. Além disso, não têm tanto controle sobre as redes mais eminentemente sociais que compõem o partido, incluso aí as agências de micromobilização.

Um ponto importante a ser ressaltado no que se refere à diferença entre partidos-movimento e partidos de inspiração leninistas, ou de tipo comunista clássico, é que no

⁷⁰ Partidos voltados para o puro gerenciamento do estado, nos moldes do gerenciamento empresarial.

segundo, o centro dirigente surge anteriormente ao transbordamento social. Ele pode aproveitar conjunturas onde há esses transbordamentos sociais para ampliar as suas bases, mas não é um produto desses mesmos transbordamentos. Um partido-movimento pode se oligarquizar sim, em moldes leninistas, mas os membros da elite partidária que é criada, veem em boa parte dos casos, do próprio movimento de base. Ele pode incluir intelectuais e indivíduos que também não fizeram parte das etapas iniciais de sua formação, mas ainda assim é algo diferente de uma elite dirigente pré-organizada que lança células em diversos locais almejando ampliação das bases. Um exemplo é a postura de Lenin na Revolução de 1905, na Rússia, onde ele defendia que aquele não era o momento da revolução, e que o partido não deveria se aproximar dos soviets e dos sindicatos. O conflito do partido de Lenin com o sindicato dos ferroviários em São Petersburgo durante a Revolução de Fevereiro, em 1917, é outro exemplo. Desta forma, discorda-se nessa tese da proposta de Dellaporta, Fernández, Kouki e Mosca (2017), de que um partido movimento é o partido que tem estreitas relações com movimentos sociais e se intercala com eles, já que um partido comunista clássico, ao cooptar sindicatos e outras organizações através do sistema de células, também pode fazer isso. O partido-movimento é a partidarização dos próprios movimentos sociais, que podem apresentar propostas bastante variadas.

Desta maneira, os *movements/parties*, partidos-movimentos, podem assumir diversas facetas, tornando-se possível pensar novos tipos ideais ou “espécies” dentro desse gênero partidário que pode ser chamado, também, de partido-rede. Pode-se, mesmo, pensar os *post-industrial extreme right parties* como partidos-rede de direita, uma vez que defendem antes valores sociais e socializantes, que os tópicos dos partidos “convencionais”. Contudo, o social aí está circunscrito a grupos nacionais “nativos”, fechados a qualquer grupo visto como estrangeiro, trazendo, um pouco, o passado fascista desse tipo de proposta política. Ainda assim, como Gunther e Diamond demonstraram, o modelo organizativo clássico do fascismo, com partidos-célula e partidos-milícia, com militantes hiper disciplinados e doutrinados, não está presente nesses partidos. Os *left-libertarians* poderiam ser classificados como *movements/parties* de esquerda, assim, à direita e à esquerda desse tipo de partido, há uma enorme gama de tipos partidários que fazem com que a possibilidade de existência de novas “espécies” e “sub-espécies” partidárias reforcem a ideia de um novo gênero de partidos, os partidos-movimento, ou partido-rede. Como dito anteriormente, esses partidos são marcados por uma estrutura organizativa muito próxima dos primeiros partidos socialistas, como descritos por Duverger e Panebianco, e podem absorver quase todo tipo de discurso fora daqueles articulados pelos partidos “convencionais”. Têm, também, no protesto de rua e nas

greves, parte inerente de seu repertório de ação, e articulam discursos de protesto que vão para além da luta econômica presente no marxismo ortodoxo e para além da rigidez organizativa oriunda do leninismo⁷¹.

Desta forma, pode-se pensar um gênero chamado “partidos-rede” com as características mencionadas. Haveria três espécies que poderiam ser delineadas nos moldes já elaborados por Gunther e Diamond. A espécie étnica proto-hegemônica; a espécie étnica pluralista; e a espécie pós-étnica. A primeira poderia ser representada por algumas novas organizações da Nova Direita Européia, como o Pegida alemão. Esses partidos-movimento defendem um grupo étnico específico, que em geral são as maiorias nacionais, enxergando a panóplia etno/racial que compõe as grandes metrópoles da Europa ocidental como potenciais desintegradores da identidade e coesão social de suas nações.

A segunda espécie seria composta por mais de um grupo étnico, podendo ter organizações de base de tipo não étnico, também, como movimentos de tipo trabalhista, feminista ou ambientalista⁷². Os partidos-rede andinos, como os estudados neste trabalho: o Movimento ao Socialismo (MAS) boliviano e o Movimento Unidade Plurinacional Pachakutik (MUPP) equatoriano se enquadram nessa espécie.

Algo que há em comum nas duas espécies, guardadas todas as diferenças, é a tentativa de estabelecimento de autonomia territorial, ainda que nos primeiros isso se dê em escala nacional e nos segundos em escala municipal ou regional, devido ao pluralismo étnico-nacional, lingüístico e cultural.

A terceira espécie não trata de questões étnicas. Ela pode até trazer à tona a narrativa de minorias raciais e culturais, mas não trabalha com a ideia de soberania territorial. Partidos dessa espécie tentam trabalhar temas clássicos da esquerda, como classe e gênero, direitos trabalhistas e socialismo democrático. O PODEMOS espanhol parece se enquadrar nessa terceira espécie de partido-rede. Os partidos-movimento que colocam em primeiro lugar o tema da classe poderiam se enquadrar nessa terceira espécie. O *Tekojojá* paraguaio, com sua ênfase na classe camponesa, poderá ser um exemplo.

Há, em alguns partidos-movimento, um leve traço anarquista, uma vez, que o autonomismo das unidades locais que organizam o partido frente a qualquer tipo de poder central, traz de volta uma antiga discussão que se deu entre Michels e Ostrogorski. Michels,

⁷¹ Não se quer dizer que esse tipo de partido não possa, em algum momento do seu desenvolvimento organizativo, assumir traços leninistas.

⁷² Alguns movimentos de extrema direita da Europa também tentam se apropriar do discurso ecológico, mas o fazem de uma forma que a natureza se torna um “habitat natural” do homem nacional, ela é a esfera íntima e sublime da nação, diferenciando-se dos movimentos ecológicos de esquerda, mais internacionalistas.

em sua obra clássica sobre a lei de ferro da oligarquização faz uma crítica ao bielorusso por causa da sua proposta dos partidos organizados em federações. Segundo Michels, Ostrogorski defendia que, para um partido se manter democrático, deveria, na sua base, ser formado por federações horizontais que pudessem se formar e se dissolver por conta própria, espontaneamente, de acordo com as circunstâncias, sobretudo quando o vértice partidário se distanciava muito das suas bases e do seu eleitorado. As federações teriam, assim, como manter o partido sob controle, impedindo a formação das elites partidárias permanentes. Michels considerava tal proposta impossível de ser efetivada, pois, para ele, mesmo organizações anarquistas e cooperativas passariam, inevitavelmente, por algum tipo de oligarquização.

De qualquer forma, as federações autônomas propostas por Ostrogorski para solucionar o problema da democracia (MICHELS, 1915) na estrutura interna dos partidos, lembram o caráter mais fluido e menos formal dos partidos-movimento na sua oposição a formas mais formais e convencionais de organização partidária, mostrando que os dilemas e questões presentes na sua formação levaram ao nascimento dos partidos políticos modernos, assim como aos estudos clássicos que se formaram junto a eles. O nascimento dos partidos-movimento, assim, se encontra em uma conjuntura de crise dos novos partidos de quadro de forma geral, como da crise dos partidos marxistas-leninistas clássicos, configurando quadros sociais e políticos de reação a medidas oriundas do estado, que sejam vistas como prejudiciais a diversos setores sociais. O partido-movimento surge, a princípio, em resposta, ou a políticas estadocêntricas de caráter gerencial ou a políticas estatais que dialoguem com a sociedade civil em uma perspectiva meramente clientelista ou prebendária, tornando-se um tipo de partido que surge no seio das lutas sociais cotidianas, diferenciando-se assim, também dos partidos comunistas clássicos.

Muitas vezes, os partidos-movimento estão tão imbricados nas redes e configurações sociais de onde surgem que suas estruturas deliberativas e legislativas, o que Fernando Guarnieri (2011) chamou de convenções partidárias, são suas próprias agências de micromobilização. O diretório, ou seja, seu poder executivo, alterna, muitas vezes, entre os comitês centrais (como é o caso do Pachakutik), o líder máximo do partido (como é o caso de Evo Morales no MAS e Sixto Pereira no *Tekojojá*)⁷³, ou, mesmo, suas elites parlamentares. Desta maneira, uma vez que esse tipo de plataforma eleitoral surge da conjunção entre as agências de micromobilização de base e as aglutinações da política de rua, pode-se dizer que

⁷³ O fato desse tipo de partido apresentar uma grande capacidade mobilizatória das bases, não quer dizer que não possa haver uma grande concentração de poder na figura de um líder carismático como é o caso de Evo Morales.

os partidos-movimento (rede) são os partidos das convenções deliberativas não insitucionalizadas.

2 AS ORIGENS DE ALGUNS PARTIDOS SOCIALISTAS, ALGUMAS POSSÍVEIS SIMILARIDADES COM OS PARTIDOS-MOVIMENTO E A TRADIÇÃO REVOLUCIONÁRIA LATINOAMERICANA

Neste capítulo pretende-se fazer uma análise de longo prazo do desenvolvimento de alguns partidos de esquerda na Europa e dos movimentos e partidos contestatários na América Latina, bem como do terreno no qual os partidos-movimento estudados germinaram. Trata-se de uma análise histórica, em que se tenta compreender a origem e a formação dos partidos socialistas europeus anteriores ao marxismo-leninismo, assim como seu estilo organizativo. Parte-se do princípio de que a estrutura organizativa de alguns partidos socialistas europeus que surgem na Europa nos oitocentos é muito parecida com a dos modernos partidos-movimento. A ausência de uma estrutura mais centralizada e de um corpo mais conciso de profissionais (pelo menos durante algum tempo), o papel que os sindicatos têm na organização de base do partido, e a concorrência que o marxismo encontra com outras propostas socialistas, na sua ideologia interna, são suficientes para a comparação com os partidos-movimento sulamericanos. Confere-se ênfase a três experiências, o *Labour Party* inglês, a Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO) e o Partido Socialista Italiano. Assim como nos partidos-movimento sulamericanos, o marxismo teve penetração nesses partidos europeus, sobretudo após a II Internacional, sem ser, entretanto, hegemônico. Em relação à América Latina, o marxismo já aparece junto ao surgimento dos primeiros partidos socialistas e comunistas, de forma um pouco mais hegemônica, uma vez que a doutrina marxista chegou ao continente junto - ou um pouco antes - com os primeiros partidos de esquerda, de forma que o marxismo, desde o início, teve uma maior hegemonia. Isso não quer dizer que a América Latina não fosse o palco de um enorme conjunto de lutas sociais antes da chegada do marxismo. Por isso, analisa-se a tradição revolucionária da América latina para mostrar como ela, também, se amalgamou com o marxismo e, no longo prazo, contribuiu para o surgimento dos futuros partidos-movimento sulamericanos ora estudados. Não se quer dizer, também, que na Europa não houvesse elementos revolucionários pré-proletários e pré-marxistas, mas a diferença repousa no fato de os partidos de esquerda latinoamericanos, em boa medida, já terem nascido com um formato próximo dos partidos comunistas, diferentemente da Europa.

2.1 Caso britânico e o cenário europeu

2.2.1 Caso britânico

Na Grã-Bretanha, os transbordamentos sociais que terminaram por criar o Partido Trabalhista⁷⁴ em 1900, sob o nome de Comitê de Representação Trabalhista, têm início ainda no finalzinho do século XVIII, com os *journeymen* e os radicais da década de 1790, que lutavam por direitos sociais mínimos e mais democracia política, influenciados pela Revolução Francesa e pelas idéias de Thomas Paine. O aceleramento do processo de industrialização, que se dá a partir dessa época, a repressão do estado e as limitações da reforma eleitoral de 1832 contribuem para que o radicalismo dos trabalhadores se converta em um movimento maior e mais contundente, conhecido por cartismo. Nas décadas de 30 e 40 dos oitocentos, esse movimento de massa, que lutava pela introdução de reformas democráticas, e pelo fim da corrupção, ganhou visibilidade. Era um movimento político ainda sem um norte ideológico muito claro, mas que engatilhou as energias da classe operária rumo à luta política, exigindo reformas políticas, como a expansão do voto. O Parlamento rejeitou as demandas cartistas, mas o fato de ter conseguido 1,3 milhão de assinaturas em 1839 e 3,3 milhões de assinaturas em 1842, na *Charter*, mostra o peso político que esse movimento ganhara. O cartismo foi uma primeira manifestação mais significativa das *contentious politics* no solo britânico, na modernidade industrial, e pode ser visto como embrião daquilo que viria a ser o *Labour*, já que as manifestações de rua e a greve geral estavam no centro do repertório de ação que transformaria o movimento em um partido político, posteriormente.

Nas duas últimas décadas dos oitocentos, surge uma nova onda de radicalização, em função do descontentamento de muitos setores da classe trabalhadora com a sua representação parlamentar através dos liberais - o que ficou conhecido por aliança *lib-lab*. Tendo adquirido maior experiência com greves e outros tipos de manifestação, setores heterogêneos, como artesãos, mineiros, estivadores e trabalhadores das companhias de gás ingressam nos movimentos sindicais que irão convergir no *Labour*. Setores como o dos artesãos tiveram um importante papel nesse processo, já que trouxeram uma experiência organizativa pré-proletária, ajudando a organizar os outros grupos de trabalhadores (RÉMOND, 1974).

⁷⁴ E o socialismo britânico de forma geral.

Referindo-se a um partido socialista e indireto (com filiação indireta por meio das bases) que, pelo menos em seus inícios, lembra um partido-movimento, o *Labour Party* britânico até o fim dos oitocentos, de acordo com a classificação de Panebianco (1987), foi uma forma pouco centralizada de organização partidária, alicerçada por um conjunto pouco coeso de sindicatos e associações, uma organização pouco marcada por um aparato burocrático que necessitasse de quadros técnicos e profissionais para administrar os “meios” do partido rumo a seus fins. O *Labour* era uma rede de associações que constituíam uma plataforma eleitoral sem alcançar o formato dos partidos de massa modernos do século XX. E os fundamentos dessa rede seriam locais e espaços associativos que não necessariamente têm objetivos eminentemente políticos, ou, se os têm, esses não são os únicos, diferentemente das células comunistas, e até mesmo das seções dos próprios partidos socialistas. Seriam agências de micromobilização⁷⁵, como denominado por David Snow.

De acordo com Panebianco (1987), o *Labour* britânico foi um dos partidos de esquerda menos, se não o menos, “ideologizado” da Europa, no sentido de que os sindicatos, cooperativas e associações operárias sempre apresentaram uma forte oposição aos agrupamentos intelectuais externos às redes de movimentos. Os grupos que tentavam formar vanguardas, cooptando os sindicatos, em geral encontravam forte oposição oriunda destes. Mesmo os socialistas fabianos, que defendiam um modelo gradual de “revolução”, encontravam grande resistência por partes das organizações operárias⁷⁶. Aos trabalhadores fabris e sindicalistas, não agradava muito a presença de organizações externas em seus espaços associativos e, de alguma forma, seus movimentos articulavam-se em uma linha com certa espontaneidade. Não se quer dizer que suas ações e mobilizações coletivas fossem carentes de qualquer timbre ideológico, ou de uma visão de mundo que, de forma reflexiva, construísse um panorama imaginativo, com projetos de longo prazo, e com níveis de elaboração que fossem além da pura espontaneidade. A ideologia sindicalista, que defendia o controle dos meios de produção por unidades sindicais e de cooperativas, existia, embora fosse mais forte na Europa continental.

⁷⁵ A princípio, as agências de mobilização, são espaços não apenas políticos, mas também sociais. Esses espaços servem como redes de mobilização social e política em contextos de *contentious politics*, no sentido atribuído por Tarrow. Essas agências podem, eventualmente, formar plataformas eleitorais entrando na esfera política mais específica dos partidos.

⁷⁶ A *Fabian Society* ajudou na consolidação do *Labour* a partir dos anos 80 do século XIX, porém. A questão é que muitas vezes, os trabalhadores e sindicalistas preferiam visualizar a luta sob o prisma das conquistas de direitos e de melhoria nas condições de vida, do que lutar pela superação total do sistema capitalista. Na Inglaterra, isso foi mais marcante, pois na Europa continental o marxismo entrou mais facilmente nos partidos socialistas, ainda que também não fosse totalmente hegemônico como nos partidos comunistas.

A questão é que os sindicatos, a princípio, tinham pouca simpatia por grupos externos que construíssem esse panorama imaginativo e esse horizonte de ações fora de suas associações para, em um momento posterior, apresentá-las às suas possíveis bases partidárias operárias através de um programa de diretrizes. Isso pode ser ilustrado pelo conflito das *Unions*, do *Independent Labour Party*, e até da sociedade Fabiana, com a Democratic Federation, nascida em 1881 e que se tornaria a Social Democratic Federation (SDF), que se inspirara no centralizado modelo do SPD de Gotha, e definira o marxismo como sua principal ideologia⁷⁷ (PANEBIANCO, 1987). O SDF não teria muito sucesso, estando circunscrito à cidade de Londres, e tendo menos contato com outras organizações, como o Partido Trabalhista Escocês, que estava se formando no mesmo período. Todas essas organizações viriam a se aproximar, em algum grau, mas a SDF não teriam um protagonismo tão grande na formação da estrutura partidária que viria a surgir, pelo menos em um primeiro momento.

Dessa forma, o *Labour*, até o início do século XX, era um conjunto de associações que, embora não muito coesas e não muito centralizadas, ademais de serem carentes de um corpo profissional e burocrático que se encarregasse da administração interna e prática do partido, eram dotadas de grande autonomia e de grande liberdade frente às ainda pouco consolidadas elites partidárias dirigentes. O formato movimentalista⁷⁸ ainda era muito presente na estruturação interna do *Labour*, sendo que seu formato partidário mais típico do século XX ainda estava por se formar.

Além dos trabalhistas ingleses, Duverger identifica outros tipos de partidos indiretos. Ele identifica, basicamente, três tipos de partidos dessa natureza. As duas primeiras categorias seriam os partidos socialistas e os partidos católicos. Entre os socialistas, o tecido social que organizaria o partido seriam os sindicatos operários, cooperativas, associações operárias. O partido assume o caráter de uma comunidade sócio-política inserida em uma classe social única. Entre os católicos, o partido apresenta-se como uma federação de sindicatos e cooperativas operárias unidos a associações camponesas, ligas de comerciantes e industriais (DUVERGER, 1957), reunindo classes sociais diferentes, cada uma conservando sua organização própria. Duverger cita como exemplo desse tipo de partido, além do *Labour* britânico, o Partido Operário Belga, para os partidos socialistas, e o Partido Popular Austríaco entre os católicos.

Há uma terceira categoria de partido indireto, que seriam os partidos agrários, cuja base de ação está nos sindicatos e cooperativas agrícolas, que desempenham o mesmo papel

⁷⁷ Embora Marx e Engels não lhe tenham conferido legitimidade.

⁷⁸ Formato de movimentos sociais.

dos sindicatos e cooperativas de operários entre os partidos socialistas. Segundo Duverger, nenhum tipo de partido alcançou um grau tão alto de organização quanto esses partidos agrários. Os exemplos seriam os partidos agrários da Europa balcânica, em especial o Partido Agrário Búlgaro, o *Country Party* australiano, constituído nos mesmos moldes do Partido Trabalhista Britânico, e o *Boerenbond* flamengo, ramo do bloco católico de 1921 a 1939.

Ainda seria possível distinguir os partidos indiretos em dois subtipos, sendo que o primeiro é aquele cujo agrupamento político inicial é formado pelas reuniões no escalão local de todos os membros dos grupos aderentes. O outro subtipo é aquele cujo elemento de base é constituído apenas pelos delegados desses grupos. O Partido Trabalhista Britânico corresponde ao primeiro subtipo. O Partido Operário Belga e o Partido Social-Democrata Sueco, ao segundo subtipo, de forma que apenas o *Labour* britânico se encaixa na noção exata de partido indireto (DUVERGER, 1957).

O Partido Trabalhista Britânico passou por muitas mudanças desde a sua criação formal em 1900. Ele foi de um partido indireto puro para um sistema misto, onde adeptos individuais se justapõem a adeptos coletivos⁷⁹. É possível distinguir pelo menos quatro etapas em seu desenvolvimento, marcadas por datas específicas: o *Trade Union Act* de 1913, a reforma dos estatutos de 1918, o *Trade Union Act* de 1927, e sua ab-rogação de 1946. O sistema de partido indireto puro durou até 1918, sofrendo uma breve atenuação em 1913.

Nenhuma adesão individual era possível fora dos sindicatos e dos outros agrupamentos socialistas; no âmbito destes, não existia qualquer distinção entre os membros que aceitavam sustentar o partido e os outros. Os diversos organismos do partido, nos diferentes escalões eram constituídos por representantes de grupos de base, sob o ponto de vista de corpos. Contudo, a existência de postos permanentes no âmbito desses organismos, notadamente a de secretário (confiado a Ramsay McDonald⁸⁰), desempenhou papel relevante na formação de uma “consciência de partido”: dessa forma uma comunidade partidária verdadeira nasceu com assaz rapidez no escalão dos dirigentes (DUVERGER, 1957: 42)

Podemos ver como, mesmo em partidos formados por organizações pouco coesas entre si, as tendências oligárquicas, ainda que embrionárias, começam a se manifestar⁸¹. De qualquer forma, os trabalhistas britânicos se apresentaram como um partido de bases bastante movimentalista, pelo menos até 1913-1918, no sentido de que a reforma imposta ao partido

⁷⁹ Adeptos individuais são aqueles que se filiam individualmente ao partido. Adeptos coletivos são aqueles que já são antes filiados a alguma organização de base do partido, algum sindicato, federação, ou cooperativa.

⁸⁰ Ramsay McDonald foi um dos fundadores do *Labour Party* inglês. Foi o primeiro trabalhista a se tornar primeiro ministro do Reino Unido (1929-1935).

⁸¹ Não se quer dizer que não possa haver oligarquização em partidos indiretos. O ponto que se pode ser levado a crer que, pela força e presença das organizações de base em partidos indiretos, é que a tendência à oligarquização pudesse ser menor.

em 1913, e a que ele próprio conduziu em 1918, tiveram como consequência a atenuação de seu formato indireto.

Após o famoso “caso Osborne”⁸², a Trade Union Act de 1913 adotou dois princípios:

- 1 – os sindicatos podiam coletivamente resolver quanto à adesão e à contribuição de recursos para uma associação política (na prática, o Partido Trabalhista) após um voto secreto à maioria;
- 2 – se essa decisão fosse adotada, os recursos destinados pelo sindicato ao Labour corresponderiam a uma suplementação especial da contribuição individual paga por cada adepto do sindicato, um deles tendo sempre o direito de recusar essa “contribuição política”, sob a condição de assinar uma declaração expressa (DUVERGER, 1957: 43).

Antes de 1913, não se encontrava nenhum sinal de um partido direto no Labour: nenhum laço individual unia ao partido os membros de um sindicato aderente. Mas, a partir de 1913, a “contribuição política” constituiu uma mudança dessa natureza. Já era possível distinguir, no âmbito do sindicato, os adeptos do partido (os que pagam a contribuição política) e os outros (os que se recusam a pagá-la).

O embrião mais eminentemente partidário do *Labour* (PANEBIANCO, 1987), o chamado *Independent Labour Party*, oferece o modelo original do que seria o *Labour* em anos posteriores. O *Independent Labour Party*, como parte da formação do socialismo inglês, é uma rede conflituosa e, por vezes, tormentosa, como já foi dito, de organizações trabalhistas diversas, esparsas e vagamente conectadas. Esses grupos eram ideologicamente muito heterogêneos e havia vários conflitos interorganizacionais, assim como várias rivalidades pessoais. Porém, o movimento era marcado por uma luta pela hegemonia entre as várias organizações socialistas inglesas. O embrião do *Labour* já se conformava alinhado com as mudanças configurativas pelas quais passava a sociedade inglesa. O processo de industrialização gerava não apenas uma nova classe social, mas, também, um novo tipo de solidariedade social, novas demandas (como luta por direitos trabalhistas), novas formas de organizar a vida social, e novos tipos de organização comunitária. Tudo isso, junto a uma auto-imagem coletiva, delineia uma configuração social que gradualmente se politiza, muitas vezes através dos protestos de rua (como era comum entre os movimentos operários ingleses), mas, também, pela via partidária. As organizações trabalhistas, apesar de bastante heterogêneas em uma série de aspectos, alinhavam-se em uma auto-imagem comum, de uma

⁸² Antes de 1913, segundo Duverger, os sindicatos filiados ao *Labour* concederam a este uma subvenção levantada em parte antecipadamente sobre o conjunto de contribuições que eles mesmos reclamavam de seus membros, sem exigir a estes qualquer contribuição particular em matéria política. O caso Osborne ocorreu em 1908, quando um motorista de caminhão chamado W.V. Osborne moveu uma ação contra seu sindicato, almejando impedi-lo de utilizar seus recursos na ação política. Em 1909, depois de vários julgamentos, o caso chegou à Câmara dos Lordes, que deu razão a Osborne.

determinada classe social que passava a fazer parte de forma muito significativa da paisagem social e política dos britânicos.

Essas organizações haveriam de ficar, durante algumas décadas, muito dependentes do que Panebianco chamou de relação *lib-lab*, ou seja, a relação entre os liberais e o *labour*, a aliança entre essas organizações e o Partido Liberal. As organizações trabalhistas dependiam muito da sua relação com os liberais, justamente em função da ausência de uma estrutura organizacional mais centralizada e elaborada. Os movimentos e partidos de esquerda ingleses, dessa forma, são gestados em um modelo organizativo fraco, pouco institucionalizado e muito mais horizontal que vertical, o que os coloca em posição oposta ao do SPD alemão, dentro do quadro de partidos de esquerda europeus.

Na Inglaterra, os sindicatos são criados e consolidados anteriormente ao partido em si. De maneira diversa à da Alemanha, os sindicatos tiveram uma enorme autonomia frente ao quadro dirigente do partido.

Diferentemente da Alemanha, o sindicato nasce e se consolida em primeiro lugar, e isso subtrai em favor da organização sindical e da sua liderança aquela reserva de lealdade com a qual, por sua vez a social democracia alemã pode contar para dar vida a uma identidade política independente (PANEBIANCO, 1987: p. 165).

Até os anos 80 do século XIX, o *Independent Labour Party* se mantém como uma vaga organização de sindicatos não tendo mais que 2 mil membros. Apesar da criação da já mencionada *Democratic Federation*⁸³, que se torna a *Social Democratic Federation*, tendo como influência o SPD alemão, o *Labour* continua composto por uma série de sindicatos e cooperativas altamente descentralizados. William Morris⁸⁴ cria, também, sob pressão de Engels, a Liga Socialista, de tendência antiparlamentarista.

É nos anos noventa oitocentistas que, em função da piora nas condições do trabalho fabril, entre outras coisas, certas mudanças nas relações industriais repercutem nas *Unions*, onde setores mais jovens e agressivos do operariado inglês vão organizar o chamado “novo sindicalismo”, o que repercute no fortalecimento das bases locais e intolerância frente à aliança *lib-lab*. Em 1893, agregando diversas ramificações do *Labour*, inclusive o *Scottish Labour Party*, a conferência para a constituição de um partido se reúne, em Bradford. Era proeminente o desejo, não apenas pela criação de um partido, mas por um distanciamento do sectarismo da *Social Democratic Federation* (SDF) e da Liga Socialista, assim como das táticas demasiadamente liberais da Sociedade Fabiana. Os fabianos tiveram um papel não

⁸³ Essa organização é criada sob um prisma marxista, como a tentativa de esboçar um centro dirigente para o Labour e tentar lhe dar o mesmo modelo organizacional do SPD alemão. Ela se limitava à cidade de Londres e teve pouco impacto na política nacional como um todo (Panebianco, 1987).

⁸⁴ William Morris foi um romancista, designer têxtil e ativista socialista inglês. Foi parte do movimento artístico *Arts & Crafts*, onde defendia formas mais artesanais das “artes têxteis”.

negligenciável na formação do *Labour*, mas ficou longe de ser a mola mestra na criação do partido (Paim). O resultado da Conferência foi uma organização ainda descentralizada, com limites indeterminados, mas com um executivo dirigente, o *National Administrative Council* (ADC), composto por 15 membros equirepresentados regionalmente.

Apesar de aparentar resistir a qualquer via centralizadora, sob a liderança de James Keir Hardie, um mineiro escocês, o *Independent Labour Party* ganhava um contorno organizacional um pouco mais elaborado. Hardie já havia ajudado a formar o *Scottish Labour Party*, em 1888 e, mesmo tendo que ceder frente às tendências descentralizadas do *Labour*, conseguiu passar muitas de suas propostas. Uma das mais importantes foi um sistema de controle financeiro centralizado, o que foi um importante recurso para a consolidação da organização. Hardie também fundou o jornal do partido, o *Labour Leader*, e o partido começa a obter maiores êxitos organizacionais nas eleições locais.

Em 1895, o *Independent Labour Party* (ILP) é derrotado, apesar de ter 50 mil votos, uma votação expressiva para uma organização com pouco mais de 10 mil filiados e com pouca presença em Londres, onde é ainda mais presente a SDF (*Social Democratic Federation*) (PANEBIANCO, 1987). Hardie, também derrotado nas eleições, tem sua liderança momentaneamente eclipsada e surge a possibilidade do *Independent Labour Party* se amalgamar com a SDF, devido à força e à presença que a último detinha em Londres. Estando também em jogo a liderança do partido, Hardie é contrário a essa unificação, defendida pelo seu rival Blatchfort, que é diretor do jornal socialista *Clarion* (financiado pelo *Labour*). A vitória do primeiro sobre o segundo adensa a estrutura de poder no vértice da pirâmide organizativa, o que fortalece também a liderança central, onde se encontrava Hardie. Nesse momento, o partido perde as suas ligações com o chamado “novo sindicalismo”⁸⁵, aceitando, em sua cúpula, dirigentes profissionais com pouca ou nenhuma experiência sindical - como foi o caso dos jornalistas McDonald, Suwolen e Glasier, e demitindo velhos sindicalistas, como Peter Curran e Tom Mann (PANEBIANCO, 1987).

As próprias *Unions* decidiram romper a aliança com o partido liberal e formar uma plataforma representativa mais autônoma. Um feroz conflito interno se instalou entre os sindicatos, sendo que os ferroviários e o governo central das *Unions* - a *Trade Union Congress* (TUC), posicionaram-se a favor do fim dessa aliança. Os sindicatos algodoeiros e mineiros, por sua vez, foram a favor da manutenção do pacto *lib-lab*. Depois da TUC conseguir passar, por uma curta vantagem eleitoral, uma moção favorável à formação de um

⁸⁵ O novo sindicalismo que surge no arrebalde da piora das condições de vida dos trabalhadores e tinha maiores tendências antiparlamentares.

partido autônomo, em 1900, convocou-se uma conferência para sua fundação. O ILP, SDF e os fabianos participam da conferência. Note-se o poder das *Unions*, que eram o epicentro da nova configuração social, que, também, podia ser vista como a classe trabalhadora moderna. Os sindicatos trabalhistas, ou seja, as *Unions* foram, portanto, as agências de micromobilização que impulsionaram a criação do moderno Partido Trabalhista Britânico. Elas são, também, o principal ponto de inbricamento entre o que é mais próximo do social e o que é mais próximo do político. As *Unions* surgem não apenas com objetivos eminentemente políticos, mas como parte das mudanças configuracionais pelas quais passava uma Inglaterra em processo de modernização e urbanização, como se voltam para a organização da vida dos trabalhadores em níveis locais.

Desta forma, em 1906, nasce de fato o *Labour Union*, do encontro entre o ILP, a organização sindicalista liderada por Hardie e as *Unions*. Destaca-se a força que elas continuam tendo, mesmo depois da formação do partido. As *Unions* permaneceram tendo muita autonomia frente ao partido, o que delineará a anatomia do *Labour* ao longo de sua história. Ele se destina a ser o “braço político” dos sindicatos, um partido que tende a se institucionalizar muito fracamente, ainda que exista uma preeminência do ILP (PANEBIANCO, 1982)⁸⁶. O partido enfrenta, no início, os desafios oriundos de sua baixa institucionalização, com a já citada baixa centralização, faltando um escritório central e recursos financeiros para a sua manutenção, além do seu secretário não receber salário. Uma parte considerável das *Unions* ainda se manteve disposta a manter a aliança *lib/lab*⁸⁷ e não se alinhar ao partido trabalhista recém criado. O alinhamento geral das *Unions* junto ao *Labour* só ocorreu cerca de dez anos mais tarde. O partido, apesar de formado, continuou dependente de forças exteriores e de organizações locais, além de permanecer “heterogerido” e pouco propenso a ser conduzido a partir de intervenções diretas do centro. As associações locais se desenvolviam de maneira muito pouco uniforme de um extremo a outro do país, de forma que alguns dos principais traços do partido (em formação) são:

O desenvolvimento se dá quase exclusivamente por difusão territorial, por meio de iniciativas locais espontâneas.

O “centro” se limita a encorajar e a estimular o processo, mas não o comanda nem impõe (não está em condição de impor) um controle centralizado sobre esse desenvolvimento.

A construção do partido tem início, significativamente, por obra dos organismos locais das *Unions*. Por muitos anos e em muitas zonas as associações do partido não serão mais que union councils, as seções sindicais locais.

⁸⁶ Por “institucionalização fraca”, Panebianco quer dizer partidos que dependem muito das suas organizações de base, assim como têm pequena autonomia frente a essas organizações. Quanto mais independente da suas bases na sua “vida política”, mais institucionalizado é um partido.

⁸⁷ Aliança entre liberais e trabalhistas.

Desenvolvimento por difusão, indeterminação dos limites organizativos, heteronomia e dependência da “periferia” do partido em relação ao sindicato são conseqüências naturais das modalidades por meio das quais o partido foi fundado (PANEBIANCO, 1982: 172).

À dinâmica desse partido é dado um maior equilíbrio pelas associações locais do ILP. O partido, que nasce por difusão territorial terá como marca mais proeminente sua heterogeneidade de base e a autonomia e independência das *Unions*. Os parlamentares serão sempre muito vinculados à suas circunscrições locais e haverá uma tendência ao faccionalismo e ao controle dos parlamentares pelas organizações de base. Apenas com a Reforma organizativa de 1918⁸⁸, o partido se tornou mais institucionalizado.

Em poucos anos, o Labour se consolida, assumindo aquela fisionomia que se manterá substancialmente inalterada, embora com ajustes periódicos por todos os anos seguintes. A partir de 1918, com a filiação coletiva (que passa pela filiação das *Unions*), também se coloca a filiação direta e individual (PANEBIANCO, 1987).

Em 1918, o *Labour* ganha uma constituição que está em uma espécie de meio termo entre os tipos diretos e indiretos de partido, os partidos cuja participação se dá por pertencimento a organizações de base e os partidos de filiação individual. Ao coletivismo oriundo do sindicalismo somam-se alguns elementos de uma sociedade burguesa liberal, centrada, pelo menos em teoria, nas biografias individuais. Com a reforma de 1918, formaliza-se a relação entre as *Unions* e outras organizações como a Sociedade Fabiana, a associação das cooperativas entre outras, de forma que filiações individuais passam a ser permitidas, lado a lado com as filiações coletivas, feitas através do pertencimento às *Unions*. O grupo parlamentar, por sua vez, ganha muita autonomia frente ao restante do partido, colocando-o em uma posição muito diferente da de outros partidos de esquerda, como o SPD alemão, ou os partidos comunistas europeus, onde a elite burocrática do partido concentra maior poder. Em partidos assim, o grupo parlamentar fica subordinado aos dirigentes internos, que são o grupo que detém maior poder dentro do partido. No ano de 1918 o marxismo parece ganhar preponderância no partido, uma vez que, a famosa Cláusula IV⁸⁹ é incorporada ao estatuto do partido. Nela se estabelece a adesão à economia de tipo estatal, com o estado controlando os meios de produção.

Mas foi após o *Trade Union Act* de 1927 que o *Labour* ganha um desenho realmente ligado a tipos diretos de partido. Os novos associados declaram, por escrito, que aceitam pagar a contribuição política e isso equivale a uma adesão individual ao partido. O *Labour*

⁸⁸ Que já havia sido iniciada na Reforma de 1913, como descrito por Duverger.

⁸⁹ Esta cláusula só seria retirada em 1992, no governo de Tony Blair.

passa a se apresentar como um partido do tipo clássico, e não mais como aquele sistema puramente federativo de sindicatos, cooperativas e associações, estabelecido na sua origem.

Entretanto, em 1946, os trabalhistas fizeram ab-rogar o Ato de 1927, estabelecendo novamente o sistema anterior, ainda que não na sua forma pura. O *Labour* passa a ter características tanto diretas, quanto indiretas, uma vez que apresenta um formato baseado nas federações de organizações prévias ao próprio partido, assim como um sistema de adesão baseado em filiações individuais de pessoas que não pertenciam a nenhuma organização de base anteriormente. O partido, dessa forma, não se “emancipa” totalmente das *Unions*, ainda que tenha conseguido um maior grau de institucionalização, passando a ter uma reserva de “lealdades” diretas, não mediadas por organizações externas (PANEBIANCO, 1987). Em face da já mencionada pouca força do grupo parlamentar, a legitimação do partido continua caudatária das *Unions*, assim como o poder de eleger possíveis candidatos ao Parlamento também permanece na sua órbita decisória. As *Unions* tinham a capacidade de eleger os candidatos ao parlamento e, também, tiveram grande papel no que se refere ao financiamento do partido.

Pode-se concluir que o *Labour Party* é produto de uma série de arranjos, feitos por setores da população britânica e que estão no centro de mudanças configuracionais profundas oriundas da formação da classe trabalhadora moderna na Grã-Bretanha. As organizações conduzidas por vários setores no interior dessa classe, a partir de um conjunto de ações que fazem parte dos arranjos feitos em função de sua relação com o estado e com outros setores sociais (como os proprietários industriais), deram origem à forma partidária que se tornou a maior força política britânica ao lado do Partido Conservador. Nesse quadro, os sindicatos, seja dos trabalhadores industriais, seja dos trabalhadores de minas ou os agrícolas, as *Unions*, foram a principal força a impulsionar a criação do partido, que manteve seu formato ligado aos movimentos sindicais por muito tempo, depois de ter se estabelecido como o poderoso *Labour Party*. Em outros países europeus, o processo de oligarquização dentro dos partidos comunistas e socialistas clássicos se daria de forma mais aprofundada que entre os britânicos. Entre os britânicos, o papel das organizações de base foi muito importante e o peso movimentalista também se fez presente, o que coloca esses partidos no conjunto de plataformas eleitorais oriundas dos primeiros partidos socialistas.

2.2.2 O cenário francês

O socialismo francês pode ter nas suas origens os pequenos e médios artesãos originários dos sistemas de guildas, que tinham esperança de se tornar mestres de guilda, mas terminaram em situações precárias, organizando-se em associações conhecidas por *compagnonnages*, proibidas durante o Antigo Regime e banidas pela lei *Le Chapelier* de 1791, que durou até 1815. As *compagnonnages* se reuniram depois da Restauração, combinando as ideologias da Revolução Francesa com os princípios da ação coletiva, sendo muito influentes nas greves gerais de 1834, levadas a cabo em Paris, Lyon, e outras cidades. As greves foram marcadas por grandes doses de violência, e os grevistas exigiam desatisfação econômica e política. Algumas décadas mais tarde, o socialismo francês teria um momento de grande ascensão no experimento conhecido por Comuna de Paris. Em 1871, com a derrota dos franceses para os prussianos na Guerra Franco-Prussiana, e a grande crise política que a acompanhou, uma Comuna revolucionária foi estabelecida para governar a cidade de Paris. Como na maioria dos movimentos de esquerda desse período, o horizonte ideológico dos *communards* era bastante difuso e heterogêneo. Havia herdeiros do jacobinismo, assim como seguidores de Proudhon. Pode-se dizer que a Comuna foi o ápice do socialismo oitocentista europeu, tendo em vista as reformas socialistas que a Comuna implementou, quando o governo republicano conservador estabeleceu um cerco sobre Paris. A Comuna foi derrotada pelas forças da república de Adolphe Thiers, e cerca de 25 mil *communards* foram executados. A derrota da Comuna enfraqueceu as forças socialistas na França, assim como o socialismo utópico e o sindicalismo revolucionário na Europa continental, em geral, abrindo maior espaço para as idéias de Marx⁹⁰. Um ano apenas após o fim da Comuna, Marx conseguiu deslocar os anarquistas e anarco-sindicalistas seguidores de Proudhon e Bakunin. Embora isso tenha enfraquecido a Internacional, é possível ver como algumas idéias socialistas fora do marxismo começam a perder força nesse momento e a II Internacional já seria bem mais homogênea que a primeira, além de estar restrita a partidos.

Ainda assim, os movimentos nacionais de esquerda mantiveram algum grau de heterogeneidade, como é o caso, também, dos franceses. Sob a pressão da II Internacional, os movimentos de esquerda e organizações sindicais da França aceitaram se unir em uma frente única, para formar, em 1905 a *Section Française de l'Internationale Ouvrière* (SFIO).

⁹⁰ Lembrando que, naquele momento, as idéias de Marx eram apenas mais uma dentre as várias propostas anticapitalistas.

Apesar de nascida sob influência da II Internacional, a SFIO manteve, pelo menos na etapa inicial de sua formação, a heterogeneidade de outros partidos e movimentos oitocentistas. Ela começou a vir à tona no pós-Comuna, quando os movimentos contestatórios estavam enfraquecidos, mas no Congresso de Paris, de 1876, houve um retorno das idéias cooperativistas, e a maior parte dos participantes era de adeptos de teorias próximas do sindicalismo e anarco-sindicalismo. O Congresso de Lyon, de 1878, por sua vez, foi marcado pela divisão entre o que Paul Lafargue chamou de cooperativistas e coletivistas (LAFARGUE, 1897). Os cooperativistas eram os sindicalistas - alguns de tendências mais reformistas, e os coletivistas eram os marxistas. Entre os últimos, o principal expoente era Jules Guesdes, um dos principais nomes na formação da futura SFIO. A partir desse momento em diante haveria uma vitória dos “coletivistas” de Guesdes, no que se refere às diretrizes do movimento sindical, concretizadas no Congresso de 1879 em Marselha. Todavia, na prática, os socialistas franceses continuaram sendo um grupo heterogêneo em vários aspectos.

A SFIO, que durou de 1906 a 1969⁹¹, nasceu de redes heterogêneas formadas por pequenas organizações e federações trabalhistas. Essa organização teve seu início na coligação de uma série de pequenas “seitas” (PANEBIANCO, 1987) e movimentos, onde, muitas vezes, a liderança de um líder específico era o centro da organização, com destaque para o Partido Operário Francês (POF), liderado por Jules Guesdes⁹² e de orientação marxista, os *possibilistes*, de Paul Brousse, os *allemandistes*, de Jean Allemand, os *blanquistes*, liderados por Edouard Vaillant, os *socialistes indépendants*, de Jean Jaurés e Alexander Millerand. O grupo mais organizado dentre esses é o POF, fundado por Jules Guesdes e Paul Lafargue no início dos anos 90 do século XIX. A SFIO, no seu congresso de fundação em 1906, copia o modelo estatutário do POF, que, por sua vez, também é uma cópia do modelo estatutário do SPD alemão⁹³. Segundo Panebianco, a SFIO manteria, por toda a sua existência, as características herdadas do POF, ou seja, fraca coesão estrutural, fraco centro dirigente, assim como tendências heterogêneas e descentralizadoras. Há aí uma divergência entre o estatuto formal da SFIO e seu *modus operandi* organizativo.

Nos anos posteriores à sua fundação, a SFIO se afasta um pouco das suas bases urbanas e fabris herdadas do POF e se aproxima de uma base camponesa, mais próxima da linha de Jaurés, devido ao caráter ainda bastante camponês da sociedade francesa. Um partido

⁹¹ Em 1969 a SFIO é absorvida pelo PS (*Parti Socialiste*)

⁹² Os membros do POF eram muitas vezes chamados de *guesdistes* devido ao nome de seu líder.

⁹³ Apesar de nunca conseguirem desenvolver as mesmas características do SPD, uma vez que este se caracterizava pela força de sua burocracia e aparato central, assim como pela verticalidade e densidade de sua organização interna.

mais de eleitores do que de militantes (PANEBIANCO, 1987), a SFIO é o que na visão duvergeriana se chamaria de híbrido organizativo, um meio termo entre um partido de massas e um partido parlamentar⁹⁴ (PANEBIANCO, 1987). Ao tentar copiar o modelo do SPD alemão, poder-se-ia esperar que os dirigentes internos tivessem amplo poder sobre as lideranças parlamentares, mas, devido à fraca centralização, os dirigentes periféricos das federações detêm grande poder em contrariar as propostas e decisões vindas do centro. Isto permite uma transferência do poder rumo ao grupo parlamentar, o que faz com que a SFIO seja um partido intermediário, meio partido de quadros⁹⁵, meio partido de massas.

A SFIO, como mencionado, manteve esse desenho de partido durante praticamente toda a sua história, um partido com fraca institucionalização, grande autonomia das federações trabalhistas em relação ao centro, e, ao mesmo tempo, certa autonomia do grupo parlamentar, fraca autonomia frente ao ambiente externo, forte heterogeneidade de modalidades organizativas em toda a sua extensão e controle periférico do financiamento do partido. O financiamento, em geral, seria controlado pelos líderes das federações, com enorme autonomia decisória frente ao centro dirigente. Dessa maneira, uma liderança só poderia surgir, dentro do partido, mediante o consentimento dos líderes das federações mais poderosas e através de um sistema de trocas e compensações recíprocas entre os dirigentes periféricos e os líderes nacionais (PANEBIANCO, 1987).

A SFIO só conheceria um centro extraparlamentar mais conciso e de prestígio depois da divisão de 1920, a partir da qual surge o Partido Comunista Francês (PCF), de inspiração leninista. Depois de um breve período em que a SFIO ficou reduzida a um pequeno e pouco organizado partido, por causa da cisão comunista, será Faure que conduzirá o seu “renascimento”, por meio de um esboço de organização constituído de um controle central sob a forma de partido, além de uma reorganização financeira centralizada, mas, ainda assim, nada que se compare ao poder organizativo e centralizado do SPD alemão. Apesar de ter um passado mais ligado aos “socialistas de esquerda” e favorável à III Internacional⁹⁶, Faure rompe com os bolcheviques, sendo bem aceito por boa parte da esquerda francesa e conseguindo criar uma boa estabilidade por pelo menos quinze anos.

O centro dirigente da SFIO também se fortaleceria em função da união entre Faure e Léon Blum que, ao encarnar as tradições humanitárias do socialismo francês, começa e atrair amplos setores do eleitorado mais moderado, que se distancia do radicalismo do Partido

⁹⁴ A SFIO também se caracterizava por apresentar traços diretos e indiretos de partido.

⁹⁵ Para Duverger o Partido de Quadros tem suas origens e centro de poder nos grupos parlamentares.

⁹⁶ Aqui seriam as vertentes mais radicais da esquerda.

Comunista Francês (PCF). O PCF, por sua vez, ao tentar lançar suas células dentro das federações, consegue esfraquecer seus líderes, que, não obstante, lutam para manter a liderança dentro de suas organizações. Isso fez com que o centro dirigente da SFIO se fortalecesse ainda mais, criando-se um sistema de acordos duradouro, fundamentado em trocas recíprocas entre federações, parlamentares, e a secretaria nacional. É válido notar o impacto do tipo de organização dos partidos comunistas e leninistas, fazendo com que as bases (no caso, as federações trabalhistas) apresentem perdas em sua autonomia frente à direção do partido, e os centros de micromobilização também fiquem sob um maior controle.

De qualquer forma, a SFIO continuaria sendo um partido muito pouco institucionalizado e centralizado, um organismo fraco, com uma intermitente lealdade eleitoral, além de altamente reativo às mudanças ambientais. Já na década de 1930, com o surgimento da Frente Popular⁹⁷ e do refortalecimento do PCF, a SFIO volta a perder força. A coalizão dominante voltará a apresentar cisões de mesma intensidade do período anterior a Faure e Blum. A identidade organizativa sofre um grande golpe, uma vez que Faure e os líderes das federações mais fortes devem opor-se à crescente presença de líderes mais radicais, que tendem para o comunismo. Blum, por sua vez, sendo primeiro ministro por duas vezes (1936-1937 e 1938), pela Frente Popular, e com grande suporte do PCF, necessita adotar um tom de conciliação, não podendo assumir as demandas da SFIO na sua totalidade, resultando em uma total desagregação da coalizão dominante.

Faure permaneceu como principal líder do partido, tendo como base de apoio, à sua “direita”, os setores trabalhistas que não se voltavam para o comunismo nem para o PCF. Após a segunda guerra mundial, no congresso de 1946, Guy Mosllet surge como a principal figura da SFIO, retomando as tendências de Jules Guesdes (*neo-guesdiste*), posteriormente rompendo com o PCF e recuperando a identidade do partido. Recuperando-a através de incentivos coletivos de identidade e incentivos seletivos materiais⁹⁸. De toda forma, a SFIO não verá seu desenho organizativo muito modificado e permanecerá mais ou menos o mesmo partido por toda a Quarta República (1946 a 1958) (PANEBIANCO, 1987).

⁹⁷ As Frentes Populares foram frentes de esquerda criadas na Europa a partir da convergência entre os diversos partidos de esquerda, desde os social-democratas até os comunistas, para combater as forças de direita.

⁹⁸ Segundo Panebianco, os incentivos de identidade seriam os incentivos ligados ao pertencimento a um determinado grupo social ou político. Os incentivos materiais seriam os possíveis ganhos de caráter material que alguém poderia obter ao participar de uma organização partidária.

2.2.3 Os partidos socialistas na Itália e além

Na Itália, nos anos oitenta do século XIX, os movimentos operários começam a se dotar de organizações políticas. Desde o *Partito Socialista Rivoluzionario di Romagna* até o *Partito Operaio Italiano*, os movimentos operários se mobilizavam para adentrar o universo da política parlamentar. A confluência dessas forças e mais uma série de sindicatos, partidos (como o *Partito Socialista Rivoluzionario*) e movimentos de trabalhadores, fabris e rurais, fundou o *Partito Socialista dei Lavoratori Italiani*, que, em 1895, se tornaria o Partido Socialista Italiano (PSI) (Dizionario di Storia; Istituto Treccano). Aqui a heterogeneidade organizativa é marcante, no sentido de que a diferença entre trabalhadores rurais e urbanos é muito evidente. A Itália era um país majoritariamente rural nesse momento, e o principal partido de esquerda a surgir vinha de um movimento sindical fabril que tentava englobar o universo dos trabalhadores rurais.

No seu nascimento, o PSI reuniu diversos componentes teóricos e político-culturais, desde o reformismo de influências marxistas de Turati até a doutrina explicitamente revolucionária de A. Costa, passando pelo anarquismo e pelo republicanismo anticlerical. A adesão ao marxismo e os debates teóricos foram um tanto quanto superficiais, apesar dos esforços de Antonio Labriola nesse sentido. O partido se desenvolveu, basicamente, no centro e no norte da Itália, e apesar de ter suas principais origens em um movimento operário, ele se estabelecerá, em particular, nas províncias, onde as massas de trabalhadores se organizavam em ligas e cooperativas.

No caso do PSI, no início de sua formação o modelo é também o SPD alemão e assim como a SFIO jamais conseguiria alcançar o nível de institucionalização e centralização dos alemães. Da mesma forma que a SFIO teve como principal base organizadora o POF, o PSI também terá o Partido Operário Milanês (POM), como seu núcleo organizativo original. Este e mais cerca de duzentos agrupamentos operários, cooperativas e organizações mutualistas de socorro mútuo darão origem ao PSI, no Congresso de 1892. O partido nasce de um conjunto de organizações locais preexistentes e por uma posterior difusão territorial (PANEBIANCO, 1987: 193).

O PSI, em seu nascimento, além de estar próximo de um partido socialista clássico de massa, pode ser enquadrado, também, como um partido de tipo “indireto”, uma vez que não

convergem em Gênova⁹⁹ militantes individuais, mas organizações coletivas. O modelo de filiação está nos sindicatos, cooperativas e organizações desse gênero, e não na filiação direta do indivíduo ao partido. Porém, isso duraria muito pouco, uma vez que, já em 1895, sob a liderança de Turati e dos socialistas milaneses, o modelo de filiação passa a ser individual.

Assim como a SFIO, o PSI seria um partido mais de eleitores que de militantes, tendo um membro para cada vinte eleitores, em média, um número muito baixo se comparado à média de um membro para 4/5 eleitores do SPD (PANEBIANCO, 1987). Mantém seu modelo de fraca coesão organizativa e um centro dirigente pouco expressivo, assim como certo predomínio do grupo parlamentar em relação à base. A razão desse predomínio do grupo parlamentar é, principalmente, a centralidade da figura de Turati no partido¹⁰⁰. Até a vitória maximalista¹⁰¹ de 1912, e a subsequente expansão organizativa, seria um partido com fortes bases rurais. Nesse sentido, o PSI se aproxima muito da SFIO, com a exceção de que, entre os italianos, o principal centro gravitacional do poder não se encontra nas federações, como entre os franceses, mas nas seções individuais do partido (PANEBIANCO, 1988)¹⁰².

As diferenças regionais e territoriais exerceram um peso muito grande no PSI, com as diferenças políticas regionais nem sempre coincidindo com as diferenças nacionais entre esquerda e direita. O faccionalismo foi muito presente e muitas vezes os parlamentares transformaram as seções às quais estavam mais ligados em verdadeiros feudos pessoais, pois as seções locais e municipais do partido tinham muito poder, criando uma série de relações verticais paralelas com o centro e com o grupo parlamentar, de forma que o vértice partidário ficava bastante fragmentado e dividido. A fluidez e fragmentação das forças intermediárias, assim como a debilidade do poder central dirigente, fizeram com que os grupos parlamentares também fossem muito fracionados. Enquanto na SFIO a fragmentação se alinhava com as clivagens entre as federações, no PSI as clivagens são mais fluidas e tênues, com fronteiras mais voláteis e difíceis de identificar. O PSI tinha como aliados a CGT (já bastante heterogênea, por sua composição de trabalhadores rurais e urbanos), o Sindicato Autônomo dos Ferroviários e a Federação dos Metalúrgicos Italianos, grupos esses que, assim como diversas cooperativas, colocavam-se como uma espécie de militância intermitente do partido (SAYERS, 1969). Isso mostra o grau de fragmentação do PSI, tendo em vista, também, o seu alto grau de heterogeneidade ideológica. No PSI, além da panóplia organizativa das bases,

⁹⁹ Local do Congresso de 1892.

¹⁰⁰ Mais ou menos como ocorreu com Jean Jaurés na SFIO.

¹⁰¹ Os maximalistas desejavam dar um traço mais centralizado e coeso ao partido, assim como alcançar todas as forças possíveis do socialismo e introduzi-las dentro do dele.

¹⁰² As seções de base do partido.

uma falta de enquadramento mais preciso e objetivo entre as diversas organizações, dificultava a coesão intrapartidária. Outro tipo de conflito que perpassava o PSI era entre os maximalistas e moderados, com os primeiros desejando uma maior expansão organizativa, assim como o fortalecimento do centro dirigente.

Com o Congresso de Regio Emilia, em 1912, e a reforma de 1912/13, os maximalistas liderados por Benito Mussolini¹⁰³ empreenderam um grande esforço para ampliar a estrutura organizativa do PSI, assim como o número de filiados, para que deixasse de ser um partido mais de eleitores que de membros. Já no Congresso de Ancona, em 1914, o número de filiados quase dobrou, e os velhos e moderados dirigentes foram submersos pelas novas lideranças, assentadas no centro dirigente e no jornal do partido, *Avanti!*. De qualquer forma, o centro continuou relativamente fraco e as organizações socialistas de tipo sindical e de cooperativas continuaram dotadas de elevado grau de autonomia, e mesmo com o grande esforço centralizador de Mussolini, os moderados continuaram tendo grande prestígio frente às organizações de timbre um pouco mais revolucionário. O PSI, já em 1913, continuou tendo apenas 45 mil filiados, o que não é muito se comparado aos 300 mil da *Centrale Generale del Lavoro* (CGL)¹⁰⁴.

Somente com os esforços do pós-primeira guerra, e já sem a liderança de Mussolini, o PSI conseguiu chegar a 200 mil filiados e consolidar um reequilíbrio a seu favor em relação a suas elites parlamentares, além de neutralizar com mais veemência a influência dos moderados. Todavia, ainda que tenha se tornado um partido de maior penetração nas massas no primeiro pós-guerra, e, em um primeiro momento (1920), aumentado seu número de filiados, o PSI se enfraqueceu como partido, de forma geral. Assim como entre os franceses da SFIO, os italianos foram confrontados com o surgimento da III Internacional e o fortalecimento dos partidos comunistas e seu poderoso sistema de penetração nas diversas organizações trabalhistas, a partir do sistema de células (PANEBIANCO, 1987).

No segundo pós-guerra, esse quadro não se altera muito, com a coalizão dominante do PSI liderada por Rodolfo Morandi tentando se transformar em um verdadeiro partido de massas, nos moldes do Partido Comunista Italiano (PCI). Apesar da efêmera vitória da facção autonomista “Reconquista Socialista” de Lombardi e Jacometti no pós-guerra imediato, em 1948, consolida-se a coalizão dominante de Morandi, em uma linha que é quase uma cópia do PCI. Nessa fase, que dura até o Congresso de Veneza, em 1957, o partido vive o período mais estável de sua história (PANEBIANCO, 1987), longe das sucessivas crises que o marcaram

¹⁰³ O mesmo que anos mais tarde fundaria o Partido Fascista Italiano.

¹⁰⁴ Central Geral do Trabalho

em períodos anteriores. Cria-se um aparato central, desconhecido anteriormente pelo PSI, por causa da autonomia e independência das seções, e estabelece-se certo controle do partido sobre as organizações colaterais.

Entretanto, o empreendimento morandiano teria resultados apenas parciais, uma vez que a tradicional autonomia dos sindicatos, frente ao corpo burocrático e às coalizões dominantes do PSI, não se evanescera completamente. Ademais, o PCI exercera uma grande penetração dentro desses sindicatos, tornando-os, na prática, seus braços sindicais. O forte aparato burocrático dos comunistas, e o fato de ser uma instituição forte, fizeram com que os sindicatos estivessem mais sob seu controle do que sob o dos socialistas. O aparato burocrático socialista nunca chegou perto do nível de poder e institucionalização dos comunistas, e, também, não substituiria as lideranças fortes, locais, regionais e parlamentares, do período pré-fascista.

Entre os belgas, o Partido Operário Belga também passou por uma via parecida, indo de um partido indireto a um partido direto, a partir de 1945, quando passou a se chamar Partido Socialista Belga e se abriu a filiações individuais. Esse partido também contava com uma rede de cooperativas, sindicatos operários, sociedades mutualistas, mas, diferentemente do *Labour*, no caso belga, as cooperativas tinham muito mais força que os sindicatos (DUVERGER, 1957). Os sindicatos foram realmente criados depois da consolidação do partido, tendo como base as cooperativas.

O Bloco Católico Belga, de 1921 a 1939, assim como o Partido Popular Austríaco, apresentam traços bastante próximos dos partidos “indiretos”, porém, nesses dois casos, trata-se de partidos indiretos de direita. Não foram apenas os partidos trabalhistas que, necessariamente, criaram organizações que se aproximam do formato indireto de partido. Partidos que poderiam ser considerados de direita se alicerçaram em formas de tipo mais ou menos neo-indireto, ainda que não tanto quanto os trabalhistas britânicos.

Pode-se questionar se as organizações de base desses partidos não seriam apenas braços corporativos do próprio partido, o que os aproximaria de tipos diretos de partido. Porém, em ambos os casos, federações rurais, trabalhistas e de classe média detêm alto nível de autonomia, tendo inclusive, personalidade jurídica própria.

Essas primeiras formas de experiência partidário-socialista, conforme exposto, na sua via direta, ou indireta¹⁰⁵, além de estarem bastante próximas do *new politics party* de Thomas Poguntke (os partidos ecológicos e verdes de esquerda), têm, nas suas bases organizativas, em

¹⁰⁵ Ou formas que estejam entre uma e outra, como o *Labour* britânico após 1918.

considerável medida, as “agências de micromobilização”, espaços de interação face-a-face que têm funções que vão para além da ação política direta, embora constituam seu fundamento mais elementar. Seriam espaços de socialização de uma determinada identidade coletiva que, em períodos de luta política iminente, servem como espaços organizativos para todo tipo de ação voltado para a ação política, como organização de protestos de rua, de referendos e abaixo-assinados, greves, entre outros. Como afirmam Snow, Rockford, Worden e Benford:

Claramente, há evidências de que círculos da vida social cotidiana, e organizações comunais locais que não são movimentos podem funcionar como importantes agências de micro-mobilização. O papel organizador das igrejas negras nos primeiros estágios do movimento pelos direitos civis foi bem documentada (McAdam, 1982; Morris, 1984), como foi o similar papel exercido pelas Mesquitas Islâmicas no Oriente Médio (SNOW; ROCKFORD; WORDEN; BENFORD, 1986).

Um sindicato, uma cooperativa rural, uma sociedade de ajuda mútua, poderiam ser uma agência de micromobilização, pois constituem núcleos socializantes que não têm apenas uma função política mais ampla, de níveis nacionais, mas de organizar a vida social local¹⁰⁶. Elas não configuram um partido que se forma antes, com uma classe dirigente e um quadro burocrático, ou tecnocrático já bem estabelecido, e depois tenta cooptar essas redes de solidariedade e identidade coletiva. Ao contrário, elas são o resultado do enquadramento comum feito por diversas dessas redes, e sua organização em níveis mais amplos, para posteriormente, ou, concomitantemente, formar um quadro dirigente mais bem estabelecido, assim como uma estrutura burocrática administrativa mais independente dos próprios movimentos sociais.

Nesse sentido, as seções, caracterizadas por Duverger como parte vital dos partidos socialistas, são recriadas pelos partidos-movimentos¹⁰⁷. Nestes últimos, as seções podem ser interpenetradas com sindicatos e federações sindicais, ou um pouco diferentes como movimentos sociais de traços não trabalhistas, mas que, juntos, configuram um quadro organizativo descentralizado e heterogêneo, muito semelhante ao dos antigos partidos socialistas. No caso dos novos partidos-movimento, as organizações de base têm um papel mais importante ainda que os sindicatos, embora ambos possam se amalgamar, como será mostrado nos capítulos seguintes, em relação aos casos sul-americanos. Pode-se dizer,

¹⁰⁶ É claro que ao se tomar o conceito de “político” mais amplo, toda a ação humana pode ser vista como, em algum grau, política, e as organizações locais têm fins políticos também. Mas, aqui, se pensa nessas agências como nichos sociais que visam, a princípio, a localidade, mas que, ao se configurar em redes mais amplas de solidariedade e ação coletiva, podem se tornar uma máquina de luta política em níveis nacionais e com fins políticos mais objetivos.

¹⁰⁷ Podem ser os new politics parties de Poguntke ou os partidos-movimento sul-americanos aqui estudados.

também, que os sindicatos, muitas vezes, articulam-se através de redes de solidariedade que, em alguma medida, lhes são anteriores e foram consolidados muito antes do partido em si, de forma que se pode afirmar que esse tipo de sindicato se enquadra na descrição de “agências de micromobilização” de Snow, Rockford, Worden e Benford.

No caso do seu enquadramento ideológico, os partidos-movimento guardam algumas semelhanças com a esquerda “pré-marxista” do século XIX, uma esquerda que ainda reunia todos os descontentes das sociedades europeias, com sindicalistas, nacionalistas, alguns grupos religiosos, lumpen-proletariado, todos podendo estabelecer algum tipo de enquadramento comum (PAXTON, 2007). Para Robert Paxton, antes de ser disciplinada pelo marxismo, a esquerda podia ser nacionalista, diferentemente da esquerda de inícios do século XX, que já enxergava o nacionalismo como uma nítida expressão da hegemonia burguesa. Nos casos dos partidos-movimento, há algo de meados dos oitocentos em seus discursos, sobretudo nos casos latino-americanos. A heterogeneidade das primeiras formas partidárias socialistas, observada nos atuais partidos-movimento, que podem ser vistos como neo-socialistas, não se reduz apenas à sua vida organizativa e administrativa, mas, também, à composição da sua paisagem mental coletiva. Vale a pena fazer uma recapitulação de algumas expressões partidárias e movimentalistas na América Latina que possam, eventualmente, ter algum traço em comum com os partidos-movimento.

2.2 O cenário latino americano

Na América Latina, a tradição de esquerda, especialmente relacionada a partidos ou a movimentos, ocorre em vários âmbitos de tendência revolucionária. No continente latinoamericano, foi criada uma tradição revolucionária de esquerda que duraria toda sua história moderna, tendo grande impacto no quadro político de seus países, antes, durante e depois da Guerra Fria. Tanto vertentes claramente revolucionárias, como o anarquismo mexicano e os revolucionários que fizeram a Revolução Mexicana de 1910-1917, como algumas tendências menos adeptas da revolução, se fizeram presentes no continente.

Desde a Revolução Mexicana, até a Revolução Sandinista de 1979, na Nicarágua, passando por uma série de episódios, como o movimento de Luiz Carlos Prestes no Brasil, a Revolução Salvadorenha de 1932, a Revolução Cubana de 1959, entre outras, a América Latina mostrou-se um terreno fértil para as atividades revolucionárias de esquerda ao longo do

século XX. Ademais, com o fim da Guerra Fria, ela se mostrou uma vez mais como uma região onde as atividades de esquerda podiam prosperar, tendo em vista o enorme número de partidos e movimentos sociais que surgiram nesse período, trazendo à tona, em alguma medida, essa herança revolucionária que tanto marcou o continente.

Um detalhe que chama a atenção, no caso latino-americano, é que os partidos socialistas pré-leninistas não foram uma experiência tão presente quanto na Europa. Talvez por não existir no continente, ainda, as concentrações sociais de tipo, por exemplo, trabalhista, como havia na Inglaterra oitocentista, e os sistemas da escravidão e da servidão (esta nos países andinos) não terem permitido uma maior maturação das lutas sociais, como no continente europeu. Não se quer dizer que toda a esquerda latinoamericana se enquadre nos modelos clássicos de partido comunista, nos moldes organizativos esboçados por Lenin. Em países como México, Argentina e Chile, ocorreram importantes experiências anarquistas. No México, elas tinham uma tonalidade bastante “autóctone”, como no caso do magonismo, o movimento anarquista dos irmãos Flores Magón. Também não se quer dizer que o transbordamento social, do qual fala Breno Bringel (2014), que representaria um momento de enquadramento fundamental para o fenômeno dos partidos-movimento, não tenha existido no continente antes da chegada do marxismo e do leninismo.

Muitas lutas sociais conduzidas pelos camponeses, que, em boa parte da América-Latina, são também indígenas, foram colocadas em ação desde o período colonial, como as Revoltas de Tupac Katari e Tupac Amaru, no século XVIII. Já no século XX, a Revolução Mexicana foi uma espécie de “transbordamento social”, por, entre outras coisas, o projeto de reformas liberais conduzidas pelo Presidente Benito Juárez não terem gerado os efeitos desejados¹⁰⁸. Um dos pontos mais importantes dessas reformas foi o desmantelamento dos *ejidos*, um sistema de terras comunais em uso desde o século XVI, quando foi implementado pelos espanhóis. A perda dos *ejidos* retirou o referencial social e econômico de boa parte da população camponesa, como já afirmava o intelectual marxista mexicano Diego Rivera em 1938 (LOWY, 2007). Ao quadro de desestruturação desse tipo de vida comunal seguiu-se uma série de revoltas, assim como tentativas de reestruturação de estilos comunais de vida social e econômica, como feitas pelos anarquistas e pelas cooperativas de artesãos das cidades. Camponeses e artesãos estariam entre os principais componentes das fileiras revolucionárias mexicanas (além dos setores considerados pequeno burgueses) (DI TELLA, 2005), o que mostra o transbordamento social, mas em condições onde dificilmente poderia se

¹⁰⁸ O desmantelamento dos *ejidos*, as terras comunais administradas pela Igreja, levaram antes à inquietação dos camponeses que a transformação do México em uma sociedade liberal, como desejado pelos liberais mexicanos.

transformar em uma plataforma eleitoral, como acontece entre os modernos partidos-movimento¹⁰⁹.

A manutenção de um campesinato autóctone, de origem indígena, particularmente nos países andinos, criou o ambiente propício para se pensar como esse segmento social se inseriria na modernidade através de atividades que visariam o rompimento e superação do sistema capitalista liberal.

A construção dos estados nacionais independentes, de tipo liberal, tornou o cenário político nacional mais conturbado, não apenas no México. Nos países andinos, a chegada do estado nacional independente fez com que o campesinato percebesse como ainda mais necessária a defesa de seus interesses territoriais. Na Bolívia, a chegada do estado independente trouxe um maior peso sobre as comunidades indígenas, em vários aspectos, sobretudo aquele referente à carga tributária.

Entretanto, a tradição revolucionária latino-americana vem acompanhada, também, de uma tradição voltada para as idéias e para o pensamento. Esse quadro específico de lutas sociais criou o ambiente para a formulação teórica de um dos mais proeminentes intelectuais marxistas latino-americanos, o peruano José Mariátegui. Ele desenvolveu uma teoria marxista acoplada à realidade peruana, no sentido de trabalhar a luta de classes de Marx em uma sociedade marcada por grande presença de um campesinato étnico. Mariátegui afirmava ser necessário “peruanizar o Peru”, ou seja, colocá-lo em sintonia com a realidade da maioria da sua população que vivia no campo, e estava, em algum grau, fora da realidade das elites *criollas*. O autor peruano dizia que a revolução socialista/comunista, em um país como a China, por exemplo, era relativamente mais fácil, uma vez que o ideal revolucionário facilmente se amalgamaria com o ideal nacionalista, pelo fato de os chineses, sendo da classe camponesa, ou da alta aristocracia, serem todos da mesma “raça”. No Peru isso não ocorria, já que as elites eram criollo/mestizas (ou brancas), inseridas em uma cultura mais espanhola, e as massas eram indígenas (MARIÁTEGUI, 1929). Dessa forma, o problema étnico teria que ser trabalhado com o objetivo de “peruanizar o Peru”.

Mas isso deveria ser feito junto à superação do sistema capitalista e junto à luta por autonomia frente ao imperialismo norte-americano. O coletivismo oriundo do antigo Império Incaico e de seus remanescentes nos ayllus andinos poderia servir de base para um esforço revolucionário de influências marxistas. O delineamento teórico desses esforços conjuntos marcaria, por muito tempo, as lutas sociais, posteriores, na América Latina, sobretudo nos

¹⁰⁹ Isto tendo em vista que os partidos-movimento adentram a arena eleitoral em regimes com um grau de poliarquia que dê espaço para tais manobras, o que não parece ser o caso do México naquele momento.

países andinos. A luta por autonomia territorial indígena e por maior acesso à terra, frente aos grandes proprietários de fazendas, junto à luta contra o neoliberalismo, em alguns países sul-americanos, trazem à tona todo o debate proposto por Mariátegui nas primeiras décadas do século XX.

O Movimento Zapatista do Subcomandante Marcos que, em 1994, ocupou com um exército guerrilheiro de indígenas algumas áreas da região de Chiapas, no México meridional, foi uma primeira manifestação do ciclo de esquerdas que dominaria grande parte do continente nos anos posteriores. E não apenas isto, mas também o amálgama entre campesinato, etnonacionalismo, marxismo, e nacionalismo revolucionário. A mescla das questões indígenas camponesas com o norte ideológico marxista marcadamente presente no pensamento de Marcos, mostra como as idéias de José Mariátegui, (que pensou as possibilidades de amálgama entre a vida comunitária dos *ayllus* peruanos e a superação do sistema capitalista pelas vias propostas e visualizadas por Marx) ainda se fazem presentes e são importantes na análise de vários fenômenos contestatários que marcaram o continente na década de 90 e na primeira década do século XXI. Além de Chiapas, países como Bolívia, Equador e Guatemala se encontrariam em conjunturas altamente conflituosas, tendo as manifestações indígenas, antineoliberais e antiimperialistas no centro de suas contendas políticas. Para além da discussão de Mariátegui, problemáticas mais exclusivamente camponesas também ganhavam maior visibilidade, como no Brasil e no Paraguai.

Na Bolívia, no Equador e no Paraguai, essa fusão entre lutas antineoliberais, lutas camponesas e o marxismo levaria a formação dos partidos-movimentos estudados nesse trabalho. Nesses três casos, há uma espécie de interpenetração entre a estrutura organizativa dos primeiros partidos socialistas europeus e o conteúdo social das diversas tradições de tipo revolucionário oriundas do continente latinoamericano. Somada a isso a questão étnica, nos casos boliviano e equatoriano, marcam profundamente o MAS e o Pachakutik. É algo que tem a ver com o aprofundamento das relações entre estado e zonas rurais antes muito negligenciadas e também com parte da crítica que já se tecia na América Latina acerca da ortodoxia soviética demasiadamente centrada em questões de classe, esquecendo-se de que os grupos despossuídos tinham a necessidade de uma reconstrução da sua subjetividade, e não apenas de lutar pela reestruturação dos meios de produção, como já afirmavam alguns partidos no fim dos anos setenta, como o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) mexicano (LOWY, 2005). Alguns grupos que partiram para a luta armada, como Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP) da Guatemala, também afirma que a centralização da luta revolucionária na classe trabalhadora pode ser prejudicial para a consolidação da revolução.

Após a derrota da guerrilha depois de um longo e violento confronto com as forças do governo, os grupos revolucionários guatemaltecos chegaram à conclusão de que era necessário voltar a atenção para o campesinato indígena empobrecido, uma vez que ele constitui uma importante parcela da população da Guatemala. Temos então diversos componentes dos partidos-movimento aqui estudados em um processo de interpenetração nestas formas partidárias.

Os traços marcadamente movimentalistas desses partidos levam seus membros, muitas vezes, a renegarem a ideia de que sejam partidos políticos, ou pelo menos, partidos políticos tradicionais convencionais. Ao se colocarem dessa maneira, devido à sua própria forma de se organizar e estruturar, os partidos-movimento afastam-se das formas mais tradicionais de partido, embora o modelo leninista nunca se ausente completamente como uma alternativa viável de estruturação interna partidária. No sentido de compreender melhor esse fenômeno, é bom fazer uma recapitulação das lutas sociais e dos partidos socialistas/comunistas nos países estudados.

2.3 As lutas políticas entre os transbordamentos sociais e os partidos marxistas leninistas clássicos: Índios e mineiros na Bolívia

Ao longo do século XIX, muitas revoltas indígenas se fizeram presentes na América Andina¹¹⁰ (CUNHA FILHO, 2015). Essas revoltas foram vistas por alguns autores, como Eric Hobsbawn, como apolíticas, por não estarem dentro de um projeto político mais bem definido (CUNHA FILHO, 2015). É verdade que muitas vezes essas revoltas estavam mais voltadas para a defesa da vida comunitária do que para um projeto político mais amplo e de alcance nacional. Ainda assim, não podem ser vistas como necessariamente apolíticas, já que estavam relacionadas com as lutas sociais e com as lutas pelo poder (ainda que nas esferas regional e municipal). A tentativa de implantação de governos liberais na Bolívia, após sua independência, aumentou consideravelmente os impostos sobre as comunidades rurais indígenas (LARSON, 2004). Nas décadas de 20, 30, e 40, todas as fontes econômicas que sustentavam o estado declinaram, de forma que o que o mantinha, eram os tributos indígenas, cada vez mais pesados. A tributação sobre os indígenas passou de 46% em 1832, para 54%

¹¹⁰ Também na América Central e no México isso se fez muito presente.

em 1845 (KLEIN; Apud, LARSON, 2004). Um quadro de crescentes tensões se delineou, tornando o campo boliviano um solo fértil para insurreições camponesas, pequenas ou grandes, dependendo da conjuntura. Não que períodos anteriores não tenham presenciado insurreições. As famosas revoltas de Tupac Katari e Tupac Amaru ocorreram no século XVIII, em terras andinas. Mas foi na Bolívia independente que se formou o cenário de lutas indígena-camponesas que seriam o esboço das lutas sociais rurais daquele país, até o período pós-Guerra fria.

As políticas das elites *criollas*, por essas razões, eram muito voltadas para o apaziguamento (ou controle) das comunidades rurais camponesas, e várias começaram a orquestrar estratégias de resistência contra o novo estado independente. Essa resistência teria como objetivo a manutenção dos territórios comunitários, das suas estruturas políticas e administrativas, e suas jurisdições políticas (LARSON, 2004). Assim, é problemático afirmar que essas manifestações seriam apolíticas, já que elas tinham uma conotação evidentemente ligada às lutas pelo poder político, ainda que os grupos indígenas não almejassem esse poder em nível nacional, nem tivessem uma visão mais ampla de nação. Esses movimentos de resistência encontravam-se, majoritariamente, na região andina, no altiplano e no norte de Potosí (LARSON, 2004). As políticas de apaziguamento, que já começam no governo de Andrés Santa Cruz (1829-1839), formataram um sistema informal de pactos nos quais as comunidades indígenas obtiveram algum reconhecimento e lhes foi conferida alguma autonomia. O esboço político administrativo desse pacto, apesar de seu caráter informal, perdurou mais que outros pactos, mostrando-se bastante duradouro e marcando profundamente a política na Bolívia.

Ademais, houve ocasiões em que as lutas indígenas se mesclaram a projetos políticos de alcance nacional. Um exemplo bastante ilustrativo acerca da importância desses pactos iniciados por Santa Cruz pode ser encontrado quando a Bolívia se viu dividida por uma guerra civil que cindiu o país entre liberais e conservadores, em 1899. O líder dos aymarás, o Coronel Pablo Zárate Willka, liderando uma força armada de aymarás e quéchuas, apoiou os liberais. Como os últimos defendiam um sistema político menos preso ao centralismo de La Paz, os indígenas viram com bons olhos um sistema mais descentralizado, o que facilitaria a manutenção da autonomia das comunidades indígenas. Essas revoltas, somadas a outras que ocorreram ao longo do século XIX e XX, ajudaram a consolidar o indianismo comunitário como uma das mais importantes matrizes políticas dos bolivianos, e que teria um papel fundamental em quase todos os episódios mais marcantes da vida política na Bolívia (CUNHA FILHO, 2015).

Porém, não foram apenas as comunidades rurais indígenas que tiveram um papel nos movimentos insurgentes bolivianos. Os trabalhadores do setor da mineração, importante atividade econômica da região desde séculos, também se colocaram como importante fonte de mobilizações. Uma diferença do setor trabalhista para o setor indígena camponês é que o primeiro demonstrou uma maior tendência a ficar sob a alçada dos partidos comunistas e socialistas, sobretudo a partir do fim da alternância de poder entre liberais e conservadores, em 1920 (DI TELLA, 2005). Diferentemente do Equador, na Bolívia, as comunidades indígenas demonstraram maior resistência em ser parte da base dos partidos de inspiração marxista-leninista. Entre os bolivianos, essa tendência ficou um pouco restrita aos trabalhadores da mineração.

Uma das mais proeminentes manifestações nesse sentido foi o POR (Partido Obrero Revolucionário), fundado em 1934, de inspiração claramente marxista-leninista, ainda que tenha adotado a via trotskista contra as frentes populares na década de 30¹¹¹. O POR estava intimamente vinculado à Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB), criada em 1944, e, na altura, uma das principais e mais fortes organizações de trabalhadores entre os bolivianos. O POR rejeitava veementemente qualquer medida de tipo mais reformista e não revolucionária, interpretando, inclusive, as Frentes Populares sustentadas por Stalin como uma via de traição. O POR se colocava como representante político da FSTMB, e assumia uma visão totalmente hostil à ideia de união nacional, ou seja, trabalhar junto com setores do empresariado nacional. Sua proposta organizativa se dava a partir de um centro de poder, o Comando Político, conectado a Comitês de Minas, ocupadas por trabalhadores mineiros. Defendia a luta de massas e os enfrentamentos de rua somados à luta parlamentar. Essas propostas estavam entre os pontos que compunham a “Tese de Pualacayo” (LOWY, 2007). Tratava-se de uma série de diretrizes elaboradas pelo POR junto à FSTMB, na cidade de Pulacayo, em 1946, que delineavam seu estilo organizativo, assim como tático e estratégico. O POR não foi produto da FSTMB, tendo sido criado anteriormente, e cooptado a organização sindical no momento de sua criação, já que delegados de várias organizações sindicais, assim como do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), e do próprio POR, participaram da gestação da federação sindical. O primeiro dirigente da FSTMB, Juan Lechín é originário do POR, o que mostra a grande influência do partido sobre a federação, desde o momento de sua criação.

¹¹¹ Aqui não se pretende aprofundar nas diferenças entre o “oficialismo” stalinista e a alternativa trotskista. O ponto importante é que a proposta do governo stalinista da URSS de formar frentes de esquerda, unindo revolucionários e reformistas, para conter o avanço fascista na Europa, foi recebida com hostilidade, por algumas organizações e partidos na América Latina, que se colocavam contra tal proposta.

Esse partido, em especial na Tese de Pulacayo, toca na temática indígena-camponesa, porém, sem dar-lhe uma atenção muito significativa, centrando-se muito mais nas questões voltadas para o trabalho das minas. Essa cisão entre mineração e campesinato indígena marcaria a história política boliviana até o surgimento do MAS, sendo os dois setores muitas vezes antagonistas dentro dos arranjos políticos de maior amplitude nacional, mas encontrando pontos de convergência na altura da criação do MAS (GARCÍA LINERA, 2010). Essa rivalidade contribuiu, de alguma forma, para que os movimentos indígenas bolivianos não fossem cooptados facilmente por partidos e organizações políticas socialistas e comunistas clássicas, como se deu entre os camponeses indígenas equatorianos.

Na Revolução de 1952, houve uma convergência entre os dois setores na luta contra o sistema, em boa medida, oligárquico, vigente até então. Havia um interesse em comum na tomada de terras e estatização das empresas da mineração, porém essa convergência não se mostrou duradoura, representando um dos tipos de clivagem que começou a cindir o MNR (DI TELLA, 2005).

Muitas vezes, as comunidades indígenas chegaram a apoiar regimes militares contra os quais se colocavam frontalmente as organizações socialistas e comunistas. Foi o caso dos Generais René Barrientos e Alfredo Ovando. O primeiro dá um golpe em 1964, em função da estagnação do governo do MNR, assim como de suas divisões internas. Essa aliança com os setores rurais indígenas ficou conhecida como Pacto militar-campesino, e tornou-se mais fácil pelo fato de Barrientos ser de origem indígena e falante da língua Quéchuá. Com a morte de Barrientos em 1967, em um acidente aéreo, o campesinato indígena passa a apoiar Alfredo Ovando, outro general.

Por outro lado, quando Juan José Torres subiu ao poder, em 1970, foi apoiado por Juan Lechín, que naquela altura, coordenava a Assembléia Popular¹¹². Em 1971, o poder e influência da Assembléia Popular delinearam na Bolívia um tipo de governo semelhante àquele da União Soviética leninista (DI TELLA, 2005), tendo como apoio as organizações trabalhistas urbanas e da mineração, com tendências muito mais explicitamente marxistas que os setores rurais indígenas¹¹³. Nesse sentido, o “transbordamento social” mais espontâneo está mais intimamente ligado ao campesinato, uma vez que os setores trabalhistas urbanos tendem

¹¹² Órgão de poder diretamente ligado aos soviéticos.

¹¹³ Nesse momento, a FSTMB já havia se tornado a Central Obreira Boliviana (COB), criada em 1952. A COB foi criada, em parte, pelos esforços de Juan Lechín, que se tornou seu primeiro secretário.

a estar vinculados a partidos políticos relativamente mais oligarquizados¹¹⁴. Todavia, isso fez com que marxismo também se firmasse como um dos eixos ideológicos e organizativos dos setores populares bolivianos, tendo significativa ressonância na formação do MAS quando este acoplava tanto camponeses indígenas quanto sindicatos mineiros e urbanos (CUNHA FILHO, 2015).

2.4 Nacionalidades indígenas, campesinato e luta de classes: o partido comunista e o socialista do Equador

No Equador, o partido comunista e o socialista rapidamente se aproximaram do campesinato indígena da serra andina, dando-lhe tanta atenção quanto aos sindicatos urbanos costeiros, sobretudo aqueles concentrados na cidade de Guayaquil. Como na Bolívia, as elites *criollas* do Equador, presas a um imaginário extremamente conservador, que tangenciava até alguns elementos monarquistas (LARSON, 2004), também retomaram o sistema de tributos oriundo da era colonial. O pesado sistema de taxaço e a clivagem campo-cidade, em que os maiores centros urbanos eram ou brancos ou mestiços e as pequenas cidades e aldeias eram majoritariamente indígenas (pelo menos na serra, no caso do Equador) ou negras e pardas na costa, gerou um quadro de conflitos sociais difíceis de serem contornados. A instabilidade e violência no mundo rural marcariam profundamente sua relação com as cidades, assim como a conformação do cenário político equatoriano em escala nacional. O menor isolamento do campo frente às cidades, se comparado à Bolívia, pode ter contribuído para que os partidos comunista/socialista formados nas zonas urbanas equatorianas tivessem mais facilidade em adentrar essas zonas rurais.

Como em outras regiões andinas, os grupos indígenas do Equador têm uma tradição de organização comunal na qual a assembléia de aldeia administra a propriedade da terra, os conflitos internos e a vida político-econômica de forma mais ampla da localidade. Suas organizações também se incumbiam de articular protestos ou mesmo revoltas armadas contra a colônia espanhola ou contra proprietários rurais.

¹¹⁴ Não se quer dizer que não haja esse “transbordamento social” e nem espontaneidade nos movimentos trabalhistas urbanos, mas no Caso boliviano eles estão mais elencados a partidos políticos mais oligarquizados (ou leninizados) que os movimentos camponeses.

Na Bolívia, as comunidades indígenas já se organizavam para defender seus interesses de forma mais para além da localidade de aldeia desde o século XIX. Sob a liderança do *caudillo* Zárate Pablo Willka, quéchuas e aymaras já lutavam pela autonomia política de suas comunidades, municípios *Ayllus* e *Markas*. As lutas indígena-camponesas mais amplamente articuladas¹¹⁵ são anteriores à chegada do marxismo na Bolívia. Também no Equador, as comunidades rurais andinas sempre tiveram, igualmente, alta capacidade de organização, como é possível ver mesmo nos dias de hoje. Entretanto, para articular e enquadrar interesses mais amplos do campesinato indígena, os equatorianos parecem ter tido mais dependência de organizações exteriores à sua própria comunidade. Esse papel, no século XIX, era conferido à Igreja Católica, em um quadro político social ainda de pouco conflito entre as elites agrárias e o campesinato, pelo menos em grande escala. Na Revolução Liberal de 1895, liderada por Eloy Alfaro, as populações indígenas e camponesas puderam adquirir alguns direitos civis¹¹⁶, ainda que não tenham participado diretamente desse evento, que ocorreu mais na região costeira, sobretudo na província de Guayas, cuja capital é Guayaquil.

Mas foi em um contexto de agravamento dos conflitos por terra que o capital social dos camponeses indígenas se encontrou com a esquerda, que, naquele momento, organizava-se dentro dos moldes do marxismo-leninismo. A primeira organização indígena moderna organizada em espaços associativos fora do âmbito meramente comunal, ou do âmbito das Igrejas, a Federação de Indios Equatorianos (FEI), foi estabelecida pelo Partido Comunista Equatoriano em 1944, com o intuito de acoplar a população camponesa indígena à luta revolucionária contra as elites locais, e também contra o próprio sistema capitalista em geral. Desta forma, embora nos anos 1920 tenha havido várias tentativas de formar sindicatos rurais indígenas, a primeira federação/organização de índios equatorianos surge em consonância com um partido político que se colocava radicalmente contra a estrutura econômica e o sistema político do Equador, naquele momento. Enquanto a convergência entre os hábitos comunitários indígenas e estruturas organizativas e administrativas modernas na Bolívia se deram pela via de um estado nacional desenvolvimentista, em que um governo central se comunicava com uma série de organizações populares e sindicais, no Equador se deu, antes, pela via do PSE e PCE. A necessidade de institucionalizar as línguas indígenas como línguas nacionais se deu, na Bolívia, a partir da experiência da escola rural, instalada nas zonas rurais

¹¹⁵ Por “amplamente articulados” queremos dizer esforços indígenas para além do nível restritamente comunal.

¹¹⁶ Por exemplo o fim do *Huasipungo*, um sistema de servidão onde os camponeses faziam todo tipo de serviço nas casas dos patrões sem nenhum tipo de direito assegurado. O equivalente boliviano do *Huasipungo* foi o *pongueaje*, que teve fim com a Revolução de 1952.

andinas a partir dos anos 1950. Ou seja, a congruência entre cultura e instituições administrativas modernas se dá, em boa medida, pela via do estado.

A diferença em relação aos equatorianos é que, nesse caso, essa congruência se dá junto ao corpo administrativo do Partido Comunista Equatoriano (PCE) e não ao estado equatoriano. A utilização da língua Quíchua¹¹⁷ em estruturas estatais modernas foi feita, antes, dentro do PCE, quando o partido ajudou a montar o primeiro jornal em Quíchua, o *Ñucanchic Allpa*. Como foi dito, não se quer dizer que não tenha havido tentativa de organizar sindicatos rurais por parte dos camponeses Quíchua, e uma das primeiras organizações indígenas que teve por objetivo defender os interesses desses camponeses, em especial a reforma agrária, e a primeira realmente proeminente, teria sido a Federação de Indios Equatorianos - FEI (BECKER, 2008; YASHAR, 2005). De qualquer forma, era uma organização que se voltava mais para a questão agrária e étnica andina. No Equador, assim como no Peru e na Bolívia, existem, basicamente, duas regiões em bom grau habitadas por populações indígenas, a andina e a amazônica. Nesse sentido, é válida uma breve discussão sobre o que é ser índio no Equador, assim como suas relações históricas com o estado equatoriano e com os “não índios”, seja em termos étnico raciais, seja em termos de classe.

O percentual de população indígena entre os equatorianos é algo que gera bastante discussão, uma vez que alguns dados alegam ser 6%, enquanto outros chegam próximos aos 40%. Deborah Yashar (2005) afirma que essa população perfaz em torno de 38%. Já Xavier Albó diz que ela não seria mais que 6%. Todavia o próprio Albó afirma, também, que esse percentual é baixo muito em função da forma como foi feita a pergunta, que tenta averiguar se aqueles que respondem são simplesmente índios, ou não. Albó acredita que se a questão fosse colocada como foi feita com os bolivianos, demandando a qual nacionalidade pertence o indivíduo, e não se pertence simplesmente a uma categoria tão geral (índios), o percentual provavelmente teria sido maior.

A etnia percentualmente mais significativa é a dos Quíchuas, maioria esmagadora na região serrana, nos centros urbanos, e mesmo em alguns departamentos amazônicos como Napo ou Pastaza¹¹⁸. Os outros grupos seriam os amazônicos, como Secoya-Siona, Huao-Huaroni, A'i (Cofán), e, mais próximo da fronteira com o Peru há os Shuar-Ashuar, os mais numerosos dessa região. No interior da costa norte estão pequenos grupos: Tsáchila, Tsáchi e Awá (ALBÓ, 2008). De acordo com Deborah Yashar, seriam esses os grupos indígenas

¹¹⁷ Os Quíchuas são o principal grupo indígena da região andina equatoriana. É importante ressaltar que não são o mesmo grupo representado pelo Quéchuas bolivianos.

¹¹⁸ Apesar de serem originários da serra andina, os Quíchuas são bastante numerosos em algumas regiões amazônicas devido aos altos índices de migração para essa área, em busca de terras para a prática da agricultura.

equatorianos identificados. Os Quíchuas seriam o único grupo a habitar todas as três regiões equatorianas, costa, serra e Amazônia, uma vez que sua migração não se direcionou, apenas, para a região amazônica, mas, também, para as cidades costeiras.

No Equador, os espanhóis penetraram mais rapidamente que na Bolívia, sobretudo na serra andina, o que modificou um pouco o tipo de organização existente entre essas populações (BECKER, 2008). Isso fez, também, com que vários setores dentre as camadas rurais indígenas se deparassem com dilemas de classe camponesa antes que os bolivianos. O que se quer dizer é que a ideia de luta de classe no campo se instalou um pouco antes nas zonas rurais equatorianas que nas bolivianas. De certa forma, a luta dos indígenas dos Andes equatorianos assumiu um traço mais explicitamente ligado à classe, de maneira que classe e etnia parecem ter tido quase que o mesmo peso. Embora a FEI tenha sido a primeira organização mais significativa a colocar em pauta a reforma agrária e a identidade indígena, houve tentativas anteriores nesse sentido¹¹⁹.

Em 1926, o líder indígena José Gualavisí, do departamento andino de Pichincha e próximo da cidade de Cayambe, participou da sessão inaugural do Partido Socialista Equatoriano. O partido foi criado no caudal da Revolução Juliana de 1925. Os principais líderes e arregimentadores dessa Revolução, um grupo de jovens oficiais desiludidos com aquilo que viam como uma oligarquia liberal corrupta oriunda da costa, decidiram dar um golpe, afirmando que os liberais não tinham sido liberais o suficiente. Aparentemente, a Revolução alfarista de 1895 não colocou fim real ao poder oligárquico que dominava o Equador naquele momento.

Como já mostrava Torcuato di Tella, o liberalismo, muito presente na costa equatoriana no fim dos oitocentos e primeiras décadas dos novecentos, nunca teve o mesmo impacto na região serrana. A identidade indígena, suas querelas de classe mais específicas e suas diferenças de todo tipo em relação à população costeira criaram uma espécie de clivagem com a costa. Assim, as demandas da população camponesa da serra forçaram diferentes respostas dos setores mais politicamente atuantes, respostas diferentes do liberalismo que se mostrou a principal arma de combate às oligarquias na região da costa, principalmente a cidade de Guayaquil.

A Revolução Juliana de 1925, conduzida por um grupo de jovens oficiais do exército, foi uma resposta nesse sentido, uma vez que implementou uma série de reformas sociais visando aumentar o bem estar da população camponesa. Essas reformas incluíam a

¹¹⁹ Com a formação de sindicatos indígenas.

implementação de uma legislação trabalhista indígena, salário mínimo, jornada de trabalho de oito horas diárias, um dia de descanso por semana, um fundo de aposentadorias. Foi criado, também, um Ministério do Bem estar Social, que serviu de canal institucional de protestos para as populações indígenas vivendo nas *haciendas*.

Nessa altura, já havia um conjunto de organizações de esquerda com ambições que iam além das reformas implementadas pela Revolução Juliana e que se organizavam, sobretudo, nas áreas urbanas. Nas zonas rurais, os primeiros sindicatos indígenas começavam a se organizar, também. Um dos mais importantes surgiu na paróquia de *Juan Montalvo*, ao sul da cidade de Cayambe, em 1926 (BECKER, 2008). O Sindicato de Trabajadores Cambesinos de Juan Montalvo, com cerca de mil membros, visava, entre outras coisas, um melhor tratamento aos indígenas e o fim dos abusos cometidos pelos patrões donos de terras. Entre outras reivindicações se encontravam o fim de uma série de serviços não pagos, que eram feitos, sobretudo, pelas mulheres que acompanhavam seus pais e maridos nos trabalhos nos campos. Esses serviços eram, basicamente, o *huaricama* (ordenha de vacas) e *pongos*¹²⁰ (serviços domésticos de toda ordem requisitados por membros do clero).

Segundo Marc Becker (2008), o contexto imediato no qual foi criado o sindicato *Juan Montalvo* foi o conflito de terras ocorrido na propriedade de Changalá, em 1926. Membros das comunidades camponesas afirmavam que o proprietário havia tomado posse de terras historicamente indígenas. Quando ele ignorou as exigências dos camponeses, estes se mobilizaram e ocuparam as terras supostamente suas. As forças armadas foram acionadas e a mesma junta militar que conduziu a Revolução Juliana contra as oligarquias agiu em favor do proprietário¹²¹, enviando das cidades de Quito e Ibarra dezenas de soldados a Changalá.

Sob a liderança de José Gualavisí, os camponeses indígenas inauguraram um tipo de luta que ia para além da mera defesa da comunidade, mas, também, que visava uma demanda de terras que viam como historicamente suas e que ficaram nas mãos dos proprietários de terras brancos/*criollos*. Gualavisí já tinha ligações com o recém criado Partido Socialista Equatoriano, tendo participado, inclusive, da sua fundação, como já foi dito. Ele detinha uma espécie de “dupla consciência”, uma de classe e outra étnica. Isso facilitou a circulação de Gualavisí em meios mais urbanos, assim como sua inserção nos movimentos de esquerda desses meios. A esquerda, naquele período histórico, debruçava-se em enorme medida sobre a ideia do trabalhador urbano como agente revolucionário e da transformação radical da

¹²⁰ O *pongueaje* existia entre os bolivianos também, embora entre eles os *pongos* prestavam mais serviços para as famílias dos donos de terra que para membros do clero.

¹²¹ Nesse sentido que se pode falar que para vários grupos a Revolução não foi “revolucionária o suficiente”.

estrutura social e econômica, muito por causa da poderosa influência da União Soviética naquele momento. Dessa forma, Gualavisí viu nos movimentos e partidos de esquerda que se formavam nas zonas urbanas equatorianas um poderoso aliado na luta contra os proprietários de terras brancos/criollos. Os socialistas/comunistas, sendo mais fortes e mais presentes nas cidades, além de obterem apoio de Moscou, se colocaram como um proeminente difusor da questão indígena camponesa rumo a terrenos que fossem para além de sua “territorialidade social” original. Isso facilitava também a formação de alianças com não-índios, contra aquilo que era enquadrado como um conjunto de opressores comuns.

Alguns centros como a *Casa del Obrero*, em Quito, se tornaram importantes centros de referência para algumas lideranças indígenas, assim como locais de encontro entre líderes indígenas e não-indígenas, camponeses e trabalhadores urbanos. Foi nesse centro que o líder indígena Ambrosio Lasso teve contato com centenas de trabalhadores urbanos e estudantes em 1934, depois de ser expulso da propriedade rural onde trabalhava. Lasso lideraria, um ano mais tarde, uma greve nessa mesma propriedade. Entraria no Partido Comunista Equatoriano em 1946 e fundaria o *Sindicato de Trabajadores Agrícolas* no município de Galte, em 1958. Era alguém muito conhecido e respeitado, tanto nos meios urbanos, entre os comunistas, quanto nos meios rurais comunitários.

Por esse exemplo, pode-se notar como o amálgama entre o indianismo e o marxismo ocorreu mais cedo entre os equatorianos que entre os bolivianos, e de forma a criar uma rede de relações mais densa, também. As habilidades organizativas de Lasso e sua liderança fizeram com que ele, segundo Henrique Bazantas, um outro líder camponês, pudesse reunir todas as comunidades frente ao sistema de *haciendas*, e a favor da classe camponesa (BECKER, 2008). Ele teria, supostamente, tornado as massas indígenas conscientes de seus direitos e as mobilizado e disciplinado dentro de um quadro de luta de classes.

A importância de ativistas, como Lasso¹²², de acordo com o antropólogo Alfredo Costales (BECKER, 2008), foi no sentido de terem conseguido, como já mencionado, ampliar o terreno de atuação da classe camponesa indígena. A diferença entre tais ativistas e as lideranças indígenas do século XIX, é que as últimas se preocupavam com a defesa exclusiva de suas comunidades, ou conjunto de comunidades, de seus territórios e dos interesses de seus habitantes.

O ativismo de figuras como Lasso é comparado por Costales com aquele do líder indígena oitocentista Fernando Daquilema. Mas, além de organizar as comunidades, os líderes

¹²² Marc Becker também faz referências a diversas outras lideranças indígenas da primeira metade do século XX, dando particular proeminência às mulheres, como Dolores Cacuango e Tránsito Amaguama.

dos novecentos adentravam o partido comunista, inclusive seu Comitê central, levando suas questões para o movimento popular mais amplo. Os partidos socialistas/comunistas, por buscarem um número cada vez maior de grupos sociais descontentes com o estado de coisas prevalecente, se mostraram como a organização política mais aberta às demandas indígenas, ainda que, muitas vezes, se desse preferência aos trabalhadores urbanos.

A questão é que em um país ainda pouco industrializado, como o Equador, os camponeses indígenas eram certamente um bom “território de caça”, parafraseando Panebianco, seja em termos eleitorais, seja em termos de base organizada. As comunidades indígenas e suas assembléias podiam atuar quase como seções partidárias, assim como espaços bastante receptivos para células partidárias, caso o partido em questão se estruturasse de acordo com os preceitos leninistas.

As clivagens étnicas e raciais existentes dentro desse novo conjunto de alianças trouxeram à tona o desafio de acomodar essa questão, uma vez que os comunistas urbanos pertenciam ao mesmo “estoque” étnico-racial dos patrões, contra os quais as organizações indígenas estavam lutando, ou seja, os *criollos*/brancos. Em um primeiro momento a ideologia da mestiçagem, sob influência do escritor mexicano José Vasconcelos¹²³, autor de *Raza Cósmica*, deu sinais de ser a melhor forma de tratar o problema.

Entretanto, logo ficou claro que o culto da miscigenação já fazia parte de um discurso articulado pelas elites, tanto equatorianas, quanto latino-americanas. Supostamente, o discurso da mestiçagem serviria apenas para conduzir uma sociedade que, embora realmente tenha muita miscigenação, mantém uma estratificação racial crônica, onde os mais embranquecidos estão nas partes mais altas da pirâmide social. Dessa maneira, o elogio da miscigenação foi posto de lado e um modelo de nacionalismo que lembra o defendido por Lenin foi colocado em seu lugar. No que se refere ao nacionalismo, na visão de Lenin, se trata de reforçar os nacionalismos fracionários, isto é, os nacionalismos que rompem com o governo de impérios ou nações maiores¹²⁴.

Seria algo próximo do “experimento Habsburgo”, onde uma comunidade política pode abrigar uma série de culturas e etnias, mas sem a preponderância (pelo menos em teoria) de qualquer uma delas, não havendo nem sequer uma língua oficial de estado. Pode haver etnicismo, desde que não haja necessariamente o nacionalismo, onde intenta-se fazer uma espécie de congruência entre estado e cultura e essa mesma cultura seja, em boa medida,

¹²³ Vasconcelos, em sua principal obra defendia a ideia de uma nação mexicana mestiça, onde a miscigenação entre espanhóis e índios resolveria o problema da discriminação e da segregação.

¹²⁴ Lenin falava que a velha Rússia era a opressora de todas as nações.

exclusiva dentro desse mesmo estado. O “experimento Habsburgo” teve grande influência no pensamento de Lenin em como organizar as nacionalidades dentro de uma Rússia já dominada pelas organizações revolucionárias e pelo marxismo (MAZOWER, 1998).

Essas nacionalidades, justamente pelo seu caráter fracionário e de rompimento com unidades político-territoriais pré-estabelecidas, eram vistas pelos comunistas urbanos como capazes de estabelecer redes de solidariedade transnacionais. O jornal socialista equatoriano *La Vanguardia* estabelecia que a revolução deveria estender-se por todo o território andino, abarcando as comunidades étnicas rurais do Peru e da Bolívia. As bandeiras revolucionárias, de acordo com os dirigentes partidários comunistas, deveriam ser hasteadas em Cuzco e Puno¹²⁵, além de penetrar na serra andina boliviana. Desta forma, vê-se como o camponês indígena dos Andes, em algum grau, já era visto como um dos principais agentes revolucionários em potencial de que os partidos comunistas poderiam dispor. É claro que a idéia era que eles se coligassem com os trabalhadores rurais, mas, ainda assim, deteriam grande importância. O jornal do Partido Comunista Equatoriano, *Frente Obrero*, estampou o slogan marxista “Trabalhadores do mundo, uni-vos!” em espanhol e Quíchua¹²⁶.

Ricardo Paredes, um médico da cidade de Loja, fundador do PSE (Partido Socialista Equatoriano, fundado em 1926) e do PCE (Partido Comunista Equatoriano, fundado em 1926 como PSE)¹²⁷, assim como o jornal *La Antorcha*, foi muito atuante junto às lideranças indígenas. Paredes, que também foi o secretário do Núcleo Central Socialista em Quito, viajou a Moscou, em 1927, no aniversário de dez anos da Revolução de 1917, e participou do sexto Congresso da Internacional Comunista (*Comintern*), onde chamou a atenção para o potencial revolucionário das massas rurais. Ele apontou para a importância das revoltas indígenas no Equador e como isso poderia alargar o horizonte de ação da práxis revolucionária na América Latina (BECKER, 2008).

Paredes, mostrando a influência que o Kremlin tinha nos movimentos revolucionários do momento, opôs-se a um estilo de reforma agrária em que, depois da desapropriação dos grandes proprietários, a redistribuição de terra aos camponeses indígenas seria feita dentro de um sistema de pequenos minifúndios. O *Comintern* não aceitava o modelo de minifúndios, de forma que a estrutura agrária defendida por Paredes para o Equador se fundamentaria nas grandes fazendas coletivas, que já eram postas em funcionamento na União das Repúblicas

¹²⁵ Ambas, cidades peruanas.

¹²⁶ Isso evidentemente não ocorreu. Os movimentos indígenas desses países não criaram organizações transnacionais significativas.

¹²⁷ Na verdade, se trata do mesmo partido. Foi fundado como Partido Socialista Equatoriano em 1926 e depois, em 1931, se transformou em Partido Comunista Equatoriano.

Socialistas Soviéticas - URSS (Isto acarretava uma espécie de conflito entre as elites dirigentes socialistas/comunistas e as lideranças indígenas, uma vez que boa parte dos camponeses queriam, ou pequenas parcelas de terra para si, ou, então, autonomia para suas aldeias e estruturas políticas tradicionais, no que ficou muito parecido com o embate entre Karl Marx e Vera Zasulich. Nessa querela, Marx e Zasulich disputavam em relação a qual deveria ser o papel do campesinato no processo de fratura com o chauvinismo russo. Zasulich, que vinha da tradição do populismo russo (*narodnik*)¹²⁸, acreditava que algum processo revolucionário seria colocado em ação pelos camponeses russos. Já Marx via, no proletariado urbano, o grande agente de transformações da modernidade, dando pouco crédito ao campesinato. Em suas correspondências, Zasulich afirmava a Marx que o campesinato russo já era dotado do espírito socialista. O *Mir*, a aldeia eslava original, já tinha um caráter socialista por não conhecer a propriedade privada e ter um sistema de parcelamento rotativo da terra, de acordo com as necessidades de cada família, e não seria necessário, a princípio, nada que o substituísse, para o desenvolvimento de uma sociedade sem classes.

Marx, em sua resposta à populista russa, afirma que o campesinato russo não passou pelo mesmo processo do campesinato ocidental, onde as comunas rurais foram transformadas em propriedade privada. O campesinato russo não passou pela revolução capitalista, que pôs por terra as velhas elites oriundas do mundo medieval. Desta maneira, a comuna russa tradicional poderia, para Marx, ser o ponto de apoio da regeneração social da Rússia, mesmo sem ter passado pela formação da propriedade privada e da revolução burguesa. Porém, para que tal coisa pudesse ocorrer, todos os elementos prejudiciais que a permeiam teriam que ser eliminados, para então se desenvolver na sua plena espontaneidade (MARX, 1881).

Esse tipo de disputa se deu não apenas no plano teórico, mas também prático no mundo andino sul-americano. No Equador, Peru e Bolívia, o amálgama, e também os conflitos entre o marxismo e o indianismo, estiveram no centro da dinâmica política no âmbito da esquerda. Todavia, aparentemente, foi no Equador que isso se deu de forma mais incisiva e significativa, pelo menos na esfera da prática política real.

Com a transformação do PSE em PCE, em 1931, o partido se colocou sob as diretrizes do Comintern e se assumiu como um representante das causas puramente proletárias, podendo “incorporar elementos das outras classes: camponeses e intelectuais”. Isso significava buscar dar apoio aos membros das comunas camponesas, assim como trabalhadores das *haciendas*,

¹²⁸*Narodnik*, em russo quer dizer “ir ao povo”. Isto é, descobrir os valores do “povo”, que na Rússia seria, em larga medida, o campesinato, enfatizar suas diferenças em relação à aristocracia e instigar a luta revolucionária (ULAM, 1962).

na sua maioria esmagadora, indígenas. A aproximação resultou em formação de escolas e campanhas de alfabetização por parte do PCE, assim como assistência jurídica a indígenas que faziam demandas (de qualquer tipo que fosse) ao estado ou, mesmo, aos seus patrões.

A convergência entre as lutas dos *comuneros*¹²⁹ e dos comunistas foi bastante significativa. O primeiro congresso nacional do PCE, em 1935, na cidade de Milagro, contou com a participação do líder indígena Ambrosio Lasso no seu diretório. Seguindo as diretrizes do Comintern, o partido optou por uma aliança proletário-campesina na luta contra o que chamavam de “Imperialismo” (BECKER, 2008). Ainda seguindo o *Comintern*, Paredes, à frente do PCE, declarou a necessidade de armar uma milícia popular, expropriar a terra dos *hacendados*, e considerar negros e índios não apenas como classes subalternas, mas nacionalidades oprimidas. A reforma agrária continuou sendo central na pauta do PCE, assim como continuaria na esquerda equatoriana ao longo do século XX.

Porém, como foi dito, conflitos advindos dessa relação entre universalismo marxista e o indianismo surgiram, também, e a “questão indígena” foi o centro desse debate, que dividiu a própria esquerda. Em 1933, dois anos após o PSE ter se tornado PCE, o Partido Socialista Equatoriano foi novamente constituído por uma dissidência dos comunistas, rivalizando com eles. Os socialistas acreditavam que seus antigos aliados comunistas não davam, de fato, atenção ao problema indígena. Eles absorveram uma espécie de “culturalismo” que, em suas palavras, não existia nos comunistas, supostamente muito centrados no ideal classista.

Os socialistas acreditavam que a linha vinda de Moscou e seguida pelos comunistas não se adequava à realidade do Equador. Eles acreditavam que o modelo importado do Kremlin, ainda que não pusesse de lado a questão das nacionalidades oprimidas, colocavam-na em uma posição secundária em relação à classe trabalhadora urbana. Os socialistas defendiam, também, que os povos indígenas deveriam ter, não apenas direitos iguais, mas deveriam ser alvo de políticas redistributivas por parte do estado, além do que eles chamaram de “atenção cultural”. O fato de os socialistas enfatizarem essa “atenção cultural” mostra que o trabalhador urbano não perdera seu protagonismo entre os comunistas, deixando os camponeses, e, sobretudo, o tema das nacionalidades oprimidas, em um segundo plano¹³⁰. Nesse sentido os socialistas aprofundaram mais, em terras equatorianas, a ideia de Mariátegui de “americanizar a América” e “peruanizar o Peru”, do que os comunistas. Uma ideia que

¹²⁹ Habitantes de comunidades rurais indígenas.

¹³⁰ É curioso que, embora nos anos 30 Stálin já tivesse a ideia de transformar os pastores de renas da Sibéria em trabalhadores fabris com consciência de classe, Lenin sempre chamou a atenção para a importância de se trabalhar com as nacionalidades oprimidas.

marcaria, nos anos posteriores, a problemática indígena e de vários setores populares nos países andinos, tendo conseqüências notáveis nos anos do pós-Guerra Fria.

2.5 Partidos comunistas radicalizados e uma relativa calma no campo: o peculiar caso paraguaio

A cisão entre campesinato e marxismo-leninismo, que foi vista em muitos lugares da Europa e em algumas partes da América Latina, ocorreu, também, no Paraguai. Nesse país, os partidos marxistas se desenvolveram buscando se acoplar a uma base trabalhista, fabril e industrial, em um país que não havia se industrializado. O Partido Comunista Paraguaio, de Oscar Creydt¹³¹, era bastante inflexível em relação aos sujeitos revolucionários. Ele insistia em um partido que coordenasse trabalhadores urbanos de fábrica, em um contexto onde quase todos os agentes da revolução em potencial estavam no campo. O resultado foi que, por um bom tempo, o PCP ficou reduzido aos trabalhadores dos portos fluviais, que eram a única concentração mais assemelhável ao tipo de organização trabalhista urbana.

No campo paraguaio, havia uma grande dificuldade de concentração dos trabalhadores, já que muitos que trabalhavam em áreas agrícolas preferiam migrar para a Argentina (o que era relativamente fácil), ao invés de se organizarem (DI TELLA, 2005). E, mesmo, os que não migravam, também não encontravam um terreno favorável para tal atividade já que a atividade econômica no mundo rural paraguaio se resumia ao cultivo da erva mate e algumas áreas de produção madeireira (DI TELLA, 2005).

Algumas organizações anarquistas surgiram sob a influência de Rafael Barrett, mas tudo muito incipiente e pouco significativo, do ponto de vista político. Barrett, um escritor e jornalista espanhol, filho de um inglês com uma espanhola, foi o primeiro autor a levar as idéias anarquistas às terras paraguaias. Ficou muito conhecido pela sua obra, *Lo que son los yerbales* (obra publicada postumamente em 1910), que era um tratado acerca da vida dos trabalhadores braçais nas plantações de erva mate (BRÍTEZ, 2014).

Barrett travou um grande debate com outro autor que escrevia sobre a vida no campo paraguaio, o mais conservador Manuel Domínguez, que junto com Juan O'leary é

¹³¹ Um dos fundadores do Partido Comunista Paraguaio (fundado em 1934) e também um de seus principais ideólogos. Foi o primeiro a escrever uma história de matriz marxista do Paraguai.

considerado um dos pensadores que forjou a identidade nacional dos paraguaios, a identidade *criollo-guaraní*.

Para Domínguez, os paraguaios constituíam o que chamava de “branco sui generis”, um tipo de branco com traços físicos indígenas, sendo, também, marcado pela cultura indígena, no caso, a guarani¹³². Ele defendia uma espécie de harmonia camponista paraguaia¹³³, que se dava entre patrões e trabalhadores, tendo como eixo comum uma cultura específica, a cultura *criollo-guarani* (TELESCA, 2012). Os escritos de Domínguez divergiam tanto do liberal Cecílio Báez quanto do anarquista Rafael Barrett, e enfatizava mais a cultura nacional que qualquer outra coisa. Nesse momento, os escritos do anarquista espanhol eram a principal obra que enfatizava a luta de classes no Paraguai, já que a obra de matriz marxista de Oscar Creydt surgiria algum tempo mais tarde.

Mas, independentemente da importância do pensamento anarquista de Barrett, o campo não foi uma fonte de conflitos e transbordamentos sociais como o anarquista podia desejar. Nas primeiras décadas do século XX, talvez justamente por essa aparente inação das classes camponesas, o pensamento de índole mais revolucionária tinha se dirigido, como foi dito, para os setores trabalhistas urbanos, ainda que estes estivessem muito pouco desenvolvidos em terras paraguaias. Um dos mais proeminentes nomes é o já mencionado Oscar Creydt, muito atuante, seja na produção intelectual quanto na atividade partidária, a partir dos anos 30.

A Guerra Civil no Paraguai de 1947 ilustra bem esse tipo de quadro de conflitos que se delineava no país naquele momento, quando o governo de Higinio Morínigo (1940-1948), por um lado, e o Partido Comunista Paraguaio e o Partido Febrerista Revolucionário (PFR), por outro, travaram um conflito que durou de março a agosto de 1947. Apesar da curta duração, o confronto ficou marcado pelo seu alto grau de violência. Isto porque o governo de Morinigo era muito autoritário da mesma forma que o Partido Comunista Paraguaio era pequeno, porém extremamente disciplinado e radicalizado (DI TELLA, 2005). A guerra chegou ao fim com a vitória das forças do governo.

Foi logo após a derrota dos comunistas revolucionários, no final da década de quarenta, que o camponês, como agente de possíveis mudanças estruturais profundas, voltou à cena entre os escritores e autores paraguaios. Embora, muitas vezes, os partidos comunistas que, em maior ou menor medida, tinham contatos diretos com o governo de Moscou,

¹³² Embora ele colocasse a cultura Guarani como secundária em relação á ocidental.

¹³³ Algo que, segundo José Carlos Rodrigues, ainda pode ser visto na ideologia camponista dos colorados (RODRIGUES, entrevista, 2016).

preferissem o trabalhismo urbano fabril como base do partido, isso nem sempre foi uma constante. A Revolução salvadorenha de 1932 foi conduzida por um partido de inspiração comunista e teve ampla participação do campesinato mais empobrecido, junto a trabalhadores urbanos e soldados do baixo oficialato (LOWY, 2007). No Equador, a aproximação entre os programas internacionalistas e o campesinato indígena também foram marcantes.

No Paraguai, a importância dos camponeses, no final da década de quarenta, é notável na obra de Carlos Pastore, quando escreveu, em 1949, *La lucha por la tierra en Paraguay* (RIQUELME, 2014). O equivalente prático do plano das idéias não tardaria muito a chegar, já que as primeiras Ligas Agrárias Camponesas seriam criadas nos anos 60, em plena ditadura de Stroessner¹³⁴. Apesar da alta participação do sindicalismo urbano na queda do regime stroessnista, e de sua atuação nos movimentos sociais paraguaios dos anos 90 em diante, o campesinato não mais perderia seu posto de importante ator político no cenário das lutas sociais no país do Chaco.

O campesinato paraguaio com sua população majoritariamente bilíngüe, falante do espanhol e do guarani, e centro da formação da nacionalidade paraguaia desde a independência do país, não tem na etnicidade sua principal bandeira. Sua luta centra-se, sobretudo, na luta pela terra e na reestruturação agrária do Paraguai. Diferentemente, o campesinato do Equador e da Bolívia, durante muito tempo não foi visto pelas elites de seus países como centros de irradiação da cultura nacional. Junto à luta de classe, a luta pela autonomia territorial dos povos indígenas (principalmente os andinos) e de sua incorporação ao estado nacional, se fizeram presentes a partir do momento em que esses grupos começaram a articular demandas dos mais variados tipos e contestar o modelo de estado vigente em seus países.

¹³⁴ Não se quer dizer que, as Ligas Agrárias Camponesas foram produto direto e imediato da obra de Pastore, necessariamente.

3 ENTRE O PARTIDO-MOVIMENTO E A NACIONALIDADE: A CONSTRUÇÃO DO MAS BOLIVIANO

3.1 Movimentos sociais, etnicismo e nacionalismo na Bolívia

Em janeiro de 2009, a Bolívia viu ser aprovada uma nova Constituição que trouxe uma resolução, pelo menos parcial, de uma questão central no país desde os períodos coloniais, a das populações indígenas e camponesas. A nova Constituição estabelece que comunidades representantes de cerca de trinta e três nacionalidades indígenas tenham o status de município, podendo eleger seus representantes e se autodeterminar territorialmente através de seus direitos costumeiros. Tornando suas formas tradicionais de deliberação nas esferas legislativas/deliberativas, de nível municipal¹³⁵, as comunidades indígena-camponesas passaram a ser municípios constitucionalmente reconhecidos. Esse novo texto constitucional foi, em boa medida, a cristalização das demandas de uma série de movimentos étnicos indígenas que lançaram como plataforma eleitoral o Movimento ao Socialismo (MAS) de Evo Morales, para tornar o estado boliviano mais congruente à realidade social e cultural do país, já adentrado o novo século.

Ressalte-se que as dezenas de nações indígenas que compõem o novo quadro político e administrativo da nação andino-amazônica não formam um bloco cultural homogêneo. Muito pelo contrário, as diferenças entre os grupos da região andina, representados principalmente pelos Quéchuas e Aymará, e os grupos das terras planas, representados majoritariamente pelos Guaranis (embora haja outros, como Chiquitanos, Chiriguanos e Ayoreos, por exemplo), são enormes.

Os grupos andinos são oriundos de uma espécie de confederação que tem origens em períodos pré-incaicos, o *Qollasuyu*, cuja capital era a antiga cidade de Tihuanaco. Suas populações são constituídas, majoritariamente, por camponeses, tendo sido os primeiros grupos indígenas a estabelecer contatos com os espanhóis (muitos Quéchuas foram recrutados para exercer funções administrativas e burocráticas na administração colonial espanhola). Por terem feito parte de um império urbanizado e com um amplo campesinato submetido a sistemas de taxaço, esses grupos conseguiram manter algumas de suas estruturas

¹³⁵Assembléias rurais, cabildos.

administrativas funcionando paralelamente às estruturas imperiais ibéricas. Os grupos Quéchuas e Aymarásspossuíam um elemento em comum, a estrutura administrativa de terras coletivas, conhecida como *ayllu*. O *ayllu* organiza-se em uma espécie de estado-aldeia com governo próprio, representando, para os movimentos sociais indígenas andinos que emergiram na Bolívia, em algum grau, o cerne da originalidade e nacionalidade de suas sociedades. Como se verá mais adiante, em anos recentes, esse tipo de organização rural proporcionou, aos movimentos sociais indígenas, um modelo organizativo para o protesto de rua¹³⁶, que os setores trabalhistas urbanos não possuíam naquele momento, uma vez que os sindicatos urbanos, a partir dos anos 1980 e 1990, ou estavam desmantelados, como a Corporação Mineira da Bolívia (COMIBOL), ou muito enfraquecidos, como a Central Obreira Boliviana (COB).

Os grupos indígenas das terras planas, por sua vez, são, em sua maioria, constituídos por populações de caçadores-coletores (embora existam, em menor proporção, populações de camponeses). Em comparação com os grupos andinos, os grupos das terras planas tiveram, ao longo dos dois últimos séculos, menos contatos com o universo não-indígena, e, a princípio, apresentam demandas bastante diferentes. Os movimentos sociais indígenas das terras planas, cujo melhor representante é a Confederação Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB), exigiram do estado boliviano, a partir da década de 1990, apenas que mantivesse fazendeiros, madeireiros e posseiros fora de suas terras de caça e coleta, assim como de seus recursos hídricos (YASHAR, 2005). Esse era o máximo de aproximação almejado, em relação ao estado boliviano. Sua diferença em relação aos grupos andinos pôde ser demonstrada na Marcha pela Vida, Território e Dignidade, em 1990¹³⁷.

Os movimentos sociais indígenas da serra andina, organizando-se na Central Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB) e no Conselho Nacional dos Ayllus e Markas do Qollasuyu (CONAMAQ), ao contrário, defenderam uma aproximação progressiva com as estruturas modernas do estado boliviano, almejando, inclusive, sua refundação, em moldes de interpenetração. Não obstante as diferenças entre as reivindicações de ambos os grandes grupos indígenas (andinos e das terras planas), nos anos 1990 e início dos anos 2000 ocorreu uma construção de objetivos comuns. A criação dos municípios

¹³⁶ A chamada política das ruas.

¹³⁷ A Marcha por Território e Dignidade foi empreendida pela CPIB (Central dos Povos Indígenas do Beni), e partiu de Trinidad, capital do departamento de Beni, alcançando La Paz, percorrendo uma distância de cerca de 700 km. Curiosamente, a marcha não se destinou a apenas, cobrar do governo central maior proteção das terras indígenas de fazendeiros e madeireiras. Foi uma demonstração que se direcionou também aos grupos indígenas andinos depois da afirmação de que os povos indígenas orientais eram pouco numerosos e politicamente insignificantes.

indígenas decorreu de um pacto feito entre as organizações dos dois grandes grupos, culminando no Pacto de Camiri, em 2004¹³⁸, que vascularizou as diversas demandas em um mesmo sentido, o sentido de um nacionalismo pan-indianista mais amplo¹³⁹, que se relaciona ao tema dos movimentos sociais nacionalistas e étnicos.

Embora os movimentos sociais de base indígena na Bolívia tenham sido a principal base de apoio para a formação do Movimento ao Socialismo (MAS), o atual partido no governo, setores trabalhistas urbanos também foram importantes na crítica e enfrentamento do estado e governo neo-liberais, assim como na criação da plataforma eleitoral que configurou o próprio MAS. Este capítulo propõe uma análise dos próprios movimentos sociais, de suas demandas e do novo desenho de estado-nação que construíram, bem como sua estruturação como um partido-movimento, recorrendo-se a contribuições bibliográficas e da literatura sobre o tema. Pretende-se analisar o que caracteriza um movimento social etnonacionalista e socialista, e como ele se estruturou tendo como resultado o MAS. O capítulo está embasado em resultados parciais de uma pesquisa teórica mais ampla e busca contribuir com a discussão de vários autores, como Deborah Yashar, Donna Lee Van Cott, entre outros.

Pressupõe-se que esses movimentos não se encaixam na dicotomia Estado/sociedade, estando fora dos tipos de ação coletiva que, segundo Rajendra Singh (2001), apenas cobram medidas do estado, sem desejar modificá-lo contundentemente¹⁴⁰, além do fato de trabalharem dentro de uma orientação dual, onde há um esforço pela consolidação de um futuro político inédito fundamentado por um suposto passado cultural que viria de tempos pré-modernos. O que se quer dizer, basicamente, é que os movimentos sociais etnonacionalistas não são um tipo de movimento social que se encaixa na ideia contemporânea de “Novos Movimentos Sociais”, embora, como estes, apresentem um discurso que se articula, sobretudo, em torno da ideia de cultura e de identidade. O movimento social, no caso aqui apresentado, que constitui um partido-movimento, está mais ligado a processos de *state-building* articulados pela ideia de congruência entre cultura e estado, do que à questão da identidade em si. Desta forma, propõe-se um diálogo com outros autores, em uma linha de argumentação própria baseada no etnonacionalismo. Os principais corpos teóricos utilizados reportam-se às teorias dos movimentos sociais e às teorias do nacionalismo.

¹³⁸ O Pacto de Camiri, realizado na cidade de mesmo nome, no departamento de Santa Cruz, em 2004, estabeleceu que todas as comunidades indígenas, não importando a língua ou a nacionalidade, teriam o status de município.

¹³⁹ Mais adiante serão explicadas as limitações desse pan-indianismo

¹⁴⁰ Não se quer afirmar aqui que Novos movimentos sociais necessariamente trabalhem em uma dicotomia entre estado e sociedade, visto que muitos trabalham em uma perspectiva gramsciana de estado ampliado.

Em relação às teorias dos movimentos sociais, recorre-se a David Snow (2005) e suas análises das chamadas agências de micro-mobilização, ou seja, esferas da vida social não eminentemente políticas, mas que servem de base para articulação de ações direcionadas a um plano mais exclusivo da política. São relevantes para o estudo as teorias do enquadramento, também de Snow, no sentido de averiguar como grupos étnicos tão diversos puderam chegar a um patamar comum de demandas, e refundar o estado através de um mesmo mecanismo de descentralização política e administrativa.

As teorias do difusionismo, de Sidney Tarrow (2005), também são importantes, uma vez que focam na formação de movimentos sociais transnacionais, criando enquadramentos que estejam para além do estado-nação. Essa dicotomia entre transnacional e intranacional é importante para averiguar por que o núcleo discursivo dos movimentos sociais étnicos se difunde entre etnias tão diversas, ao mesmo tempo em que ocorre em um único estado-nação, que é a Bolívia. Ainda assim, pelo fato de, dentro desse estado-nação, se articular um conjunto tão diverso de etnias, e pelo fato da etnia ser interpretada como uma modalidade de nação, pode-se dizer que existe alguma forma de articulação trans-nacional.

O nacionalismo, de acordo com Liah Greenfeld (1992), pode subdividir-se em basicamente dois tipos, embora não sejam modelos totalmente separados entre si, visto tratar-se de tipos ideais: o nacionalismo cívico-territorial e o nacionalismo étnico. No nacionalismo cívico-territorial, a nação é representada pelo que Greenfeld (1992) chama de “povo enquanto elite”. Para a autora, trata-se, de uma maneira geral, da ascensão de novas camadas da população a esferas deliberativas e administrativas antes fechadas a grupos aristocráticos. A França, a Inglaterra e os Estados Unidos seriam os principais modelos de nação cívico-territorial, que marcaram a formação dos modernos estados-nação. A Inglaterra, com a participação de novos grupos no parlamento e a retirada do poder do rei a partir de 1640, e a França, a partir da Revolução de 1789, com a retirada dos privilégios aristocráticos da estrutura burocrática e administrativa construída ao longo de séculos pelo *ancien régime*. Os Estados Unidos, por sua vez, retiraram a presença inglesa de seus corpos administrativos no processo de sua independência.

O nacionalismo étnico manifesta-se através da assunção de que um determinado povo pode traçar suas raízes comuns em uma antiguidade pré-moderna. Esta modalidade de nacionalismo, para Greenfeld, em geral baseia-se na ideia de “sangue e solo”, ou seja, um solo territorial, histórico e específico para uma população com as mesmas origens pré-modernas, portadoras de um mesmo conjunto de valores culturais, e apenas para ela. Segundo Greenfeld,

a Alemanha e a Rússia teriam suas identidades nacionais formadas a partir de uma etnia comum, a etnia germânica para a primeira e a etnia eslava para a segunda.

Em geral, nacionalismos étnicos também tendem mais para o coletivismo do que para o individualismo liberal (GREENFELD, 1992). A ideia de comunidade está mais presente em seu imaginário, e muitas vezes a ideia de liberdade não se refere a uma liberdade formal garantida pelo estado. Em vez disso, Greenfeld recorre a Soloviev, para dizer que, ser livre, como afirmava Soloviev¹⁴¹, é estar inserido em um corpo coletivo comum conduzido por um único sistema de valores fora do espectro racionalista francês ou do comercialismo e empiricismo britânicos. Os românticos alemães, assim como eslavófilos russos afirmavam que a pura razão destrói os vínculos sociais mais íntimos e emotivos, esfacelando assim a comunidade (GREENFELD, 1992).

Ressalte-se que a autora não afirma que os dois modelos se encontram completamente estanques um do outro. Como afirma Greenfeld, foram feitas várias tentativas de “eticizar” a nação inglesa, a francesa e a norte-americana, por grupos nacionalistas e, mesmo, racistas, desses países. Tampouco estava ausente o elemento cívico-territorial na formação da nação alemã ou da nação russa. A Rússia, inclusive, iniciou seu processo de modernização através da formação de uma pátria de traços mais cívico-territoriais, a União Soviética¹⁴².

A perspectiva teórica do nacionalismo de Ernest Gellner aproxima-se do tipo de nacionalismo étnico de Greenfeld, sem, entretanto, restringir-se à etnicidade. Para Gellner,

O nacionalismo é primariamente um princípio político, que defende que as unidades políticas e culturais devam ser congruentes. O nacionalismo como um sentimento, ou como um movimento, pode ser melhor definido nos termos deste princípio. O sentimento nacionalista é sentimento de raiva gerado pela violação deste princípio, e o sentimento de satisfação gerado pelo seu sucesso (GELLNER; 1983, p. 1).

O nacionalismo, para Gellner, seria uma espécie de fusão entre o que Ferdinand Tönnies chamou de Sociedade aberta (*Gesellschaft*) e Comunidade fechada (*Gemeinschaft*)¹⁴³. A primeira, conduzida majoritariamente pelos cálculos oriundos da ciência moderna e do mercado, um universo basicamente matematizável e quantitativizável. A segunda seria coordenada basicamente por uma comunicação espontânea mediada por valores simbólicos, estéticos e emocionais, algo próximo do cultural. O nacionalismo seria os valores

¹⁴¹ O poeta Vladimir Soloviev acreditava que ser livre era fazer parte de um espírito coletivo comum, afirmando que as liberdades liberais em voga na França e na Inglaterra eram falsas liberdades, uma espécie de falsa consciência.

¹⁴² O modelo de estado marxista-leninista implementado na Rússia rompeu frontalmente com o eslavismo. Entretanto, certos elementos do eslavismo como a valorização do coletivismo de aldeia foram utilizados por Lenin para justificar que a Rússia não precisaria criar um proletariado industrial de tipo inglês para fazer a revolução socialista. As bases do coletivismo já estariam presentes no campesinato. Após o fim da União Soviética é possível, também, detectar uma série de movimentos de extrema direita eslavistas e cristão ortodoxos como o movimento *Pamiat* (memória), que tentam recuperar o “espírito” das antigas aldeias russas.

¹⁴³ Aqui sociedade e comunidade seriam tipos ideais.

calculistas, de caráter mais técnico da *Gesellschaft* representado pelas agências estatais e os valores simbólicos e estéticos da *Gemeinschaft* no plano societal. É verdade que a comunidade de Tönnies tinha como experiência empírica, em boa medida, as comunidades agrícolas e camponesas da Europa, que, de certa forma, eram nichos sociais fechados em si mesmos, no seu próprio universo cultural. Os municípios indígenas bolivianos e equatorianos se aproximam bastante do conceito de comunidade de Tönnies.

De acordo com Gellner, o sistema educacional torna-se da mais alta importância nesse processo, uma vez que o tecido social está tão diversificado pela nova divisão do trabalho oriunda da modernidade, em especial da modernidade industrial, que um sistema de aprendizado que alcance todos os indivíduos, que construa uma cultura cívica em comum, passa a ser necessário. Gellner aponta, inclusive, para o fato de que a modernidade, na qual a divisão social do trabalho foi mais complexa do que em qualquer outro período, tenha feito necessária uma esfera educativa e instrutiva comum a todos que vivem dentro dos limites do estado-nação, o que não ocorria em períodos medievais ou durante a antiguidade.

Para Gellner, o nacionalismo moderno tem seu início, aproximadamente, com a Revolução Francesa, justamente por essa ter instituído o sistema de educação universal, tendo a pátria, antes que as classes e estamentos, como principal referência. Em relação à cultura nacional específica, que deveria se tornar congruente com a unidade política e administrativa, no caso francês, ela já havia sido gradualmente construída pelo antigo regime, segundo Gellner, não necessitando de uma busca tão profunda pelas raízes nacionais, pelo menos em um primeiro momento. Não se pode dizer o mesmo da Alemanha, onde a busca pelas raízes e pelo “sangue” nacional original gerou um tipo de nacionalismo bem mais exclusivista, de caráter mais étnico. A França, assim sendo, seria o exemplo de uma nação mais cívico-territorial e a Alemanha o exemplo de uma nação étnica¹⁴⁴. Outros autores, como Anthony D. Smith e Lyah Greenfeld, também trabalham esta distinção.

De acordo com o modelo gellneriano, mesmo os movimentos socialistas de caráter mais internacionalista teriam que lidar com essa congruência entre cultura e política, e ele exemplifica com o caso da Frente Polisário no Marrocos e no Saara Ocidental. Esse movimento armado de inspiração marxista, que se sublevou contra a monarquia marroquina,

¹⁴⁴Não se quer dizer que um processo de “eticização” da nacionalidade francesa não tenha tido curso após a Revolução de 1789. Pelo contrário, com a chegada do estado francês a territórios de língua não francesa, como a Bretanha e a Córsega, surgiu a necessidade de buscar as raízes mais antigas e profundas da sociedade francesa. O “Fascismo camponês” de Henry Dorgères e seus camisas verdes nos anos 30, portava um discurso muito parecido com o nazista alemão, e foi a maior mobilização camponesa na França desde 1789 até aquele momento (PAXTON, 2007). A Frente Nacional nos tempos de Jean-Marie Le Pen, portava um discurso bastante étnico acerca da nacionalidade e identidade francesas. Com Marine Le Pen, o discurso se voltou um pouco mais para elementos cívico-territoriais.

nas suas reuniões e encontros mantinham os rituais tribais e clânicos, muitas vezes, com os membros de um clã sacrificando um bode em homenagem a outro clã, para que os encontros pudessem ser conduzidos de forma mais harmônica. Isso nos lembra os sindicatos do altiplano boliviano (até mesmo os urbanos) sendo administrados durante décadas nos padrões dos hábitos e costumes das comunidades indígenas Quéchua e Aymará.

Anthony D. Smith também acredita que o nacionalismo moderno coloque em prática a dinâmica social e política descrita por Gellner. Todavia, ele acredita que o nacionalismo tem origens muito mais antigas, muito anteriores à Revolução Francesa. Para Smith, o nacionalismo moderno surge não com a Revolução Francesa, mas, sim, com Maquiavel, no início do século XVI. Smith afirma que o moderno nacionalismo seria um equivalente funcional das unidades político-clericais anteriores à modernidade. Ou seja, o nacionalismo moderno traria um sentido de identidade através de cânones modernos, oriundos da ciência moderna como a filologia, a etnografia, a historiografia moderna e a antropologia.

Nos universos sociais pré-modernos, a ideia de pertencimento a uma determinada *politeya* é “construída” pelas instituições religiosas e eclesiásticas. O clero, ao realizar sincretismos entre a alta cultura dos textos sagrados e as práticas, crenças e hábitos dos camponeses, o seu *folklore*, criavam um sentimento de identidade transversal aos estamentos. Desta forma, ao buscar nos setores populares algo com que se conectar à alta cultura escrita dos textos religiosos, o clero fazia aquilo que filólogos e etnógrafos modernos fariam séculos mais tarde, através dos cânones da ciência moderna. Smith considera Maquiavel um provável fundador do nacionalismo moderno, justamente porque ele defendia a limitação dos poderes da Igreja, e a sua substituição por uma cultura republicana, algo do tipo que Rousseau chamaria no século XVIII de “religião cidadã”. Para isso, os antigos valores da república romana deveriam ser revitalizados e utilizados como o eixo de uma Itália unificada por cidades-estado compartilhando cultura, dialetos e hábitos semelhantes. Por defender a retirada dos poderes eclesiais e a defesa de uma cultura local específica em uma unidade política específica, Smith acredita que, em Maquiavel, e não na Revolução Francesa, esteja o embrião do nacionalismo moderno.

No caso boliviano, os movimentos sociais indígenas exclusivos de cada grupo étnico que existe dentro dos grandes grupos (andinos e das terras planas) parecem mais próximos do tipo puro de nação étnica. Em relação a esses grupos, tomados isoladamente, utiliza-se a definição de etnia cunhada por Anthony D. Smith, que a considera como constituída por seis fatores:

- 1-Um nome coletivo.

- 2-Um mito de descendência comum.
- 3-Uma história compartilhada.
- 4-Uma cultura compartilhada distinta.
- 5-Uma associação a um território específico.
- 6-Um sentido de solidariedade com expressões institucionais (SMITH; 1986).

A partir de suas características, cada uma das nações indígenas reconhecidas pela atual constituição na Bolívia, quando tomada isoladamente, aproxima-se do modelo de etnia apresentado por Smith e nos municípios indígenas encontram-se os elementos do nacionalismo étnico que impactaram a Constituição de 2009. Ressalte-se, contudo, que se o elemento étnico está fortemente presente na nova nação, sobretudo nos novos municípios indígenas, não representa, porém, uma etnia exclusiva para todo o território nacional.

Ou seja, considerando-se a nação supostamente pan-indianista formada depois de 2009, na Bolívia, para além dos seus municípios, observa-se que ostenta características dos dois tipos de nacionalidade apresentados por Greenfeld, a do nacionalismo étnico e do nacionalismo cívico-territorial. A formação dos municípios indígenas, que levou a um novo desenho político e administrativo desse país, pode ser vista como produto da implementação da Lei de Participação Popular, em 1994, pelo governo neo-liberal de Sánchez de Lozada (o Goni) (MAYORGA UGARTE, 2007). Essa lei criou municípios rurais, aumentando o número de municípios na Bolívia de algumas dezenas para mais de trezentos e conferiu ampla participação aos habitantes das zonas rurais em vários setores administrativos como o da iluminação e da irrigação, por exemplo. Além disso, criou vários programas de fomento à micro-empresa entre os camponeses indígenas¹⁴⁵. Com isso ampliaram-se as possibilidades institucionais para as ações dos grupos indígenas.

O surgimento dos novos municípios rurais proporcionou aos movimentos sociais indígenas as oportunidades políticas para vascularizar suas demandas através de meios institucionais, e não apenas pela via dos protestos de rua (embora estes tenham existido, também). Os movimentos sociais conseguiram mostrar, pelas vias das instituições do estado, o quão relevante era sua presença¹⁴⁶. Como resultado, as demandas indígenas integraram-se à

¹⁴⁵A este fomento ao empreendedorismo econômico por parte dos índios foi dada continuidade no governo de Morales, tentando criar micro-empresas rurais que pudessem fortalecer o mercado interno. O que mudou em relação a isto foi a transformação, pelo menos dentro da Constituição, do município rural em município indígena. Uma espécie de estado-nação étnico, que se institucionalizaria pela via municipal.

¹⁴⁶De acordo com Álvaro García Linera e Mário Galindo Soza, os índios sempre foram um ator político de central importância na Bolívia desde os períodos coloniais (deve-se lembrar da Revolta de Tupac-Katari em 1781).

Constituição de 2009, criando-se, então, os municípios indígenas e configurando-se um novo desenho da nação boliviana.

Outro teórico do nacionalismo importante para este trabalho é o tcheco Miroslav Hroch. Ao fazer sua pesquisa acerca do surgimento dos movimentos patrióticos de países europeus pequenos e de base majoritariamente agrária, como Estônia, Eslováquia, Lituânia, entre outros, ele também se distancia da ideia de que o nacionalismo viria da modernidade industrial. Porém, antes que tentar entender a antiguidade das nações, Hroch foca seu estudo na formação dos próprios movimentos patrióticos, e como conseguem arregimentar amplos setores sociais, daí a sua importância para o presente estudo.

A identidade nacional para Hroch não é uma categoria eterna, mas um processo longo e constante de formação de identidades coletivas. Ela poderia ser definida como o amálgama de vários fatores, mas em especial três:

1-A memória de um passado comum, tratado como “destino” do grupo – ou pelo menos de seus constituintes centrais; 2 – uma densidade de laços linguísticos ou culturais possibilitando um maior grau de comunicação social dentro do grupo do que fora dele; 3 – a concepção de igualdade entre todos os membros do grupo organizado como uma sociedade civil (HROCH, 1985).

Em relação ao processo de “amplificação do enquadramento”, que será analisado mais adiante¹⁴⁷, para que um movimento nacionalista possa consolidar a formação de um novo estado-nação, Hroch o divide em três fases:

- 1 - Na primeira fase, os ativistas estabelecem os fundamentos da identidade nacional. Eles buscam os atributos linguísticos, culturais, sociais e às vezes históricos de um grupo não dominante para formar e levantar a consciência de traços comuns – mas eles o fazem sem estabelecer demandas específicas para remediar déficits nacionais.
- 2 - Na segunda fase, uma nova “leva” de ativistas surge, e tenta arregimentar o maior número possível dos integrantes de sua *ethnie* de forma a criar uma nova nação.
- 3 - A maioria da população forma um movimento de massa. Nesta etapa um movimento social completo se cristaliza de forma que surgem várias ramificações, clerical-conservadora, liberal, democrática, cada uma com seu próprio programa (HROCH, 1985).

¹⁴⁷Em relação ao enquadramento (*framing*), podemos dizer que o nacionalismo é uma forma de cristalização do enquadramento. Porém, como discutiremos também adiante, o enquadramento, para ser articulado de forma mais duradoura, precisa estar articulado a um elemento ideológico que possa conectar pontos em comum entre diferentes visões de mundo.

O que ocorre na Bolívia apresenta algumas semelhanças com o que ocorreu no Leste europeu no século XIX, quando as formas de organização política e social do campesinato foram vistas como o âmago verdadeiro da nação, assim como foram utilizadas no esboço do *state-building* dos poderes legislativos municipais (SMITH, 1986)¹⁴⁸. Mas, também os processos de formação dos movimentos “patrióticos” descritos por Hroch, lembram muito a formação dos movimentos sociais na Bolívia, e o protagonismo das nações indígenas nesse processo, ainda que no país sulamericano as comunidades rurais tenham entrado em convergência com organizações sindicais urbanas de inspiração claramente marxista.

3.2 Grupos indígenas na política boliviana

Passando pelos séculos XIX e o XX, os grupos indígenas sempre tiveram um importante papel na vida política boliviana. Conforme Klein (2003), e como já mencionado, durante a guerra civil que se seguiu à Guerra do Pacífico (1879-1884), a Revolução Liberal de 1899, os interesses dos liberais, em oposição aos centralistas conservadores, foram, em boa medida, conduzidos por Pablo Zárate Willka, o chamado “Temível Willka”. O *caudillo* aymará, como era conhecido, formou um exército guerrilheiro de aymarás e quéchuas para participar do conflito armado, e por detrás de seu apoio aos liberais estava o anseio de recuperar as terras comunais perdidas durante a década de setenta do século XIX, período do governo de Mariano Melgarejo¹⁴⁹.

Já adentrado o século XX, esses camponeses indígenas tiveram papel fundamental na Revolução de 1952, na qual o Movimento Nacional Revolucionário (MNR) derrubou as antigas oligarquias do minério, criando um estado de característica nacional-desenvolvimentista, que duraria até 1985¹⁵⁰. A coligação que venceu as antigas oligarquias foi estabelecida por meio da articulação entre classes médias urbanas, sindicatos da mineração, e os camponeses, os quais tiveram um papel fundamental no processo de reforma agrária que

¹⁴⁸ Mais adiante será feita uma breve discussão acerca da problemática atual dos municípios indígenas na atual Bolívia.

¹⁴⁹ Ao contrário do que se costuma pensar, a maior parte das terras indígenas não foi tomada durante a conquista ou no período colonial. Elas foram tomadas, majoritariamente, durante o período republicano, principalmente na década de setenta do século XIX (KLEIN, 2003).

¹⁵⁰ Embora o governo do MNR tenha durado apenas até 1964, ano do golpe aplicado por René Barrientos (MITRE, 2008).

desmantelou todo o sistema de *haciendas* no qual se baseava o poder das velhas oligarquias (ALBÓ, 2006).

Como consequência da reforma agrária, no ocidente andino, os “camponeses” passaram a ser os mais leais aliados do regime que faziam frente militante a qualquer intento subversor. Mais ainda, na região quéchua do Vale Alto de Cochabamba, onde os camponeses já haviam lutado contra os patrões e onde se firmou o decreto (e futura lei) de Reforma Agrária (Dandler, 1984), e em algumas outras regiões, como os vales quéchuas do Norte de Potosí e a região aymará de Achacachi, chegaram a funcionar os chamados “super estados camponeses”, onde os dirigentes assumiam de fato as principais funções do estado, com notáveis margens de autonomia ainda que sem questionar sua lealdade ao governo do MNR (ALBÓ, 2006, p.25).

Pode-se perceber o peso do ator político indígena no governo do MNR, a partir da década de 1950. De acordo com a caracterização de Albó, no que diz respeito ao tipo de participação dos grupos indígenas em articulações políticas (ressalte-se a forte presença da identidade e da ação coletiva desses grupos na vida política boliviana desde antes de 1952), pode-se pressupor uma fraca sustentação da afirmação de que a participação desses grupos na política a partir das reformas neo-liberais dos anos 1990 seria um produto de identidades oriundas de um universo pós-industrial, ou de Novos Movimentos Sociais. Argumenta-se, ao contrário, que essa participação foi produto de identidades que já se articulavam há várias décadas e que, com a abertura política dos anos 1980/90, puderam colocar suas demandas dentro de uma institucionalidade democrática. O que não havia antes era uma tentativa clara de refundar o estado, mas a luta por autonomia, de certa forma, já existia.

A articulação das demandas indígenas, dos anos 1990 em diante, desta forma, pode ser vista como um resultado de longo prazo da própria Revolução de 1952, estando alicerçada em um conjunto de costumes e hábitos cuja existência fundamentou historicamente uma gama de reivindicações e lutas políticas. Em decorrência da implementação da escola rural, a partir da Revolução de 1952, surgiu uma nova classe de intelectuais indígenas urbanizados que criou o Movimento Katarista, no início dos anos 1960, movimento que formou uma espécie de *intelligentsia* indígena e posicionou-se no que foi definido por alguns autores como uma primeira onda de afirmação da existência de nacionalidades indígenas, após a Revolução de 1952. Esses intelectuais, compostos, sobretudo, por quéchuas e aymarás (YASHAR, 2006), forneceram as bases ideológicas dos movimentos indígenas nas universidades e nas escolas, defenderam a valorização da cultura e da língua indígenas e, em um momento posterior, ampliaram suas reivindicações, ao afirmarem que o governo do MNR tentou transformar o camponês indígena em um camponês ocidental, criando uma identidade mestiça para todos os bolivianos, que seria, na verdade, uma tentativa de branquear o índio. Esses dois momentos

correspondem em grande medida às etapas de consolidação da nacionalidade propostas por Hroch.

3.3 O movimento Katarista e as bases do indianismo *masista* na Bolívia

O Movimento Katarista propôs a superação da memória curta em prol da memória longa, que significa a recuperação do passado pré-moderno e pré-colonial dos grupos indígenas (SANJINÉS, 2004), ou seja, a memória longa sendo a busca pela identidade de raízes pré-colombianas. É possível enxergar no Movimento Katarista o cerne de uma identidade nacional mais próxima do étnico.

Internamente, esta emergência supôs, de imediato, a ruptura definitiva do Pacto militar-camponês e as ilusões que nele haviam fixado as próprias organizações camponesas durante mais de uma década. Em uma perspectiva mais ampla, supôs também a ruptura com a “memória curta” (RIVERA, 2003: 179), que chegava só até a Reforma Agrária de 1953 e as esperanças de cidadania homogeneizante proposta pelo Estado de 52. Reapareceu, em contrapartida, a “memória longa” que se remonta ao Estado (neo) colonial e à necessidade de acabar com ele (ALBÓ, 2006: 28).

O Movimento Katarista foi resultado do encontro de certas instituições do estado formal, como a escola rural, e instituições informais como as comunidades rurais com seus costumes e hábitos específicos. A necessidade de tornar congruente a esfera cultural e a esfera política não se mostrou, em um primeiro momento, tão visível. A proposta era recuperar uma visão de mundo originária do universo indígena, em oposição a uma identidade mestiço-campesina, presente nos discursos do MNR. A ideia de nacionalismo de Ernest Gellner mostra-se já esboçada pelos kataristas, uma vez que, para ele o nacionalismo seria uma forma de interpenetrar as estruturas técnicas e administrativas do estado moderno com os valores simbólicos, estéticos e emocionais da comunidade tradicional. Ou seja, os aspectos exclusivamente técnicos da *Gesellschaft* (sociedade aberta) com sistema de crenças e valores oriundos da *Gemeinschaft* (comunidade fechada), no sentido atribuído por Ferdinand Tönnies.

Os kataristas ainda não defendiam a municipalização das comunidades indígenas da forma como outras organizações viriam a defender décadas depois, não almejavam ainda refundar o estado pelas vias pelas quais posteriormente tentaria fazer a Constituição de 2009. No primeiro momento de formação do pensamento katarista, seus integrantes lutavam apenas para que, na esfera privada e pública, o universo indígena não desaparecesse. Porém,

sedimentaram as bases ideológicas e discursivas para a congruência entre unidades políticas e culturais que foi estabelecida na constituição de 2009. A Constituição é, entre outras coisas, o resultado de um tipo de esforço de tipo identitário, de décadas de duração, visando construir uma contra-hegemonia, onde o elemento étnico fosse central, tendo um peso tão importante, inclusive, quanto à categoria classe. A construção de uma nova hegemonia em torno ao étnico foi tão contundente, que se chegou a cooptar os movimentos trabalhistas dos anos 1990 e 2000, o que foi facilitado, em parte, pelo desmantelamento das estruturas sindicais, pelo governo neoliberal de Sánchez de Lozada, nos anos 1990. Conforme Garcia Linera (2010), na Bolívia, o indianismo, de certa forma, embora não completamente, substituiu o marxismo enquanto modelo de ação emancipatória¹⁵¹. O marxismo, que, na Bolívia, começa a se tornar uma ideologia de contestação da ordem oligárquica, a partir das primeiras décadas do século XX, não chegou a produzir obras relevantes, em geral apenas seguindo a cartilha dos programas socialistas elaborados em Moscou (GARCIA LINERA, 2010). O indianismo, por sua vez, tornou-se uma via de contestação tão ou mais importante do que a de ordem marxista, após a implementação do nacionalismo de estado do MNR, seja no plano intelectual, em um primeiro momento, seja no plano sindical ou no plano partidário, em momentos posteriores. O indianismo katarista foi articulado basicamente entre os intelectuais de origem indígena-camponesa de grupos andinos.

Inicialmente o indianismo katarista nasceu como discurso político para ressignificar de maneira sistemática a história, a língua e a cultura. Em alguns casos, tal formação discursiva revisou a história colonial e republicana para mostrar as injustiças, as usurpações e as discriminações de que foram objeto os povos indígenas na gestão das riquezas e dos poderes sociais (GARCIA LINERA, 2010, p. 321).

A partir dos anos 1970, o indianismo katarista ganhou feições mais político-institucionais, apresentando uma vertente mais sindical expressa pela Central Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), assim como uma versão mais partidária, expressa pela formação do Movimento Índio Tupac Katari (MITKA), e do Movimento Revolucionário Tupac Katari (MRTK), além do Partido Índio, que já havia sido criado em fins da década de 1960 (YASHAR, 2006). Isso mostra como já existiam formas embrionárias do que viria a ser o MAS. O cerne do partido-movimento já se encontrava presente, tendo em vista a configuração social indígena-camponesa e as agências de micromobilização centradas nas comunidades rurais, nos sindicatos rurais ou em ambos ao mesmo tempo. O MRTK e o MITKA participaram, embora de maneira frustrada, de várias

¹⁵¹ O que não quer dizer que a tradição sindical, sobretudo aquela da mineração não tenha continuado a ter bastante importância.

eleições, no final dos anos 1980. A CSUTCB, por sua vez, apesar de portar símbolos identitários indígenas (como a *Wiphala*)¹⁵² em fins dos anos 1970 e inícios de 1980, sob a direção de Genaro Flores, estava ainda muito comprometida com demandas e reivindicações classistas e econômicas¹⁵³. As reivindicações de cunho mais étnico só viriam a se dar já adentrado o novo século, como se verá adiante.

De acordo com Garcia Linera (2010), durante a década de 1980, o discurso indianista-katarista se dividiu em três grandes vertentes. A primeira seria a vertente *pachamámica*, que concentra seu discurso em uma esfera mais cultural do que política, sustentando a valorização do folclore e símbolos indígenas. Uma segunda vertente defendia a igualdade cidadã de indígenas e não indígenas perante o reconhecimento do indígena enquanto um cidadão com os mesmos direitos de outro qualquer, porém sem ser desprovido de suas próprias particularidades culturais. Parte do princípio de que, na Bolívia, sempre houve duas categorias cidadãs: a dos *q'ras*, ou não índios, e a dos próprios indígenas. Os primeiros constituiriam uma cidadania de primeira classe enquanto que os segundos, uma cidadania de segunda classe. A reivindicação, aqui, seria pelas condições de uma cidadania igualitária a partir do reconhecimento das diferenças culturais, buscando a supressão da desigualdade cidadã. Defende-se uma homogeneização, não cultural, mas, sim, política, da cidadania, por meio do reconhecimento das culturas quéchuas e aymarás, sobretudo.

Uma terceira vertente, muito influenciada pela obra de Fausto Reinaga,¹⁵⁴ foi a que mais defendeu uma nacionalidade boliviana exclusivamente indígena. Almejando uma República Indígena, o autor defendia que os índios andinos deveriam governar diretamente o estado boliviano, não apenas exigindo do estado reconhecimento cultural, mas dele se apropriando e transformando-o em um estado genuinamente indígena. Esta vertente é a que mais se aproxima do já citado modelo nacionalista de Gellner, e, também, é a que mais fundamenta a Constituição aprovada em 2009, como será analisado adiante.

Todavia, observa-se que tanto a segunda quanto a terceira vertente são intimamente relacionadas com a primeira. A recuperação do folclore de uma determinada *hinterland* está presente em muitos movimentos patrióticos, onde a recuperação de uma cultura camponesa caminha lado a lado com o *state-building* e com a implantação das instituições do estado (OLZAK, 2004). A recuperação de valores primevos justifica e legitima, em terrenos discursivos, a construção do estado-nação. Não se quer dizer que a recuperação de uma

¹⁵² Bandeira multicolor símbolo dos povos do antigo *Qollasuyu*.

¹⁵³ Nos países andinos, classe e etnia se encontram sempre na tangente uma da outra.

¹⁵⁴ Fausto Reinaga foi um intelectual indianista. Sua obra mais famosa é “A Revolução Índia”, escrita em 1970.

suposta “era dourada” perdida nos confins da pré-modernidade supõe a reprodução literal de antigas sociedades, mas, sim, que elas são o ponto de referência para a construção de uma nova ordem política.

Nesse sentido, o katarismo, em todas as suas vertentes, lembra em algum grau o escravismo russo. Ao entender o termo “povo” enquanto comunidade rural e não como massas concentradas em centros urbanos, o discurso katarista e seu sucedâneo institucional traduzido no Pacto da Unidade (YASHAR, 2005) construíram um tipo de identidade semelhante àquela que foi defendida pelos populistas russos (*narodniks*) do século XIX. Estes viam nas comunidades rurais originárias (*mir*) e suas estruturas jurídico-deliberativas (*obschina*) o fundamento cultural, social, político e econômico de seu país, assim como os potenciais agentes revolucionários que poderiam levar ao fim do regime imperial czarista e do próprio sistema capitalista. Essa forma de apelo popular, de tipo *narodnik*, aparenta, em certa medida, ser algo um pouco diferente na América Latina, onde tradicionalmente o apelo ao “povo” se direciona a densas massas urbanas (marca inconfundível da maioria dos regimes populistas latino-americanos) (MITRE, 2008). Nesse sentido, o objetivo é recuperar um passado cultural a fim de construir um presente e um futuro inéditos. Trata-se de uma orientação dual. Como afirma Smith:

Mas assim como a solidariedade, a força de mobilização, a “nação” deve se apropriar de certos atributos da *ethnie* pré-existente, e assimilar muitos de seus mitos, memórias e símbolos, ou inventar os seus próprios. Esta orientação dual - para o futuro político e o passado cultural - é o tema de qualquer exame dos principais traços e tendências na criação das nações no mundo moderno (SMITH; 1986, p.152).

E é justamente nesses nichos rurais que compõem os núcleos da *ethnie* pré-existente que estão algumas das agências de micromobilização aqui tratadas, um tema importante para o desenvolvimento deste trabalho.

3.4 Das agências de micro-mobilização à amplificação do enquadramento, o imaginário étnico e campesinato na emergência do formato dos antigos partidos socialistas na Bolívia

É importante ressaltar aqui a importância das agências de micro-mobilização, e as instituições oriundas do meio indígena andino boliviano. De acordo com León Zamosc, no

Equador, a comunidade rural tradicional indígena (*cabildos*) é a base decisória das medidas a serem tomadas por suas organizações em nível supra-regional. As reformas agrárias, tendo diluído o poder dos grandes proprietários de terras, viabilizaram o re-fortalecimento das comunidades indígenas, assim como lhes deu mais margem de ação nas arenas políticas, pelo menos a nível local (YASHAR, 2006). Zamosc afirma que existem hoje cerca de 2100 comunidades indígenas no Equador, funcionando como entidades auto-reguladas, baseadas na autoridade de suas *asambleas* (na qual supostamente todos participam) e seus *cabildos* (comitês executivos de 5 membros). As questões que concernem os interesses das populações indígenas são discutidas nas *asambleas*, cujos acordos são alcançados mais por consenso que por voto. Desta forma, as comunidades rurais tradicionais são as esferas de socialização primária que articulam o movimento rumo a mobilizações, protestos, ou mesmo a formação de plataformas eleitorais, como é o caso do Pachakuti equatoriano e do MAS boliviano, já que as comunidades andinas bolivianas se organizam em termos parecidos.

Segundo Zamosc, o segredo da alta capacidade de mobilização da Confederação de Nacionalidades Indígenas Equatorianas (CONAIE) está na sua relação direta com recursos de ação coletiva que existem nas comunidades indígenas. Membros de grupos dessas comunidades, cujos laços são baseados na reciprocidade e no mutualismo, podem reivindicar acesso a recursos de seus pares comunitários, por compartilhar as supostas virtudes provenientes do pertencimento ao grupo. Dentro de redes de socialização mais amplas, o grupo como um todo pode utilizar-se de tal capital social para estabelecer reivindicações políticas de maior alcance, como luta por autonomia e recursos naturais. Tudo leva a crer que na Bolívia se dê algo bastante semelhante, de acordo com as descrições e análises de Álvaro García Linera. *Cabildos* e comunas rurais bolivianas seriam o cerne das agências de micromobilização de ambos os países.

O discurso étnico-nacionalista e anti-neoliberal, não pôde ser bem sucedido sem ter encontrado ressonância nessas agências micromobilizadoras, que são formas de organização cotidianas e não necessariamente movimentos com fins políticos objetivos, ou pelo menos com fins políticos que vão para além do território administrado pela própria comunidade. As formas de organizações encontradas nos *ayllus* e comunidades dos países andinos e nas comunidades rurais bolivianas parecem ter exercido o papel de agências de micromobilização no sentido mencionado. É interessante notar que projetos muito similares àqueles defendidos pela CSUTCB e outras organizações nos anos 1990 e na primeira década do novo século já eram defendidos por certos grupos indígenas andinos, ainda na década de 1930. A escola-*ayllu* de *Warisata*, organizada em 1931 e destruída em 1940, representa bem o quanto é

efetiva a organização comunal indígena, que não é, necessariamente, um movimento. Felipe Quispe Huanca, historiador e líder sindical de origem indígena, apresentou uma proposta, em 2005, quando então presidente da CSUTCB, em seu livro *Pachakutik Educativo*, de uma reforma educativa e da criação de universidades indígenas que melhor representassem as necessidades dos povos “autênticos”. Para tais reformas, a principal referência seria a escola-ayllu de *Warisata*.

A escola-ayllu de Warisata foi uma “escola integral” baseada nas instituições dos ayllus criada em 1931, em Achacachi. Uma municipalidade rebelde, e destruída nos anos 1940 pelo governo nacional. A Escola Warisata tinha uma estrutura educacional que incorporava princípios de reciprocidade e complementaridade entre a comunidade e o ambiente, e levou em consideração os problemas básicos da terra, produtividade e identidade cultural. Como explica Quispe a Escola-Warisata sustentava:” liberação, organização comunal, a produção comunal, a revalorização da identidade cultural, a solidariedade e a reciprocidade (2005, 2) (HEREDIA, 2012, p. 9).

Pode-se ver como as organizações de base indígenas não precisaram, necessariamente, de toda uma classe de intelectuais orgânicos para lhes conferir legitimidade para se organizarem e tentarem manter viva a sua cultura, assim como manter ou restituir várias de suas instituições políticas e sociais, no que se refere à administração da economia e organização política. O “transbordamento social”, base da *contentious politics*, já tinha seu potencial sinérgico na vida comunitária local, independentemente do que diziam as elite intelectuais. Isto é o que Garcia Linera (2010) chamou de “fórmula comunidade”, um tipo de interdependência social fundamentada na vida coletiva de aldeia que se torna o nicho básico de organização de ações coletivas cotidianas e ações coletivas politicamente objetivadas. Os ayllus portam um tipo de solidariedade mais próximo do tipo mecânico de Durkheim, e também do tipo de solidariedade comunal (*Gemeinschaft*) no modelo de Tönnies (1887). Para autores como Garcia Linera, o mesmo sistema de obrigações mútuas que organiza a ação coletiva do plantio e da colheita organiza as comunidades no bloqueio de rodovias, nos fóruns públicos e nas marchas e manifestações de rua. Os próprios sindicatos camponeses criados pelo nacional-desenvolvimentismo MNRista eram, muitas vezes, administrados internamente por essas regras de reciprocidade (GALINDO SOZA).

Com o desmantelamento do setor obreiro (seus sindicatos) pela Nova Política Econômica, de 1985 em diante essas regras de reciprocidade comunitárias tiveram espaço para se apresentar como uma importante fórmula organizativa realmente efetiva, cooptando o recém-formado setor trabalhista informal e urbano. Garcia Linera (2010) estabelece uma dicotomia entre a “fórmula comunidade” e a “fórmula multidão”, onde a primeira seria a confiança irrestrita do mundo comunitário rural, e a segunda formada por um setor urbano

muito empobrecido, desprovido de tradicionais organizações sindicais e, de alguma forma, anomizado¹⁵⁵. O modelo comunitário, em um regime cada vez mais conduzido pela ideia de livre mercado, tornou-se um importante centro de referência para qualquer ação coletiva lutando por outro modelo de estado diferente do neoliberal.

Em relação ao núcleo originário do MAS, que são o movimento e as federações cocaleiras do Chapare, pode-se dizer que as agências estão no cerne do partido, já que elas são o principal elemento constitutivo do próprio movimento cocaleiro. Trata-se de uma agregação aleatória de diversas famílias de pequenos proprietários que conformam 27 sindicatos e seis federações (KOMADINA; GEOFFREY, 2007). O sindicato cocaleiro chaparenho faz parte da vida cotidiana dos colonos, inclusive penetrando no âmbito privado e familiar, intervindo nos conflitos entre herdeiros e cônjuges (KOMADINA; GEOFFREY, 2007). O sindicato se encarrega, também, de cuidar da repartição de terras, da circulação da força de trabalho e até da tramitação de títulos de propriedade perante o Instituto Nacional de Colonização e do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) (KOMADINA; GEOFFREY, 2007). À medida que o número de colonos foi crescendo na região de Chapare, com a chegada de famílias de outras regiões (a maioria de origem indígena), o sindicato foi crescendo, a ponto de alcançar o não negligenciável número de 40 mil filiados. Ao contrário do que já foi, muitas vezes, afirmado, os colonos não são apenas mineiros da região altiplânica radicalizados que migraram para o trópico de Cochabamba em busca de melhores condições de vida. A maioria desses colonos era, na verdade, camponeses indígenas atraídos pelo boom da folha de coca dos anos 1980 (KOMADINA; GEOFFREY, 2007). Isso mostra como o movimento estava em sintonia com demandas indígena-camponeses, oriundas de outras organizações. Mostra, também, como o MAS é, de fato, um partido-movimento cuja base são as comunidades rurais étnicas. A capacidade de organizar a vida cotidiana dos colonos de forma a amalgamar de forma tão incisiva a vida social e a vida política já dá mostras da enorme capacidade de mobilização desses grupos, e também do MAS.

Outro ponto importante em relação às comunidades e organizações rurais é, não apenas a sua capacidade de mobilização, mas também o impacto que têm no imaginário de indígenas urbanizados. A cidade de El Alto, no arrebalde de La Paz, e boa parte da própria capital boliviana, são habitadas por populações de origem indígena (sobretudo aymarás em relação a El Alto), que, durante décadas, migraram para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Esses indígenas formam não apenas um novo setor obreiro

¹⁵⁵ Devemos nos lembrar, entretanto, que por ser vice presidente da Bolívia, García Linera possa ter uma tendência a hiper valorizar esse mundo de confiança irrestrita oriundo do universo camponês.

nesses centros como também conformam hoje uma verdadeira classe média indígena urbana, assim como uma pequena e média burguesia indígena. A cidade de El Alto comporta uma verdadeira classe média Aymará (STEFANONI, 2007). O fato de não mais estarem inseridos nessas comunidades rurais, de estarem inseridos nos desencaixes proporcionados pelas mudanças estruturais da modernidade e constituírem subjetividades mais descentradas (DOMINGUES, 2000), não quer dizer que estejam totalmente desprovidos de identidades étnicas.

No fim dos anos 1990, os partidos Consciencia de Patria (CONDEPA) e União Cívica Solidariedade (UCS) tiveram um efêmero sucesso eleitoral, sustentando um discurso étnico indígena, populista e considerado como de direita (STEFANONI). Sua clientela eleitoral estava na pequena e média burguesia indígena das cidades do altiplano. Com a chegada do MAS à cena política esse mesmo eleitorado migrou para o partido de Morales, se alinhando com os indígenas oriundos do meio rural e em condição, em bom grau, de classe campesina¹⁵⁶. Isso mostra como o elemento étnico pesa nessas camadas urbanas, sendo a etnia uma variável que perpassa as classes sociais, ainda que o MAS, de fato, recupere elementos trabalhistas e classistas que vêm do MNR. A identidade étnica, no caso, consegue criar uma linha de conexão entre o que José Maurício Domingues chama de racionalidade prática e racionalidade reflexiva. A primeira estaria mais associada às comunidades rurais e suas relações sociais espontâneas e a segunda aos núcleos urbanos indígenas, onde a identidade é, em certa medida, rearticulada reflexivamente.

Desta forma, as agências de micromobilização não são apenas espaços mobilizadores, mas o ponto de referência de uma identidade étnica mais abrangente, uma vez que uma boa parte dos indígenas urbanos ainda fala suas línguas “originárias” e provavelmente têm relações de parentesco e familiares com pessoas da zona rural. O mundo camponês seria, então, um espaço de efetivação dessa racionalidade prática, mas também o horizonte simbólico e estético que esboça a racionalidade reflexiva de grupos indígenas que passaram por um processo de desencaixe mais típico daqueles gestados pela modernidade.

Além de proporcionar centros articuladores de mobilização coletiva e de formulação identitária, as agências de micromobilização dão, também, uma tintura “indireta” ao movimento, ou partido-movimento MAS, se tomarmos o conceito de partidos indiretos de Maurice Duverger (1957)¹⁵⁷. Os partidos cuja filiação e assinatura de um protocolo de adesão

¹⁵⁶ Segundo Raul Madri, cerca de 35% do eleitorado do MAS se considera de direita.

¹⁵⁷ No caso do MAS há filiações individuais também. A semelhança entre novos partidos-movimento e os antigos partidos indiretos estaria no peso e autonomia de suas organizações de base.

não são necessárias e onde a participação se dá através da adesão formal seriam os partidos diretos, exemplificados por Duverger, por vários tipos de partido, inclusive os comunistas e fascistas. Aqui também já notamos as semelhanças entre o MAS e os antigos partidos socialistas pré-leninistas (e talvez pré-marxistas). O partido se articula através de uma rede de organizações mais ou menos autônomas, que são administradas em reuniões, em locais de trabalho, ou mesmo espaços da vida cotidiana. O *Labour* inglês até 1913, e o Partido Operário Belga até 1945 foram bons exemplos dos antigos partidos socialistas, articulando-se através de sindicatos operários e de cooperativas operárias autônomas, ainda que, no caso belga, as cooperativas tivessem muito mais força que os sindicatos. No caso boliviano, são as *asambleas* indígenas e os sindicatos, rurais e urbanos, que constituem as agências de micromobilização que alicerçam o partido-rede MAS. Sua capacidade movimentalista, sua heterogeneidade organizativa, a força desses núcleos de base, são fundamentais para a conformação de sua plataforma eleitoral (partido).

O Movimento ao Socialismo se manteve nos moldes de um partido, tanto indireto, quanto direto, desde a sua formação até sua chegada ao poder. As comunidades camponesas, aparentemente, se enquadram ainda mais no conceito de Snow de agências de micromobilização do que as federações, uma vez que a organização da vida social é ainda mais marcante nas comunidades¹⁵⁸. Ainda assim, as federações e os sindicatos também podem ser inseridos nessas agências e lembram as organizações de base de alguns partidos socialistas indiretos descritos por Duverger, sobretudo o inglês, em que todas as organizações da base vieram antes do partido em si, o que o difere da experiência Belga, onde o partido, uma vez consolidado pelas cooperativas, ajudou a fortalecer os fracos sindicatos operários.

O poder do MAS centra-se, dessa forma, sobretudo nas federações, mas também nas comunidades rurais. Foi um partido que se desenvolveu por difusão territorial, tendo seu início formador nas federações do Chapare e se difundindo para as comunidades camponesas do altiplano e dos vales. O partido-rede apresenta uma baixa densidade organizativa, dependendo muito da capacidade mobilizadora de suas bases, assim como também das manifestações de massa e de rua de seus membros. Trata-se de uma organização pouco coesa, onde as unidades locais têm ampla autonomia, sendo pouco controladas pelo centro dirigente, que, até 2005, era basicamente a coordenação das seis federações do Chapare. Nesse sentido, o MAS, de fato, se parece muito com os partidos socialistas anteriores ao “disciplinamento”

¹⁵⁸ Embora existam nas federações de forma considerável também.

leninista, como o *Labour* inglês, a SFIO francesa e o Partido Socialista Italiano sobretudo durante o período pré-morandiano¹⁵⁹.

A questão é que as federações de sindicatos, urbanos, rurais e comunidades camponesas apresentam um discurso mais diversificado no que se refere ao seu conteúdo. Enquanto o antigo *Labour* portava discurso e demandas muito centradas nas questões trabalhistas, o MAS trabalha uma problemática composta por questões como autonomia municipal, emancipação das populações indígenas, estatização das empresas da mineração, reforma agrária, etnicismo, e nacionalismo, recuperando o nacionalismo revolucionário do antigo MNR. O enquadramento ideológico, assim, traz uma panóplia de redes sociais e demandas que não havia nos partidos indiretos analisados por Duverger. O ambientalismo, por exemplo, descrito por Poguntke como um traço *dos new politics parties*, seja o ambientalismo mais “conservador”, onde defende-se o ambiente em função de questões objetivas e pontuais, como a destruição do meio ambiente que circunda comunidades rurais, prejudicando-as, e também a defesa do meio ambiente acoplada a uma série de outras questões mais universais tradicionalmente ligadas à esquerda. No caso do MAS, os dois tipos existem, uma vez que ele acopla tanto o indianismo, as identidades étnicas mais locais, quanto o marxismo ortodoxo de projeções mais internacionalistas. Todos esses elementos fazem parte do enquadramento dos movimentos sociais que conformam o MAS.

Pode-se dizer, também, que, em níveis organizativos, o MAS combina o comunitarismo indianista com elementos nacional-populares oriundos da Revolução de 1952. Embora o centro dirigente tenha muito pouco controle sobre as bases do partido, a fórmula nacional-popular que se articula através de um eixo líder-povo, em detrimento das instituições representativas, vistas como mecanismo de dominação das velhas oligarquias, se dá. É possível dizer que, tanto em níveis organizativos, como discursivos, o MAS é uma panóplia de organizações diversas, mas que possuem um eixo estruturante mais ou menos comum.

Sem dúvida o MAS-IPSP é uma organização complexa, principalmente em sua constituição, já que a conformam múltiplas organizações sociais que foram integrando-se em diferentes etapas, fazendo-se cada vez mais e mais visíveis através dos sucessivos processos eleitorais (BARRIENTOS GARRIDO: 1).

O comunitarismo indígena, baseado na autonomia das comunidades rurais e organizações de base - as agências de micromobilização, é altamente presente no desenvolvimento do MAS, até sua principal conquista eleitoral em 2005, mantendo a densidade organizativa do partido extremamente baixa e sendo um dos seus principais núcleos

¹⁵⁹ De Rodolfo Morandi, líder que alinhou o PSI (Partido Socialista Italiano) em moldes parecidos ao leninismo do PCI (Partido Comunista Italiano)

organizativos, além de ser a base de arregimentação das mobilizações de rua. Apesar do marxismo estar presente no discurso e nas propostas do MAS, o modelo organizativo de tipo leninista se manteria, em boa medida, ausente da organização, pelo menos até 2005.

Uma vez que as centrais sindicais trabalhistas perdem muita força com o desmantelamento dos sindicatos, a partir das reformas neoliberais, e as agências de micromobilização se tornam um novo parâmetro organizativo para o recém-criado setor informal do trabalhismo urbano, o campesinato indígena e esse mesmo setor trabalhista começam a enquadrar um conjunto de questões e objetivos em comum. O que torna importante a teoria da amplificação do enquadramento.

Por amplificação do enquadramento, nós nos referimos à clarificação e envigoramento de um enquadramento interpretativo que permanece em uma questão, problema ou conjunto de eventos particular. Já que o significado dos eventos e a sua conexão com a situação de vida imediata de alguém são geralmente atingidos pela indiferença, decepção e pela ambiguidade da incerteza (GOFFMAN, 1974), a participação e o apoio a atividade de um movimento é frequentemente contingente com a clarificação e o re-envigoramento do enquadramento interpretativo (SNOW, 1986, p. 469).

Isso é de particular importância em relação aos bolivianos uma vez que, segundo Alvaro Garcia Linera (2010), e Torquato di Tella (2005), o campesinato indígena e o setor trabalhista, sobretudo aquele ligado à mineração, sempre se encontraram em posição de rivalidade no quadro político boliviano mais amplo, pelo menos a partir de 1964, quando foi firmado o pacto militar-campesino, um acordo entre os militares liderados pelo General René Barrientos, e o campesinato indígena do altiplano. A repressão das revoltas e greves dos mineiros geralmente era empreendida por grupos armados indígena-campesinos e coordenados pelo governo militar.

Sendo assim, a convergência entre setores populares oriundos do campesinato étnico e do trabalhismo urbano foi algo um tanto quanto inovador¹⁶⁰ na história boliviana, devido às essas rivalidades históricas. Entretanto, a convergência entre duas visões marcadamente anti-neoliberais se fez possível, ainda que os sindicatos rurais indígenas tenham tido um pouco mais de proeminência que os setores trabalhistas urbanos.

É claro que essa convergência se deu em certas condições, nas quais foi possível. Como veremos adiante, a Guerra da água de 2000 e a Guerra do Gás de 2003 foram eventos importantes onde manifestações de rua maciças foram conduzidas contra o governo. Essas manifestações tiveram como principal ator político os sindicatos rurais indígenas e o setor trabalhista urbano, onde algum grau de espontaneidade pode ser visto como o fio condutor do

¹⁶⁰ Apesar de terem atuado juntos na Revolução de 1952.

alinhamento entre esses dois grupos. Nesse caso, a espontaneidade não era algo que estava embutido em um suposto sistema de confiança ou solidariedade entre as várias organizações. Foi, antes, o produto de um contexto específico, onde dois grupos historicamente não alinhados se alinharam tendo em vista um oponente comum. Apesar da convergência entre campesinato e setores trabalhistas urbanos ter sido um tanto quanto conturbada, eles configuravam a classe trabalhadora na Bolívia, no momento das reformas neoliberais. O enquadramento dos programas neoliberais como potencialmente perigosos foi a condição os transbordamentos sociais e manifestações de rua que viriam. “Nós não presumimos que a espontaneidade está rotineiramente em curso de tais eventos; ao contrário, nós defendemos que a espontaneidade é engatilhada por certas condições” (SNOW; MOSS, 2014).

Tais condições seriam eventos nos quais linhas de ação, tanto verbalizadas quanto não verbalizadas, e que não foram necessariamente pré-organizadas anteriormente à sua ocorrência tinham podido delinear um esboço de ação coletiva. Forma-se, nesses casos, uma coletividade que não foi previamente planejada, o que explica o ineditismo enfatizado por Garcia Linera no que se refere ao alinhamento entre o trabalhismo urbano e o campesinato étnico.

Um longo debate, que data do período do próprio Karl Marx, trata da relação entre espontaneidade, organização e alinhamento. Lenin em *Que fazer?* defendia a primazia da organização sobre a espontaneidade, tendo em vista as tendências supostamente burguesas (ou pequeno burguesas) do sindicalismo, e tendo como base de análise as experiências dos sindicalismos inglês e sueco. Nesse sentido, a organização comunal dos grupos indígenas, coordenada em sua vida cotidiana, foi extremamente importante para a manutenção do alinhamento, já que proporcionou o modelo organizativo para uma série de mobilizações e protestos de rua, além de fóruns públicos que antecederam a constituinte e que incluíram organizações trabalhistas que antes compunham grupos rivais aos composeses étnicos¹⁶¹. Além disso, os indígenas rurais proporcionam todo um panteão de símbolos que serve para a articulação de discursos étnicos entre indígenas urbanizados a partir de uma racionalidade reflexiva, e não apenas prática, como aquelas vistas no cotidiano comunitário rural. E isso consolida uma ideologia indianista que se articula entre mundo rural e urbano e entre racionalidade prática e racionalidade reflexiva. Essa ideologia indianista rural-urbana aparentemente se restringe aos grupos andinos, em especial os Quéchuas e Aymarás.

¹⁶¹ Não se quer dizer aqui que a estrutura de poder criada pelos movimentos aqui estudados seja de natureza marxista-leninista.

É justamente esse outro elemento muito importante que se mostrou presente e necessário para a existência de tal convergência, a ideologia. Para Hank Johnston e Pamela Oliver, a ideologia tem sido negligenciada pelos estudiosos dos movimentos sociais, sendo que muitas vezes *framing* e ideologia foram tratados como termos intercambiáveis. Segundo Johnston e Oliver, a teoria dos enquadramentos enxergou a ideologia como demasiado rígida e estática, centrando-se apenas em visões estáticas de mundo, negligenciando alinhamentos que se formavam em contextos mais conjunturais, sem se atinar para as possibilidades de formação desses alinhamentos, uma vez que a ideologia seria aí demasiado rígida. Em relação a Snow e Benford, eles afirmam:

Nós certamente concordamos que as pessoas podem pensar sobre alinhamento tático e que algumas concepções mais antigas de ideologia são muito estáticas, mas se eles pensam que todos os processos intelectuais são entendidos como processos de alinhamentos, nós discordamos deles (JOHNSTON; OLIVER, 2000)

Dessa forma, a ideologia como algo que fundamente uma paisagem mental coletivamente compartilhada ganha grande importância para o presente estudo, na perspectiva de Johnston e Oliver.

Ideologias são sistemas complexos de ideias que são sistematicamente conectadas e que descrevem e explicam um mundo social. Eles abarcam a teoria de como as relações sociais se tornaram o que são, e como podem ser modificadas, e estipulam normas e valores centrais. Ideologias são construções sociais, com certeza. Mas elas são continuamente testadas e refinadas na bigorna do mundo material (JOHNSTON; OLIVER, 2000).

A ideologia anti neoliberal é presente nas visões de mundo tanto dos povos indígenas quando das organizações sindicais. Ambos trazem uma tradição nacional popular de matriz MNRista. A ideologia nacional popular, segundo Maristella Svampa (2010), se sustenta por um eixo triplo, de afirmação da nação, o estado redistributivo e conciliador e uma liderança carismática que coordena massas organizadas. A experiência varguista e a peronista, no Brasil e na Argentina, respectivamente, são as mais conhecidas e consideradas as mais bem sucedidas. Na Bolívia, a Revolução de 1952 conduzida pelo MNR colocou no poder um governo que também pode ser considerado de matriz nacional-popular.

Ainda que o movimento katarista tenha rompido frontalmente com a imagem do índio construída pelo MNRismo, a memória da revolução de 1952 e o papel que os camponeses nela tiveram é ainda viva, e mantém a ideia de um primeiro momento de verdadeiro rompimento com o chamado colonialismo interno, tão marcante na vida republicana boliviana desde 1825, ano da independência frente ao domínio espanhol. Os setores sindicais, por sua vez, são criação do próprio governo do MNR, e sua tradição anti-liberal é penetrante em sua

auto-imagem e ideologia de classe. As reformas neo-liberais dos anos 1980, a introdução de um modelo de governo nos moldes chilenos, foram interpretados como um retorno aos duros anos do liberalismo pré-1952, onde o trabalho, tanto rural, quanto o da mineração, se encontrava em uma situação de quase servidão frente à classe *hacendada* e aos grandes barões da prata e do estanho¹⁶².

Assim, a ideologia anti-liberal foi o fio condutor do alinhamento entre campesinato e o enfraquecido sindicalismo daquele momento. Mas o alinhamento, apesar de ter sido articulado em um plano conjuntural específico, pôde obter um maior período de duração graças não apenas ao alinhamento do enquadramento, mas também a uma matriz ideológica já presente. As manifestações de rua, de grupos organizativos heterogêneos¹⁶³ como campesinato étnico e suas agências de micromobilização, dos grupos indígenas vivendo nas cidades e das organizações trabalhistas e das centrais, são, nesse caso, não apenas o enquadramento de um problema em comum, mas também, a articulação de um quadro ideológico mais consolidado, que é aquele formado pelo sentimento anti-neoliberal.

As organizações indígenas passaram a ser a grande força reivindicatória durante os anos 1990, em especial durante o governo neoliberal de Sánchez de Lozada (1993-1997). Curiosamente, o governo de Lozada portava um discurso indígena e multicultural. O vice-presidente de Lozada era, inclusive, um intelectual de origens indígenas, Victor Hugo Cárdenas. Com o enfraquecimento do setor trabalhista, os movimentos sociais étnicos ganharam tanta proeminência que boa parte dos partidos políticos passou a adotar um discurso que manifestava interesse pela questão indígena. Junto à democracia representativa e parlamentar e o livre mercado, que marcaram o governo de Lozada, o pressuposto multicultural do respeito e reconhecimento às diferenças culturais em um país marcado por clivagens étnicas e lingüísticas adquiriu grande importância. A Constituição aprovada em 1994, além de estabelecer as já mencionadas políticas descentralizadoras, a criação de novos municípios rurais, das inovações no que diz respeito à participação popular, reconheceu formalmente a Bolívia como uma nação multicultural (YASHAR, 2006). O governo de Lozada se aproxima da segunda vertente katarista-indianista, da década de 1980, como definido por Garcia Linera, onde se tentava alcançar a igualdade cidadã do índio justamente reconhecendo a sua diferença em relação aos não índios.

¹⁶² Um autor que tratou de forma aprofundada essa temática foi o escritor Alcides Arguedas. Em seu romance *Raza de Bronce*(1919)ele denuncia a brutalidade com que os camponeses eram tratados pelos patrões. No seu livro de ensaios sociológicos *Pueblo enfermo*, ele denuncia a violência brutal que permeava os hábitos de toda a sociedade boliviana, a começar pelas suas próprias elites.

¹⁶³ A heterogeneidade dos grupos organizativos é outro traço fundamental dos partidos-rede.

Entretanto, o simples reconhecimento formal da existência de diferentes grupos étnicos espalhados pelo território boliviano não foi suficiente para satisfazer os anseios da grande maioria dos grupos étnicos. De acordo com Felipe Quispe Huanca, o simples reconhecimento formal não encontrava ressonância na vida cotidiana dos bolivianos, tornando-se apenas um imperativo moral exercido no plano da intersubjetividade, não alcançando um nível de normalidade, automaticidade e espontaneidade de forma a construir relações interpessoais menos hierarquizadas e mais igualitárias (GÓMEZ E GIORDANO, 2002). Ademais, a abertura do país a grandes empresas multinacionais tornou a participação indígena nos recém-criados municípios um tanto quanto inócua, uma vez que essas empresas podiam atuar nos territórios indígenas sem que estes fossem consultados, necessitando apenas da autorização do governo central em La Paz. A deslegitimação dos partidos tradicionais, com escândalos de corrupção na ordem do dia, seja no primeiro governo de Lozada (1993-1997), seja no governo da Ação Democrática Nacional (AND) de Hugo Banzer¹⁶⁴ (1997-2002), ou mesmo no segundo e conturbado governo de Lozada (2002-2005), deu um novo fôlego aos movimentos sociais que, inclusive, formaram o Movimento ao Socialismo (MAS), de Evo Morales, que viria vencer as eleições de 2005 e 2010, estando no poder até os dias atuais (MAYORGA UGARTE, 2007).

Um importante movimento social dentro de todo esse processo, e núcleo formativo original do MAS, foi o já mencionado Movimento cocaleiro, composto basicamente por indígenas andinos que migraram para o Chapare para trabalhar nas plantações de coca, e que, em 1994, organizou a “Marcha pela vida, pela coca e a soberania nacional”. Durante 22 dias produtores de coca de origem indígena percorreram 620 quilômetros do trópico de Chapare até La Paz, pedindo a retirada da UMOPAR, da DIRECO e do Departamento norteamericano Antidroga. Requisitaram também a descriminalização da folha de coca. Em 1995, mulheres cocaleiras colocaram em curso a “Marcha pela vida e pela soberania nacional”, para protestar contra a repressão policial no Chapare. Durante o governo de Hugo Banzer, as políticas antidrogas endureceram, entrando em cena o “Plano dignidade”, cujo lema era “coca zero” até o ano de 2002, e almejava a erradicação total do cultivo de coca, sem nenhuma diferenciação dos cultivos que se destinavam à produção de cocaína daqueles que se direcionavam para o uso da própria folha de coca, além de não haver nenhum tipo de compensação para os

¹⁶⁴ Hugo Banzer governou por vias autoritárias de 1971 a 1978, período em que foram dados grandes incentivos aos produtores de soja e criadores de gado da região oriental, em especial o departamento de Santa Cruz. Este departamento, historicamente é um nicho de luta por autonomia contrário ao centralismo de La Paz. Sua demanda por autonomia departamental também foi incluída no texto constitucional de 2009. O estudo deste tipo de luta por autonomia, entretanto, não entra no presente trabalho.

produtores. A Força de Tarefa Conjunta, criada no governo Banzer, que era uma unidade especializada em explosivos e em franco-atiradores, passou a atuar no Chapare.

Esse quadro de conflito que, estima-se, deixou mais de uma centena de camponeses mortos (Barrientos Garrido), levou a um processo de organização das comunidades com a intenção de se defender das investidas do governo. Para além de marchas, como as conduzidas em 1994 e 1995, os camponeses se organizaram em termos que combinavam tanto práticas do sindicalismo mineiro quanto do comunitarismo indígena, como acontece, em geral, com os movimentos indígenas da região altiplânica boliviana¹⁶⁵. A força e complexidade do movimento cocaleiro não está reduzida ao número de seus filiados, que são de cerca de 40 mil famílias, e sua identidade.

O sindicato comunitário tem três níveis de organização: o sindicato de base, as centrais, as federações (do Trópico, Chimoré, Carrasco Tropical, de Mulheres do Trópico de Cochabamba, Yungas do Chapare, Centrais Unidas e Mamoré) e a Coordenadoria das seis Federações do Trópico de Cochabamba. Dentro de cada Federação existem umas sessenta centrais, que agrupam por sua vez, entre 600 e 700 sindicatos de base (MORALES em GARCIA, 2008:391). O sindicato chapareño, segundo o autor, começou a aparecer desde 1953 e se potencializou desde a década de 90, com a guerra contra as drogas. É durante esse tempo que esta estrutura vai se consolidando, até formar em 1992, a Coordenadoria. O sindicato será transversal na vida cotidiana dos colonos. Komadina (2007:82) indica que, inclusive, penetra o âmbito privado e familiar dos colonos (BARRIENTOS GARRIDO; 2002, p.10).

Pode-se ver como as organizações cocaleiras são de fins múltiplos, cumprindo desde funções de governo a nível comunal até a organização de atividades recreativas e espaços de socialização¹⁶⁶. O embrião do MAS desenvolveu-se como uma ampla rede de organizações que se articulavam de forma mais ou menos horizontal e sem um centro dirigente muito poderoso. O caráter social, e não apenas eminentemente político, de suas organizações de base, mostra como as agências de micromobilização estão presentes também no movimento cocaleiro e não apenas nas comunidades herdeiras mais diretas dos *ayllus* localizadas no altiplano. Fica evidente um traço típico dos primeiros partidos de massa surgidos na Europa, uma vez que a organização (O MAS) está imersa na esfera social, algo que a distancia muito dos partidos de quadro ou parlamentares, estando muito além de uma simples máquina de arregimentar votos. Por outro lado, não esteve presente a estrutura burocrática e administrativa com níveis tão elaborados como muitos partidos de massa viriam a ter (nem centros dirigentes tão deslocados dos movimentos de base), sobretudo o SPD alemão, ou os partidos comunistas que surgiriam ao longo do século XX. Isto se dá, sobretudo, em função

¹⁶⁵ Embora o Chapare esteja no leste do departamento de Cochabamba, uma zona mais tropical, os membros do movimento cocaleiro têm suas origens no altiplano.

¹⁶⁶ Vale lembrar que Evo Morales foi muito ativo no estabelecimento de atividades recreativas esportivas dentro da organização cocaleira, destacando-se na prática do futebol.

de seu surgimento ocorrer a partir das organizações de base e não de uma vanguarda política, organizada em um centro dirigente que, posteriormente, vai penetrando organizações de base, como os sindicatos.

As greves, bloqueios de estradas e enfrentamentos de forças da ordem estatais, as *contentious politics*, são centrais no repertório de ação do movimento cocaleiro. Como já havia afirmado García Linera, Barrientos Garrido também mostra que as fórmulas de socialização comunitária, quando levadas a um plano estritamente político, servem para, em situações de conflito iminente, prolongar medidas de pressão por semanas ou meses. A organização social provê estruturas de mobilização altamente eficazes em contextos de luta política mais acirrada, como as antigas organizações sindicais faziam nos primeiros partidos socialistas de meados e segunda metade do século XX.

A forma de tomar decisões no movimento cocaleiro do Chapare, segundo Barrientos Garrido, se dá de “baixo para cima”. Antes de se chegar a um consenso geral, é realizada uma série de assembléias locais de tipo comunitário e sindical. Em geral, há uma consulta aos filiados antes de se levar adiante alguma medida de pressão, de forma que a Coordenadoria das Seis federações do Chapares sempre tem que contar com um consenso vindo de baixo. A Coordenadoria lida com outras duas esferas organizativas que são as centrais e as federações. A Assembléia e o *ampliado* executivo das seis federações são as instâncias primordiais do sistema decisório, onde, uma vez tomada uma decisão, ela é submetida às bases de forma a se chegar a um consenso (KOMADINA; GEOFFREY, 2007). Muitas vezes, porém, não fica claro se a tomada de decisões é de “baixo para cima” ou o contrário, aparentando ser um movimento dinâmico de mão dupla. Há o que chamam de “controle social”, no que se refere ao controle dos funcionários do MAS, através de reuniões e cabildos para manter o chamado “consenso da maioria”, ou a “democracia sindical”, com o objetivo de evitar a corrupção, o faccionalismo e o fracionamento (KOMADINA; GEOFFREY, 2007). É uma demonstração do poder das bases sindicais e comunitárias do movimento que se tornaria o partido mais forte da Bolívia.

O Movimento cocaleiro chegou a contar com rondas e ligas de defesa para combater as forças da ordem, assim como ajudar na organização de assembléias, cuidando para que filiados não entrassem bêbados e coisas do tipo. São os comitês de defesa, organizados muitas vezes a partir dos mesmos mecanismos de solidariedade e reciprocidade das comunidades andinas e dos vales. É um mecanismo de delegação intermitente muito parecido com aquele utilizado em protestos de rua e bloqueio de rodovias.

Surgido da necessidade de organização local e defesa dos cultivadores de coca frente ao estado, tornou-se uma força política de nível nacional, trazendo para próximo de si outras organizações que se articulavam através do indianismo e anti-neoliberalismo.

O movimento cocaleiro, ainda que no princípio havia conformado-se como uma organização de resistência local (STEFANONI, 2002), logo se converteu em uma força mobilizadora a nível nacional. Todavia, a resistência nas ruas apenas permitia reformar, modificar e mudar leis, mas não a estrutura interna do país: os produtores precisavam de representantes dentro do parlamento. Requeriam conformar um “instrumento político” (BARRIENTOS GARRIDO; 2002. p. 11).

Em 1995, em um contexto de oportunidade política, tendo em vista a Lei de Participação Popular¹⁶⁷ de 1994, as seis Federações do Trópico de Cochabamba, junto de outras organizações, como a Central Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), a Confederação Sindical dos Colonizadores da Bolívia (CSCB), a Confederação dos Indígenas do Oriente Boliviano (CIDOB), a Federação Nacional de Mulheres Camponesas da Bolívia – Bartolina Sisa (FNMCB-BS), a Confederação de Povos Indígenas da Bolívia (CPIB) e o Conselho Nacional de Ayllus e Markas dos Qollasuyu (CONAMAQ) apoiaram a proposta de construção de um “instrumento político”, mas não se constituem dentro da estrutura formal do MAS. Basicamente, em torno à CSUTCB e à CONAMAQ, as Federações de Cochabamba formaram o embrião do MAS, que antes se chamaria Assembléia para a Soberania dos Povos (ASP), logo depois passando a se chamar Movimento ao Socialismo - Instrumento Político para a Soberania dos Povos (MAS - IPSP).

O que se deu posteriormente foi que os movimentos indígenas passaram a demandar o controle efetivo dos municípios nos quais suas comunidades estavam inseridas, exigindo conduzir as esferas legislativas, administrativas e executivas do poder municipal, por suas leis e instituições tradicionais. A territorialidade e sua administração ganham uma importância que não havia encontrado eco no discurso restrito ao multiculturalismo presente na Constituição de 1994, o qual, com suas fórmulas demasiadamente abstratas e normativas, cada vez mais pareceram insuficientes para a resolução do histórico problema do índio (GÓMEZ; GIORDANO, 2002). As demandas não eram apenas por reconhecimento, mas autonomia política, administrativa e territorial. O que se passou a desejar foi uma substituição de um estado multicultural por um estado plurinacional. O reconhecimento deveria ocorrer concomitantemente a um novo desenho do estado e de suas esferas políticas e administrativas.

¹⁶⁷ A Lei de Participação Popular foi um conjunto de reformas estruturais que ampliaram o número de municípios rurais de algumas dezenas para mais de trezentos. Criou também uma série de instâncias participativas nesses municípios. Ela foi crucial para a vascularização das organizações indígenas dentro do estado por vias institucionais.

Dessa forma, a rede de movimentos que constitui o Movimento Ao Socialismo lança sua plataforma eleitoral pela primeira vez em 1999, sob a sigla MAS. Ela já havia participado nas eleições municipais de 1995 e nacionais de 1997 sob a sigla do partido *Izquierda Unida* (IU), visto que a sigla ASP não conseguiu o reconhecimento da corte eleitoral. Já em 1995, foram conquistados 11 prefeituras e 49 vereadores, todos camponeses Quéchuas da região do Chapare. Em 1997, foi obtida uma votação de 3,7% e Evo Morales, que era secretário executivo das Seis Federações de Produtores de Coca do Trópico de Cochabamba, mais outros três dirigentes camponeses, foram eleitos deputados. Morales teve a melhor votação de um legislador em todo o país, com 70,3% dos votos.

Em 1999, o MAS-IPSP, já independente do IU, conseguiu 3,3% do eleitorado em todo o país. Em 2002, chega em segundo lugar nas eleições nacionais, com 20,94% dos votos, menos de dois pontos percentuais abaixo do MNR, o partido vitorioso. A tentativa de reverter as esferas participativas criadas pela Lei de Participação Popular (LPP) durante o governo Banzer, na segunda metade da década de 1990, assim como as crises governamentais geradas a partir de episódios como a Guerra da Água de 2000, levaram as organizações indígenas novamente à política das ruas e aos protestos de massa, às *contentious politics*.

Nesse contexto, duas organizações tiveram proeminência no ciclo de protestos que se seguiram a partir de 2000, a Central Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB) e o Conselho Nacional de Ayllus e Markas do Qollasuyu (CONAMAQ), que representam, em larga medida, os movimentos sociais étnicos na Bolívia andina. Ao final da década de 1990, a primeira foi associada a uma forma mais moderada de katarismo e a segunda a uma mais radical. A CSUTCB defendia um estado moderno com traços indígenas e o CONAMAQ defendia um estado exclusivamente indígena baseado no modelo administrativo do antigo *Qollasuyu*, o que lhe rendeu algumas críticas, sendo acusado de ser etnocêntrico e, mesmo, racista (ZEGADA, 2007). A CSUTCB parece ter exercido muito mais influência nos processos constituintes que o CONAMAQ. O último, ao defender a ideia de reconstituição do *Qollasuyu* e negar diálogo com a oposição, deu tons exageradamente separatistas aos movimentos indígenas, perdendo boa parte de sua influência para a CSUTCB. A CONAMAQ, em um primeiro momento, também não se disponibilizou a estabelecer diálogos com os grupos indígenas orientais, das terras planas (embora tenha feito isto posteriormente), fechando-se em torno dos grupos andinos representados majoritariamente pelos quéchuas e aymarás (YASHAR, 2006).

O CONAMAQ foi fundado em 1997 e representa os *Ayllus* dos Aymarás, Quéchuas e Urus dos departamentos de Potosí, Chuquisaca, La Paz e Cochabamba. É uma organização

que questiona não apenas a histórica negação das estruturas comunitárias do campesinato indígena, mas, também, a própria estrutura territorial-administrativa do atual estado boliviano (SCHILLING-VACAFLOR, 2008). Os setores que lhe dão suporte, na sua maioria, encontram-se nas comunidades do Altiplano e, tendo sido menos incorporados pelo estado, mantiveram, em um maior grau, as suas estruturas tradicionais internas. As questões de classe ocupam uma posição secundária em seu discurso, enquanto a questão da identidade ocupa uma posição central (SCHILLING-VACAFLOR, 2008). Encontra-se, na sua ideologia, a ideia de continuidade com um grande passado que está vivo e presente no cotidiano dos indígenas.

Nesse contexto, o CONAMAQ rejeita não apenas a atual divisão territorial-administrativa, mas, também, os partidos políticos, que são todos considerados como frutos de uma imposição do universo social e político não-indígena. O mais importante objetivo dessa organização é a reconstituição de estruturas pré-coloniais das “nações originárias”, o que inclui direitos à terra e aos recursos naturais, redefinição das unidades administrativas, auto-determinação exercida através das autonomias indígenas e representação direta nas instituições do estado (SCHILLING-VACAFLOR, 2008). É possível notar que não há uma negação total das estruturas do estado moderno, porém este deveria se adaptar totalmente ao formato social e político dos indígenas e servir como meio de representação exclusivo de seu universo social pré-colombiano, não sendo alvo de grandes transformações:

As demandas político-jurídicas mais importantes do CONAMAQ referem-se ao direito de autodeterminação, territórios indígenas e o controle dos recursos naturais dentro destes territórios, enquanto a integração dos sistemas indígenas ao aparato estatal e as mudanças na sociedade dominante têm uma menor prioridade. As demandas em relação à transformação das estruturas estatais referem-se basicamente à incorporação dos sistemas dos *ayllus* aos níveis estatais (SCHILLING-VACAFLOR, 2008, p.4)

O conceito de identidade cultural predominante no CONAMAQ enfatiza a homogeneidade da população vivendo nos *ayllus*. Em encontros comunitários, a árvore é utilizada como um símbolo, quando referida à sua identidade cultural – com as raízes simbolizando o passado, o tronco se firmando pelo presente e a coroa por um próspero futuro. Esse símbolo também serve para legitimar e dar suporte às demandas por reconhecimento dos territórios, autoridades e sistemas jurídicos indígenas (SCHILLING-VACAFLOR; 2004).

A exclusividade do índio do Altiplano na representação do CONAMAQ, somada ao desejo de reconfiguração e substituição da Bolívia pelo *Qollasuyu*, diferenciam consideravelmente esse conselho da CSUTCB. Assim, a vertente radical do discurso katarista sobrevive através do primeiro, sendo que sua ideia de autonomia remete muito mais às

questões culturais e étnicas que classistas. O CONAMAQ defende a troca da atual Bolívia por um Estado-Nação estritamente indígena. A CSUTCB, por outro lado, defende um Estado-Nação boliviano que seja também indígena, mas não exclusivamente (SCHILLING-VACAFLOR, 2004).

A CSUTCB propõe um novo estado boliviano que possua uma face indígena, algo que foi negado pela ideologia MNRista de 1952. Essa central sindical foi fundada em 1979, durante um congresso, onde declarou sua independência frente aos partidos políticos, dada a pouca representatividade desses em relação aos povos indígenas. É a organização indígeno-camponesa mais relevante da atual Bolívia, tendo se expandido por todos os departamentos bolivianos e sendo particularmente forte naqueles das terras altas e vales, em especial La Paz e Cochabamba. A forma de atuação da organização através dos departamentos bolivianos varia de acordo com as localidades nas quais se encontram seus sindicatos. Nos vales, principalmente em Cochabamba, onde as organizações tradicionais se erodiram mais rapidamente, essa central sindical (assim como outras organizações sindicais) foi o único meio de articular a população rural e suas respectivas demandas. Nas terras altas, a CSUTCB se amalgamou com as organizações tradicionais, os *ayllus*. Muitas vezes essa relação se tornou tensa, pois muitos indígenas “originários” viam as organizações sindicais como apenas mais uma forma de dominação neocolonial.

A CSUTCB quis mudar o estado, descolonizá-lo, e indianizá-lo. Essa organização pretende transformar sistemas e instituições estatais (de educação, saúde, política, economia etc.) em entidades interculturais para incorporar sistemas indígenas ao desenho do Estado. Uma das prioridades da CSUTCB é recuperar a soberania econômica da Bolívia, nacionalizando e industrializando seus recursos econômicos. Seguindo essa lógica, na proposta da CSUTCB pode-se encontrar o objetivo de garantir uma autonomia nacional, para compartilhar tudo o que tem o país, para indígenas e não indígenas, que seja aberta e inclusiva (SCHILLING-VACAFLOR, 2008:5).

Deve-se lembrar que a CSUTCB representou também, um contrapeso às autonomias departamentais¹⁶⁸, atraindo, assim, a atenção de setores da população boliviana além dos indígenas “originários”. Desta forma, essa central sindical concilia os nacionalismos regionais indígenas e o nacionalismo boliviano, que representa sua população como um todo, tornando-se um mecanismo de reconciliação regional e étnica para os bolivianos. O etnonacionalismo

¹⁶⁸ Projeto autônomico defendido pelos movimentos cívicos do leste da Bolívia, sobretudo Santa Cruz. A Constituição boliviana de 2009 reconheceu essas autonomias.

indígena existe em seu discurso, assim como a ideia de autodeterminação de suas comunidades tradicionais, porém não de forma totalmente exclusiva.

A identidade cultural representada pela CSUTCB, no presente, é concebida como mais flexível, cambiante e múltipla, quando comparada com a do CONAMAQ. Estruturas pré-coloniais não são concebidas automaticamente como válidas de ser revitalizadas. Por exemplo, a liderança nacional da CSUTCB não se esforça para manter a prática do *chacha-warmi/qhari-warmi*¹⁶⁹(SCHILLING-VACAFLOR, 2008: 5).

Assim, a autonomia, como é percebida pela CSUTCB, representa a visão do katarismo moderado (e seus representantes sindicais e institucionais) e, em sua visão, está ligada à descolonização interna e externa do estado. Interna, no que diz respeito à autodeterminação dos povos indígenas e de suas estruturas político-jurídicas. Externa, no sentido de autonomização da ossatura econômica boliviana frente ao mercado internacional, o modelo neoliberal e os interesses do setor privado, especialmente o estrangeiro.

3.5 Movimentos indígenas e luta por uma nova estrutura do estado: Etnonacionalismo e luta de classe na Bolívia contemporânea e a consolidação do partido-movimento MAS após as Guerras do Gás e da Água

Como mostrou Natally Vieira Dias (2008), e contrariando as teorias acerca da debilidade do associativismo latino-americano, a Bolívia apresenta um Estado relativamente débil e uma sociedade civil relativamente forte, baseada nas práticas comunitárias tradicionais dos indígenos-camponeses e suas organizações de base. É digno de nota que, nos movimentos etnonacionalistas indígenas da Bolívia, não há uma ruptura total com o modelo sindical/estatal implementado pelo MNR na Revolução de 1952, ainda que a figura do camponês tenha sido substituída pela do indígena, no sentido de que várias práticas tradicionais, incorporadas aos discursos reivindicatórios indígenas, foram mantidas dentro de estruturas modernizadas (GUIMARÃES, 2010) (GALINDO SOZA, 2007).

¹⁶⁹ O *chacha/warmi* ou *qhari/warmi* é um princípio de complementaridade que na cosmovisão dos aymarás, abarca todas as esferas da vida, econômica, social, política, etc. (SCHILLING-VACAFLOR, 2008)

Desse modo, uma segunda onda dos movimentos indígenas¹⁷⁰ vai contestar, nos anos 1990, as reformas conduzidas pela Nova Política Econômica (NPE) de Lozada. Esses movimentos se apropriam do vácuo institucional deixado pelas reformas liberalizantes, uma vez que as estruturas sindicais de cunho urbano, sobretudo as ligadas às atividades da mineração, antes ponto de referência para trabalhadores, tiveram sua presença e expressão consideravelmente reduzidas (ainda que não totalmente eclipsadas). As lutas indígena/camponesas não se direcionam somente para o acesso e controle das estruturas burocráticas estatais, mas buscam a reformulação da administração territorial e do controle dos recursos naturais, assim como a implementação de ordenamentos jurídicos indígenas e o reconhecimento de seus usos e costumes. O território indígena original tornou-se questão central nas novas demandas. Embora se diferenciem nas suas demandas político-administrativas, os símbolos e o imaginário construídos não mudam muito de uma onda reivindicatória para outra. Por suas características, percebe-se que a primeira onda reivindicatória indígena, ligada ao Movimento katarista, dirigiu-se contra o estado nacional-desenvolvimentista do MNR, e a segunda, contra o estado neoliberal pós-1985.

Apesar das políticas neoliberais inspiradas pelo modelo chileno terem trazido um enorme conjunto de investimentos estrangeiros ao país (KLEIN, 2012), os grupos indígena-camponeses não se sentiram diretamente beneficiados, na verdade sentiram os seus direitos tolhidos com a presença de atividades estrangeiras em seu território. A Guerra da água de 2000 foi uma grande manifestação de indígenas que protestaram contra a compra de uma empresa estatal ligada aos recursos hídricos por uma multinacional norte-americana, no vale de Cochabamba. Diante de uma série de greves e bloqueios de rodovias, que foram organizados pelas agências comunais de micromobilização, o governo desistiu de continuar com o processo de privatização. Nesses protestos convergiram interesses comunitários mais locais com interesses nacionais mais amplos. A Guerra da água pode ser vista como a primeira de uma série de mobilizações populares que combinaram demandas econômicas e desafios relacionados com questões sociais (KLEIN, 2012). Nesse sentido, foi muito importante para a aglutinação de diversos setores vistos como populares.

A Guerra do Gás, de 2003, foi outro evento importante nesse sentido. As contínuas privatizações dos recursos hidrocarbônicos e a tentativa de construir uma via de escoamento do gás através do Chile (país tradicionalmente visto como inimigo, pelos bolivianos), para fora da Bolívia, levaram a uma série de manifestações violentamente reprimidas, em especial

¹⁷⁰ A “primeira onda” sendo o Movimento Katarista que questionou a posição do índio no estado boliviano pós-1952.

nos departamentos de La Paz e Cochabamba. Alguns camponeses foram massacrados no já citado centro de Warisata¹⁷¹. Antigas memórias acerca da derrota boliviana para os chilenos na Guerra do Pacífico foram trazidas à tona, uma vez que o escoamento do gás seria feito por uma saída para o mar que pertencera aos bolivianos antes da guerra. O nacionalismo econômico boliviano, e as lutas antineoliberais, nesse momento, se amalgamaram com as necessidades políticas das lutas encabeçadas pelos diversos grupos indígenas.

O ano de 2003 foi decisivo, com a convergência entre a crescente pressão das ruas com a entrada mais significativa do MAS na arena parlamentar, o Congresso Nacional. Nas eleições de 2002, Gonzalo Sánchez de Lozada e o MNR voltam ao poder executivo, porém com uma base parlamentar menor. O MNR venceu com 22,46% dos votos, e em segundo lugar veio o MAS, com 20,94%; em terceiro, o partido *Nueva Fuerza Republicana* (NFR) obteve 20,91% dos votos. O MIR conseguiu 16,32% e estabeleceu uma coalizão com o partido do governo. O MIP conseguiu apenas 6,09%, mas levando em consideração que é um partido que também representava interesses indígenas, e somando seus votos com os do MAS, pode-se dizer que 27,03% dos votos representavam a esquerda indígena, ou seja, um percentual maior que de qualquer outro partido. A ADN de Hugo Banzer caiu para 3,4% do eleitorado, um número baixíssimo, se comparado aos 22,26% de 1997, ano em que Hugo Banzer foi eleito presidente. O MNR de 2002 já não era aquele de 1993, que apresentou grandes novidades aos movimentos populares organizados, como a Lei de Participação Popular.

O segundo governo de Lozada pouco inovou frente aos anos mais conservadores da ADN, alimentando ainda mais o clima de protesto nas ruas, que já se delineava desde os anos noventa. Lozada tentou fortalecer sua frágil coalizão, atraindo a NFR, mas sem conseguir alcançar a estabilidade desejada. A tentativa de privatizar o gás foi o ápice de um conjunto de políticas que desagradou profundamente os movimentos sociais de esquerda, fazendo eclodir maciças manifestações em várias regiões do país¹⁷².

O MAS participou efetivamente do conjunto de revoltas conhecido por Guerra do Gás, organizando o Estado Maior do Povo e as Comissões do Gás, dois níveis de coordenação dos movimentos sociais, e tomando parte nas manifestações de rua e bloqueio de vias. Ainda assim, o fez com certa cautela, já que as manifestações, como um todo não estavam

171 Podemos ver como o centro de Warisata continuou a ser um importante nicho organizacional do campesinato indígena.

172 Mesa lançou em 2004 um referendo para solucionar a questão do gás e, ao mesmo tempo fortalecer os poderes do executivo de forma a enfraquecer os partidos políticos, e ao mesmo tempo apaziguar o ímpeto de confrontação dos movimentos de esquerda (ele não tinha base parlamentar nem o apoio das ruas). A estratégia não funcionou e Mesa teve que renunciar.

totalmente protagonizadas pelo MAS, se mostrando bastante fragmentado e difuso. Muitos grupos que participavam das manifestações ainda estavam contra o MAS, como a COB, o MIP e várias organizações vicinais de *El Alto*. O MAS, e, em particular, Evo Morales, não acreditavam em uma tomada total do poder através das lutas de ruas, levando em consideração que os embates parlamentares devem estar no seu horizonte de ação. O levantamento teve sucesso em forçar a renúncia de Lozada, que fugiu da Bolívia em meio a um quadro de crise política que ficou sem solução no curto prazo. No lugar de Lozada, assumiu o vice Carlos Mesa, que também não conseguiu estabilizar o governo, sendo, assim como Lozada, obrigado a renunciar. Em meio a esse quadro de crise generalizada, o MAS consegue ganhar amplitude de fato nacional, já que as organizações indígenas do oriente boliviano passam a se aproximar, tornando-se algo como organizações anexas dessa organização partidária na luta pelo estado plurinacional anti-neoliberal.

Os movimentos indígenas orientais são mais recentes que os ocidentais, do altiplano, tendo início apenas na década de 1980. De forma diversa dos grupos andinos, os grupos indígenas das terras planas detiveram maior autonomia frente ao Estado central, devido à menor densidade populacional da porção oriental/amazônica e seu maior isolamento. Uma vez que esses grupos defendiam apenas os seus territórios de caça, coleta e seus recursos hídricos, sem demandar um controle das instituições burocráticas, estariam, a princípio, distanciados dos tipos de demandas defendidos pelos grupos altiplânicos andinos. Desta forma, o etnonacionalismo oriental está menos próximo do modelo nacionalista *gellneriano* do que o etnonacionalismo altiplânico, uma vez que faz demandas ao estado sem pretender se interpenetrar com suas instituições políticas e administrativas. Isso, também, aproxima os grupos das terras planas dos chamados “novos movimentos sociais”, que, ao enfatizarem identidades existentes no plano das relações sociais, operam dentro de uma espécie de dicotomia “estado x sociedade” (SINGH, 2010). A comunidade fechada dos grupos das terras planas, no sentido de Tönnies (*Gemeinschaft*), deveria, apenas, ser mantida, dentro de seus moldes já existentes, e não, necessariamente, ser articulada aos elementos técnicos da sociedade aberta (*Gesellschaft*) do estado moderno.

Organizações como a Confederação Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB) e a Assembléia dos Povos Guaranís (APG) foram importantes nesse processo de amplificação do MAS, sendo o veículo de demandas de um grande número de nacionalidades indígenas, como Guaranís, Chiquitanos, Chiriguanos, Ayoreos, entre outros. Outra organização menos expressiva, mas igualmente importante, foi a Central de Povos Indígenas do Beni (CPIB), que se tornaria uma das principais organizações afiliadas à CIDOB. Colocando-se contra a ideia

de que os indígenas do Beni eram insignificantes em sua expressão e que os poucos habitantes ali existentes não passavam de bárbaros, os organizadores da CPIB, com apoio da CIDOB, foram responsáveis pela “Marcha Indígena pelo Território e pela Dignidade”, realizada em agosto de 1990. Essas organizações foram muito importantes para conciliar laços fortes (relações sociais de maior proximidade) com laços fracos (que conectam relações sociais mais distantes), das comunidades indígenas das terras planas, no sentido conferido por Diani (2003). Os laços fortes seriam as agências de micromobilização mais básicas, ou organizações de base (DIANI; 2003), ou seja, as relações intracomunitárias ou mesmo intraétnicas e os laços fracos seriam as relações intercomunitárias. A aproximação de membros de diferentes comunidades ou, mesmo, etnias, nos mesmos espaços de deliberação, tornou os laços fracos menos fracos. Algo parecido ocorreu entre os indígenas do altiplano, porém, entre os indígenas da planície, esse processo foi mais relevante para a formação de suas demandas, pois seus grupos eram mais isolados entre si. Podemos ver, nesse caso, uma vez mais, o caráter ultra heterogêneo das organizações de base do MAS, levando-se em conta as diferenças já citadas das organizações andinas e as diferenças maiores ainda entre os andinos e as organizações indígenas do oriente boliviano. Estas últimas entram na forma que Panebianco chamou de organizações anexas. Elas fazem parte da panóplia de organizações e movimentos que compõem o que seria a plataforma eleitoral vencedora das eleições de 2005 e o condutor da Assembléia Constituinte de 2009. Entretanto, estão longe das organizações das quais o partido-rede teve suas origens, as federações do Chapare, a CSUTCB e as comunidades rurais indígenas da região andina.

O universo social indígena da região oriental da Bolívia (grupos das terras planas) não adentrava o conjunto de valores kataristas, que buscava estimar e recuperar os valores do universo indígena altiplânico, no sentido da orientação dual *smithiana*. Entretanto, com o desmantelamento do estado nacional-desenvolvimentista, os grupos indígenas altiplânicos passaram a se aproximar cada vez mais das centrais e confederações de indígenas da região oriental, uma vez que todos enquadraram o estado neoliberal não-índio como um oponente comum. Também se aproximaram dos setores trabalhistas, como foi explicado, já que, com o contundente enfraquecimento da Central Obreira Boliviana (COB), muitos trabalhadores formaram um empobrecido setor informal urbano. Desmobilizados, foram cooptados pelos movimentos indígenas que, não apenas preservaram as centrais, como se organizaram através de suas próprias instituições sociais tradicionais.

Podemos ver que, apesar dos grupos orientais não desejarem, a princípio, se interpenetrar com o estado, foram, de certa forma, cooptados pelo modelo autônomo

proposto, antes exclusivamente, por quéchuas e aymarás (grupo andino). Nesse caso, o outro significativo, no sentido de Elias (1990), representado pelos *t'ras* (não índios), foi tão relevante que colocou todos os grupos que firmaram os princípios do pacto em um enquadramento reivindicatório comum, pelo menos em um momento específico, onde se esboçava a nova constituição. As organizações indígenas orientais entraram como organismos anexos do MAS, uma vez que seu núcleo mais sólido seria composto pelos movimentos sociais andinos, tanto rurais quanto urbanos. Organizações anexas podem se coligar com uma organização partidária sem dela fazer parte, em função de algum objetivo em comum que surja em determinado momento (PANEBIANCO, 1987).

A *homeland*, ou território original, tão enfatizada por Anthony Smith na definição de etnia, está presente no caso boliviano, e manifesta-se em uma história, em alguma medida, comum a todos os grupos¹⁷³, uma vez que todos tinham uma história indígena fora do universo *t'ra*. Sendo assim, os indígenas orientais foram incluídos, pelo menos momentaneamente, no modelo de nacionalismo moderno de Gellner¹⁷⁴. Todavia, continuam sendo organizações anexas do MAS. Em um partido-rede, a existência de organizações anexas aparenta ser mais constante e até bastante normal, já que sua formação está ligada à aglutinação de organizações e pessoas em ondas de protestos de rua. Mas não deixa de haver um núcleo mais sólido de movimentos sociais, que compõe o que pode vir a formar um partido. No caso da Bolívia, os movimentos indígenas da região oriental não fazem parte desse núcleo, mas, mesmo assim, foram muito importantes no Pacto da Unidade e no esboço do estado plurinacional.

3.6 Pacto da unidade, estado plurinacional boliviano: As modificações da estrutura do partido-movimento MAS antes e depois da vitória de 2005

Pode-se apontar, como resultado mais significativo da aproximação das reivindicações de indígenas do ocidente e do oriente boliviano, o novo esboço institucional administrativo elaborado pelo Pacto da Unidade (2005) e implementado pela Constituição de 2009. A autonomia etnonacional definiu um novo tipo de município, o indígena, redesenhando o

¹⁷³ Não se quer dizer que todos os grupos passaram a ter, literalmente a mesma história, mas que o Pacto da Unidade, vascularizou em uma mesma orientação dual as organizações que firmaram o pacto.

¹⁷⁴ Onde há a congruência entre cultura e estruturas estatais modernas.

estado boliviano de acordo com as culturas étnicas que o administraria. Esse pacto definiu pontos em comum nas demandas dos indígenas altioplânicos e orientais. Uma espécie de nacionalismo pan-indianista mais amplo foi estabelecida, uma vez que todas as comunidades adquiriram um mesmo *status*. A autonomia para todos os grupos participantes do pacto foi definida nos termos seguintes, de acordo com a Constituição de 2009:

- administração de bens como terra, recursos naturais, educação;
- personalidade jurídica constitucional das autoridades dos povos indígenas;
- consulta aos povos ou comunidades indígenas, em caso de exploração/exportação de recursos naturais não renováveis;
- participação de povos e comunidades indígenas em processos de gestão pública.

Os movimentos e organizações que participaram do pacto foram: Central Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), Confederação Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB), Conselho Nacional de Ayllus e Markas do Qullasuyu (CONAMAQ), Coordenadoria de Povos Étnicos de Santa Cruz (CPESC), Federação Nacional de Mulheres Camponesas da Bolívia “Bartolina Sisa” (FNMCB-BS), Central de Povos Étnicos Moxeños do Beni (CPEMB), Assembléia dos Povos Guaraní (APG), Movimento Sem Terra (MST), Bloco de Organizações Camponesas e Indígenas do Norte Amazônico da Bolívia (BOCINAB), Central Departamental de Trabalhadores Assalariados do Campo (CDTAC). As organizações que firmaram o texto final da proposta foram CSUTCB, CIDOB, FNMCB-BS, CONAMAQ, CSCB, CPESC, MST, APG e CPEMG.

Alguns dos princípios comuns a todas essas organizações podem ser retratados como:

- Reorganização do mapa político atual com base nos territórios ancestrais das nações indígenas, originárias e camponesas.
- Concordância de todos os grupos, no sentido de que as autonomias indígenas devem fazer parte da divisão política e administrativa do país (BARRIOS SUVELZA, 1994).

O artigo 269 da Constituição, primeiro da terceira parte intitulada “Estrutura e organização territorial do estado”, representa uma inovação face aos textos constitucionais anteriores, precisamente por incluir na configuração territorial da Bolívia, além dos departamentos, províncias e municípios, os territórios indígenas originários camponeses (REPÚBLICA DE BOLÍVIA, CONSTITUCIÓN DE 2009). O direito à autodeterminação foi reconhecido, ao menos, nas esferas “municipais”. A congruência entre cultura e política, que configura o nacionalismo *gellneriano*, se estabelece, nesse caso, em níveis municipais, devido ao grande número de nacionalidades indígenas existentes, e ao fato de estarem balcanizadas,

de forma que é impossível a autonomia dos grupos étnicos pela via regional, ou departamental.

A ideia de que a América Latina é palco de um grande movimento popular (CAMACHO, 1987), é verdadeira, em parte, no sentido de que os movimentos populares nesse continente variam tanto entre si que sua difusão se torna, na maioria das vezes, dificultada. É o caso da Bolívia, onde a difusão da imagem etnonacional, fora do país, se reduziu a um discurso eco-pachamâmico (STEFANONI, 2010), próximo, apenas, da primeira vertente katarista analisada por Garcia Linera, focando em questões ambientais e folclóricas, dificilmente podendo ser reestruturado em outras localidades. Os movimentos populares indígenas tomam maiores proporções em um estado que se molda em um formato comunitário-keynesiano, com programas sociais voltados para a renda e a saúde (STEFANONI, 2010).

O que ocorre na Bolívia é um amálgama entre nacionalismos étnicos e um nacionalismo cívico-territorial mais amplo, pois combina a recuperação de passados pré-modernos exclusivos com a participação efetiva nos processos decisórios e administrativos de camadas sociais antes excluídas. Ademais, há a clara recuperação da matriz nacional-popular do MNR, que representa uma vertente mais cívico/territorial de identidade nacional.

Ao fim, constata-se que os movimentos sociais etnonacionalistas na Bolívia não são nem “novos” nem “velhos”, pois estão além dessa dicotomia, mas conformam um traço fundamental de alguns dos partidos-movimento na América latina: a condução de um *state-building* onde populações étnicas sejam incorporadas ao estado. Os movimentos etnonacionais bolivianos pós-reformas neoliberais se encaixam no que Smith chamou de movimento triplo, que ocorreu em países pré-industriais do século XIX, e ocorre, hoje, em um mundo supostamente pós-industrial:

No Leste europeu no último século, mais e mais etnias (ou seja, comunidades que tinham mantido ou revivido um senso de sua distinção e solidariedade) se sentiram compelidas a estabelecer demandas por autonomia como possíveis “nações”. Na prática, isto significou um movimento triplo: do isolamento para o ativismo, do quietismo para a mobilização e da cultura para a política. O mesmo movimento triplo pode ser traçado entre etnias de várias partes do mundo neste século. (SMITH; 1986, p.154)

Pode-se ver como a formação do novo desenho institucional boliviano é o resultado da chegada do estado a uma *hinterland* com um universo social e cultural próprio e como este se enquadra nas instituições modernas do estado. Desta forma, algo que parece distinguir

movimentos étnicos e nacionalistas, assim como os partidos-movimento¹⁷⁵ na América Andina, é a questão do território, dos direitos soberanos à autodeterminação em territórios específicos e da classe camponesa. “Uma distinção-chave de movimentos nacionalistas é que eles refletem demandas sobre território e autodeterminação que não estejam sendo correntemente encontradas” (OLZAK, 2008, p. 667). Na Bolívia, a luta conduzida pelo partido-movimento MAS foi menos por reconhecimento das identidades nas esferas de relação face-a-face, e mais pela autonomia política, territorial e administrativa de tais identidades, e acredita-se que os problemas enfrentados pelo sistema de autonomias mostra justamente isso. O MAS parece ser uma revitalização da nacionalidade boliviana e uma refundação da bolivianidade em função da indianidade, e as modificações na sua estrutura interna de poder, após 2005, mostram como a sua sinergia rua-parlamento se dava muito em função dessa refundação, tendo o caráter movimentalista perdido, em boa medida, sua sinergia inicial, sobretudo a partir de 2010.

As estrutura organizativa do MAS antes da vitória de 2005, era, em boa medida, uma reprodução do tipo organizativo das Seis Federações do Trópico de Cochabamba, estendido às comunidades rurais altiplânicas, de forma que as práticas eleitorais ficavam subordinadas às centrais sindicais e comunitárias. Desta forma, segundo seus membros, o MAS é apenas uma ponta de lança de uma estrutura que, para eles, pouco ou nada tem a ver com os partidos políticos tradicionais, em geral associados a oligarquias, corrupção e neoliberalismo.

Como já foi dito anteriormente, a estrutura do MAS é dual, mas não apenas no sentido de que há uma combinação da organização comunitária camponesa com a sindical, mas também no sentido de que há uma organização comunitário-sindical e a parlamentar, que é estabelecida, sobretudo, quando membros do MAS se tornam funcionários políticos eleitos no Congresso. É claro que já havia a esfera “parlamentar” antes da chegada de membros do MAS aos poderes legislativos, municipais e nacional. O MAS se definia formalmente por estatutos partidários que desenhavam uma estrutura hierárquica que o aproximava, em algum grau, dos partidos políticos propriamente ditos. Há uma oficina nacional, filiais departamentais, uma descrição e distribuição clara das responsabilidades, a estrutura não está descentralizada e os agentes locais não têm autonomia. A princípio, quase todas as decisões são tomadas pela liderança nacional e não está previsto um mecanismo efetivo de participação das bases (HARTEN, *apud* BARRIENTOS GARRIDO).

¹⁷⁵ Isto está mais claro no MAS boliviano e no pachakuti equatoriano.

Por essa descrição, é possível afirmar que, em termos puramente formais, o MAS se aproxima um pouco do modelo dos antigos partidos comunistas, de inspiração leninista, e a sua estrutura interna passa por um significativo processo de oligarquização. Entretanto, há, concomitantemente a isso, uma estrutura organizativa informal que se choca com a sua formalidade estatutária. A estrutura informal que trata o MAS como um “instrumento político” das organizações sociais, se distancia tanto do modelo estatutário formal, como dos modelos tradicionais de partido.

Em todas as reuniões do movimento no Trópico há um ponto da ordem do dia que trata do “instrumento político”. De tal maneira as organizações de base estão informadas sobre as decisões ou eventos acerca do MAS e estão involucradas no processo de tomada de decisões. A participação funciona igual ao movimento social, o que quer dizer que existe uma dinâmica de baixo para deliberar e entrar em consenso sobre temas de importância para o “instrumento político” (HARTEN; APUD, BARRIENTOS GARRIDO).

As organizações tinham, em níveis territoriais, suas próprias direções de instrumento político, que fazia com que pudessem eleger candidatos a prefeitos e vereadores de forma mais ou menos autônoma, enquanto que “por cima”, os funcionários já eleitos do MAS tentavam estruturar um partido ao estilo tradicional (KOMADINA; GEOFFREY, 2007).

Nesse contexto, a figura de Evo Morales ganha muita centralidade, uma vez que ele consegue articular esse quadro partidário-movimentalista *sui generis*. Ademais, o sistema de filiação, também individual, cria uma nova leva de membros que não estão sob o controle dos sindicatos, além dos militantes intermitentes vindos das já citadas organizações que não estão no “centro” do MAS (como várias organizações indígenas da região não andina), tornando necessária a mediação de uma figura dotada de um certo carisma, o que dá um traço carismático ao MAS¹⁷⁶. O sistema de filiação individual proporcionou a possibilidade de entrada de quadros mais experientes e profissionais no partido. Muitos desses *invitados* eram membros do antigo MNR (CUNHA FILHO, 2015), o que possibilitou conferir uma feição mais típica de classe média ao MAS.

De qualquer forma, o que chama a atenção é que, no seu estatuto formal, está próximo dos partidos comunistas, mas, na sua prática cotidiana, se aproxima mais dos partidos socialistas pré-leninistas, se aproximando do conceito de partido-movimento (partido-rede). Todavia, na prática, essa estrutura formal estatutária, com sua direção nacional,

¹⁷⁶ Os partidos carismáticos, segundo Panebianco, seriam partidos que se organizam, principalmente, em torno a uma grande liderança. Não têm, em geral, estruturas burocráticas muito bem consolidadas, e também não sobrevivem à morte do líder. O Partido Nazista alemão, pelo menos até 1933, e o UNP de Charles de Gaulle no pós-guerra seriam os dois grandes exemplos utilizados por Panebianco para pensar os partidos carismáticos.

departamental, regional e provincial¹⁷⁷, não logrou se estabilizar, com as federações, suas organizações sindical-comunitárias, assim como as comunidades rurais representando o cerne do partido, e detendo bastante controle sobre o “instrumento político”. Desta maneira, até 2002, o MAS era uma espécie de partido-sindicato de quéchuas e aymarás (KOMADINA, 2007), uma vez que ainda não tinha incorporado significativos quadros partidários oriundos do universo não indígena camponês e nem tinha se alinhado ainda a organizações indígenas da região oriental boliviana.

A seleção de candidatos estava em ampla medida nas mãos das organizações locais, sobretudo após a abertura das listas eleitorais em 2004, sem passar por um férreo controle da Comissão Política Nacional do MAS. Essa abertura permitiu a entrada de candidatos que não eram, necessariamente, socializados nas fileiras de suas bases. Isto se deu frente à necessidade de ampliar o partido, o que gerou um conflito entre os movimentos e essa nova classe de filiados “diretos”, ainda que a idéia de que o MAS seria um instrumento político de camponeses indígenas e cocaleiros não tenha sido perdida. Ainda assim, a nova classe de tecnocratas criou uma espécie de superestrutura relativamente autônoma em relação à vida camponesa, que tensionou a relação com as bases, embora o poder das últimas não tenha sido totalmente minado. Esse tipo de verticalização e oligarquização vem da necessidade de ampliação da estrutura partidária, que se torna mais necessária, a partir de 2002, quando o MAS se torna uma coalizão mais ampla de movimentos com um grau não muito forte de coesão, e com a formação de uma estrutura política semi-profissional, em função da divisão territorial e político-administrativa do país (KOMADINA; GEOFFREY, 2007).

Tendo essa coalizão de movimentos pouca coesão, e tendo a estrutura formal do MAS pouco poder prático, a figura de Evo Morales ganha uma enorme importância, dando ao MAS alguma tintura dos partidos carismáticos, onde a figura do líder é primordial para a manutenção da existência do partido. O MAS, mesmo sendo uma organização de massas, carece de um setor de operadores e dirigentes intermediários mais robusto, de maneira que Evo Morales tem um papel de mais alta importância como mediador entre as diversas organizações que compõem o seu partido. Evo Morales media a relação entre as diversas organizações e também estabelece um contato quase direto com as bases, estas tendo grande poder, inclusive na escolha de candidatos, e as direções sendo praticamente porta vozes de Morales (KOMADINA; GEOFFREY, 2007).

¹⁷⁷ E também setoriais.

Outro ponto importante na análise da relação entre as estruturas partidária e sindical é a penetração do MAS no meio urbano, um meio diferente daquele onde foi gestado. No meio urbano, o MAS vai esboçar uma estrutura mais explicitamente partidária, já que vai incorporar setores sociais e indivíduos que não estão vinculados a nenhuma organização sindical. Para organizar os setores urbanos, o MAS assume uma estrutura de tipo mais partidário, com direções de distrito, de circunscrição, e departamental. Assim, surge uma segunda estrutura dual, com um universo rural mais sindical e outro urbano mais partidário, na conformação do MAS. Entretanto, essa relação não é totalmente harmoniosa, gerando conflitos e tensões, sobretudo nos congressos do partido, a contenda sendo estas duas estruturas justapostas. Às direções das zonas urbanas corresponde um tipo de oligarquização, não encontrada (pelo menos não no mesmo nível) nos sindicatos e movimentos rurais.

Com a vitória de 2005, vem à tona outro tipo de oligarquização, com a balança de poder do MAS se direcionando bastante rumo aos grupos parlamentares, tensionando o conflito entre a nova classe de candidatos e os movimentos de base. Embora essa elite parlamentar, seguindo a própria elite dirigente do MAS, seja muito pouco coesa (PEREIRA SILVA, 2013, p.115), representa um maior nível de oligarquização da estrutura partidária, ainda que se dê, de forma mais proeminente, com a entrada do partido dentro das próprias instituições políticas do estado, no caso, principalmente o Congresso. A possibilidade, ainda que pequena, de uma maior institucionalização do partido, surge quando alguns de seus setores adentram o próprio estado. Surge também a possibilidade de uma maior densidade institucional, uma vez que a perda da sinergia movimentalista e das ruas, que existia na primeira metade dos anos 2000, deixa espaço para que o partido sinta a necessidade de esferas de socialização e administração partidária que vão para além das federações cocaleiras e de uma certa espontaneidade das comunidades camponesas. E isto, sobretudo, em função da “urbanização” do MAS, já que boa parte de seu eleitorado e, mesmo, de sua militância, se encontram nas zonas urbanas, grupos esses desprovidos da mobilização de tipo mais espontânea que é facilmente posta em ação a partir das agências micromobilizantes das comunidades rurais e cocaleiras das federações. Desta forma, o recrudescimento de uma racionalidade reflexiva, frente à diluição de uma racionalidade prática, poderia reforçar os traços mais leninistas da estrutura estritamente formal do MAS, uma realidade que se sobrepõe sobre à sua outrora mais horizontal estrutura informal.

Em muitos países latino-americanos, os efeitos provocados pelos chamados novos partidos de quadros, descritos por Wolinetz, assim como pelos partidos profissional eleitorais de Panebianco, são oriundos, não apenas da estagnação de partidos de esquerda mais

estabelecidos, mas do estilo político, social e historicamente constituído de relação entre partidos políticos e a sociedade civil. Não necessariamente surgem novos partidos de quadros, ou partidos profissional eleitorais, mas o caráter elitista e clientelista dos partidos tradicionais não conseguiu responder aos conflitos sociais iminentes na sociedade, sobretudo em um período de redemocratização e expansão do estado. No caso boliviano, a estagnação dos partidos tradicionais, incluso o próprio MNR, e a expansão do estado através da Lei de Participação Popular de 1994, criaram um quadro político que possibilitou a politização do elemento étnico, assim como a reconfiguração do estado e da identidade nacional dos bolivianos. Essa politização e reconfiguração foram conduzidos basicamente pelo MAS, pela rearticulação de um discurso que tem suas origens no MNR, mas desta vez, com um rosto etnicizante.

3.7 As raízes MNRistas do partido-movimento MAS e as limitações do modelo autonômico da Constituição Boliviana de 2009

O que temos na Bolívia contemporânea é um plurinacionalismo, ou estado plurinacional, onde as fronteiras étnicas são o palco de vários conflitos entre os próprios grupos indígenas, seja em relação à língua e cultura, seja em relação à redistribuição de terras. Desde o processo de luta por autonomias rumo a problemas mais “materialistas”, como questões ligadas à reforma agrária e apoio do estado a pequenos camponeses (DOMINGUES, 2007), os conflitos que levaram ao surgimento do MAS não foram definitivamente apaziguados. Há lutas entre facções políticas, sejam os membros do próprio MAS, sejam defensores de formas apartidárias de representação incluídos nos núcleos rurais comunitários (COLQUE, 2015).

Em suma, o projeto de autogoverno indígena ficou reduzido a assuntos formais e simbólicos como a implementação do direito político de eleger autoridades indígenas-estatais mediante formas de democracia comunitária e, eventualmente, à administração de alguns aspectos da justiça comunitária indígena (COLQUE, 2015).

Muitas vezes, a presença de mais de um grupo étnico em uma municipalidade também acarreta uma série de conflitos, como os descritos por Lorenza Belinda Fontana no município de Apolo, departamento de La Paz. Nesse município, onde 72% da população se identifica como Quechua, 15% não se identifica como de nenhum grupo indígena, 10% se identifica

como de outros grupos indígenas e 3% se identifica como Aymara, Fontana aponta para um conflito das federações camponesas compostas majoritariamente por Quechuas e os grupos indígenas que se autodenominam Lecos. É possível notar que o conflito se dá em níveis tanto étnicos quanto redistributivos, uma vez que, além da discordância quanto à forma como as terras devem ser redistribuídas, há também uma discordância de quem são os verdadeiros “indígenas” e os verdadeiros originários.

As federações camponesas defendem uma redistribuição de terras baseada em propriedades individuais, enquanto os Lecos preferem terras comunitárias, as Terras Comunitárias de Origem (TCO), em geral apoiados por ONG’s e órgãos internacionais (FONTANA, 2013). Em geral, os indígenas das terras baixas, que estão fora da matriz cultural andina, optam pelas TCO’s¹⁷⁸. Os camponeses Quéchuas das federações, por sua vez, afirmam que a implementação dessas terras comunitárias seriam apenas o retorno do *latifúndio*.

A CSUTCB e as federações camponesas teriam adotado, nos anos após o estabelecimento da nova Constituição, um discurso que retorna às questões de classe, embora o elemento étnico não desapareça, de forma que se evoca a ideia de camponeses andinos originários das terras altas, em face de indígenas das terras baixas. A identidade étnica de grupos andinos se amálgama com a identidade de classe. A etnicidade passa a estar mais próxima de um indianismo genérico, que perpassa a maior parte da sociedade boliviana (FONTANA, 2010) antes que as tão visadas autonomias pluriétnicas em níveis municipais.

Há apenas um povo Quechua. Na realidade, esse povo Leco são apenas supostamente Lecos, uma vez que eles não existem. Mesmo em seus sobrenomes, eles não têm nada de nativo. Todos os seus sobrenomes são espanhóis, enquanto na Federação nós ainda temos sobrenomes nativos (Quechua) (Líderes da Federação Camponesa em Apolo – FONTANA, 2010).

Por essa manifestação, pode-se ver o quanto o conflito entre Quechuas e Lecos no município de Apolo carrega uma problemática tanto étnica, quanto de classe. Os Quechuas não apenas trazem para si uma identidade étnica de um grupo específico, como, também, uma identidade sindical, mostrando as sólidas raízes MNRistas em sua organização e imaginário. Pode-se ver, também, o quanto a CSUTCB é, de fato, uma organização andina.

A CSUTCB se consolidou como uma organização marcadamente andina, e ao se relacionar com outros grupos, principalmente com os povos indígenas do oriente, não soube exercer o respeito pela diferença que tanto proclamava e reivindicava do Estado, dos partidos políticos, do movimento operário, e da sociedade como um todo. As identidades étnicas e as formas “diferenciadas de vida” e de “organização

¹⁷⁸ Embora Apolo fique em um departamento andino, os Lecos não são grupos indígenas de matriz andina, se chocando com Quéchuas em função de suas diferenças étnicas, linguísticas e culturais.

própria”- assim como a experiência de opressão- se restringiam aos termos em que se manifestavam para os povos andinos (GUIMARÃES, 2010, p.14).

A partir da afirmação de Alice Soares Guimarães, é possível perceber que a CSUTCB é, de fato, uma organização andina, de forma que o MAS mantém a tradição andina do MNR, sendo uma espécie de MNR preenchido por um conteúdo étnico que não existia em 1952. O estado construído pelo MAS é uma espécie de retomada do projeto MNRista, mas com uma construção nacional de moldes gellnerianos e smithianos fundamentados nas etnias andinas, além de demonstrar como ainda é relevante a discussão proposta por Mariátegui, no que se refere à relação entre o campesinato indígena e as lutas de classe. Enquanto as autonomias municipais indígenas apresentam uma série de problemas e limitações, a etnia preenche o horizonte imaginário dos setores andinos da sociedade, de maneira que vemos uma entrada particular desses grupos na modernidade (GUIMARÃES, 2010).

Aos grupos étnicos não andinos, com o enfraquecimento e crise dos poderes municipais indígenas, sobra uma posição de marginalização, pois, embora suas organizações tenham participado da constituinte, não são de fato base orgânica do MAS, que mantém o andinocentrismo do MNR, assim como sua tradição classista. Ademais, seu etnicismo é diferente daquele dos grupos andinos, uma vez que são menos urbanizados, mais afastados das estruturas do estado moderno e constituem subjetividades coletivas aparentemente ainda mais centradas. Eles são um conjunto de novas minorias, que se colocam não mais frente à hegemonia branca/*mestiza*, mas sim ao indianismo estatal que se coloca como um substituto do mestiço como figura central da nacionalidade boliviana (SCHAVELZON, 2015). Para concluir, pode-se afirmar que o chamado “partido-movimento” MAS foi uma plataforma eleitoral com base orgânica nos grupos étnicos andinos, sejam eles rurais ou urbanos, assim como sindicatos e federações compostas por indivíduos de origem, majoritariamente, etnoandina. Representa, também, a implementação do estado moderno na Bolívia (sobretudo andina), através de um nacionalismo antineoliberal.

Desta forma, o MAS traçou uma trajetória, em que seus fundamentos altamente movimentalistas o aproximaram bastante das primeiras organizações socialistas, como o *Labour Party* inglês, a SFIO francesa e PSI em suas primeiras décadas de existência na Itália. Além de ser um partido com fortes traços antioligárquicos. Esses traços se atenuam bastante a partir do momento em que o MAS chega ao poder, e passa a administrar o estado boliviano, havendo uma grande perda da sinergia movimentalista que marcou o partido na primeira metade dos anos 2000. A crise dos governos municipais étnicos faz com que, em algum grau,

o MAS administre antes um estado neo-desenvolvimentista de linha MNRista, com um rosto étnico, nativo¹⁷⁹. Conclui-se, portanto, que o MAS foi um partido-movimento neo-indireto de muito sucesso na sua etapa de luta pelo poder, se aproximando um pouco dos tipos clássicos de partido após a conquista desse poder.

¹⁷⁹ Não se quer dizer que as autonomias étnicas tenham entrado em colapso total.

4 ENTRE AS EXPLOSÕES SOCIAIS NOS ANDES E O LENINISMO INDIANISTA: O CASO DO PACHAKUTIK NO EQUADOR

4.1 Indianismo, etnonacionalismo e socialismo no Equador

No Equador, diferentemente da Bolívia, os movimentos indígenas não se amalgamaram com a “equatorianidade” da forma como sua contrapartida no outro país andino/amazônico fez em relação à “bolivianidade”. Naquele país, muito do discurso e das propostas do MNR boliviano, bem como os movimentos indígenas, camponeses e de trabalhadores, tornaram-se uma força política de proporções nacionais, a ponto de vencerem uma eleição presidencial com Evo Morales, em 2005.

Em relação aos equatorianos, os movimentos indígenas, camponeses, trabalhadores e afro-equatorianos não conseguiram se amalgamar com a “equatorianidade”, tornando-se um partido-movimento de traços mais “regionais”. Não se quer dizer que fossem menos organizados, ou tivessem menos força que os bolivianos. Pelo contrário, os movimentos indígenas equatorianos são considerados, por muitos, como mais fortes que os bolivianos, os mais fortes movimentos sociais da América Latina (YASHAR, 2006).

Assim como o MAS boliviano, o Movimento Popular Pachakutik do Equador conseguiu constituir uma plataforma eleitoral independente, mas sem a mesma força que o MAS, dependendo sempre de outras siglas partidárias para conseguir posições no governo (como ministérios), como aconteceu, principalmente, durante o governo de Rafael Correa. Embora o Pachakutik tenha amalgamado vários movimentos sociais, tanto de áreas rurais quanto urbanas e possua um repertório de ação que lhe possibilita ser, talvez, o ator político mais eficiente do Equador, no que se refere à política das ruas, não houve um acúmulo de sinergias sociais capaz de formar um partido político alternativo aos partidos tradicionais, e de amplitude nacional.

Atualmente, o Pachakutik, tem uma força significativa, sobretudo em relação ao número de alcaldías que controla, sendo o segundo partido nesse quesito e ficando atrás, apenas, do Alianza País, de Rafael Correa. Também mantém a tradicional capacidade de organizar marchas, de fechar vias e de pressionar a política parlamentar através das ruas,

como se vê em relação ao governo de Correa¹⁸⁰. Todavia a aglutinação de diversos movimentos sociais e organizações sindicais, somadas à política das ruas, não resultou em um acúmulo de forças capaz de se tornar um partido de amplitude nacional.

De base majoritariamente indígena e camponesa, o Pachakutik teve muita dificuldade para penetrar na região costeira do Equador, onde a população de origem pré-colombiana é bem menor. A princípio, isso não seria um empecilho significativo para a formação de amplas coalizões, tendo em vista o caráter anti-neoliberal que o Pachakutik compartilha com sindicatos e partidos de esquerda fora de sua alçada e que têm mais força na região costeira. Entretanto, não foi o que ocorreu. O Pachakutik não apenas não pôde assumir o protagonismo da esquerda equatoriana, como ficou restrito a um partido de interesses muito restritos a questões indígenas. Mesmo em relação ao campesinato, o Pachakutik mantém-se ligado a um campesinato quase que, exclusivamente, indígena, uma vez que, há setores camponeses que não estão ligados à Confederação Nacional dos Indígenas Equatorianos (CONAIE), e existem também sindicatos camponeses não indígenas¹⁸¹, que não assumem uma identidade étnica¹⁸².

Como na Bolívia, o indianismo sempre esteve próximo do marxismo e dos problemas ligados a terra, no Equador. As elites agrárias, em geral, constituindo-se de brancos ou mestiços que se assumem como brancos, utilizavam uma força de trabalho camponesa que se encontrava, sobretudo, nas comunidades indígenas andinas. Esses indígenas conservaram, em bom grau, suas estruturas comunitárias organizativas. As origens mais remotas do Movimento Unidade Popular Pachakutik – Novo País estão nesse encontro entre indianismo e marxismo. Acredita-se que, na Bolívia, o indianismo tenha um pouco mais de autonomia frente ao marxismo, embora muitas vezes tenha se amalgamado com ele, também.

No Equador, os socialistas e comunistas levaram adiante o debate proposto por José Mariátegui a respeito da clivagem de raças. Ou seja, esse debate aponta para o fato de que na região andina a clivagem de “raças” entre elite e campesinato, assim como a especificidade étnica desse mesmo campesinato, teria um papel crucial no processo de rompimento com o

¹⁸⁰ O Pachakutik, depois de um conturbado período de tensas alianças com o Alianza País, rompeu com o partido de Correa.

¹⁸¹ Embora o Pachakutik seja o braço político basicamente da CONAIE, existem várias outras organizações politicamente relevantes que articulam demandas de índios, camponeses, ou *outsiders* em geral.

¹⁸² Um exemplo interessante disso são os Montubios da província costeira de Manabí. Trata-se de uma população rural que dedica-se basicamente à pecuária de corte, e assume uma identidade que, embora seja mestiça, diferencia-se da “equadorianidade”. Os Montubios seriam a princípio, a fusão de espanhóis, negros e índios. Suas habilidades na arte da montaria fizeram com que ainda no século XIX tenham sido base da força armada de Eloy Alfaro, na Revolução Liberal de 1895, que lutou contra as oligarquias tradicionais. Por serem uma população que habita uma província costeira seus dilemas políticos sempre estiveram mais presentes na cidade de Guayaquil do que na região andina. Nos anos vinte do último século o primeiro grupo de intelectuais a escrever sobre os Montubios foi o grupo chamado “Os doze de Guayaquil”, cujo principal representante é José de la Cuadra, que em 1928 escreveu *El montuvio ecuatoriano*.

imperialismo e com o sistema capitalista. Para Mariátegui, os indígenas só poderiam, em princípio, compreender pessoas de seu próprio meio, que falassem a sua própria língua, mas considerava, contudo, que os indígenas andinos eram capazes de empreender um esforço revolucionário, tendo em vista o seu histórico de revoltas contra o poder colonial espanhol, no período anterior à independência. O debate seguia, assim, a proposta dos *narodniks* russos, no sentido de que o campesinato nacional autóctone poderia ser o principal mecanismo da revolução. Para Mariátegui, o papel principal das organizações e partidos de esquerda seria de dar algum treinamento para os indígenas que trabalhariam pela “emancipação da raça”. De acordo com o autor peruano, uma vez que as comunidades indígenas enquadrassem uma consciência revolucionária mais ampla, se tornariam uma força de confrontação inigualável na luta pelo socialismo.

Considerando-se essa discussão, vem à tona o debate entre Marx e Vera Zasulich a respeito da “utilidade” do espírito socialista autóctone. Assim como Zasulich apontava para o socialismo supostamente espontâneo do *Mir* russo, Mariátegui também acreditava no caráter socialista do *Ayllu*, o estado-aldeia oriundo do mundo andino pré-colombiano. O espírito socialista e anti-imperialista já estaria, supostamente, nos hábitos e costumes da população camponesa de origem pré-colombiana, faltando apenas o despertar de uma consciência mais ampla, ou de um enquadramento mais amplo, para além da localidade.

Em Mariátegui, temos a transposição do debate entre o filósofo alemão e a *narodnik* russa a terras sul-americanas, e de certa forma, o amálgama de ambas as propostas, uma vez que o pensador peruano estabelece, de antemão, a importância do caráter coletivista da vida social e econômica dos *ayllu*, assim como do antigo império Inca que governava o território que viria a ser o Peru antes da chegada dos espanhóis.

No Equador, como na Bolívia, houve um amálgama entre organizações sindicais e organizações tradicionais indígenas, assim como entre estas e as organizações de base dos partidos de esquerda (no caso equatoriano, o comunista e o socialista). Os partidos, organizações de esquerda e os sindicatos rurais cresceram de forma mais ou menos concomitante. Os sindicatos cresceram, foram organizados em bom grau pelos partidos socialista e comunista, mas se estabeleceram também a partir organizações comunitárias autóctones já pré-estabelecidas. Essas organizações ficavam, em maior ou menor medida na alçada do PCE e do PSE. O PCE, fundado em 1926, buscava aproximar-se dos setores indígenas devido a seu alto potencial revolucionário, ainda que o partido fosse bastante centrado na luta de classes, sendo um partido marxista-leninista clássico, muito influenciado pela linha proposta por Moscou. O PCE assume esse nome em 1931, já que em 1926 ele havia

sido fundado com a sigla PSE, o Partido Socialista Equatoriano. Em 1933, um fracionamento dos comunistas cria o Partido Socialista (PS) que se tornaria o novo Partido Socialista Equatoriano. Uma diferença entre comunistas e socialistas é que os segundos atentavam mais para questões étnicas e culturais que os primeiros, embora ambos defendessem uma economia socializada com serviços públicos totalmente administrados pelo estado.

Ainda assim, o PCE se mostrou atrativo para muitos grupos indígenas, uma vez que se mostrava como a única organização política que tentava alguma aproximação tais grupos. O PCE foi o responsável pelo primeiro jornal em língua indígena, o *Ñucanchic Allpa*, em língua Quíchua, e posteriormente ajudaria a formar a primeira federação de índios dos Andes, em 1944, a Federação Equatoriana de Índios. Por seu caráter intrinsecamente classista, a relação do PCE com as organizações indígenas variava, sendo bastante próxima e solidária em alguns momentos, e tensa e conflitiva em outros. O PCE era a principal opção de uma população que até então, havia sido bastante negligenciada pelo estado e pelas elites que o administravam. Entretanto, muitas vezes ela buscava autonomia do PCE.

Alguns sindicatos se constituíram de forma bastante autônoma e independente. Da década de 30 em diante os conflitos de terra se tornaram mais presentes e violentos nas zonas rurais, tornando necessária uma maior organização dos setores populares indígenas. Além do sindicato formado na comunidade de *Juan Montalvo*, *El Inka*, em *Pesillo*, *Tierra Libre*, em *Moyurco* e *Pan y tierra* em *La Chimba* foram organizados pelos camponeses indígenas, criados ao longo da década de 30. Suas demandas eram, como antes mencionado, melhores salários, mais pasto para o gado, mais terras e um melhor tratamento por parte dos funcionários das fazendas (BECKER, 2011). Os sindicatos são o produto de um transbordamento social mais ou menos espontâneo, que tem relações ora tensas, ora amigáveis com os partidos marxistas mais consolidados. Diferentemente de *Juan Montalvo*, esses sindicatos foram criados entre os trabalhadores rurais das fazendas (incluídas aí as estatais) e não dentro de uma comunidade específica¹⁸³.

Esses sindicatos se constituíram de fato na greve geral e no levante de 1931, onde os camponeses apresentaram uma petição com uma lista de 17 demandas, entre elas maiores salários, fim dos dízimos das igrejas, salário para o trabalho das mulheres e o fim da prática do *huasicama*, que previa a obrigatoriedade de prestação de serviços na casa do *hacendado*. Com a ajuda do Partido Comunista, os grevistas obtiveram uma significativa vitória. Nesse momento ainda não havia demanda por uma reforma agrária integral e os indígenas

¹⁸³ Uma comunidade rural fora das fazendas.

colocariam essa questão apenas anos mais tarde a partir da influência do Partido Comunista (BECKER, 2008). Apenas décadas depois os indígenas afirmariam que o território compreendido pelas fazendas era deles na sua totalidade, uma vez que aquelas terras haviam sido de seus ancestrais. Os esforços desses sindicatos estavam mais próximos do agrarismo do que do proletarianismo, embora os comunistas/socialistas acreditassem que ambos podiam caminhar lado a lado.

Durante esse episódio, além da consolidação desses sindicatos, surgiu também o *Primer Congreso de Organizaciones Campesinas*, ainda em fevereiro de 1931, antes mesmo da questão da greve e do levante estarem completamente resolvidos¹⁸⁴. O congresso teve lugar em *Juan Montalvo*, onde Jesús Gualavisí havia, cinco anos antes, organizado o *Sindicato de Trabajadores Campesinos*, o primeiro sindicato rural indígena do Equador. Sob influência dos socialistas, o congresso se organizou sob a bandeira da “união dos trabalhadores e de sua salvação da escravidão”. Qualquer liga agrária, comitê de luta pela terra, comuna camponesa, ou algo do gênero, podia enviar seus representantes ao congresso, que foi conduzido em Cayambe, local com marcante presença de lideranças indígenas.

Em uma década marcada por conflitos e marchas rumo a Quito, esses movimentos conseguiram fazer estabelecer um novo código do trabalho em 1938, que colocou em prática uma série de garantias aos trabalhadores. No ano de 1937, foi implementada a chamada *Ley de organización y régimen de las comunas*, que tentou transformar os índios em camponeses equatorianos. Essa *Ley*, foi o primeiro passo para a criação de um espaço de demandas onde se faria a exigência que Gellner definiu como nacionalista, ou seja a congruência entre o estado moderno e suas instituições e a cultura, sendo que nesse caso, essa congruência se daria em territorialidades de amplitude mais municipal. Essa exigência seria feita pelos movimentos sociais que formariam a CONAIE, assim como pela sua extensão eleitoral, o Pachakutik.

O etnonacionalismo indígena estava no cerne da CONAIE e do Pachakutik desde seus momentos iniciais, assim como das organizações que os precederam. Diferentemente dos seus equivalentes bolivianos, o etnonacionalismo do Pachakutik teve a précolombianidade praticamente como único eixo de enquadramento ideológico do partido-movimento. Questões de classe estavam presentes também, mas de uma forma muito amalgamada com a etnicidade, visto que era a classe camponesa indígena e sua luta por redistribuição de terras que se impunha. Na Bolívia havia, evidentemente, um enorme peso da précolombianidade no

¹⁸⁴ Apesar do Congresso ter surgido nesse ínterim, ele não foi produto, necessariamente, do levante e das greves. Ele já vinha sendo planejado anteriormente.

enquadramento ideológico dos movimentos que gestaram o MAS, porém, havia alguns elementos a mais. As questões de classe existia amalgamada com a etnicidade, mas também nos sindicatos trabalhistas urbanos que se aproximaram do campesinato indígena que constituía a base do MAS. Questões étnicas e de classe penetraram mais os centros urbanos também, sobretudo nos vales e no altiplano. O MAS constituiu, como já foi dito um nacionalismo antineoliberal que trazia de volta à tona elementos do nacionalismo revolucionário do MNR, mas incorporando o campesinato indígena nos termos nacionalistas *gellnerianos*, trazendo a cultura da *hinterland* para dentro do estado. Foi a constituição de um tipo de nacionalismo que combinava tanto elementos étnicos como cívico-territoriais, ambos com um peso bastante significativo. Um nacionalismo antineoliberal que teve como força propulsora inicial, entre outras coisas, as demandas de grupos étnicos específicos, mas que ao combinarem-se com os elementos cívico territoriais do nacionalismo revolucionário do MNR, converteram-se em um nacionalismo indianista genérico, fundamentado em um indianismo genérico.

O Pachakutik, mesmo com toda a sua força mobilizatória, não foi capaz de criar uma sinergia tão “pluralista”, no sentido de que a amplificação do enquadramento não foi feita com sucesso rumo a setores não indígenas, principalmente os da costa. A região da costa, com forte tradição de sindicatos urbanos da indústria pesqueira, e composta, em larga medida, por uma população negra e parda que compartilhava pouco em comum com os camponeses indígenas da serra. A tradição sindicalista costeira sempre foi muito distante das lutas camponesas andinas no Equador (DI TELLA, 2005). Na Bolívia também havia uma certa distância entre camponeses e trabalhadores urbanos e de minas, mas o MAS enquanto um MNR etnicizado, conseguiu colocar os dois grupos em um mesmo vetor. Vale lembrar também que nesse caso, a maioria dos trabalhadores da mineração, e das cidades, eram de origem indígena o que pode ter facilitado a amplificação do enquadramento. Entre os equatorianos da costa o fato de a população não ser indígena dificultou a amplificação do enquadramento em termos etnonacionais ou pré-colombianos.

Na Bolívia, a obra de Franz Tamayo, *Creación de la Pedagogía nacional*, de 1910 já afirmava que o elemento indígena teria que ser incorporado ao estado boliviano mais cedo ou mais tarde. Por mais que as elites bolivianas fossem reticentes em relação a essa problemática, elas não poderiam evitá-la para sempre, segundo Tamayo. Ou seja, já havia uma obra que colocava a cultura indígena como o cerne da nação boliviana e como a cultura e como o *folk* nacionais. No Equador, as primeiras tentativas de localizar o eixo cultural da nação partiu de grupos de intelectuais da cidade Guayaquil, principalmente o chamado “Grupo dos doze”.

Este, tendo esse nome por ter sido composto por doze intelectuais, teve como o mais proeminente, *José de La Cuadra*, que em 1927 publicaria *El Montubio Ecuatoriano*, obra de traços antropológicos e etnográficos que identifica nos mestiços criadores de gados, e pequenos proprietários de terra da província litorânea de Manabí, o cerne da nação equatoriana (ROITMAN, 2007). Esse povo, os Montúbios, que são um mistura de espanhóis, negros e índios, também organizariam, décadas mais tarde, seus próprios movimentos, porém sem nunca estabelecer laços e vínculos mais fortes com os povos indígenas da serra. Neste sentido, havia uma clivagem étnica dentro dos setores populares equatorianos que não havia entre os bolivianos, ou pelo menos não nas mesmas proporções, o que parece ter dificultado a geração de uma sinergia coletiva mais abrangente dentro dos movimentos populares e contestatórios da ordem neoliberal. Se tomarmos o modelo de Miroslav Hroch no que se refere a análise do surgimento de movimentos nacionalistas, os movimentos indígenas não conseguiram chegar a última etapa sobre a qual Hroch fala que o movimento ganha proporções nacionais. Apesar dos movimentos indígenas equatorianos terem se mostrado como uma das maiores forças mobilizatórias, eles de fato não ganharam proporções nacionais. Por fim, eles ficaram restritos à região andina, mantendo-se fortes como um partido-movimento em municípios com grande população indígena nos Andes, seu nacionalismo sendo algo local, municipal, como se houvesse um retorno a uma etapa de início das mobilizações indígenas andinas na altura da criação da Ley de Comunas, que tornou possível um esboço inicial da interpenetração entre a cultura indígena e o estado equatoriano.

4.2 **A Ley de Comunas, o estado corporativo, a incorporação dos índios ao estado equatoriano e as reformas agrárias durante os regimes populistas**

Segundo Deborah Yashar (2005), o regime de cidadania corporativa, equatoriano (regime criado pelos regimes populistas a partir dos anos 30) foi alicerçado por três leis fundacionais que duraram quatro décadas e várias administrações: a *Ley de Comunas* de 1937 e as leis de reforma agrária de 1964 e 1973. Essas leis tinham como objetivos, dentre outros, a padronização das organizações locais do mundo rural e a transformação dos índios em camponeses equatorianos, por meio de um remapeamento das zonas rurais equatorianas e a facilitação do acesso do estado a essas regiões. A *Ley* de 1937, com o intuito de incorporar os índios em uma cidadania corporativa e dentro da “equadorianidade”, na verdade, criou espaços organizativos onde esses índios podiam estabelecer demandas relacionadas a seus interesses específicos, fora da alçada de donos de terra, da igreja e do próprio estado. Essa lei foi fundamental para que fossem criados espaços organizativos que tornariam possíveis as mobilizações indígenas no Equador nos anos 1970 e 1980

(YASHAR, 2005). A partir dos canais institucionais criados por essa lei, e suas estruturas de governo padronizadas, foi possível aos índios exigir autonomia local para suas comunidades, ao invés do esperado, que era uma simples assimilação. Nesse sentido, a *Ley de Comunas* teve um efeito bastante parecido com aqueles da LPP na Bolívia.

A lei acoplava vários objetivos, como um projeto político que visava suplantando as comunidades indígenas tradicionais por formas mais modernas de governo e administração. A lei não se direcionava especificamente aos indígenas, mas visava levar o estado às áreas rurais, habitadas majoritariamente por população indígena, e institucionalizar seu poder. Os Ministérios do Bem estar social e da Agricultura assumiram a responsabilidade no registro e na administração dessas comunidades. A comuna tinha o direito de eleger seus líderes e representantes, mas o estado tinha direito de vetar a eleição, caso achasse necessário.

Dessa forma, a Lei foi antes de tudo um mecanismo de controle das comunas, já que para requerir títulos de terra, crédito, escolas públicas, era preciso que a comunidade tivesse personalidade jurídica. O status de comuna provia as comunidades com a possibilidade de fazer esses requerimentos por vias legais e institucionais. De toda maneira, a posição do estado perante as comunas permaneceu bastante ambígua. Apesar de ter poder de vetar legalmente os representantes eleitos pelas comunas, o estado se manteve, em vários casos, como uma entidade distante delas, que por sua vez, se auto-organizavam de acordo com a estrutura organizativa tradicional dos indígenas, até onde isso fosse possível. O estado apontava os chamados *tenientes políticos*, ou encarregados políticos, com o objetivo legal de mediar juridicamente conflitos dentro das comunidades. Apontados pelo estado, esses *tenientes* muitas vezes não seguiam de fato a lei, assim como muitas vezes, também não mediavam conflitos dentro da comunidade, contribuindo, assim, para uma maior autonomia das comunidades. O *Cabildo* comunal detinha o poder político *de facto* no interior das comunidades, ainda que sua autonomia fosse fraca frente ao poder do estado, dos donos de terras, e da Igreja. Ainda assim, a *Ley de Comunas* propiciou as possibilidades legais de uma autonomia local indígena. A subordinação dessas comunidades a esses três poderes mencionados, que Deborah Yashar (2005) afirma serem conhecidos por “Santa Trindade”, não seria modificada de forma significativa com a *Ley*, mas apenas com as reformas agrárias de 1964 e 1973, que fundamentalmente enfraqueceriam o poder das elites locais (YASHAR, 2005).

Essa manobra de traços mais reformistas, porém, não sanou o problema étnico e de classe que constituía as zonas rurais equatorianas, e os partidos socialista/comunista continuaram trabalhando com as populações dessas áreas em uma perspectiva mais

revolucionária. As comunas criadas pela *Ley* de 1937 se tornaram “território de caça” do PCE, que visava agrupar essas populações em uma frente revolucionária. Essas comunas se tornariam também uma área de disputa entre o PCE e as lideranças locais que visavam maior autonomia, porém sem se submeter inteiramente aos interesses do partido em questão. A *Ley* proporcionou algumas condições políticas para a autonomia indígena, porém nenhuma condição material, de forma que os conflitos com a classe proprietária de terras continuou. O impasse gerado pelo choque entre a autonomia das comunas e o poder do próprio estado e seus *tenientes*, somados à manutenção do poder das oligarquias rurais, gerou um espaço convidativo para as organizações de caráter revolucionário. Desta forma, em 1944 surge a Federação Equatoriana de Índios (FEI), a primeira federação indígena do Equador, organizada pelo PCE.

A FEI foi importante no sentido de que foi a primeira organização indígena da região andina do Equador. Embora estivesse, de certo modo, sob a tutela do PCE, foi uma primeira forma de autonomia das comunidades rurais indígenas. Ela foi, também, uma forma de realizar o amálgama entre a cultura rural e as instituições modernas, ainda que aqui não fossem as estruturas do estado equatoriano mas sim do PCE. A constituição da etnonacionalidade indígena, nos moldes do nacionalismo analisado por Gellner, se dá na interpenetração entre a cultura rural e as estruturas administrativas do PCE e o mundo do campesinato. Com a reforma agrária de 1964 e o fortalecimento das narrativas étnicas frente ao classismo do PCE, a FEI começou a perder força a partir dos anos 70, e perdeu o protagonismo frente às organizações e federações indígenas que viriam a surgir dentro de termos mais “autóctones”.

Com o advento da Reforma agrária de 1964, os indígenas que viviam sob o regime de *huasipungo* foram organizados em cooperativas, o que lhes proporcionou certa autonomia frente ao centro dirigente do PCE e de seu aparato administrativo e organizativo de forma mais geral. Os militares fizeram avanços na reforma agrária com o objetivo de promover o desenvolvimento, fortalecer o apoio social, e enfraquecer as agendas radicais (YASHAR, 2006). Foi institucionalizado o sistema de cidadania corporativa, que tivera seus primeiros passos na *Ley de Comunas* de 1937, e se aprofundou com a reforma agrária de 1964, expandindo direitos civis e econômicos aos indígenas, ainda que não tenha expandido significativamente os direitos políticos. A partir da ideia de que o desenvolvimento econômico requeria um sistema de fazendas mais produtivas e que explorassem menos a força de trabalho, tornando necessária a substituição dos modelos de *haciendas*. A reforma

eliminou os sistemas de *huasipungos* e *yanapas*¹⁸⁵, ainda que, no censo de 1954, se estabelecesse que apenas 7% da população das famílias rurais andinas eram de *huasipungueros*. Ainda assim, a abolição desse regime foi vista como importante para eliminar qualquer traço semifeudal do universo agrário dos equatorianos, além do fato de que seu fim contribuiu para delinear os mecanismos de acesso a terra.

Programas sociais nas áreas de saúde, educação, segurança e infraestrutura também acompanharam a reforma, num esforço dos militares de criar laços mais consistentes com a população rural. Os militares também promoveram a organização interna das comunas, e tornaram seus membros agentes livres, pelo menos em relação aos antigos donos de terras que dominaram a região por tantos anos. Essa reforma teve menos impacto no que se refere a direitos sociais do que teria a segunda reforma agrária, aquela de 1973. Esta, implementada pelo governo do General Guillermo Rodríguez Lara (1972-1973), visou uma mais séria redistribuição de terras, além de programas de maior alcance no que se refere à construção de escolas rurais, de sistemas de irrigação, postos de saúde, eletricidade, canais de água potável, infraestrutura, entre outras coisas. Com as rendas do petróleo em alta, o governo teve condições de sustentar essas reformas, e expandir esses serviços à população rural mais empobrecida (YASHAR, 2006). A redistribuição de terras significou um aumento nos direitos sociais dos equatorianos, e também uma maior presença do estado nas zonas rurais, aprofundando e consolidando mais ainda o modelo de relação estado-sociedade que havia começado a se constituir com a *Ley de Comunas* de 1937. Dessa maneira, o estado cristalizou um tipo corporativista e centralizado de relação entre a sociedade e esse mesmo estado.

Ao todo, estima-se que um quarto das terras de *haciendas* com mais de 100 hectares foi redistribuída, entre 1954 e 1982. Cerca de 75 por cento dos beneficiários se encontravam na região andina (YASHAR, 2006). O medo da expropriação fez com que muitos donos de terras vendessem suas propriedades, causando uma mudança ainda mais profunda na estrutura agrária equatoriana, sobretudo nos Andes. A província de Chimborazo, a província equatoriana com maior percentual de população falante de língua Quíchua, experimentou significativas mudanças no padrão de propriedade da terra a partir de 1973 (YASHAR, 2006). Se antes de 1954, três quartos das propriedades rurais no Equador eram monopolizados por propriedades com mais de 100 hectares, já em meados da década de 1980 seu modelo de distribuição de terras estava bastante modificado.

¹⁸⁵ Outro sistema que prendia os índios a terra.

Não se sabe com certeza os motivos que levaram Rodríguez Lara a implementar tais reformas, se foi intrínseco ao seu programa de governo, ou se foi apenas uma manobra que visava minar o poder dos comunistas e dos socialistas, assim como da FEI¹⁸⁶. Ainda assim, essas reformas foram fundamentais na constituição de vários direitos sociais das populações indígenas, como os títulos de terras assegurados para várias comunidades, além de melhoria no acesso a recursos do estado por canais institucionalizados. Os gastos sociais do estado aumentaram, com a alta nas exportações de banana e petróleo, que contribuiu para um crescimento no emprego, assim como nas demandas por bens agrícolas, facilitando a construção de escolas nas zonas rurais, e clínicas de pronto atendimento. As comunidades indígenas, por sua vez, obtiveram um grau de autonomia, participação e oportunidades que nunca haviam tido até então. Em linhas gerais, a reforma marcou o fim da “Santa trindade”¹⁸⁷ nas zonas rurais (YASHAR, 2006).

Apesar de todos os efeitos benéficos gerados pelas reformas, Rodríguez Lara não era um homem que se preocupava com a “questão indígena”, chegando mesmo a afirmar que tal problema não existia, e que todos se tornavam “brancos”, uma vez inseridos na cultura nacional. A construção de uma estrutura mais densa no que se refere aos laços entre estado e sociedade teve efeitos parecidos como os que teria a LPP na Bolívia, posteriormente. Ao invés de homogeneizar o tecido social, os novos espaços associativos criados pelas autonomias comunitárias apenas facilitaram o fortalecimento de práticas e sistemas de autoridade locais. Desta forma, demandas como o reconhecimento legal das comunidades étnicas cresceram consideravelmente no caudal da reforma agrária. Essa reforma e os programas ligados a ela encorajaram a criação de comunas e cooperativas autônomas, com capacidade de mobilização fora da alçada do estado ou de partidos políticos, de forma que o número dessas comunas aumentou consideravelmente, nesse período. O Instituto Equatoriano de Reforma Agrária e Colonização (IERAC) teve papel central nesse processo, fornecendo titulação de terras a comunas em áreas antes administradas pelo *hacendados* ou pelo próprio estado. O estado corporativo, que começa a se desenhar a partir de 1937, ganha contornos mais nítidos com as duas reformas agrárias e é o ponto de partida do qual os camponeses indígenas começam a poder se organizar de forma um pouco mais independente, sem a necessidade de partidos políticos específicos, ou organizações externas. E isso muito em

¹⁸⁶ De fato, como já foi mencionado, a FEI se enfraqueceu muito após as reformas agrárias conduzidas pelos regimes militares populistas.

¹⁸⁷ O poder constituído pela Igreja Católica, os donos de terras, e os *tenientes políticos*.

função da titulação das terras comunais, que vieram a partir das reformas agrárias, sobretudo da segunda.

Assim sendo, o governo corporativo, que se inicia em 1937, criou os espaços associativos nos quais a população indígena se articulava, mas não alcançou os resultados almejados no que se refere à distribuição da terra. Além disso, como já foi dito, boa parte das instituições que coordenavam tais reformas não tinham grande presença indígena, sendo mais administradas por pessoas de origem *criolla*-branca. O que resultou foi que, basicamente, os problemas que Mariátegui via como centrais no universo andino (o problema de terra em conjunto ao étnico) não encontraram solução mais consistente e, ao mesmo tempo, os grupos étnicos da região andina obtiveram mais espaços associativos em relação aos governos anteriores aos regimes militares populistas.

As reformas iniciadas em 1937 permitiram também, ao criar esses espaços associativos um maior espaço de manobra para as agências de micromobilização, essas sendo as comunas e cabildos rurais andinos. Porém, outras agências desse tipo se encontravam na região amazônica do Equador, e que também contribuiriam para a formação do Pachakutik, devido ao alto grau de capacidade mobilizatória desses grupos. Nesse sentido, vale a pena fazer uma recapitulação e análise acerca desses espaços associativos e dessas agências de micromobilização, incluindo outro grupo de indígenas pouco atingidos pelas reformas encabeçadas por esses regimes, mas que foi muito importante na formação do partido-rede Pachakutik, aqueles da região amazônica.

4.3 Espaços associativos, inícios do processo de enquadramento e agências de micromobilização indígena na amazônia e nos andes equatorianos

A penetração dos espanhóis na região andina equatoriana foi anterior à dos Andes bolivianos, o que fez com que as comunidades indígenas fossem absorvidas mais rapidamente pelo sistema de *haciendas*. Em relação à região oriental, ou amazônica, em ambos os países essa região foi, durante muito tempo, inclusive após suas independências, bastante negligenciada. Na Bolívia, apenas a partir das décadas de 1960 e 1970 o oriente amazônico começou a receber, de fato, atenção por parte do estado. No Equador não foi muito diferente, a região oriental permaneceu negligenciada por séculos durante o período colonial e por muitas décadas após iniciado o período republicano. Após a fracassada tentativa de invasão de

1599, quando os espanhóis foram violentamente rechaçados pelos *Shuar*¹⁸⁸, a região se tornou um alvo de pouco interesse. E isso não mudaria muito, posteriormente, uma vez que só a partir de meados do século XX os estados amazônicos passariam a ser motivo de interesse do estado equatoriano. As reformas agrárias, inclusive, criaram um sistema de colonização da região, onde muitos indígenas de etnia Quíchua oriundos da serra andina foram assentados, o que fez com que muitas das mobilizações vindas da região serrana tivessem grande ressonância na região amazônica, devido a esse *continuum* étnico.

A primeira organização estritamente indígena¹⁸⁹ formada no Equador foi a Federação de Centros Shuar, criada ainda em 1964. Na verdade, foi a primeira organização estritamente indígena da América Latina moderna (YASHAR, 2006). Formada na região amazônica pelos Shuar, que se concentram nas áreas próximas da fronteira com o Peru, essa Federação foi criada para defender os interesses desses povos à expansão vinda da região andina, uma vez que uma das formas de resolver o problema da distribuição de terras no Equador era reassentar camponeses andinos na região amazônica. Os Shuar, como foi dito, passaram séculos totalmente independentes, seja do Império colonial espanhol ou do estado equatoriano. Relações mais próximas entre shuars e não índios só começaram a ocorrer em 1894, quando missionários salesianos começaram a explorar a região e estabelecer missões e escolas.

Porém, foi a partir da segunda metade dos anos 1950 que o estado equatoriano começou, de fato, a investir em projetos de colonização dessa região, onde se iniciaram os mencionados projetos de assentamento de camponeses que vinham das áreas serranas. Nos anos 1960, um grande número de colonos e criadores de gado já haviam se instalado em terrenos que tangenciavam, ou mesmo penetravam, os territórios shuar. Os Shuar passaram também a criar gado e praticar a agricultura, de forma que pudessem utilizar as leis de colonização para obter a titulação oficial de suas terras. As duas principais demandas da Federação de Centros Shuar eram o reconhecimento da cultura Shuar como algo constitutivo da sociedade equatoriana, e o desenvolvimento de uma economia auto-suficiente que pudesse tornar os Shuar livres de qualquer influência externa (YASHAR, 2006).

As igrejas fundadas pelos missionários salesianos tiveram um importante papel no que se refere aos espaços de mobilização e de articulação dos indígenas. Os líderes Shuar que se

¹⁸⁸ Os Shuar estão entre os principais grupos étnico lingüísticos da região amazônica. Conhecidos pejorativamente por Jivaros, esses grupos eram conhecidos por seu comportamento aguerrido em combates e até adentrado o século XX opunham forte resistência a qualquer tentativa de penetração de seu território por poderes externos.

¹⁸⁹ “Estritamente” no sentido de ser uma organização autóctone, diferente da FEI, que era quase uma extensão do Partido Comunista Equatoriano.

articularam junto a alguns sacerdotes jesuítas (como o padre Shutka), para formar a federação, eram indivíduos que haviam estudado em escolas salesianas e falavam espanhol. Com o suporte dos salesianos na luta contra o processo de colonização conduzido pelo estado equatoriano, as lideranças dos shuars puderam se organizar e criar sua federação. Em 1961, um encontro foi organizado pelos salesianos e pelos shuars. Foram enviados delegados de todos os setores shuar, sendo esses delegados as lideranças educadas nas escolas das missões e falantes do espanhol. O encontro foi finalizado com a decisão de se formar nove centros, e escolher autoridades dentro das famílias mais poderosas. Os centros eram locais onde o trabalho comunal era facilitado e havia experimentos também no que se refere à introdução de atividades com as quais os shuar eram pouco acostumados, como a criação de gado, por exemplo. Cinco dos nove centros tiveram experimentos com criação de gado, sendo que entre 1961 e 1962 houve encontros mensais, com cursos e treinamento de lideranças (YASHAR, 2006). De acordo com o Padre Shutka, depois da formação dos centros, seus líderes eram escolhidos pela população do centro. A missão articulava o contato entre os centros através de programas religiosos transmitidos por rádio e várias clínicas e escolas foram abertas nesses centros.

A partir dessa rede de centros interconectada por escolas e rádio, em 1964 foi formada a Federação de Centros Shuar. A federação aproveitou as leis de colonização para assegurar a titulação das terras, assim como iniciou, como foi mencionado, experimentos em criação de gado para garantir que essas terras fossem “produtivas”, evitando assim que pudessem ser ocupadas por grupos externos aos centros. Apesar das tentativas iniciais de títulos individuais de terras, os shuar preferiram a titulação coletiva de suas terras para que lotes de terras individuais não pudessem ser vendidos, estagnando, assim, os laços que compõem suas redes de relações sociais, e para que sua integridade comunal pudesse ser mantida.

Os Shuar se tornaram uma importante referência para subsequentes movimentos indígenas, principalmente aqueles formados na região amazônica. A estratégia de criar gado para conseguir titulação de terras, a utilização do rádio como ferramenta de comunicação inter aldeã ou inter comunitária, sua resposta organizada contra colonizadores externos, foram todas táticas utilizadas por grupos indígenas, posteriormente. Ademais, os Shuar tiveram uma significativa participação na organização indígena amazônica CONFENIAE, tendo seu primeiro presidente sido Miguel Tankamash, que também foi o primeiro presidente da Federação Shuar, e ainda seria o primeiro presidente da confederação nacional indígena, a CONAIE.

Outra importante organização de indígenas da Amazônia equatoriana foi a Federação de Organizações Indígenas do Napo (FOIN). Segundo um documento dessa organização, os povos indígenas amazônicos do Equador passaram a viver uma vida de constante fuga, que se direcionava para o interior das florestas, com o objetivo de escapar de exploradores e colonizadores que usavam os indígenas como mão-de-obra barata, na mineração de ouro, ou em fazendas de café. O documento data o início desse processo de defesa e de luta por território no ano de 1922, com a chegada da missão Josefina. Em 1959, o conflito ganhou novas dimensões, com a construção de uma rodovia que ligava *Puerto Napo* e *Puyo*, o que facilitou a entrada de novos colonos, e aumentou muito o número de habitantes da província¹⁹⁰.

Dessa maneira, as populações autóctones do Napo ficaram limitadas a duas alternativas: continuar sua imersão na selva, frente ao avanço dos colonos, ou usar a mesma estratégia dos shuar, adaptando-se a um modelo de pecuária e agricultura, em certa medida, moderno, para poder adquirir de títulos de propriedade junto ao Instituto Equatoriano de Reforma Agrária e Colonização (IERAC).

Novos núcleos de lideranças foram formadas nas missões josefinas e, em junho de 1969, uma organização regional, a Federação Provincial de Organizações Camponesas do Napo (FEPOCAN). Digno de nota é a introdução de temas classistas nos conflitos presentes na região, aproximando as temáticas da FEPOCAN aos da FEI andina, em certo grau. As relações com a Igreja e com as missões josefinas, por sua vez, permaneceram conflituosas. Ainda que novos líderes indígenas tivessem sido beneficiários da educação provinda das missões, eles as acusavam de tentar um controle demasiado grande sobre suas comunidades, instilando-lhes passividade e submissão. As Igrejas, como resposta, acusavam essas lideranças de serem comunistas. Os títulos de propriedade da terra, assim como entre os Shuar, eram de tipo coletivo e não individual. As razões para isso eram as mesmas vocalizadas pelos outros grupos amazônicos, de que a titulação individual de terras facilitaria a compra dos lotes por novos colonos, fragmentando, assim, a estrutura organizativa provedora dos mecanismos de defesa da comunidade. Haveria pedaços de terra cultivados por famílias individuais, mas, como um todo, as terras pertenceriam à comunidade, oficializadas por um único título de propriedade.

Segundo o modelo dos grupos andinos, a FEPOCAN tentou se organizar em moldes sindicais, sem, contudo, obter o mesmo sucesso de seus equivalentes serranos. Segundo ex-

¹⁹⁰ Segundo a FOIN, entre 1962 e 1982 a população da província de Napo quadruplicou, passando de 25.582 para 115.118 habitantes.

presidente da Federação, Cristóbal Tapuy, era muito difícil articular novas formas de estrutura organizativa sobre modelos mais velhos. Além disso, como a esquerda era relativamente fraca na região amazônica¹⁹¹, tornou-se menos complicado focar no tema exclusivo da etnicidade em detrimento do elemento classista. Ainda que tenha havido a formação de sindicatos, eles eram bastante diferentes dos sindicatos camponeses clássicos que tanto caracterizavam o cenário político e social da região da serra. Ao demandar terras coletivas com o objetivo, dentre outras coisas, de defender um território particular, além de administrar conflitos inter e intracomunitários, essas populações comunicaram politicamente seus traços culturais particulares, colocando-se como “índios”.

Desta forma, em 1973, ao referir-se a si próprios como Federação de Organizações indígenas do Napo, a FEPOCAN se tornou a FOIN, embora essa nomeação tenha sido aprovada somente a partir do congresso de 1978, e legalmente reconhecida apenas em 1984. O principal objetivo da FOIN era a proteção dos territórios indígenas do Napo, de forma que estes pudessem se reproduzir biológica e socialmente, solucionar conflitos de terra, fosse com colonos, empresas ou com o estado equatoriano. O problema, inclusive, se agravou com a penetração do estado em áreas destinadas à proteção ambiental, o que levou a um choque com os povos indígenas do Napo (YASHAR, 2006). Podemos notar que a Igreja foi um espaço que proporcionou um maior contato entre comunidades antes mais isoladas entre si (YASHAR, 2006) tornando-se uma espécie de equivalente amazônico de organizações como a FEI (guardadas todas as enormes diferenças), no sentido de que ela foi uma área de articulação de comunidades indígenas criada por um elemento externo ao universo indígena.

Os títulos de terras coletivas, por sua vez, deu um maior grau de autonomia para as comunidades, o que permitiu maior grau de articulação interna dessas mesmas comunidades. Isto é, às agências de micromobilização foi possibilitado este traço dual, típico desse tipo de agência, de que as redes de solidariedade comunitárias mais fundamentais no plano social podem ser levadas ao plano político. Os títulos de terra coletiva somados aos espaços associativos promovidos pela Igreja, tornaram possível que a micromobilização indígena pudesse ir do social ao político, e articular movimentos mais amplos, que fossem para além da perspectiva comunitária.

Outra importante organização regional foi a Organização de Povos Indígenas de Pastaza (OPIP). Formada no fim dos anos 1970, a OPIP foi uma resposta ao avanço das companhias de petróleo na região. A OPIP foi fundada por organizadores Quíchuas da região

¹⁹¹ Pelo menos se comparado com a região andina.

de Pastaza almejando defender suas terras, mas não se alicerçaram na Igreja como outras organizações precedentes. Os membros da OPIP, como um movimento de segunda geração, utilizaram as redes, a experiência e habilidades organizativas já existentes, acumuladas e geridas por outras organizações, sobretudo das Federações dos Shuar e da FOIN. Entretanto, as estratégias da OPIP para assegurar suas terras foram diferentes das outras organizações. Enquanto a Federação Shuar e a FOIN utilizaram a reforma agrária e as leis de colonização para garantir a titulação de terras em comunidades recém-criadas e destinadas à agropecuária, a OPIP proclamou o direito dos povos indígenas à terra. Seus membros preferiram manifestar independência em relação à reforma agrária e às Leis de colonização, afirmando o direito à terra de povos com raízes pré-colombianas.

Durante o governo do presidente Rodrigo Borja (1988-1992), títulos de terras em Pastaza foram transferidos para comunidades da etnia Shiwiar, Quíchua, Achuar e Záparo, sob a égide da OPIP, da Associação de Indígenas Evangélicos de Pastaza (AIEPRA) e Federação de desenvolvimento camponês de Pastaza (FEDECAP), em um total de 1.115.475 hectares (YASHAR, 2006). Essas terras eram asseguradas a essas organizações somente no que se refere aos direitos de cultivo e de solo, de maneira que os direitos de exploração do subsolo foram mantidos nos mesmos moldes anteriores. O território também não foi repassado como uma unidade única (foram dezenove blocos territoriais), nem a OPIP foi reconhecida como sua organização responsável. As terras foram distribuídas através de comunas organizadas pelo estado, de acordo com a *Ley de Comunas de 1937*, não coincidindo geoespacialmente com as áreas cobertas pelas doze associações que compunham a OPIP, pelo menos, segundo alguns de seus delegados (BECKER, 2011).

Apesar da decisão de redistribuir terras ter sido muito significativa, ela jogou luz sobre as tensões existentes entre os esforços estatais de regularizar as zonas de conflito de terra em Pastaza, os esforços da OPIP em ser o interlocutor perante os estado e os órgãos do governo, as comunidades locais que ganharam alguma independência frente à OPIP, as doze associações que a compõem, e as companhias de petróleo que ainda queriam explorar o subsolo da região. Dentro dessa tensionada conjuntura política, a OPIP acabou por se tornar o interlocutor entre as comunidades indígenas, o estado, as empresas petrolíferas e qualquer elemento externo que pudesse adentrar esse quadro de conflitos. Ela criou grupos de pesquisa e treinamento em administração de recursos naturais, que eram criados em cada uma de suas doze associações, e assumiu um papel de conselheira para as comunidades indígenas que estavam fora de sua estrutura política e administrativa.

Esse papel exercido pela OPIP a manteve na tradição das lutas indígenas da Amazônia equatoriana, a luta pela autonomia territorial, desenvolvendo, a partir desse ponto fundamental, propostas de revitalização da identidade étnica, e estratégias alternativas para o campo da educação e do desenvolvimento sustentável. Apesar das três organizações mencionadas (Federação de Centros Shuar, FEPOCAN e OPIP) terem sido as mais proeminentes da Amazônia equatoriana, muitas organizações menores também se articularam, conduzidas por atores políticos das etnias Quíchua, Siona-Secoya, Shuar, Huaorani, Cofane e Achuar, sobretudo dos anos 1960 aos 1980, que foi um período importante no que se refere à construção de suas organizações. Em 1984, cerca de 760.000 hectares de terras já haviam sido redistribuídas a comunidades pertencentes a essas etnias. Com diversas redes espalhadas pela região amazônica e o processo de redemocratização iniciado em 1979, as lideranças indígenas viram a oportunidade de criar uma organização de nível regional. As organizações pré-existentes já constituíam o esboço de uma possível maior confederação e a Amazônia era um local sob menor controle estatal que os Andes, gestando um ambiente propício ao crescimento das organizações, que a essa altura já tinham um bom grau de autonomia em relação à Igreja, a instituição que foi fundamental na sua criação inicial. Desta forma, em 1980, a FOIN, a OPIP, a Associação Independente do Povo Shuar (AIPSE) e a Comuna Jatun Aguarico, fundaram a Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana (CONFENIAE).

Os objetivos da CONFENIAE não eram muito diferentes dos movimentos indígenas predecessores na região. Almejava-se defender as culturas indígenas, e, sobretudo, seus territórios. A mudança mais significativa da CONFENIAE em relação a suas predecessoras é sua exigência em receber parte das rendas obtidas com a extração de petróleo, uma vez que se afirmava que 90 por cento do território amazônico estavam entregues a empresas petrolíferas transnacionais. Em seu sexto congresso, o então presidente Valerio Grefa defendeu o autogoverno dos territórios indígenas e sua representação através de um parlamento indígena amazônico.

Na CONFENIAE já é possível notar um enquadramento das temáticas defendidas por ela, que vão além, não só das comunidades e aldeias, mas também dos grupos étnicos (vide a proposta do Congresso indígena). A ideia era criar uma confederação que abarcasse todos os indígenas da região amazônica. A etnopolítica, isto é, a cultura comunicada politicamente (ERIKSEN, 2010) ganha dimensões pré-colombianas, uma vez que se estabelece que o adversário é tudo aquilo que vem do universo não índio, seja pelo estado, seja pelos colonos, seja pelas companhias petrolíferas. As *new policies* ecológicas analisadas por Thomas

Poguntke somadas à luta por autonomia territorial de nacionalidades indígenas não-estatais¹⁹², desta forma, são o principal eixo articulador dos movimentos sociais dos indígenas amazônicos equatorianos. Essa consciência de unidade de todos os indígenas da Amazônia iria se alastrar até mesmo para a região andina, e no momento da fundação da CONFENIAE, a inclusão dos indígenas andinos já era discutida. Além do enquadramento da pré-colombianidade, algo que pode ter facilitado esse diálogo é o fato de muitos indígenas das organizações amazônicas serem da etnia Quíchua, que é originária dos Andes. Algo parecido ocorreu entre os bolivianos, com muitos indígenas da região oriental boliviana sendo descendentes de migrantes Quéchua e Aymará, oriundos da Serra, que buscavam trabalho e melhores condições de vida nas terras planas. Todavia, outras importantes organizações também se formaram na região serrana, e posteriormente se transformariam na mais importante organização andina, que se amalgamaria com a CONFENIAE - a EQUARUNARI.

As origens da EQUARUNARI estão intimamente ligadas à politicização da Igreja Católica no Equador. A Igreja ajudaria a formar uma série de organizações na região. Nos anos 1960, a Federação Nacional de Organizações Camponesas (FENOC) surgiu como uma importante organização, trabalhando com camponeses dos Andes e da costa. As origens iniciais da FENOC estavam na Confederação Equatoriana de Obreiros Católicos (CEDOC) que, de forma um pouco parecida com as organizações socialistas, também organizava os camponeses em sindicatos rurais. A FENOC, a princípio, foi conduzida e organizada pela Igreja com o fim de retirar os camponeses indígenas da suposta tutela do PCE e do PSE, ainda que fosse dividida internamente entre democratas cristãos e socialistas. A partir dos anos 1970, a vertente socialista passou a dominar o cenário interno da federação e sua agenda assumiu um discurso mais explicitamente classista, de forma que suas estratégias se modificaram significativamente. A FENOC passou de uma estratégia mais moderada, baseada em negociações por reforma agrária para táticas mais agressivas, como ocupações e tomadas de terras pela via do confronto direto com os proprietários rurais. Com as leis de reforma agrária de 1973 e a crise do socialismo nos anos 1980, a FENOC foi perdendo um pouco de sua importância e relevância no cenário político andino, embora não tanto quanto a FEI.

O papel dos setores não conservadores da Igreja Católica foi da mais alta importância na organização dos movimentos indígenas que surgiram depois, inclusive a EQUARUNARI. Após o Concílio Vaticano II em 1968, a Igreja deixou de ser um ator político exclusivamente

¹⁹² Segundo Thomas Eriksen (2010), etnias não estatais seriam aquelas de povos vivendo em comunidades de aldeia, fora da alçada das principais instituições do estado moderno. Em geral, são caçadores-coletores ou praticantes de formas bastante rudimentares de agricultura. É claro que, para se articularem e se organizarem, precisam aprender os códigos da cultura dominante, como língua, conhecimentos básicos do sistema jurídico etc.

conservador nas zonas rurais da América Latina e não foi diferente quanto ao Equador. A teologia da libertação, uma vertente ideológica que ganha contornos mais nítidos após o Concílio de 1968, se aproximou dos setores mais empobrecidos da população rural, ajudando-a a se organizar de uma forma um pouco diferente daquela dos partidos de esquerda clássicos. Em contraste com a FEI e a FENOC, a esquerda católica estava organizando os camponeses indígenas a partir de suas comunidades rurais e não a partir das cooperativas e sindicatos. A comunidade rural seria a unidade organizativa básica, e não os sindicatos trabalhistas. Aqui também nota-se um papel relevante das agências de micromobilização, uma vez que elas ganham um maior peso na balança de poder, já que as comunidades rurais passam a ter prerrogativa sobre os sindicatos e cooperativas. Não que as relações de solidariedade comunitárias não pudessem ser transmitidas para dentro das cooperativas e sindicatos, mas no caso da FENOC, as comunidades teriam relação direta com os organizadores externos (no caso, a Igreja), não passando por um intermediário até chegar ao diálogo com os partidos, como nos casos anteriores¹⁹³.

As reformas agrárias facilitaram muito o trabalho da Igreja nesse sentido, uma vez que enfraqueceram o poder dos grandes proprietários e criaram espaços legais mais autônomos, dentro dos quais podiam trabalhar. Esses espaços comunitários foram propícios à entrada da Igreja na cena política, em detrimento de organizações como a FEI que davam prioridade à organização sindical frente à organização comunitária. A Igreja assumiu um papel preponderante na região, talvez mais que seu equivalente conservador¹⁹⁴, ajudando na criação de várias novas denominações. O *Fondo Equatoriano Popolorum Progressio* (FEPP), fundado em 1970 pelo Monsenhor Candido Rada, trabalhava com comunidades marginalizadas¹⁹⁵, providenciando assistência técnica, crédito, serviços legais e organização comunitária. Segundo Yashar (2006), a FEPP se fez muito presente nas *community buildings*, nas “construções de comunidade”, dando apoio, em inícios dos 80 a mais de 230 projetos nesse sentido e, em 1985, trabalhava com 330 grupos em 15 províncias¹⁹⁶.

A *Misión Andina*, que se iniciou como um projeto das Nações Unidas, nacionalizando-se em 1965, também teve um importante impacto nas comunidades andinas e na articulação de laços entre elas. Ela trabalhava com comunidades muito empobrecidas e isoladas, auxiliando-as com treinamento de lideranças, providenciando-lhes instrumentos de trabalho agrícola e na consolidação de laços intercomunitários que pudessem suplantar o seu

¹⁹³ Como, por exemplo, a relação do PCE com as comunidades através da FEI.

¹⁹⁴ Os setores conservadores da Igreja.

¹⁹⁵ Vale a pena salientar que o *Fondo* trabalhava apenas com comunidades, nunca com indivíduos.

¹⁹⁶ É digno de nota também que Yashar não especifica bem o que é uma “construção de comunidades”.

isolamento. Por volta de 1969, a *Misión Andina* trabalhava com seis por cento da população rural equatoriana.

A Central Equatoriana de Serviços Agrícolas (CESA), fundada em 1967 e ligada à Igreja, também exerceu importante papel na organização de comunidades. Financiada pelo *Fondo Popolorum Progressio*, a CESA distribuiu terras à população indígena, parte delas, inclusive, pertencentes à Igreja, e também deu apoio aos esforços da FENOC na organização de comunidades nas áreas rurais. É nítido como no Equador, tanto na região andina, como na amazônica, os setores da Igreja ligados à Teologia da libertação foram fundamentais na consolidação das redes formadoras dos movimentos indígenas, uma importância ainda maior do que na Bolívia, onde a Igreja foi mais presente na região oriental do país.

A Igreja, ao conciliar interesses étnicos, religiosos e materiais, conseguiu ir além do que fez a FEI, integrando um número maior de comunidades, esboçando federações que tinham um maior alcance do que aquelas conduzidas pelos socialistas e comunistas. Em um contexto de cada vez mais mobilizações nas zonas rurais, o governo militar populista de Rodríguez Lara (1972-1976) ainda que, discursivamente, negasse a existência de uma “questão indígena”, a partir do caráter corporativista de seu regime, proporcionou alguns espaços de atuação para as federações e movimentos indígenas. O governo chegou a financiar os primeiros encontros que gerariam a EQUARUNARI. Sua retórica populista e a tradição corporativista dos regimes autoritários no Equador permitiram aos camponeses se organizarem e se alinharem em termos étnicos fazendo com que adquirissem uma presença inédita até então.¹⁹⁷ A Igreja, ao fim e ao cabo, facilitou que as agências de micromobilização indígenas adquirissem seu caráter mais eminentemente político, já que proporcionou espaços de mobilização que antes ficavam sob a égide das lideranças do PCE e do PSE. Ao criar redes de contato e socialização intercomunitárias, ela também propiciou uma etapa inicial de enquadramento dos “despossuídos”¹⁹⁸ com quem ela trabalhava de gerar um enquadramento inicial em termos, pelo menos tão indígenas quanto classistas, algo que não era permitido, nem pelo PCE, nem pelos governos militares autoritários.

A EQUARUNARI surgiu em 1972, e, assim como a CONFENIAE, se esboçou a partir de organizações pré-existentes. Em uma etapa inicial, a EQUARUNARI ainda não coordenava as maciças mobilizações, como faria a partir dos anos 1980, e o tema das

¹⁹⁷ Como mencionado no início do capítulo, os indígenas do meio rural nunca estiveram totalmente ausentes das lutas sociais no Equador, porém foi só a partir dos anos 1970 que isso se deu de forma mais organizada e articulada.

¹⁹⁸ A Teologia da Libertação utilizou, o termo “despossuídos” para designar os grupos *outsiders* em geral, colocando-o no lugar do termo “classe trabalhadora”.

autonomias indígenas ainda não superava aquele da terra e da classe. Essa organização surge em um momento que parecia ser o ápice das lutas e debates acerca da necessidade de nova reforma agrária, tanto é que esta é implementada apenas um ano após o surgimento da EQUARUNARI. Entretanto, o comprometimento da organização com as questões indígenas emergiu cerca de uma década mais tarde, uma vez que a autonomia das comunidades indígenas andinas estaria sendo de fato ameaçada. Com os conflitos territoriais indígenas renovando seu impacto nas comunidades rurais étnicas, os primeiros contatos com as organizações amazônicas começaram a ser feitos.

A EQUARUNARI foi fundada, como já dito, a partir de redes pré-constituídas, o que permitiu que articulasse comunidades indígenas heterogêneas, o que não teria sido possível sem as organizações paroquiais formadas pela Igreja. Embora a EQUARUNARI nunca tenha sido uma organização formalmente eclesial, ela promoveu núcleos de catequistas de base que propunham uma nova leitura da Bíblia, o que foi um significativo auxílio¹⁹⁹ na constituição de suas organizações em níveis provinciais. Os espaços físicos constituídos por essas instituições são o eixo fundamental da organização no sentido de que são os locais de encontro entre membros de diferentes comunidades e facilitaram o enquadramento “pan-indígena” que essas comunidades esboçariam em diante.

Ainda que o apoio da Igreja tenha sido central, a EQUARUNARI, depois, buscou autonomia em relação a ela. A autonomia frente ao Estado e frente à Igreja foram pontos desenvolvidos gradualmente em face da já estabelecida questão da distribuição de terras e da etnicidade. Desde o seu início, ela já tinha uma diretoria composta apenas por indígenas e, mesmo, as mobilizações eram feitas por indígenas. Os temas da classe e da etnia sempre existiram um ao lado do outro, porém nunca com o mesmo peso, alternando-se em importância. A EQUARUNARI rompe com a tradição dos partidos comunistas e socialistas de enfatizar mais a classe do que o problema étnico. Isso foi marcante, sobretudo, na sua primeira fase, a que vai de 1972 a 1977. Ela se distinguiu bastante de outras organizações camponesas, na sua defesa explícita das identidades andinas pré-colombianas e na luta contra o racismo. Entretanto, de 1977 a 1985, o tema da classe volta contundentemente, relegando a etnicidade novamente a segundo plano. Isso se deu, em bom grau, pela necessidade de se estabelecer alianças com outros setores populares e o termo *campesino* volta a ser utilizado, inspirado nos conflitos sociais existentes na Nicarágua nos anos 1980. Os negros das áreas

¹⁹⁹ Auxílio por parte das Igrejas e dos catequistas.

rurais costeiras também manifestaram as supostas semelhanças entre suas organizações (no caso a FENOC)²⁰⁰ e a EQUARUNARI.

Mas, mesmo assim, essa preponderância da questão classista sobre a étnica não obteve uma total hegemonia dentro da organização. Embora, formalmente, a agenda da EQUARUNARI em níveis nacionais estivesse diretamente relacionada aos dilemas da classe camponesa de forma mais ampla, em níveis locais e provinciais algo diferente ocorria. As diversas agendas formuladas localmente, assim como as múltiplas ações levadas a cabo, mesmo em nível nacional, não refletiam sua principal agenda. Em níveis locais, os ativistas se mobilizavam frente ao racismo e em prol da autonomia das comunidades indígenas, elegendo tenientes políticos de suas próprias comunidades, enquanto em níveis nacionais a direção do movimento tentava se aproximar das organizações amazônicas, buscando um enquadramento de classe mais amplo.

A questão étnica, na prática, nunca deixou de ter um enorme peso no movimento. Sua luta por autonomia não se limitava aos partidos políticos, mas também às organizações eclesiais que ajudaram a consolidar as redes de solidariedade que foram seu esboço inicial. Dois exemplos seriam os partidos de esquerda oriundos da Igreja, o Movimento Nacional de Cristãos pela Liberação (MNCL) e o Movimento Revolucionário da Esquerda Cristã (MRIC²⁰¹), ambos ativos no início da formação da EQUARUNARI (VAN COTT, 2005). Esses partidos não simpatizavam com as demandas de tipo “racial” e cultural, pois as consideravam “racistas e folclóricas”. Além dos conflitos entre a Igreja e as demandas indígenas, havia aqueles dentro da própria Igreja, entre setores mais moderados e mais radicais, constituindo um elemento divisório da instituição eclesiástica ao longo dos anos 1970, ameaçando dividir o próprio movimento indígena, assim como sua autonomia. Desta forma, no congresso de 1976, em Riobamba, a EQUARUNARI expulsou os não-índios de sua organização, passando a controlar sua entrada (dos não-índios) rigidamente²⁰².

Na verdade, pode-se dizer que o movimento indígena andino estava administrando uma estratégia dual, assim como um discurso dual. Para a esquerda equatoriana e para setores populares não-indígenas ela apresentava uma proposta classista camponesa. Frente as suas bases na região andina, ela se dispunha de um discurso mais indianista e se colocando como uma organização indígena.

²⁰⁰ A FENOC, ao organizar comunidades dos Andes e da costa, trabalhava com camponeses negros e mestiços.

²⁰¹ O nome original seria Movimiento Revolucionario de la Izquierda Cristiana.

²⁰² Neste momento já é possível observar um certo exclusivismo étnico que contribuiria posteriormente para o atrofiamento do Pachakutik.

Zamosc (1994:48) similarmente observa que “nas raízes, o elemento chave era revitalizar a estrutura da organização tradicional – as comunidades e cabildos locais, que começaram a se amalgamar em federações de comunidades e uniões de cabildos em paróquias e cantões” (YASHAR, 2006, p.108).

Isso era necessário, vista a relação dos cabildos e comunidades com organizações não indígenas de grande envergadura, como os partidos. Como já analisado, os partidos comunistas/socialistas defendiam causas que eram do interesse indígena, mas não defendiam sua autonomia nem davam tanta importância a questões culturais²⁰³. Ainda que a população indígena estivesse sempre na órbita das organizações de esquerda, o único partido dessa vertente que apoiava explicitamente as autonomias indígenas era o *Izquierda Unida* (IU). É marcante como o IU tomou o eleitorado indígena andino de outros partidos como o PSE, tendo um alto número de votos nessa região, até as eleições de 1996 (VAN COTT, 2005). Até esse momento, os movimentos não tinham ainda articulado uma plataforma eleitoral própria, tendo que fazer esse jogo dual com partidos que, pelo menos em certa medida, se punham com programas que pudessem solucionar a sua problemática.

Essa dualidade, assim como as estratégias e tipos de mobilização levadas a cabo nas bases da EQUARUNARI, a levaram a, novamente, assumir um discurso explicitamente étnico a partir de 1985. As reformas neoliberais que começaram a ser implementadas a partir dos anos 1980 pelo Partido Roldosista Equatoriano (PRE) e a erosão do sistema corporativista, também foram vistos como uma agressão frontal à autonomia das comunidades indígenas, o que favoreceu ainda mais a inclinação rumo ao discurso étnico. As mobilizações coordenadas a nível local, portanto, logo ganharam uma dimensão nacional, já que as demandas por defesa da comunidade e do território deviam ser direcionadas diretamente ao governo central, exigindo respostas desse mesmo governo.

A questão indígena, assim, deixa de ser algo local para se tornar regional, e mesmo nacional, uma vez que a EQUARUNARI buscou fortalecer laços com as organizações amazônicas em termos para muito além da classe, mas, sobretudo, da autonomia territorial das comunidades indígenas. O tema da autonomia, ao se tornar transversal às várias etnias, e às regiões fez com que a CONFENAIE e a EQUARUNARI formassem uma confederação ainda maior, de envergadura nacional, a CONAIE (Confederação Nacional de Indígenas Equatorianos).

²⁰³ Pelo menos não tanto quanto a questões de classe.

4.4 **Construindo o enquadramento: A formação da Conaie e as bases do movimento popular Pachakutik do Equador**

Em fins dos anos setenta e inícios dos anos oitenta, ativistas da EQUARUNARI e da CONFENAIE começaram a se encontrar para discutir a formação da federação nacional, criando a CONAIE, em 1986. A CONAIE surgiu em um quadro político de redemocratização das estruturas políticas formais do estado equatoriano²⁰⁴, do ressurgimento da democracia representativa multipartidária tradicional, mas, ao mesmo tempo, em um ambiente em que o papel das organizações de massa era irrisório, no sentido de como se relacionavam com os partidos políticos. A redemocratização foi conduzida por, entre outros, Jaime Roldós, fundador de um partido político que levava o seu nome, o Partido Roldosista Equatoriano (PRE), que foi formado por Roldós e um antigo grupo de colegas dos tempos de segundo grau, todos membros das elites tradicionais de seu país (DE LA TORRE, 2012).

O PRE, um partido de quadros com pouca penetração nas massas e pouca densidade e clareza ideológicas²⁰⁵ foi o principal articulador da nova democracia equatoriana que, naquele momento, também não apresentava partidos de penetração e integração de massas mais proeminentes. No que se refere às massas indígenas do meio rural, não havia nenhum partido que se voltasse significativamente a elas ou mesmo buscasse representá-las²⁰⁶. Os partidos nunca foram objeto de muita confiança das comunidades indígenas e as estruturas corporativas sempre foram vistas por elas como um canal institucional mais confiável no que se refere à relação com o estado. Mesmo o antigo PCE apresentava alguns problemas, uma vez que se aproximava dessas comunidades articulado por uma ideologia hiper internacionalista, no caso o marxismo. Na nova conjuntura democrática, já não havia mais nenhum partido que se aproximasse das comunidades indígenas de forma mais permanente, indo a elas em períodos eleitorais e, uma vez estando no poder, desapareciam.

Nesse ambiente de partidos de quadros, e de desdém pelos partidos políticos de forma mais ampla e mesmo pelos traços formais e eleitorais da democracia²⁰⁷, a CONAIE surge como a grande representante dos interesses indígenas, e como a cristalização organizativa de

²⁰⁴ No Equador a redemocratização ocorreu em 1979.

²⁰⁵ Ainda que ele tenha anunciado o Programa Nacional de Desenvolvimento Rural, destinado às populações pobres rurais, de forma geral.

²⁰⁶ Podia haver partidos e políticos que apresentassem discursos de tipo populista voltados para as massas empobrecidas (incluindo aí os índios), mas não representantes de fato do setor social indígena.

²⁰⁷ Nas eleições de 1986 as organizações indígenas conclamaram aqueles que representavam a abster-se das urnas.

configurações sociais étnicas, cujas redes de socialização convergem para um conjunto de interesses mais ou menos específicos. Entre esses interesses, um dos mais importantes seria a luta pela plurinacionalidade e pela autonomia territorial. Como tanto a EQUARUNARI como a CONFENIAE já vinham argumentando que os problemas ligados à terra e à cultura estavam interpenetrados, um dos principais pontos colocados pela CONAIE foi o da autonomia territorial camponesa, de maneira que continuou-se com a fusão entre questões culturais e de classe. Os espaços associativos proporcionados pela reforma agrária, junto à tradicional organização comunal dos indígenas, permitiram a formação de uma ampla rede articuladora de demandas rumo ao estado. Neste sentido deu-se um aprofundamento dos primeiros níveis de enquadramento gerados pelos espaços associativos advindos das federações criadas pelo PCE, pela *Ley de Comunas*, pela reforma agrária e pela presença da Igreja no campo. Não se tratava mais de estabelecer as primeiras pontes do enquadramento, já que estes haviam sido feitos nos espaços associativos em uma escala inter comunitária. Agora se tratava de um enquadramento em níveis interétnicos e em níveis intertemáticos, já que em torno da autonomia territorial giravam as questões da distribuição de terras e da etnicidade.

As reformas neo-liberais, que ganhariam maiores proporções em todo o continente a partir dos anos oitenta, somadas a uma conjuntura formada por partidos de quadros, tornou mais urgente a mobilização e formação da CONAIE²⁰⁸. Isto porque as reformas neo-liberais estavam desmantelando muitos arranjos feitos entre os governos corporativistas e o campesinato indígena. Com a crise econômica dos anos oitenta, muitos serviços sociais voltados para a população mais empobrecida foram minimizando alguns direitos sociais, incluídos aqueles da população rural. O PRE conduziu medidas de estabilização econômica como parte de um plano maior de austeridade fiscal, essas medidas sendo apenas um prelúdio daquelas de caráter draconiano que seriam tomadas pelo segundo governo civil de Leon Febres Cordero (1984-1988).

Alguns dos pontos mais impactantes das medidas de austeridade tomadas por Cordero foram sentidos pela população rural, com a enorme diminuição de subsídios para pequenos agricultores. O crédito para camponeses proporcionado pelo banco central também baixou vertiginosamente. Áreas como saúde e educação também passaram a receber menos investimentos (YASHAR, 2006). Em suma, o que se presenciou foi uma erosão das instituições construídas por governos corporativistas anteriores, com a população rural indígena absorvendo seus maiores impactos já que a *land security*, seus territórios

²⁰⁸ Isso do ponto de vista dos seus ativistas.

assegurados pela *Ley de Comunas* se encontravam nesse momento em risco. Ademais, as maiores taxas de pobreza eram sentidas por essas mesmas populações indígenas.

Mesmo após o governo de Cordero, esse padrão de reformas foi mantido, sendo criado um ambiente em que a sobrevivência, tanto sócio cultural, como econômica se tornaram urgentes. A terra era vista como um recurso produtivo e uma fonte de renda, assim como uma territorialidade social onde os laços sociais, constiuintes de uma determinada etnia, ou nacionalidade, poderiam ser mantidos. Nos anos oitenta, já estavam amalgamadas as idéias de que era necessário tanto a terra para o cultivo como a autonomia política da comuna indígena. À medida que passava essa década, líderes da EQUARUNARI, que antes viam o caráter produtivo da terra como um ponto mais proeminente, passaram a vê-lo como a base cultural e política da sobrevivência de seus povos.

A CONAIE, foi a organização que melhor respondeu a essa demanda, passando a organizar grandes manifestações de rua, mobilizando comunidades indígenas no fechamento de rodovias, marchas rumo a Quito, entre outras coisas. Apesar de, muitas vezes, as organizações terem visões diferentes do que seria a autonomia local, a CONAIE conseguiu reuni-las em uma organização com baixa densidade administrativa, com um amplo leque de tipos organizativos locais, mas que visualizava um enquadramento (*framing*) mais ou menos comum, estando as questões étnicas e camponesas no centro da contenda, o que pode ser visto como o embrião do partido-movimento. O ano de 1990 marcou o aparecimento da CONAIE na vida pública, quando ela conduziu o *Levantamiento Nacional Indígena*, uma série de mobilizações que durou dez dias, marcadas pelo fechamento de rodovias, ocupação de Igrejas (inclusive da Catedral de Quito), e impedimento de transporte comercial. Dezenas de milhares de indígenas participaram das mobilizações, conseguindo literalmente fechar as redes comerciais que ligavam as cidades, ocupando prédios do governo, além de conduzirem invasões de terra. Algumas organizações que não faziam parte da CONAIE participaram do *Levantamiento*, como a *Federación Nacional de Organizaciones Campesinas e Indígenas (FENOC-I)*²⁰⁹, a *Federación Ecuatoriana de Indígenas Evangélicos (FEINE)*²¹⁰, e comunidades independentes. Essas federações, somadas às comunidades independentes, tornam-se algo como movimentos anexos que são parte do movimento

²⁰⁹ Vale lembrar que a FENOC foi, durante muito tempo uma organização rival daquelas que politizavam as questões indígenas. Nascida das lutas sindicais dos anos quarenta e administrada por socialistas mais radicais a partir dos anos setenta, essa organização sempre enfatizou as questões de classe rejeitando a etnicidade por muito tempo. Posteriormente a FENOC incluiu no seu discurso as lutas indígenas e dos afroequatorianos, tendo em vista o peso político que ganhou a dimensão étnica.

²¹⁰ Durante um certo tempo a FEINE também se apresentou como uma rival da CONAIE.

principal nos seus mais significativos *contentious moments*, nos momentos em que as lutas sociais e a política do enfrentamento de Tarrow ganha destaque.

Os contornos que aproximam a CONAIE dos moldes organizativos dos antigos partidos socialistas pré-marxistas ficam mais nítidos nesse momento, uma vez que ela se constitui a partir de redes de movimentos que lutam por direitos específicos, fazendo demandas específicas, e articuladas por configurações socialmente constituídas antes de qualquer forma de politização. O que se quer dizer é que o universo social das comunidades está no cerne das organizações indígenas, sendo fundamental na constituição do movimento, das federações, e posteriormente, do partido-movimento, ou partido-rede. As agências de micromobilização estão na base da CONAIE, assim como das comunidades independentes que não são, necessariamente parte dela, mas lhe dão apoio em manifestações de rua. A própria natureza da vida social das bases da organização facilita a ação conjunta de massa. A luta pelo território com ênfase na redistribuição de terras e na autonomia das nacionalidades indígenas pré-colombianas torna-se também o eixo do enquadramento mais amplo dos movimentos que se cristalizariam no Pachakutik.

Na década de oitenta todas as províncias com população indígena continham organizações de base em níveis provinciais, microregionais e locais (VAN COTT, 2005). De acordo com um estudo do Banco mundial, as organizações indígenas equatorianas eram extremamente bem organizadas, contando com organizações “relativamente fortes” se comparadas aos países vizinhos (VAN NIEWKOOP; UQUILLAS; *apud* VAN COTT, 2005). O estudo mostra cerca de 2.300 organizações indígenas, consistindo em comunas, cooperativas, e outras unidades que são organizadas em, aproximadamente, 180 organizações de segundo nível.

Apesar dos antecedentes das mobilizações, como inflação, alto custo de vida e indiferença do governo²¹¹, a CONAIE usou as manifestações para criar um fórum onde foi articulada uma agenda a ser implementada em nível nacional. Essa agenda compunha-se de 16 pontos, que se articulavam em torno de três grandes temas, a etnicidade, a cidadania e a classe (no caso a camponesa). Tratou-se de uma aglutinação de movimentos sociais e organizações, resultando em um conjunto de demandas direcionadas diretamente ao estado. Esses 16 pontos eram:

- 1- Uma declaração pública de que o Equador é uma nação plurinacional (a ser retificada pela Constituição)

²¹¹ Além da já mencionada defesa dos territórios indígenas.

- 2- O governo deve garantir terras e títulos de terras para as nacionalidades
- 3- Soluções para problemas ligados à água e à irrigação
- 4- Absolução das dívidas indígenas à FODERUMA e ao Banco Nacional de desenvolvimento
- 5- Congelamento dos preços para consumidor
- 6- Conclusão dos projetos de prioridade para comunidades indígenas
- 7- Não pagamento dos impostos de terra nas zonas rurais
- 8- Expulsão do Instituto de lingüística de verão
- 9- Atividade comercial e artesanal livre
- 10- Proteção da CONAIE de sítios arqueológicos
- 11- Oficialização da medicina indígena
- 12- Cancelamento do decreto governamental que criou órgãos paralelos que administravam a reforma agrária
- 13- O governo deveria imediatamente garantir fundos para as nacionalidades
- 14- O governo deveria garantir fundos para a educação bilíngüe
- 15- Respeito pelos direitos da criança
- 16- A fixação de preços justos para os produtos (YASHAR, 2006).

O *Levantamiento* foi a primeira mobilização nacional indígena, o que o diferenciou de outras manifestações camponesas. A mobilização, segundo seus próprios ativistas, foi muito importante no sentido de que foi um ponto de transição no que se refere ao imaginário nacional acerca das sociedades indígenas. Muitos membros de comunas e comunidades isoladas umas das outras tiveram a manifestação como uma oportunidade de estabelecer contatos, fortalecendo certa identidade comum e consolidando a forma como enquadravam os problemas em questão. A existência desses grupos identitários passou a ter maior presença e importância na paisagem mental coletiva dos equatorianos, que antes não existia, além de que as organizações indígenas passaram a ser uma força política considerável e não negligenciável. As questões da etnia e da terra ganharam centralidade no debate público equatoriano e outras organizações se sentiram encorajadas a se manifestar dentro de temas parecidos, embora a CONAIE tenha permanecido como o principal ator político relacionado a essas temáticas.

As mobilizações de 1990, além de surpreender as elites políticas, criaram um terreno favorável a novas manifestações. Em abril de 1991, militantes da OPIP marcharam de suas áreas de habitação na região amazônica rumo a Quito para exigir a titulação de suas terras.

Em maio do mesmo ano, indígenas participaram da ocupação simbólica do Congresso, exigindo a libertação e anistia de outros índios aprisionados em manifestações anteriores. Em 1992, grupos indígenas equatorianos se uniram a uma manifestação de proporções internacionais contra a celebração de 500 anos de descoberta do continente americano pelos europeus e a subsequente conquista dos povos pré-colombianos do continente.

O levantamento culminou com o então presidente Borja aceitando discutir as demandas da CONAIE com seus líderes. O governo aceitou titular 600 mil hectares de terras na região amazônica para os Huaorani e posteriormente, após uma marcha em abril de 1991, 1.115.475 de hectares para os Quíchuas de Pastaza. Em junho de 1994, as organizações indígenas derrotaram a proposta de lei de desenvolvimento agrário do Presidente Sixto Durán Ballén (1992-1996). Essa proposta favorecia a privatização de terras e recursos hídricos em favor de grandes empresas. Foi a chamada “Mobilização pela vida”, quando a CONAIE, a FENOC-I e a FEINE, através do bloqueio de rodovias, conseguiram barrar o comércio de quinze das vinte e uma províncias equatorianas, durante duas semanas. A principal demanda eram leis mais favoráveis aos pequenos proprietários de terras, assim como às terras comunitárias, coletivamente compartilhadas. Essa manifestação, que teve a participação de cerca de 3,500 comunidades e organizações indígena-camponesas, encontrou uma mais dura repressão do governo, que deixou um saldo de cinco manifestantes mortos (VAN COTT, 2005). Nas áreas urbanas, esses manifestantes, uma vez mais, ocuparam prédios públicos e organizaram mobilizações de massa. Nas regiões amazônicas, poços de petróleo foram ocupados e a produção petrolífera foi adiada por vários dias. Em uma conjuntura de muita tensão, e depois de semanas de negociação, o governo aceitou modificar o projeto de leis agrárias, incluindo algumas demandas indígenas, como manutenção dos direitos coletivos da posse da terra, propriedade pública de recursos hídricos, e a continuação do processo de reforma agrária que o governo de Durán Ballén (1992-1996) tentou parar.

O arrefecimento das manifestações frente a abertura do estado a negociações, ajudou a modificar a imagem da CONAIE, de uma organização radical para uma mais moderada, sobretudo com o surgimento na cena pública de uma de suas ativistas mais conhecidas, Nina Pacari, como uma mediadora entre os movimentos e o governo. A CONAIE atraiu movimentos urbanos de esquerda que, pelo menos até aquele momento, não tinham muita relação com a temática indígena e camponesa, principalmente a indígena. Partidos políticos de centro-esquerda passaram a se apresentar como possíveis aliados, tendo em vista o enorme poder mobilizatório de uma confederação de comunidades rurais que podia literalmente parar o país, se realmente quisesse. Nesse momento, estava criado o terreno onde a CONAIE, tendo

ganhado muita confiança no que se refere à sua capacidade de reestruturar o cenário político, teria que escolher participar ou não de eleições.

O período de 1986-94 foi um período de amadurecimento da CONAIE, assim como de aglutinação de forças sociais no seu entorno que pressionaram o sistema político de tal maneira que se tornaram uma força política considerável. Além do mais, a classe trabalhadora urbana havia sido derrotada em 1990, com as reformas neo-liberais dos anos oitenta e noventa, deixando um espaço que ia sendo, cada vez mais, preenchido por esse novo catalizador das lutas sociais que era a “questão” indígena. A agenda por um estado plurinacional chegara para ocupar o centro dos debates públicos, pelo menos até aquele momento. Embora muitas de suas demandas não tenham sido atendidas, a CONAIE teve vitórias significativas como, em 1995, ao ter o controle de um programa de educação bilíngüe sustentado pelo Estado, a manutenção de um número enorme de hectares de terras comunitárias, e o impedimento da retomada da lei de reforma agrária. O quadro que se forma leva a CONAIE, um movimento fracionado e com baixíssima densidade administrativa, embora com organizações de base que, por sua vez, são muito coesas, a aceitar criar uma plataforma eleitoral e um braço partidário.

4.5 **Movimento unidade popular Pachakutik – Novo País: O braço político das comunidades indígenas e camponesas no Equador**

No décimo terceiro congresso da CONAIE, em 1996, foi criado o Movimento Unidade Popular Pachakutik – Novo País (MUPP-NP). Propondo um estilo de governo baseado em três valores tradicionais andinos, *ama llulla, ama quilla, ama shua*²¹², e voltando atrás no que havia sido decidido no terceiro congresso da CONAIE em 1990²¹³, o MUPP-NP foi criado para servir de braço político-eleitoral para as organizações indígenas (BECKER, 2011). Na altura das eleições nacionais de 1988, duas visões distintas já se articulavam, a da formação de um partido pelas organizações amazônicas e a manutenção do formato de movimento social pelas organizações andinas. A partir do *levantamiento* de 1990, alguns líderes amazônicos da CONAFENIAE, como Rafael Pandam e Valerio Grefa, já pressionavam pela criação do Pachakutik. Havia um maior entusiasmo das organizações indígenas amazônicas

²¹² A tradução desses termos seria algo como, “não minta, não seja lerdo, não roube”

²¹³ Em 1990 a CONAIE havia decidido não participar em eleições.

pela criação de um partido, enquanto que as lideranças andinas preferiam manter o repertório de ações mais voltado para a ação e pressão diretas, sobretudo através de grandes mobilizações. Ainda em 1992, os setores amazônicos da CONAIE se recusavam a participar eleitoralmente, afirmando que os indígenas equatorianos deveriam boicotar as eleições daquele ano.

Em 1995, líderes amazônicos proclamaram unilateralmente a criação de um movimento político que divergia bastante do programa da CONAIE. Subsequentemente, foi criado nos Andes, pelo conselho político da CONAIE, um movimento político paralelo chamado Unidade Plurinacional. Os dois movimentos convergiram para criar o Movimento Pachakutik pela Unidade Plurinacional. Eles se tornariam o Movimento Unidade Plurinacional Pachakutik –Novo País, uma vez que o movimento *Nuevo País* foi a contribuição e acessória de intelectuais que poderiam facilitar o contato do recém criado partido com setores urbanos e outros movimentos de esquerda fora da órbita indígena. O *Nuevo País*²¹⁴ foi fundado por Freddy Ehlers, um jornalista branco que trabalhava com temas ambientais e sociais, tentando enfatizar uma nova ética política (BECKER, 2011). Aqui temos o encontro de movimentos mais exclusivamente étnicos com aqueles ligados ao que Poguntke chamou de *new policy parties*, o que mostra como era heterogênea a base movimentalista que deu origem ao Pachakutik.

A formação desse partido se dá por difusão territorial, já que sua estruturação a nível nacional é constituída a partir do enquadramento de um problema comum²¹⁵, por várias organizações espalhadas pelo território. A CONAIE apresentou grande capacidade de controle sobre o Pachakutik, e uma mostra disso é o fato de que cerca de cinquenta por cento do Comitê Executivo do segundo se encontrava, em 1998, integrado na primeira (FREIDENBERG; ALCÁNTARA SÁEZ, 2002).

O partido-rede se originou como uma convergência de grupos de esquerda que eram críticos do sistema econômico vigente e grupos indígenas que almejavam resignificar o campo político a partir de idéias como:

- a- A independência e autonomia das instituições organizativas e partidistas tradicionais do sistema político;
- b- Um espaço de encontro entre o movimento camponês indígena e usuários rurais com os setores urbanos, isto é, entre os movimentos e os intelectuais progressistas

²¹⁴ Na verdade, esse movimento se chamava “Cidadãos por um Novo País”.

²¹⁵ Ou mais ou menos comum.

- c- A apresentação de um programa para a sociedade;
- d- Uma proposta ética para a atividade política (FREIDENBERG; ALACANTARA SÁENZ, 2002).

O principal eixo de redefinição do estado se colocaria em torno da plurinacionalidade e da reconstituição de territorialidades sociais, algo em comum com o MAS, seu equivalente boliviano. Desta forma, haveria uma reestruturação tanto do estado, quanto da sociedade, e a plurinacionalidade se concretizaria em um sistema de autonomias comunais e etnonacionais. Isso implica reconhecer a plurinacionalidade no desenho do aparato estatal equatoriano (FREIDENBERG; ALCÁNTARA SÁENZ, 2002). Dentro do projeto plurinacional, estaria, além da autonomia territorial das comunidades etnonacionais, a educação bilíngüe²¹⁶, assim como a defesa do meio ambiente e rechaço profundo do modelo econômico neoliberal. A redefinição do modelo democrático passaria pelo fortalecimento de formas mais locais e diretas de democracia, em especial no que se refere à autodeterminação dos povos indígenas (democracia comunitária local). A visão de democracia da CONAIE também plantea um sistema político anticolonial, anticapitalista, antiimperialista e antisegregacionista²¹⁷. Os membros da CONAIE/Pachakutik também se colocam como o grupo de esquerda mais radicalizado, dentro de um espectro esquerda-direita. Ainda assim, para a sua vertente mais étnica e indígena, esse tipo de classificação se torna um pouco confusa, com muitos deles não se colocando nem como de esquerda, nem como de direita (FREIDENBERG; ALACÁNTARA SÁENZ, 2002).

A criação e estruturação do Pachakutik mostram o caráter fracionado e disperso dos movimentos e organizações que conformavam a CONAIE, e, mesmo, o próprio Pachakutik, inclusive no momento em que eles têm que decidir se vão ou não para a arena eleitoral. A dependência de grandes manifestações para ganhar visibilidade, assim como das esferas de micromobilização como motor propulsor dessas manifestações, já dá os contornos de um partido claramente movimentalista, de um partido-movimento alicerçado em redes e configurações sociais. Outro traço nesse sentido é a pluralidade e volatilidade dessas redes. Algumas organizações que, se antes estavam com a CONAIE, decidiram lançar seu próprio partido, como a FEINE. Esta, por ser evangélica, rompeu com a CONAIE, devido a sua proximidade histórica com a Igreja Católica. Além disso, o Pachakutik não é, a princípio, nem um partido tradicional, nem uma agrupação meramente indígena (FREIDENBERG;

²¹⁶ Aqui almeja-se uma reavaliação técnica, pedagógica e administrativa do sistema de Educação Intercultural Bilingue.

²¹⁷ Podemos ver aí uma herança, tanto das idéias de Mariátegui como dos antigos PCE e PSE.

ALCÁNTARA SAÉNZ, 2002). Ele integra demandas de múltiplos setores da sociedade, embora as comunidades e federações indígenas sejam o seu principal núcleo organizativo e mobilizatório²¹⁸. Movimentos sociais ecologistas, assim como trabalhadores das empresas públicas ligadas ao petróleo e à eletricidade também integram a pouco coesa panóplia de grupos que compõem o partido/movimento.

A forma como se estruturava a CONAIE/Pachakutik se mostrava mais próxima de um movimento político que de um partido político (FREIDENBERG; ALCÁNTARA E SAÉNZ, 2002). Trata-se de um partido indireto, usando os termos de Panebianco, ou seja, seus quadros internos são membros tanto das organizações de base quanto do partido em si²¹⁹. A relação do Pachakutik com a CONAIE se mostrou bastante estreita, especialmente no início. Ambos trabalhavam de forma muito próxima, se sustentando, em boa medida, pela Coordenadoria de Movimentos Sociais, que articulava a CONAIE, sindicatos de esquerda de empresas estatais e mais cerca de 50 organizações urbanas e rurais (BECKER, 2011). A proximidade entre a CONAIE e o Pachakutik não se manteve a mesma com o passar dos processos eleitorais, e justamente em função destes, sua estruturação foi se modificando. Em uma primeira etapa, que se identifica com o período que vai da criação da CONAIE até 1999, as bases e o partido em si estão praticamente amalgamadas. Suas principais características eram um escasso distanciamento entre bases e líderes, a presença de mecanismos coletivos na tomada de decisões, uma estrutura pouco burocrática e de pouco manejo formal, e a valorização da iniciativa dos membros. Essas características marcaram a existência do Pachakutik desde a criação da CONAIE até o fim da década de noventa.

Todavia, após uma entrada na arena eleitoral não tão bem sucedida como a do MAS boliviano, as principais lideranças do partido identificaram nessa hiper informalidade um elemento dificultador da entrada do movimento na esfera eleitoral. O risco de que seus membros constituíssem uma elite parlamentar afastada das bases partidárias e suas demandas passou a ser visto como inevitável e mesmo necessário, uma vez que a falta de um poder centralizado mais forte permitia que muitos membros da própria base se corrompessem, como afirmou Miguel Lluco²²⁰ (FREIDENBERG; ALCÁNTARA SAÉNZ, 2002). A partir disso, decidiu-se dar uma estrutura formal ao Pachakutik, aproximando-o um pouco de outros partidos tradicionais. As definições que delinearam essa maior formalização foram tomadas

²¹⁸ Essas seriam as principais agências de micromobilização que estariam na base do Pachakutik. É nelas que está a alta capacidade de mobilização do partido.

²¹⁹ Isso não quer dizer que não possa haver filiações individuais.

²²⁰ Importante dirigente da CONAIE/Pachakutik naquele momento. Na segunda metade da década de noventa houve vários escândalos de corrupção envolvendo indígenas eleitos para cargos públicos.

no I Congresso do MUPP-NP realizado em Quito, em 1999. O primeiro congresso em quatro anos de existência do partido teve como convidados membros de quatro partidos: *Izquierda Democrática*, *Nuevo País*, *Movimiento Popular Democrático* e o *Partido Socialista*. Tendo como grandes temas a sua relação com a esquerda em geral e sua condição de movimento distintamente ao de partido, o Congresso buscou redefinir o desenho organizativo do partido de forma a torná-lo mais coeso, facilitando sua inserção no sistema político e no estado equatoriano. Os principais pontos sustentados para isso eram:

- a) A conformação de uma estrutura orgânica em escala nacional que favoreça a execução de um plano estratégico que permita a redefinição da representação política;
- b) O desenvolvimento de um plano para a construção do Estado plurinacional, sob a tese do poder compartilhado que sustenta a reorganização do poder e a democratização do estado a partir de diversas formas de autoridade já existentes nos territórios indígenas;
- c) A reestruturação do sistema político vigente na promoção da participação cidadã;
- d) O exercício de uma política de consenso baseada na ideologia da pluralidade, elemento que é considerado fundamental como fator de coesão interna da estrutura organizativa do movimento;
- e) Da promoção da interculturalidade como uma forma de vida da organização social indígena (FREIDENBERG; ALCÁNTARA SÁENZ: 256).

Por fim, foi decidido que a estrutura interna do movimento se debruçaria sobre uma série de instâncias territoriais. Na esfera mais local, um Conselho Cantonal que reúne membros das diferentes organizações sociais de base. Depois os Conselhos Provinciais e por último um Conselho Executivo Nacional, composto por onze membros. Já o Congresso ou Assembléia Nacional está composto de delegados de todas as organizações sociais, trinta das províncias, cinquenta em função da porcentagem de votação do Movimento em cada província pela média que cada uma obtém no total nacional, três por cada organização política, um por cada deputado, os membros do Comitê Executivo Nacional, os militantes que representam o movimento em âmbitos institucionais, e cinco por cada organização social. A Assembléia Nacional se reúne a cada dois anos e seus membros são eleitos pelo princípio da representação majoritária (FREIDENBERG; ALCÁNTARA SÁENZ, 2002).

O Comitê Político se reúne a cada seis meses e é composto por um delegado por cada província (22), um por cada organização social (10 a 15 aproximadamente), os deputados e 25

membros eleitos diretamente pela Assembléia Nacional. Sua função é a fiscalização e controle das atividades do movimento, aprovação do plano político, definição da linha de ação legislativa, aprovação das candidaturas a cargos de representação popular. O Comitê Executivo Nacional, de caráter permanente, composto pelo presidente do movimento, sete representantes militantes eleitos pela Assembléia Nacional, três pertencentes a organizações sociais, um delegado pelas organizações políticas nacionais (EQUARUNARI, CONAIE e CONFENIAE) e um delegado por bloco parlamentar. Sua função é a coordenação, implementação e execução do Congresso Político e da Assembléia Nacional. A estrutura do Comitê Político e do Comitê Executivo se reproduz em diferentes níveis institucionais e territoriais, como o provincial e o cantonal (FREIDENBERG; ALCÁNTARA SÁENZ, 2002).

A densidade institucional do partido aumentou consideravelmente a partir desse momento, sendo que em cidades com populações em torno de cem mil habitantes, há uma organização local com pelo menos cem membros, cinquenta ativistas encarregados das diretrizes nacionais e provinciais, tesoureiros que arrecadam cotas para o movimento e uma oficina com um empregado em tempo parcial ou completo. De toda maneira, nas áreas com pouca presença indígena, o Pachakutik não conta com uma presença organizativa muito significativa, o que mostra certa “etnodependência” do partido.

Essa “etnodependência” marca muito o partido-movimento, visto que o Pachakutik não consegue, de fato, alcançar uma base interclassista sólida e mais ampla, da mesma forma que fazem os partidos tradicionais. Uma série de empecilhos ligados a essa questão étnica surge, uma vez que existem várias diferenças marcantes entre os setores que o integram, e os que não conseguem se integrar a ele em termos étnicos (como algumas organizações negras da região costeira). Por exemplo, os conflitos entre os indígenas e os colonos que lutam por políticas de crédito rural e não se vêm como indígenas, assim como entre os indígenas e os trabalhadores urbanos do setor da eletricidade. Ademais, há a necessidade de transformar o movimento em um partido de fato, com quadros com perfil político elevado que consolidem o seu trabalho, porém, sem enfraquecer suas bases. Essas limitações se mostrariam bastante significativas no que se refere à ampliação e consolidação do Pachakutik e elas estão intimamente ligadas à problemática étnica.

A estrutura organizativa e densidade institucional descritas, segundo os próprios membros, ainda não estão bastante consolidadas (FREIDENBERG; ALCÁNTARA SÁENZ, 2002), de maneira que o setor indígena monopoliza o partido, ainda que existam Coordenadorias de Mulheres, grupos ecologistas, e todo o espectro considerado de esquerda em suas fileiras. Pelo menos nos eventos de rua e nas mobilizações de massa, as comunidades

indígenas capitalizam o Pachakutik. É como se os grupos não indígenas fossem organizações anexas.

A organização dos voluntários e seu processo na tomada de decisões se dão, de acordo com o movimento, de baixo para cima, desde as bases até as instâncias nacionais. Essa discussão desde baixo é conduzida pelas células posicionadas nas comunidades locais, sendo essas células as bases. Neste ponto, a organização através de células aproxima muito o Pachakutik de um modelo leninista de partido político. Ele se distancia do tipo de partido configurativo que o caracterizara em seus inícios para ficar mais próximo de um tipo leninista. Isto porque as células se superpõem às agências de micromobilização que são, na maioria das vezes, as próprias comunidades indígenas. O fato de o Pachakutik ter se consolidado mais em territórios de maioria populacional indígena que em outros, pode levar a crer que existe uma maior identidade entre as células do Pachakutik²²¹ e as comunidades que formam a base das confederações. Ainda assim, a presença de células, talvez mais até que o próprio adensamento burocrático do Pachakutik, lhe dá traços marcadamente leninistas. A necessidade de adentrar o campo eleitoral levou o Pachakutik nessa direção, como se verá a seguir.

4.6 **Entre conquistas, fracassos e uma nova constituição: A entrada do Pachakutik na Arena eleitoral e no estado equatoriano**

As orientações estratégicas permaneceram a de competir eleitoralmente, mas também manter a pressão na *política callejera*²²² de forma que o repertório mais movimentalista continuou sendo colocado em prática. Segundo os membros e ativistas do movimento político, faz parte de sua estruturação, uma relação mais horizontalizada entre as diversas organizações que o compõem (BECKER, 2011). Às atividades complementárias entre política de rua e política parlamentar existe uma complementaridade entre movimento político que busca votos e movimento social que, não apenas se mobiliza nas ruas, mas, também, se articula como um movimento cultural, de difusão de um conjunto de valores visto como marginalizado ao longo da história equatoriana. Isso contribui para que a base do partido esteja permanentemente ativada e mantenha alguma pressão sobre a “cúpula” do partido.

²²¹ Uma identidade, que provavelmente gira em torno da etnicidade, que marca tanto os membros do Pachakutik, quanto da CONAIE e os habitantes das comunas rurais.

²²² Das ruas.

A decisão de competir em eleições veio em 1993, no terceiro congresso da CONAIE, sob grande pressão das organizações amazônicas. As reformas constitucionais de 1994 permitiram que independentes pudessem se candidatar sem estar filiados a algum partido. O sistema político-partidário equatoriano era relativamente aberto a novos partidos. Tratava-se de um sistema multipartidário em que os quatro principais partidos não tinham, separadamente, mais que vinte por cento do eleitorado, apresentando poucas dificuldades a novos candidatos populares. A ausência de um sistema bipartidário seria algo que poderia facilitar a chegada de novas propostas partidárias, havendo um terreno aberto para uma força ascendente, como os movimentos indígenas de então.

Na verdade, o sistema partidário equatoriano se mostrava como um dos mais fragmentados do continente latinoamericano (VAN COTT, 2005). A alta fragmentação dos poderes legislativos leva à necessidade, também, dos governos formarem coalizões, o que proporciona grandes oportunidades a novas formações partidárias. Mesmo partidos menores têm a oportunidade de participar dos governos, como aconteceria com o Pachakutik (VAN COTT, 2005). Com o partido mais de esquerda entre os quatro principais, o Izquierda Democrática (ID) em declínio²²³, a CONAIE teve ainda mais espaço e oportunidade para capitalizar, não apenas as demandas indígenas, mas também aquelas vistas como populares. A CONAIE foi a primeira organização indígena a criar seu próprio partido (no caso, o Pachakutik). Porém ela não foi, pelo menos em um primeiro momento, uma referência apenas para os setores indígenas, substituindo, de certa forma, aquilo que, historicamente, era o papel de partidos como PCE e o PSE. Apesar das significativas vitórias da CONAIE e do Pachakutik ao longo dos anos noventa e inícios do novo século, posteriormente essa aliança entre movimento indígena e outros setores da esquerda se deterioraria um pouco, como será visto adiante.

Uma experiência que constituiu uma espécie de preliminar da CONAIE e sua relação com esses outros setores da esquerda foi a da *Unión de Organizaciones Campesinas e Indígenas de Cotacachi* (UNOCARC). Essa experiência mostra como a lógica da formação de um partido étnico indígena pode se amalgamar com outras organizações de esquerda (inclusive partidos políticos), mas, também, como esses grupos podem divergir e, mesmo, entrar em conflito. Formada em 1977, e aliando-se à *Federación Nacional de Organizaciones Campesinas* (FENOC), a UNOCARC decidiu participar de eleições em 1980, pela sigla da *Frente Amplio de Izquierda* (FADI). Como a FADI não tinha nenhuma organização em

²²³ Assim como a maioria dos partidos de esquerda da região, naquele momento.

Cotacachi, ela aceitou incluir a UNOCARC na sua lista, de forma que a última monopolizou os interesses da primeira em Cotacachi. Nas eleições locais, no distrito de Imbabura, em 1978, a lista da UNOCARC terminou em terceiro, conseguindo eleger um indígena para o conselho municipal, conseguindo manter essa representação por muitos anos.

Essa vitória atraiu outros grupos de esquerda para o distrito de Imbabura, o que possibilitou que índios e *mestizos* formassem um núcleo da FADI no distrito. A partir de então, os indígenas tiveram que negociar sempre com os *mestizos* da FADI para poder participar de suas listas de candidatos. Alguns membros da UNOCARC propuseram criar um partido indígena próprio e eliminar a necessidade de negociar com os *mestizos*, mas seu presidente, Alberto Andrango, não achou uma boa ideia. O caráter multiétnico do distrito, assim como a grande presença de camponeses mestiços, tornava necessárias as alianças com setores de esquerda não indígenas (VAN COTT, 2005). Em 1986, a UNOCARC decidiu romper com a FADI e unir-se ao PSE, uma aliança que durou até 1996. Apesar de conseguir conquistar alguns cargos importantes, a relação dos indígenas da UNOCARC com o PSE começou a se deteriorar. O PSE não aceitava, facilmente, incorporar indígenas no seu alto escalão e os *mestizos* que eram eleitos para cargos públicos tinham mais facilidade em trabalhar com *mestizos* de outras regiões que com os próprios indígenas de Cotacachi. As demandas por obras e políticas públicas em cantões de maioria indígena também eram constantemente ignoradas.

O conflito atingiu um clímax em 1992, quando os indígenas insistiram em que um dos seus deveria competir para presidente do conselho municipal pela sigla do PSE. Muitos militantes socialistas também não estavam satisfeitos com essa aliança, afirmando que ela estava causando perda de prestígio do PSE em Cotacachi. Embora a dirigência nacional dos socialistas estivesse fazendo arranjos a fim de manter na sua órbita a FENOC e também se aproximasse das organizações indígenas, na região de Cotacachi, os ativistas do PSE e da UNOCARC estavam em posições divergentes. O movimento indígena de Cotacachi, ao fim, iria prevalecer, afastando-se do PSE, mas apenas depois que o Pachakutik adentrou a cena política da região, em 1996.

O caso da UNOCARC parece ser um esboço da própria CONAIE, já que aproximações e distanciamentos da esquerda não indígena, por questões étnicas, marcam significativamente a trajetória de ambas.

No fim dos anos oitenta, a CONAIE, ainda não tendo seu próprio braço eleitoral, apoiava seus ativistas a votar na Izquierda Unida, ainda que não lhe desse apoio oficialmente. Isso ocorreu, sobretudo, nas eleições de 1988, em relação ao candidato da IU, Rodrigo Borja,

que viria a governar de 1988 a 1992. Como foi mostrado, o *levantamiento* de 1990 deu tanta visibilidade às organizações indígenas, que a ideia de formar seu próprio partido tornou-se uma possibilidade bastante real. Entretanto, além da presença mobilizatória das organizações indígenas, certos traços na estrutura eleitoral dos equatorianos criaram um ambiente favorável à partidarização da CONAIE (VAN COTT, 2005).

Os conselhos municipais são organizados de forma que candidatos eleitos em municípios rurais precisem de menos votos para vencer uma eleição. Devido ao tamanho da população desses municípios, o número de votos para eleger um candidato pode ser menor, e é justamente nesses municípios rurais que se concentra a maior parte da população indígena. Esse tipo de organização favorece movimentos indígenas mais que outros tipos de movimentos, como de operários e minorias sexuais, já que estes se encontram concentrados em grandes áreas urbanas, em geral. Essa estrutura institucional encorajou a CONAIE a participar das eleições, o que já ocorreria a partir de 1996.

Na sua primeira experiência eleitoral, em 1996, os resultados do Pachakutik não foram muito animadores no nível nacional, ainda que tenham tido mais sucesso em níveis locais. Foram eleitos oito deputados (seis deles indígenas, incluído o próprio líder da CONAIE, Luis Macas) e dois prefeitos indígenas. Na região amazônica, Valerio Grefa, presidente da Coordinadora de las organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazônica (COICA), e Héctor Villamil, presidente da OPIP, alcançaram cargos para deputados provinciais em Napo e Pastaza, respectivamente. Auki Tituaña, um economista proveniente de áreas urbanas, mas de origens indígenas, venceu a eleição para prefeito de Cotacachi. Ele foi responsável pela aproximação de várias organizações, urbanas e rurais. Ele, estando aliado à CONAIE, ganhou força em Cotacachi²²⁴ a partir do apoio que tinha da UNOCARC, que desistiu de lançar a candidatura de Segundo Andrango, para apoiar aquela de Tituaña.

O sucesso do Pachakutik em níveis locais levou o partido a cogitar o lançamento de um candidato para a presidência da república. Entretanto, apesar de ser talvez o segmento social mais organizado da sociedade equatoriana, a candidatura de um líder indígena pareceu ousada demais, visto a rejeição que sofriam nas áreas *mestizas* e urbanas das cidades e da região costeira. Desta forma, o Pachakutik aceitou a candidatura de Freddy Ehlers, o jornalista branco líder do movimento Cidadãos por um Novo País, e responsável pela introdução de alguns elementos não indígenas no partido, assim como pela introdução do *Nuevo País* (NP) à sigla MUPP-NP.

²²⁴ Lembrando que a CONAIE não tinha uma presença muito significativa em Cotacachi.

Tendo em vista as características extremamente heterogêneas do Pachakutik, algumas organizações que, eventualmente, o apoiaram, preferiram lançar seus candidatos por outros partidos. Foi o caso da FENOC-I, e seu presidente, Mesías Tatamuez, que se candidatou ao posto de deputado nacional pelo Partido Socialista Equatoriano, concorrendo com Luis Macas. Os indígenas evangélicos, na sua maioria, apoiaram Jaime Nebot, do Partido Social Cristão (PSC), para presidente, alguns apoiando também o independente René Mondragón, que depois foi desqualificado para a disputa por não conseguir o número necessário de assinaturas para poder se candidatar²²⁵. Rodrigo Paz, da Democracia Popular (DM), também atraiu um número considerável de votos dos indígenas evangélicos. O processo eleitoral, ao invés de consolidar, antes explicitou as cisões entre as organizações indígenas, além de criar outras novas, como o distanciamento entre as bases e a liderança do próprio Pachakutik (BECKER, 2011).

Ehlers ficou em segundo lugar, de maneira que os dois partidos vencedores do primeiro turno buscaram uma aproximação aos indígenas, visando seus votos. Nebot do PSC e Abdalá Bucaram do PRE (Partido Roldosista Equatoriano) buscaram dar apoio a Luis Macas, oferecendo-lhe o posto de Presidente do Congresso. Nesse momento, a grande maioria das organizações indígenas não demonstrou interesse por nenhum dos dois candidatos. Ainda assim, o vice-presidente da CONAIE, Rafael Pandam, e o presidente da COICA, Valerio Grefa, decidiram apoiar Bucaram. Apesar dessa fratura, Bucaram venceu a eleição, tendo um grande número de votos das populações rurais indígenas, devido a suas promessas para com os setores mais empobrecidos da sociedade equatoriana. Ele criou o *Ministry of Indigenous Affairs*, projeto que sofreu uma forte oposição dos movimentos indígenas, pelo risco de dar aos povos indígenas características de “gueto”, isolando sua problemática em um Ministério, e tornando-a alheia aos outros problemas enfrentados pelos equatorianos²²⁶. Rafael Pandam e Valerio Grefa assumiram importantes cargos no novo ministério, o que gerou alguns conflitos dentro das organizações indígenas. Luis Macas também aceitou o cargo que lhe haviam prometido no Congresso, sendo destituído da presidência da CONAIE.

Para selecionar um novo presidente, a CONAIE convocou um novo congresso em um quadro político marcado por enormes tensões internas, entre os grupos étnicos, em especial no que se refere à clivagem entre grupos andinos e amazônicos. A facção andina escolheu José

²²⁵ A Lei de Partidos de 1977 exigia uma lista de pelo menos 0,5% de assinaturas dos eleitores registrados para que um partido pudesse lançar candidaturas, ou um independente lançasse a sua própria.

²²⁶ Esse ministério substituiu a Secretaria Nacional de Assuntos Indígenas e Minorias Étnicas, criada por Durán Ballén em 1992. Essa secretaria tinha poucos recursos e era dirigida por Felipe Duchicela, um suposto descendente de Atahualpa, que não tinha nenhuma representatividade entre os povos indígenas.

Maria Cabascango, que fora líder da organização regional Federação Indígena e Camponesa de Imbabura (FICI). Já a facção amazônica escolheu Antonio Vargas, líder da OPIP, que já vinha ganhando visibilidade desde as manifestações de 1992. O congresso terminou de maneira inconclusiva, sem a escolha de um novo presidente, e com a ocupação da sede da CONAIE em Quito pelos Shuars amazônicos. Por fim, a facção andina aceitou Vargas para a presidência, para que o movimento que ainda não chegara a dez anos de existência não se fraturasse completamente perante um relativo fracasso na sua primeira experiência eleitoral.

O governo de Bucaram não durou muito. Ao tentar implementar uma série de políticas neoliberais, idealizadas pelo economista argentino Domingo Cavallo, ele colocou a política *callejera* contra ele. O aumento nos preços de água potável, gás, eletricidade e telefone, levaram a significativas manifestações de rua contra seu governo. Eleito em 1996, em 1997, e após uma série de escândalos de corrupção, ele foi retirado do poder em um processo onde foi acusado de incapacidade mental. Uma vez mais, os movimentos indígenas tiveram importante papel nas manifestações, se aproximando do Presidente interino, Fabián Alarcón, um dos atores políticos mais presentes no processo de destituição de Bucaram. Em troca do apoio, Alarcón prometeu aos movimentos indígenas a proposta de uma Assembléia Constituinte, para escrever uma nova constituição.

Um dos principais pontos que a CONAIE/Pachakutik colocava era a mudança do artigo 1 da Constituição, e declarar o Equador como uma nação plurinacional. Trabalhando junto com outras organizações, ela foi a força motriz por trás da nova constituição. Nas eleições para a Assembléia, de setenta cadeiras a CONAIE/Pachakutik conseguiu sete mais três de outros partidos aliados, tornando-se a terceira maior força política na Assembléia. Depois que os membros da aliança de centro direita deixaram a Assembléia, em protesto, o bloco de centro-esquerda do qual a CONAIE/Pachakutik fazia parte acabou por lançar a nova Constituição (BECKER, 2011). Embora a CONAIE/Pachakutik tenha tido um sucesso apenas parcial na elaboração da nova Constituição, ela conseguiu reaver as terras coletivas das comunidades indígenas, que estavam ameaçadas pelos novos projetos neoliberais. Entretanto, o país não foi reconhecido como plurinacional, e muitas das demandas indígenas da Convenção número 169 da *International Labour Organization* (ILO) não foram incorporadas à nova Constituição. Junto à esses termos não atendidos pela constituinte, a CONAIE impulsionou a criação de uma Assembléia Constituinte Alternativa.

A CONAIE/Pachakutik conseguiu que alguns de seus membros pudessem alcançar importantes posições no governo, como Nina Pacari, que foi vice presidente da Assembléia Nacional, e posteriormente seria ministra da Agricultura. Ainda assim, seus sucessos foram

bastante relativos, e se limitaram à incorporação de direitos coletivos à terra por parte de suas comunidades e a introdução de indivíduos originários dessas comunidades em importantes postos de poder. Também conseguiu que o polêmico Ministério de Assuntos Indígenas, implementado pelo governo Bucaram, fosse desmantelado, e pressionou já no governo interino de Alarcón para fosse criado o Conselho de Planificação e Desenvolvimento dos Povos Indígenas e Negros (CONPLADEIN), estabelecido junto com representantes das organizações indígenas, sendo que Nina Pacari foi nomeada secretária técnica (ALBÓ).

Ampla participação indígena teve, também, a elaboração do Projeto de Desenvolvimento dos Povos Indígenas e Negros (PRODEPINE), um programa piloto do Banco Mundial de apoio aos grupos indígenas em que participaram CONAIE, FENOCIN, FEI e FEINE, além de outras organizações independentes de negros e índios, todos insistindo em que a autogestão deveria ser a pedra chave do projeto. O projeto enfrentou vários problemas, como o “aparecimento” de diversas nacionalidades indígenas. Os Quíchia foram divididos em quatorze “pueblos”, para facilitar a distribuição das verbas vindas do Banco Mundial. Algumas comunidades tradicionais incorporadas já eram bastante conhecidas, como os Saraguru, de onde veio Luis Macas. Outras, aparentemente surgiram por razões circunstanciais, como os Caranqui, que recuperaram nomes históricos já desaparecidos. Mas independentemente do caráter mais ou menos “verdadeiro” de tais comunidades, o que essa experiência mostrou foi uma capacidade de penetração dos movimentos indígenas²²⁷ em várias instituições.

A participação em instituições não pararia nas relações com o Banco Mundial. Ela se aprofundaria nos anos 2000 no estado equatoriano, porém sem traduzir tal participação em conquistas verdadeiras para as populações indígenas. Eles jamais conseguiriam chegar à presidência, como o MAS boliviano, assim como se manteriam muito dependentes de alianças com outros partidos. Já na sua relação com o governo de Jamil Mahuad (1998-2000) isso fica claro. Nas eleições de 1998, depois de ter sido um ator político considerável na Constituinte, e de estar conduzindo a PRODEPINE, o Pachakutik achou que tinha boas chances de chegar à presidência do país, lançando novamente a candidatura de Freddy Ehlers. Não foi o que ocorreu, e Jamil Mahuad, da União Democrática Cristã, venceu com uma proposta claramente neoliberal.

²²⁷ Neste episódio houve alguns atritos entre indígenas e afroequatorianos. Estes últimos criaram o Conselho de Desenvolvimento Afroequatoriano (CODAE), pois achavam que havia uma demasiada centralidade das questões indígenas-nacionais no processo. Havia alguns conflitos nesse sentido entre a FENOCIN e a CONAIE.

Depois de um ano e meio de governo, a gestão de Mahuad enfrentou uma grave crise, com muitos bancos indo à falência, grande desvalorização do Sucre (moeda nacional naquele momento), o que obrigou o presidente a adotar o dólar como moeda nacional, como medida de combate à inflação. Nesse cenário de crise, a CONAIE, junto com a Coordenadoria dos Movimentos Sociais (CMS), e apoiada pelos militares, colocou em prática aquilo que havia feito durante a Assembléia Constituinte, estabelecendo uma série de mini parlamentos em várias regiões do país. Esses parlamentos indígenas totalizaram ao todo vinte e um parlamentos provinciais, convergindo para um parlamento nacional indígena em Quito. Essa prática não era incomum à CONAIE, como mostra a experiência posta em prática por Mariano Curicama, o primeiro prefeito indígena, na época à frente da prefeitura de Guamote. Segundo a CONAIE, foi com a experiência de Guamote que nasceram os parlamentos indígenas.

De acordo com o jornal da CONAIE, *Riksharishun*, os parlamentos são órgãos que atuam paralelamente ao estado, exercendo pressão permanente sobre ele, além de ajudar a organizar a vida das comunas indígenas (ALBÓ). O parlamento é composto por delegados eleitos nos bairros e nas comunas. Em geral, a metade é de representantes do campo e outra metade da cidade. Os delegados podem ser destituídos a qualquer momento pela base, seus mandatos são revogáveis. Aqui, novamente, o Pachakutik pode, em alguma medida, ser comparado ao modelo leninista de partido, uma vez que o mini-parlamento se assemelha um pouco ao antigo soviete²²⁸. Ainda assim, o fato de as bases poderem revogar o poder dos delegados a qualquer momento não permite que ele seja considerado um partido leninista clássico. Esse tipo de classificação fica ainda mais complicado se considera-se que as organizações indígenas apresentam um modelo de estruturação mais centrado nas próprias bases e na tradição assembleísta comunal, e a convergência com setores não indígenas vem das esferas urbanas do movimento, que são as mais radicais (ALBÓ, 2008). Assumindo que a importante capacidade mobilizatória do CONAIE/Pachakutik está, basicamente, nas comunidades indígenas, e também o alto poder de revogar os delegados pelas bases²²⁹, pode-se dizer que o Pachakutik é um sistema misto, um partido configurativo com uma tonalidade leninista. Sua forma de se estruturar lembra, também, a da Comuna de Paris, embora nela não existissem células como no Pachakutik.

O parlamento indígena tem poder de derrubar qualquer governo municipal, segundo seus membros (VAN COTT, 2005), e a derrubada de Jamil Mahuad mostra como isso

²²⁸ No sentido de que o soviete era um poder conduzido paralelamente ao estado, competindo com este.

²²⁹ Tendo em vista a capacidade organizativa dessas comunidades.

funciona, não só em níveis cantonais/municipais, mas também em nível nacional (no que se refere à derrubada do chefe do poder executivo nacional). Junto ao Parlamento Nacional dos Povos e seus 146 delegados eleitos, foram se somando mais e mais indígenas vindos do interior até Quito. O Parlamento aprovou o rompimento, pelo menos momentâneo, com os três poderes do Estado: Legislativo, Judicial e Executivo. Os indígenas que se aglutinavam, e já eram em milhares, conseguiram penetrar na Praça dos três poderes com a ajuda de militares rebeldes, comandados pelo General Carlos Moncayo e pelo Coronel Lúcio Gutiérrez, e pressionar pelas mudanças. Formou-se assim a Junta de Salvação Nacional, composta por Moncayo, Gutiérrez e Antonio Vargas, que, dentro do Congresso, pedia a renúncia de Mahuad, operando ao lado do Parlamento Nacional dos Povos. Com a renúncia de Mahuad a Junta deveria assumir provisoriamente o poder.

Entretanto, a cúpula militar se negou a passar o poder à Junta, afirmando que Gutiérrez deveria ter lhes passado o poder. Gutiérrez foi substituído pelo General Carlos Mendoza na “nova” Junta. Essa nova Junta também não durou, devido às ações rebeldes dos militares em questão, que tiveram que prestar satisfações à alta cúpula do comando militar. Gutiérrez, junto com outros militares rebeldes foi preso, e os outros dois liberados depois de um pedido de perdão. No mesmo dia Gustavo Noboa (o vice de Mahuad) assumia a presidência. Todos os esforços do Pachakutik, dessa maneira, tiveram sucesso em retirar Mahud do poder, mas não em criar um governo substituto que absorvesse seus interesses.

Todavia a sinergia criada pelo Pachakutik não se diluiu, já que, no mesmo ano de 2000, nas eleições provinciais e municipais, ele alcançou os melhores resultados de sua história, conseguindo 31 municípios de um total de 215 e 5 governos provinciais de um total de 22. O ambiente político parecia bastante favorável à política indígena, pois chegou mesmo a surgir um outro partido indígena, o Amauta Jatari, braço eleitoral da FEINE. A presença incisiva da FEINE na PRODEPINE, e posteriormente sua pequena presença na organização executora, e sua força regional em Chimborazo, contribuíram para lançar seu próprio braço eleitoral, competindo com a CONAIE pela capitalização da questão indígena. A CONAIE, por sua vez, buscava apoio no militar rebelde do episódio de 2000, Lúcio Gutiérrez, em um contexto de grandes mobilizações devido, entre outras coisas, da marcha das políticas de Mahuad por Gustavo Noboa²³⁰.

O quadro político que se desenhou na altura da queda de Mahuad não se modificou muito depois que Noboa assumiu. O crescente preço da gasolina, do diesel e do gás e toda a

²³⁰ Inclusive a dolarização da moeda nacional.

instabilidade política fizeram com que Antonio Vargas chamasse por um novo *levantamiento*. CONAIE, FENOCIN e FEI atenderam ao pedido, e entre 26 de janeiro e 7 de fevereiro boa parte do país ficou paralisada em uma das maiores mobilizações de massa conduzidas pelos movimentos indígenas²³¹. Ela aglutinou mobilizações como nunca antes, além das três citadas acima, a FEINE teve importante participação em Chimborazo e a Federação Nacional de Trabalhadores Agroindustriais, Camponeses e Indígenas Livres do Equador (FENACLE), uma organização majoritariamente camponesa, assim como a Confederação Nacional do Seguro Social Camponês – Coordenadoria Nacional Camponesa (CONFENAUSSC – CNC), que Luís Macas considerava a maior organização camponesa do Equador (ALBÓ, 2008). Esta última organização já havia participado do *levantamiento* de 1990, fazendo parte do Pachakutik, ainda que sem apresentar o peso mobilizatório das organizações indígenas. Segundo Ricardo Ulcuango, na altura o vice-presidente da CONAIE, as manifestações de 2001 foram sem precedentes e conseguiram reunir praticamente todos os movimentos do país. Curiosamente, nesse caso a *Coordinadora de Movimientos Sociales* (CMS) ficou de fora. A liderança da mobilização ficou nas mãos de Eduardo Ulcuango, descendente dos velhos líderes da FEI em Cayambe e de linha mais moderada que Antônio Vargas, preso logo nos primeiros dias de manifestação, o que provocou a saída da CMS, mais radical.

Algo que também diferenciou essa mobilização das outras foi uma maior violência do aparato estatal, por pressão dos setores governamentais da costa, onde está mais desenvolvida a agricultura capitalista moderna. Dessa vez, a polícia proibiu os seis mil indígenas que estavam em Quito de acampar em um parque da cidade, de forma que eles tiveram que se deslocar para a Universidade Politécnica Salesiana, onde os encontrou o recém liberado Antônio Vargas. Na região serrana e em algumas partes da região amazônica novamente entrou em voga o repertório de ações de fechar rodovias e isolar as cidades, isolar os mercados e até mesmo cortar o abastecimento de água de certos municípios. Os confrontos com as forças estatais foram violentos, deixando sete manifestantes mortos, dezenas de feridos e centenas de presos. Por fim, os manifestantes aceitaram moderar suas demandas, assim como o governo aceitou fazer concessões, o que significou a revisão parcial das medidas econômicas, a redução do custo popular da alta de preços e a adoção de medidas para a outorga de créditos a pequenos e a médios produtores (ALBÓ, 2008).

Nos dois anos seguintes, continuou havendo manifestações e o congresso da CONAIE, de 2001, se redefiniu como *I Congreso de pueblos y nacionalidades de Ecuador*, tendo como

²³¹ Segundo alguns, esse *levantamiento* foi o maior de todos

objetivo concretizar aquilo que foi exigido no processo constituinte de 1998, ou seja, transformar as organizações de base em nacionalidades, sendo essas nacionalidades as reconhecidas pela CODENPE. O projeto não avançou muito e o próprio presidente Noboa afirmou que o Equador era um estado multiracial unitário e que o tratamento desigual entre diversos grupos não fazia sentido.

4.7 O início do declínio do Pachakutik no Equador: De Gutiérrez a Correa

O ano de 2002 foi marcado pela preparação do Pachakutik para as eleições desse ano. O partido cogitou lançar um candidato presidencial, mas divisões internas tornaram tudo mais complicado. Antônio Vargas e Auki Tituaña estavam na disputa, e o primeiro abandonou o partido para se lançar como presidente pelo Amauta Jatari, o braço eleitoral da FEINE e partido dos indígenas evangélicos. Porém, Tituaña também foi descartado, e faltando 45 dias para definir os candidatos a CONAIE/Pachakutik desistiu de lançar seu próprio candidato, preferindo uma aliança. Com a ausência de uma frente eleitoral de esquerda, o Coronel rebelde Lúcio Gutiérrez do flamejante Partido Sociedade Patriótica, que havia estado junto com o movimento nas lutas pela queda de Mahuad, foi o escolhido. Em uma eleição marcada pelo rechaço dos partidos tradicionais, Gutiérrez ficou em primeiro lugar no primeiro turno com 20,3% dos votos, tendo impressionantes 83% na região amazônica²³². No segundo turno Gutiérrez venceu com 54,4 %.

Todavia, logo que se instalou o governo, o distanciamento do Pachakutik e da CONAIE se deu muito rapidamente. No parlamento, o novo presidente bloqueou as tentativas do partido indígena de formar uma aliança de centro esquerda. Em relação ao poder executivo, o Pachakutik assumiu cerca de trezentos cargos, pegando os ministérios das Relações Exteriores (Nina Pacari), da *Agricultura e Ganadería* (Luis Macas), da Educação e Culturas (Rosa Torres²³³), e do Turismo (Doris Solís²³⁴). Para a política econômica, Gutiérrez nomeou pessoas que seguiam as mesmas políticas do governo anterior, deixando o Pachakutik de lado nessa área, tensionando a aliança. A maioria dos membros do alto escalão do

²³² Antonio Vargas do Amauta Jatari não conseguiu nem 1% do eleitorado, dando a entender que o setor indígena evangélico sempre foi bastante marginal no cenário das lutas sociais onde a temática indígena era articulada.

²³³ Pedagoga não indígena com trajetória na UNESCO.

²³⁴ Socióloga não indígena.

Pachakutik abandonou o governo, embora não os da CONFENAIE e da CONAICE, o que mostra as enormes divisões dentro do movimento indígena. Gutiérrez, por sua vez, tentou se aproximar das organizações de base indígenas através de práticas clientelistas, criando, inclusive, a Federação de Povos Indígenas Camponeses e Negros do Equador (FEDEPICNE), uma organização paralela, ligada ao oficialismo. Desta forma, Gutiérrez conseguiu quebrar o ponto forte da CONAIE/Pachakutik que são as mobilizações e demonstrações de rua. O frustrado Antônio Vargas passou a assessorar o Coronel, facilitando ainda mais seu trabalho de minar a resistência dos partidos indígenas, ao cooptar seus setores intermediários nas zonas rurais. A EQUARUNARI tentou convocar grandes mobilizações de rua, mas desta vez sem sucesso. A CONFENIAE se dividiu em função de discordâncias em relação às políticas petrolíferas, gerando algumas cisões dentro da própria CONAIE. Em alguma medida, a espinha dorsal do partido havia sido quebrada, pelo menos naquele momento.

Gutiérrez, assim como Mahuad, não completou seu mandato presidencial. A partir de uma série de medidas autoritárias, como destituir todos os tribunais constitucional, eleitoral e supremo de justiça, sua popularidade caiu vertiginosamente. Seu novo Tribunal Supremo confirmou a anulação da condenação de Abdá Bucaram, e este pôde retornar ao país. Os protestos de rua começaram e os movimentos indígenas mobilizaram cerca de 2 mil pessoas. Um número pequeno comparado às outras manifestações, sendo que desta vez foram os setores urbanos, conhecidos por *Movimiento de los forajidos*, que tiveram proeminência na queda de Gutiérrez. Com as manifestações chegando a cem mil pessoas e o exército retirando seu apoio ao presidente, Gutiérrez foi obrigado a renunciar.

Após a frustrada experiência com o “Coronel do povo”, o Pachakutik decidiu lançar candidatos próprios na eleição presidencial seguinte. Desta vez, o resultado foi bastante ruim, com Luis Macas do Pachakutik alcançando apenas 2,6% do eleitorado. A grande surpresa foi Rafael Correa, líder do partido ALIANÇA PAÍS, e defensor do “socialismo para o século XXI” assim como “socialismo cristão”. Apostando contra a “partidocracia mafiosa”, uma nova assembleia constituinte, e com um discurso voltado para os mais pobres, Correa decidiu se candidatar para presidente sem antes concorrer para cargos parlamentares. No primeiro turno, ele obteve 22,8% dos votos, atrás apenas de Álvaro Noboa, que obteve 26,8%. Nas paróquias rurais da serra, Gilmar Gutiérrez, irmão do ex-presidente Gutierrez, alcançou os primeiros lugares, mostrando que as políticas clientelistas e prebendárias de seu irmão haviam funcionado²³⁵. No segundo turno, Correa venceu com 56,7% dos votos, conseguindo boa

²³⁵ Gilmar Gutiérrez, irmão de Lúcio Gutiérrez ficou em terceiro lugar no primeiro turno.

parte do eleitorado indígena que no primeiro turno se dirigiu a Gutiérrez, e em menor medida, a Luís Macas.

Foi no seu plano de colocar adiante uma nova constituinte, levada a cabo em 2007 na província de Manabí²³⁶, que se encontrou o ponto de aproximação com os movimentos indígenas. De fato, houve alguma aproximação, com Correa participando de alguns comícios indígenas, algumas vezes lhes dirigindo palavras em Quíchua. Entretanto, essa participação indígena não foi tão significativa nem tão coesa quanto a de 1998. Havia apenas 5 constituintes do Pachakutik e 10 indígenas que saíram dele e agora estavam no Aliança PAÍS. As prioridades do governo Correa eram de ordem econômica, visando diminuir as desigualdades sociais dos equatorianos como um todo, deixando um pouco de lado a questão das nacionalidades. A *política callejera* em favor de Correa também estava mais concentrada nos setores urbanos, de maneira que a CONAIE/Pachakutik perdeu a hegemonia das ruas que havia tido por quase duas décadas.

Ainda assim, em uma espécie de esforço desesperado pela implementação do estado plurinacional, em 2007 o Pachakutik organizou uma manifestação de 10 mil indígenas em torno do Congresso, em sua grande maioria, mobilizados pela EQUARUNARI²³⁷. Macas entregou a proposta para a “Constituição pelo Estado Plurinacional” ao presidente da Nova Assembléia, Alberto Acosta, lamentando que Correa estivesse em uma missa no Vaticano, quando deveria estar em seu país, recebendo tal proposta. Ademais, as bases da CONAIE se fragmentaram ainda mais, uma vez que a FENOCIN, com toda a sua tradição classista, se aproximou de Correa e se distanciou do Pachakutik. Havia uma preocupação também acerca dos povos amazônicos que ganham direitos a terra e depois as vendem às indústrias petrolíferas. Sendo assim, o tema das nacionalidades não se aprofundou, pelo menos não da forma que a CONAIE desejava.

O Pachakutik não conseguiu criar um enquadramento duradouro de níveis nacionais. No fim, as clivagens regionais entre a costa, mais negra e mestiça com sua tradição classista sindical, a serra com suas comunidades camponesas indígenas e a Amazônia com seus grupos indígenas cooptados pelo prebendalismo e clientelismo dos irmãos Gutiérrez, impediu tal enquadramento. Ele não foi capaz, como MAS boliviano, de conciliar um projeto nacional com o indianismo. A tradição sindical/trabalhista, no Equador, estava na costa, onde desde inícios do século XX já havia um projeto de identificação da nacionalidade centrado nos mestiços da região, como já mostrava a obra de José de la Cuadra, *El Montubio*

²³⁶ A Assembléia Constituinte, de certa forma, neutralizou o poder do parlamento e sua suposta partidocracia.

²³⁷ Nessa mobilização, o Pachakutik já se mostra bastante restrito ao universo andino, camponês e indígena.

*ecuatoriano*²³⁸. O mestiço da costa, tanto o de origem rural, quanto das maiores cidades, se constituía pela miscigenação entre espanhóis, negros e índios, e isso também contribuiu para o enfraquecimento do indianismo do Pachakutik em nível nacional²³⁹. O partido-movimento, aqui tratado, parece, até o momento, se restringir às comunidades de base da região serrana, sua configuração social específica e suas agências de micromobilização, um partido-rede étnico com alguns traços leninistas.

O indianismo do Pachakutik não foi acompanhado por um etapismo de construção da identidade nacional no modelo de Miroslav Hroch, e a concorrência do indianismo campesinista da serra com o sindicalismo não índio da costa foram fundamentais para que o pachakutik tenha se constituído como um partido mais regional.

²³⁸ José de la Cuadra fez parte de um grupo de intelectuais conhecidos como “Os 12 de Guaiquil”. Era um grupo de escritores e intelectuais que se dedicava a pensar o cerne da nacionalidade equatoriana. Eles identificaram os criadores de gado mestiços da província de Manabí, como a essência da equadorianidade. Nesse momento seus contatos com as populações da serra eram ínfimos. O choque entre essas duas equadorianidades pode ser visto até os dias de hoje, inclusive na sua expressão política.

²³⁹ A própria cidade de Guaiquil, que é a maior do país, pouco tem a ver com a serra na sua configuração racial e cultural. Sua população está envolvida em uma atividade sindical diferente daquela das federações camponesas indígenas da serra. Membros da FENOCIN, muitas vezes reclamavam da pouca aceitação dos negros por parte da CONAIE, o que contribuiu para o seu distanciamento dela (BECKER, 2011). O ponto é que essa clivagem etnocultural entre costa e serra se tornou um problema para o enraizamento do Pachakutik em terras fora da serra.

5 PARAGUAI E O MOVIMIENTO POPULAR TEKOJOJÁ

5.1 Campesinismo e socialismo no Paraguai

No terceiro estudo de caso aqui tratado, temos os fragmentados movimentos sociais paraguaios que, na sua maioria, convergem para a chamada *Frente Guasú* (Frente Ampla), coalização de partidos de esquerda da qual o mais significativo é o *Movimiento Popular Tekojojá*, além da existência de outros movimentos mais incipientes fora da alçada da *Frente Guasú*. O caso paraguaio é curioso, no sentido de que os movimentos sociais nesse país não conseguiram se aglutinar, como nos outros dois casos estudados (principalmente o caso boliviano), em plataformas eleitorais mais sólidas, assim como conformar uma organização partidária com maior penetração social.

O que torna a problemática ainda mais peculiar é que muitos dos traços que se constituem em fatores propiciadores na consolidação de movimentos altamente contestatários, como os bolivianos e os equatorianos, existem também no país do *chaco*. Esses traços seriam uma elevada concentração de terras produtivas nas mãos de um setor agropecuarista mais modernizado, uma latente desigualdade de renda, e, também, uma certa problemática lingüística e cultural, embora a etnicidade não entre tanto no caso paraguaio²⁴⁰. Ainda assim, a esquerda ali se mostrou, no período posterior à redemocratização, pelo menos em nível nacional, como uma das mais fragmentadas e enfraquecidas do continente sul-americano, manifestando-se através de um número enorme de organizações minúsculas e, muitas vezes, apresentando dificuldade em articular um enquadramento comum mais duradouro.

De acordo com Torcuato di Tella, o Paraguai apresenta uma das populações mais homogêneas da América Latina, em termos étnicos e raciais, assim como nunca apresentou grandes concentrações sindicais que pudessem alicerçar movimentos sociais mais organizados. Di Tella não está totalmente errado, uma vez que a miscigenação nesse país se deu de tal forma que as populações de criollos-hispânicos e indígenas foram reduzidas a percentuais muito pequenos da população paraguaia, sendo a maioria esmagadora o produto da mistura entre espanhóis e indígenas, sobretudo do grupo etno-lingüístico Guaraní. Segundo o autor ítalo-argentino, a ausência de clivagens étnicas marcantes e profundas, assim como a

²⁴⁰ Esta “ausência” de etnicidade será melhor descrita e explicada ao longo do capítulo.

ausência de um robusto corpo sindical oriundo de um processo de industrialização, que os paraguaios nunca tiveram, explica o caráter “estável” e pouco conflitivo da política paraguaia. Como foi dito, Di Tella estava, em certa medida, correto em seu diagnóstico, porém, elementos que favorecessem o conflito existiam no país, tendo a questão agrária sido, sempre, o mais presente. Como o próprio Di Tella afirma, o campo paraguaio não estava esvaziado de potencial conflitivo, mas muitos trabalhadores que atuavam nos *yerbales* e no setor madeireiro preferiam migrar para a Argentina em busca de trabalho, ao invés de se organizarem e demandarem melhores condições de vida, devido ao fato de algumas regiões argentinas terem sido uma zona de fronteira em expansão com ampla oferta de trabalho naquele período (DI TELLA, 2005).

Desta forma, não foram criadas, durante muitas décadas, organizações mais significativas de tipo revolucionário, no Paraguai. Ainda que o anarquista espanhol Rafael Julián Barrett tenha introduzido as idéias anarquistas entre fins dos oitocentos e inícios dos novecentos em terras paraguaias²⁴¹, isso não teve muita ressonância nas configurações sociais do país, em especial as rurais, que constituíam quase todo o “proletariado” paraguaio naquele período. As discussões acerca da estrutura agrária paraguaia e os problemas sociais intimamente ligados a ela não pereceram com o fim da proposta anarquista de Barrett. A distribuição de terras, como principal problema do país, continuou no centro do debate público, principalmente através da obra de Carlos Pastore, *La lucha por la tierra en el Paraguay*, em que é analisada a problemática da concentração de terras em seu país, e de seus efeitos na vida social.

Entretanto, assim como o anarquismo não teve muita ressonância na sociedade rural paraguaia, as idéias ligadas à problemática da terra não tiveram muita penetração nas incipientes organizações revolucionárias que começavam a surgir nas primeiras décadas do século XX. O Partido Comunista Paraguai, ainda que estivesse inserido em um meio onde quase toda a classe trabalhadora se encontrava nas zonas rurais, não aceitava o camponês como agente da revolução. Isto em função tanto de o PCP estar muito ligado ao programa e diretrizes oriundos de Moscou, quanto pelo fato de o próprio partido ser extremamente inflexível, a ponto de não cogitar outras bases revolucionárias que não fossem os trabalhadores fabris urbanos. Oscar Creydt, um dos nomes mais proeminentes do pensamento

²⁴¹ Barrett escrevia em jornais atacando a estrutura agrária paraguaia e as condições de vida dos trabalhadores, sobretudo nas plantações de erva mate. Travou debates intensos com autores conservadores como Manuel Domínguez e liberais como Cecilio Báez. Seus escritos o levaram a uma confrontação tão contundente com as elites paraguaias, que foi forçado a deixar o país. Uma das principais obras do autor espanhol foi *La realidad de los yerbales*.

marxista no Paraguai e autor de *Formación de la nación paraguaya*, não via os trabalhadores do campo como revolucionários em potencial²⁴², embora tenha criado colunas de luta armada no campo, a *Coluna Mariscal Lopez* e a *Coluna Ytororó* para combater o regime do General Alfredo Stroessner. Os comunistas, a princípio, se voltavam, principalmente, para o setor trabalhista das zonas portuárias do rio Paraguai, que não constituíam uma concentração muito grande de trabalhadores. A ausência de sindicatos urbanos robustos com grande peso político marcaria a história política paraguaia e da esquerda mais especificamente até os dias de hoje, como será discutido ao longo do capítulo. Entretanto, o potencial mobilizador oriundo do universo camponês, negligenciado pelo antigo Partido Comunista Paraguaio, viria finalmente à tona, após o fim do regime ditatorial de Stroessner, em 1989. Não é que não tenha havido tentativas de organização nesse sentido durante o próprio regime strossnista, como é o caso das Ligas Cristãs Agrárias (LACs), que tiveram sua formação inicial nos anos sessenta. Ainda assim, uma rede mais extensa e complexa de movimentos sociais se formou para além dos experimentos das LACs depois da queda do regime ditatorial.

Uma curiosidade em relação ao Paraguai, é que, apesar de ser um país bilíngüe com marcante presença da cultura indígena na vida e identidade nacionais, a etnicidade não entrou significativamente no terreno das lutas populares como ocorreu nos dois outros casos estudados. O indianismo não surgiu como uma corrente de pensamento e ideológica mais proeminente, pois a cultura Guarani penetrou a vida nacional muito cedo, não representando um mundo rural a parte, frente a centros urbanos mais *criollos*, ou brancos. A língua guarani foi absorvida por populações não necessariamente indígenas, inclusive nas cidades, desde muito cedo na história paraguaia. Desta maneira a configuração da nacionalidade paraguaia se deu antes da emergência das lutas sociais em um cenário de choque com os regimes neoliberais dos anos noventa.

5.2 Língua Guarani, nacionalismo, e identidade nacional no Paraguai

A língua guarani está intimamente ligada à formação da identidade nacional dos paraguaios, desde os primeiros anos de sua existência como nação independente. Falar e

²⁴² Creydt apesar de ser um stalinista, voltou-se para a China e o Vietnã depois das denúncias feitas por Khrushhev contra o regime de Stalina ente 1927 e 1953 na antiga URSS. China e Vietnã, que se tornaram famosos dentro do universo revolucionário pela utilização do campesinato como força armada revolucionária.

compreender o guarani significa estar incluído dentro da “paraguaidade” (RODRIGUEZ, entrevista, 2016), enquanto que o desconhecimento dessa língua de origem indígena significa estar fora dela. No Paraguai, o esforço pelo “branqueamento” e pela “ocidentalização” do país não foi inexistente, porém não se deu da mesma forma que na Bolívia, onde se tentou substituir a figura do camponês indígena pela de um camponês ocidental e onde o elemento indígena estava fora das primeiras tentativas de se forjar a identidade nacional dos bolivianos²⁴³. No país chaquenho, a língua guarani, desde os oitocentos, já era associada à constituição de uma exclusividade nacional, não sendo vista apenas como uma língua indígena, mas como a língua dos paraguaios. Ainda que as elites paraguaias muitas vezes tenham rejeitado o guarani, elas não tiveram a intenção de erradicar a língua e alguns traços da cultura indígena da vida social dos paraguaios, como as elites de outros países sul-americanos fizeram. O fato da clivagem campo/cidade ser também muito pouco acentuada no Paraguai fez com que as principais cidades, inclusive Assunção, contribuissem para que o universo rural penetrasse as áreas urbanas, e com ele, a cultura guarani. Talvez um dos países com clivagem campo-cidade menos significativa da América do Sul, a divisão entre universo *cholo*/branco urbano e rural indígena não se deu como na Bolívia e no Equador. E embora seja raramente usada no Congresso, ou nas instituições políticas mais relevantes, o guarani é amplamente falado pela população paraguaia, de forma que está intimamente associado a identidade nacional daquele país²⁴⁴.

Segundo Tadeo Zarratea (2009), o Paraguai seria o país mais bilíngüe do continente americano, já que mesmo no Canadá o bilingüismo está alinhado com divisões regionais. No Quebec se fala o francês e o inglês, mas no Canadá anglófono, não necessariamente a maioria da população fala francês. No Paraguai, o bilingüismo se espalha por todo o território nacional com a grande maioria da população falando espanhol e guarani. Apesar de existirem vários dialetos da língua guarani, o chamado guarani paraguaio, ou o guarani falado pela maioria dos paraguaios vem de um dialeto específico chamado Guarani Karió (ZARRATEA, 2009). Este dialeto já era falado pelos habitantes da região onde hoje está Assunção, ainda nos séculos XV e XVI. Quando os espanhóis chegaram naquela área, em 1536, o Guarani Karió já era bastante diferenciado dos outros dialetos guaranis que existiam em regiões adjacentes.

²⁴³ Aqui nos referimos às elites políticas, e alguns setores das elites intelectuais. Alcides Arguedas, autor de *Raza de bronce*, embora tenha sido um dos primeiros a denunciar a brutalidade com que o índio era tratado pelas elites *criollas*, não era um entusiasta da cultura indígena como fundamento da nacionalidade boliviana. Já Franz Tamayo, autor de *Creación de la pedagogia nacional*, em 1910 afirmava que mais cedo ou mais tarde as elites de seu país teriam que se ver com as numerosas populações indígenas vivendo nas zonas rurais.

²⁴⁴ É muito comum escutar entre os paraguaios que aquele que não fala espanhol é um estúpido, porém se não fala guarani, não é paraguaio.

Mesmo com a castelhanização da região e a alfabetização em língua castelhana das crianças indígenas e mestiças, o guarani continuou sendo falado na vida privada, algo que duraria até os dias de hoje. O espanhol é visto como a língua das instituições oficiais e o guarani como a língua da vida privada, social e comunitária²⁴⁵ (RODRÍGUEZ, entrevista, 2016). O fato das elites paraguaias não virem de oligarquias tradicionais faz com que muitos de seus membros sejam pessoas do mundo rural que ascenderam economicamente, e falam guarani.

De acordo com José Carlos Rodriguez (2016) o governo do teólogo e advogado José Gáspar Rodriguez de Francia, o Dr. Francia (1816-1840), um dos fundadores do Paraguai independente, foi marcado por uma miscigenação obrigatória, com a finalidade de dismantelar as oligarquias tradicionais. Os casamentos “intra raciais” foram proibidos, em especial aqueles que se davam no campo das elites espanholas (RODRÍGUEZ, entrevista, 2016). Os membros das elites foram obrigados a ter filhos com pessoas de origem indígena, e embora muitos tenham conseguido “burlar” essa lei, os filhos dos *criollos* não podiam ser reconhecidos legalmente. Apesar do teor autoritário de tais medidas, elas foram bem sucedidas no dismantelamento das oligarquias, impedindo o aparecimento de verdadeiras dinastias oligárquicas como as que surgiram na Bolívia e no Peru (RODRÍGUEZ, 2016). Isso contribuiu para a criação de um tipo “racial” mais homogêneo, chamado *criollo-guarany*, que é visto como o âmago da nacionalidade paraguaia.

O *criollo-guarany* vem da ideia de um branco “sui generis”, um branco com traços marcadamente indígenas. Ideia elaborada por Manuel Dominguez, considerado um dos principais autores a pensar o caráter mestiço dos paraguaios, assim como sua identidade nacional. Dominguez foi professor no *Colegio Nacional de la Capital*, instituição criada em 1877 para, entre outras coisas, direcionar a nacionalidade paraguaia, que teve que começar a ser repensada depois da Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870). Entre as principais obras de Dominguez, está *El alma de la raza*, onde são discutidos os traços mais marcantes da “raça” paraguaia. Outro importante autor nesse sentido, e também professor no Colégio Nacional, Juan O’Leary, pensou a nação paraguaia a partir do fim a Guerra da Tríplice Aliança. Seu objetivo era pensar um país que deveria renacer da catástrofe que foi a derrota na guerra. Ele também pensou o país em termos raciais, e escreveu um famoso poema em 1899, com o mesmo nome, *El alma de la raza*. Além da questão racial, O’Leary conferia tonalidades heróicas ao povo paraguaio, como um povo que lutou até o último homem contra os invasores. Esse suposto heroísmo estaria ligado aos traços raciais dos paraguaios, para

²⁴⁵ Mesmo com a posterior introdução do ensino do Guarani nas escolas esse padrão se manteve.

O’Leary, as características aguerridas do povo de seu país vieram da mistura entre espanhóis e indígenas guaranis.

O fato de já existir uma instituição como o *Colegio Nacional*, onde um ensino voltado para a consolidação da identidade nacional em termos espanhóis e indígenas²⁴⁶, já mostra como uma nação de traços cívico territoriais, mas também étnicos, estava sendo criada. O que se quer dizer é que vários elementos oriundos do universo indígena já estavam sendo aceitos como parte do sistema de valores da população paraguaia de forma geral, o que não ocorria nos países andinos. Ao contrário da Bolívia e da região andina equatoriana, onde o campesinato é indígena e as cidades (pelo menos as maiores) eram majoritariamente *mestizas*, no Paraguai, camponeses e habitantes das maiores cidades apresentam os mesmos traços culturais²⁴⁷. Pode-se dizer que, enquanto o camponês boliviano, em geral é boliviano e de alguma etnia indígena, o camponês paraguaio é apenas paraguaio, ou *criollo-guarany*, da mesma forma que seria um concidadão nascido e criado na cidade de Assunção.

Durante a Guerra da Tríplice Aliança, contra Brasil Argentina e Uruguai, aparecem os primeiros jornais bilingues, como *El sentinela*, e *Cabichui*, com o objetivo de melhor levantar o moral dos soldados, cuja grande maioria tinha como língua materna o Guarani. Na Guerra do Chaco (1932-1935), contra os bolivianos, o guarani também foi muito utilizado em vários jornais de trincheira como a revista de poesia *Okára Poty-Kue Mi*, assim como cânticos patrióticos eram muitas vezes entoados na língua guarani (NICKSON, 2009). Isto foi, entre outras coisas, produto da chamada “Geração dos novecentos”, grupos de intelectuais que passaram a questionar a visão dos liberais acerca da Guerra da Tríplice Aliança, defendendo a reforma agrária e a valorização da língua guarani. Mais presente, sobretudo a partir dos anos vinte, ela promoveu a revitalização do nacionalismo paraguaio tendo como eixo a preocupação com os pobres rurais e a identificação da língua indígena como o principal elemento de identidade dos paraguaios. Fez parte dessa geração José Asunción Flores, que escreveu *La Guaranía*, o primeiro conjunto de obras de teatro em Guarani, e um dos principais compositores do Paraguai (NICKSON, 2009). A Academia de Língua e Cultura Guarani, criada em 1942, também é produto desse grupo de intelectuais.

Em 1950 apareceu, o alfabeto guarani, aprovado por estudiosos de toda a região falante do guarani em um congresso em Montevideo. Ainda assim, como não havia uma academia da língua Guarani nem nenhuma outra autoridade parecida, o alfabeto não foi sancionado oficialmente nesse momento (NICKSON, 2009), sendo que, apesar de muito

²⁴⁶ Com todos os problemas que isso pudesse acarretar para a população de fato indígena.

²⁴⁷ Talvez até os mesmos traços fenotípicos.

presente na vida dos paraguaios, a oficialização do idioma guarani não é tão antiga. Mesmo assim, apesar da não oficialidade, não deixaram de surgir dicionários da língua guarani (ZARRATEA, 1992). Na Assembléia Constituinte de 1967, já na ditadura de Stroessner, a geração nacionalista-indigenista²⁴⁸ dos anos quarenta propôs a oficialização da língua Guarani. A Assembléia não passou a oficialização, mas incluiu dois artigos que tratavam o tema. No artigo quinto afirmava que, ainda que o idioma oficial dos paraguaios fosse o espanhol, ele e o guarani eram os idiomas nacionais do Paraguai. No artigo 92 afirma-se que o estado protegeria a língua guarani, promoveria seu ensino, evolução e aperfeiçoamento (ZARRATEA, 2009). Já na Constituição de 1992, o artigo 140 declara que as duas línguas oficiais do Paraguai são o castelhano e o guarani (ZARRATEA, 1992).

A educação bilíngüe no Paraguai teve seu início em 1981, antes da oficialização do guarani, sendo que desde 1964 já haviam sido iniciados experimentos educativos nesse sentido com fundos da UNESCO (CORVALÁN, 1981). Desde que a educação bilíngüe é utilizada no Paraguai, muitas críticas tem sido feitas no sentido de que esse programa pedagógico, somado ao culto da nação *criollo-guarani*, seria apenas um meio de homogeneizar a sociedade, não levando em conta o desaparecimento das sociedades indígenas mais tradicionais. O bilingüismo se apresentaria como uma espécie de embuste para a consolidação de um universo, na prática, unicultural (ZUCOLILLO, 2009). O nacionalismo paraguaio seria um mecanismo de construção de uma sociedade moderna com traços culturais indígenas, mas eliminando os indígenas que vivem nos seus modos tradicionais.

O ponto relevante é que, em geral, os nacionalismos, como um fenômeno moderno, fazem isso. O tipo de “indianismo genérico” criado pelo MAS boliviano nos últimos anos, faz algo parecido. O que na Bolívia pode ser considerado um indianismo genérico, criado por movimentos antineoliberais que convergiram no MAS, no Paraguai, foi, de certa forma, criado por vertentes políticas variadas, após o fim da Guerra da Tríplice Aliança no Paraguai. A congruência entre cultura, política e território, que define um movimento nacionalista para Ernest Gellner (1981), foi estabelecida no Paraguai de forma relativamente bem sucedida, além do fato de que sua homegeneidade cultural não permitiu que se fizessem demandas por autonomia territorial/municipal étnica, como ocorreu na Bolívia e no Equador. As três etapas pelos quais passa um movimento de construção nacional, dentro do modelo de Miroslav Hroch (1962), foram gaugadas entre os paraguaios antes das grandes mobilizações anti

²⁴⁸ Geração de estudiosos que defendiam a oficialização da língua guarani assim como a valorização de sua cultura.

neoliberalismo, que marcaram a década de noventa em diante, de maneira que a etnicidade não se tornou uma bandeira muito proeminente da esquerda paraguaia.

A etnicidade, como descrita por Thomas Eriksen (2010) seria a politização da cultura frente a outros significantes. No Paraguai isso tem início no encontro dos paraguaios com povos estrangeiros, em um momento em que a língua Guaraní já era muito presente nos meios sociais, tanto urbanos quanto rurais. Na Bolívia e no Equador, a etnicidade se deu a partir do encontro entre um campesinato étnico e zonas urbanas brancas/mestizas, dando um rosto étnico ao velho nacionalismo MNRista no caso boliviano e criando um partido quase que exclusivamente étnico andino no caso dos equatorianos. Sendo assim, a etnicidade não ocupou maior centralidade nas demandas, propostas e discursos dos partidos e movimentos de esquerda paraguaios, inclusive o *Tekojojá*, que gira mais em torno ao tema da classe.

Desta forma, na altura da redemocratização, em 1989, a nacionalidade paraguaia *criollo-guarany*, já estava em bom grau consolidada. Não havia um campesinato indígena em oposição a centros urbanos não indígenas de maneira que um alinhamento entre indianismo, etnicismo e as lutas camponesas se mostrou pouco provável. O campesinismo dentro de uma identidade nacional paraguaia já bastante estabilizada, foi a principal força de contestação da ordem neoliberal em um quadro de retorno das instituições democráticas representativas.

5.3 Redemocratização e configuração das lutas sociais paraguaias

Os paraguaios viram seu processo de redemocratização marcado por uma significativa vitória das forças que contestavam as bases do *stroessnismo* desde o período ditatorial. Em 1992, um movimento chamado *Asunción para todos*, e que posteriormente viria a ser chamado de *Constitución para todos*, conseguiu conquistar a prefeitura de Assunção, vencendo a forte e tradicional Associação Nacional Republicana (ANR), mais conhecida como Partido Colorado²⁴⁹. Foi uma tentativa, em princípio bem sucedida, de estabelecer um terceiro espaço político no Paraguai, que fosse para além do monopólio dos dois partidos tradicionais, o Colorado e o Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA). Os grupos que articulavam esse terceiro espaço, os independentes²⁵⁰, tinham suas raízes no período anterior a

²⁴⁹ O Partido Colorado foi, em boa medida, um dos principais alicerces da ditadura de Stroessner.

²⁵⁰ Em geral, no Paraguai, pessoas ou organizações que tentam uma via política fora do coloradismo ou do PLRA são vistos como “independentes”.

1989. O movimento estudantil universitário era um grupo que tecia críticas permanentes ao regime autocrático de Stroessner, além de constituir o denominado “Movimento Independente”, aglutinando outros setores críticos a Stroessner, como o sindicalismo de esquerda²⁵¹. Uma vez que o “Movimento Independente” almejou superar o monopólio de dois partidos tradicionais que mantinham relações de tipo tradicional afetivo com seu eleitorado, assim como os mantinham no seu entorno, a partir de práticas prebendárias (LACCHI 2013), pode-se dizer que ele foi o embrião das organizações que, depois de 1989, se aglutinaram no *Asunción para Todos*.

A partir do momento em que a recém instaurada democracia permitiu o lançamento de candidatos independentes, não necessariamente filiados a um partido pré-estabelecido, estava aberto o caminho para que os “independentes” transformassem o movimento independente em um movimento social partidarizado, o *Asunción para Todos (APT)*, e depois, *Constitución para Todos (CPT)*. O primeiro (APT) se forma justamente com a abertura do sistema eleitoral a candidatos independentes, conseguindo vencer os colorados e os liberais na eleição para prefeito de Assunção. Já o segundo (CPT), se forma na altura da Assembléia Nacional Constituinte que lançou a eleição pela Constituição de 1992, quando a CPT chegou como terceira força eleitoral com 11% dos votos.

Ambos os movimentos são produtos de forças que já se articulavam antes da redemocratização, como já foi dito, oriundos de setores estudantis, movimentos sociais variados e do Movimento Independente de Trabalhadores (MIT), formado em 1985, em rompimento com a Confederação Paraguaia de Trabalhadores, o braço sindical stroessnista. O MIT, em 1989, se transformou na Central Única dos Trabalhadores (CUT). Além do MIT e da CUT, também estava vinculado à luta contra Stroessner o Movimento Sindical Cristão, que logo após a queda do ditador se aglutinaria na Central Nacional de Trabalhadores (CNT), de orientação social cristã. O Movimento Sindical Cristão manteve-se fora da CUT por esta ter tido filiações internacionais com a Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), a quem acusava de ter mantido relações com a CNT durante a ditadura.

A abertura democrática deu espaço para um enorme crescimento da atividade sindical, indo de 215 organizações antes da redemocratização a 402, em 1989 (ROMERO, 2013). O número de filiados, por sua vez, foi de 20.838 a 75.136, no mesmo período, dos quais 26.167, 35% do total, pertenciam à CUT. Dentro da CUT estavam dezenas de organizações sindicais assim como as duas centrais camponesas mais importantes: o Movimento Camponês

²⁵¹ Havia um considerável setor do sindicalismo que era cooptado por Stroessner.

Paraguaio (MCP) e a Coordenadoria Nacional de Produtos Agrícolas (CONAPA). Além dos sindicatos e das centrais camponesas, vários outros tipos de organização encontraram na CUT um espaço de articulação. Grupos de intelectuais e a Federação de Trabalhadores Bancários (FETRABAN) proporcionaram importantes lideranças, como Víctor Báenz Mosqueira (da FETRABAN). As associações gremiais do Hospital das Clínicas, formadas por médicos e enfermeiros, tiveram também um enorme peso dentro da CUT, visto o papel exercido por Carlos Filizola, um médico que participou ativamente dessa central, tornando-se seu secretário-geral adjunto (ROMERO, 2013).

Apesar da liderança exercida por intelectuais e do importante papel dos grêmios de médicos e enfermeiros, a CUT se constituiu como uma organização obreiro-camponesa, composta por várias vertentes da esquerda, desde a eleitoral reformista até a revolucionária, que negava abertamente a conquista do poder por via de eleições. A seu turno, a CNT havia crescido bastante também desde o fim dos anos oitenta, passando de 44 grêmios, em 1990, para 90, em 1991, de maneira que, na aurora da nova democracia, as organizações de maior prestígio entre os cidadãos paraguaios eram os sindicatos e a Igreja Católica (ROMERO, 2013). No momento em que a abertura democrática permitiu eleições livres para os executivos municipais²⁵², a CUT, ainda que não tivesse uma estrutura partidária própria, decide acoplar diversas organizações gremiais a fim de oferecer uma alternativa às propostas dos dois partidos mais fortes e tradicionais do Paraguai, o colorado e o liberal. Uma experiência, em boa medida, parecida com a do *Labour* inglês (ROMERO, 2013) no sentido de que um conjunto de grêmios, centrais sindicais e organizações de vários tipos podem dar origem a um novo corpo partidário²⁵³.

A CUT, desta maneira, busca uma maior aproximação com os setores profissionais, colocando como candidato à prefeitura de Assunção Carlos Filizola, médico e sindicalista com longa trajetória na luta pela democracia durante o regime de Stroessner. Também houve uma aproximação com o Movimento Independente, conformado basicamente pelos movimentos estudantis universitários, também com uma longa trajetória de luta política que data dos anos sessenta²⁵⁴. Várias figuras de significativa envergadura política exerceram papel na relação CUT-profissionais, como Ricardo Canese, que foi, também, membro do Movimento Independente nos anos setenta, assim como atuara como sindicalista. Muitos

²⁵² Durante o regime stroessnista, o governo central escolhia quem ocuparia os executivos municipais.

²⁵³ Como já foi dito anteriormente, é visível às semelhanças entre o *Labour* inglês de seus primeiros anos e os atuais partidos-movimento.

²⁵⁴ O Movimento Independente pode ser dividido em dois períodos, aquele que se desenvolveu nos anos sessenta e setenta e o segundo nos anos 80.

membros de partidos mais antigos de esquerda, como o Partido Comunista Paraguaio (PCP) e o Partido Revolucionário Febrerista (PRF), também se aproximam da nova rede movimentalista e partidária conduzida pela CUT. Outros atores políticos como os intelectuais, artistas e donas de casa também buscariam se aproximar do movimento, o que o dotou de um matiz ainda mais pluralista.

Setores de esquerda ainda ligados a uma inclinação política mais típica da guerra fria se mantiveram ao largo do emergente *Asunción para Todos*. Foi o caso dos trotskistas do Partido dos Trabalhadores e do Movimento Democrático Popular, que também lançaram candidaturas à prefeitura de Assunção. É possível ver, nesse caso, como organizações que seguiam linhas ideológicas muito engessadas, utilizando-se de uma linguagem da esquerda latino americana da guerra fria²⁵⁵, não participaram da configuração do *Asunción para Todos*. Todavia, ainda que o APT fosse antes uma panóplia de organizações, que uma vanguarda única, centralizada e coordenando militantes profissionais disciplinados, alguns sinais de oligarquização já apareciam, gerando algumas tensões internas ao movimento. Uma clivagem entre os setores chamados profissionais e o setor sindicalista cria um quadro de conflitos internos no que se refere ao lançamento de candidaturas. Ou seja, o conflito se dava entre a esfera cidadã e a esfera setorial. A primeira consistindo basicamente de profissionais liberais, intelectuais e grupos de apoio com base territorial nos bairros de Assunção. O segundo consistia, em geral, no setor obreiro e sindicalista.

Uma vez que, durante o desenrolar da campanha eleitoral, tratava-se de eleições locais, onde a busca de votos se dava de forma particularmente intensa em distritos e bairros, os traços mais bairristas ou vicinais do *Asunción para Todos* se mostraram muito importantes, com a aproximação mais pessoal do movimento junto aos cidadãos, indo para além das questões sindicais, ou setoriais. Além disso, temas amplos como combate à corrupção, melhor infra-estrutura de todos os tipos para os bairros mais pobres de Assunção²⁵⁶, renovação da política a partir da aproximação e escuta da população pela classe política, combate às práticas prebendárias, fizeram com que a área “cidadã” do movimento ganhasse destaque. Inspirado pela Frente Ampla do Uruguai, o APT utilizou a tática de ir “casa por casa”, buscando também repetir a experiência dos uruguaios, que conseguiram levar Tabaré Vasques, líder do Partido Socialista Uruguayo à prefeitura de Montevideo, em 1989. O clima político de “revisão” das teses da esquerda, muito em voga após a queda do muro de Berlim,

²⁵⁵ Sobretudo aquela que se desenvolve a partir dos anos sessenta, e que tentava apresentar uma proposta um pouco autônoma da enviada por Moscou. Grande influência exercia o guevarismo/castrismo, o trotskismo e o maoísmo.

²⁵⁶ Como melhoria na rede de esgotos, do sistema de coleta de lixo, urbanização e escolas públicas nos bairros.

também favoreceu esse esquema eclético, seja nas táticas e estratégias, seja no marco ideológico do APT, e também contribuiu para uma guinada para além de modelos de esquerda comuns nas décadas anteriores, ou seja, as elites revolucionárias profissionais, ou as lutas sindicais clássicas.

A partir dessas novas estratégias, estima-se que Carlos Filizola tenha falado diretamente com pelo menos 15 mil pessoas (ROMERO, 2013). Dentro de um amplo conjunto de partidos/movimentos que lançaram candidaturas sob o selo de “independentes”²⁵⁷, o APT se destacou como a verdadeira alternativa da iniciativa e participação cidadãs, para além de qualquer marca ideológica, da superação do passado autoritário stroessnista, e da modernização política que poderia estar ao alcance dos paraguaios. Em maio de 1991, num quadro político onde essa nova sinergia *Independiente* ganhava vigor, o *Movimiento Ciudadano Asunción para Todos* conseguiu 68.915 votos para a prefeitura da capital e 61.893 votos para a Junta Municipal, quebrando a hegemonia da Associação Nacional Republicana (colorados), pelo menos no governo municipal de Assunção. Carlos Filizola foi eleito com cerca de 34% dos votos, e o APT conseguiu eleger 8 vereadores de um total de 24 cadeiras²⁵⁸.

Uma vez terminadas as eleições, as tensões internas dentro do APT, entre as linhas “cidadã” e “setorial”, ficaram mais evidentes. Antes mesmo do fim das eleições, jovens profissionais e intelectuais de orientação social democrata acusavam a CUT de utilizar a APT como braço político do sindicalismo, gerando uma divisão em torno da via democrática (reformismo) ou da via mais ligada ao choque frontal com o sistema, a via revolucionária. Essa divisão entre “cidadania” e “sindicalismo” foi tão marcante que dificultou o movimento até mesmo em como se definir ideologicamente perante o eleitorado, mostrando-se antes como “independente” que propriamente “esquerdista”. Até esse momento, o único partido reconhecido como realmente de esquerda era o *Partido de los Trabajadores* (PT)²⁵⁹(ROMERO, 2013).

Após a eleição, as tensões se tornaram insustentáveis e a CUT se retirou do APT. A central de trabalhadores afirmou querer manter seu caráter sindical intacto, buscando preservar sua identidade como um grêmio. Ao estar dentro de uma organização que agora deixava, em parte, a luta política para alcançar a administração pública, os dirigentes da CUT

²⁵⁷ Como o Más Allá de los Colores, Pueblo al Poder, Partido Democrático Popular, Unidad Popular, Partido Revolucionário Febrerista, entre outros.

²⁵⁸ Os colorados ficaram em segundo com sete vereadores o PLRA em terceiro com seis.

²⁵⁹ Todos os outros enquadrados dentro dos *independientes*, eram antes partidos antiestablishment que partidos de esquerda, aos olhos públicos.

temeram um processo de acomodação e, mesmo, de oligarquização, visto a possibilidade de muitos de seus membros assumirem cargos públicos, abandonando as atividades políticas mais eminentes. Dentro da CUT, a aliança obreiro-camponesa começou a dar sinais de esgotamento, já que não foi possível criar uma linha ideológica que desse conta das expectativas de ambos os seus componentes. Os problemas ligados à identidade de classe não puderam ser resolvidos dentro da Central, de maneira que as organizações camponesas abandonaram a CUT. Por fim, o APT assume o governo de Assunção como um setor de profissionais partidariado (ainda que alguns ainda pertencentes às organizações sindicais)²⁶⁰, oriundo das lutas antiditatoriais de antes de 1989.

Os conflitos internos ao APT não pararam depois da eleição e do distanciamento da CUT. Os setores sindicais, mesmo aqueles que permaneceram junto à APT, iniciaram greves e manifestações de rua que, embora não tenham sido tão relevantes, serviram para aprofundar os problemas e tensões já existentes. A responsabilidade de administrar o principal município do país fez que, como já era esperado por muitos, alguns quadros do APT se distanciassem ainda mais de suas bases, como ocorreu com o próprio Carlos Filizzola, que renunciou ao cargo de secretário geral adjunto da CUT, que ocupava até então.

Junto a esse quadro de fraturas delinea-se o terreno para o surgimento do *Constitución para Todos* (CPT), uma espécie de segunda etapa das lutas conduzidas pelo APT, mas desta vez com um caráter mais pragmático, próximo da *real politik*. O CPT aparece na cena política junto à convocatória para a Assembléia Nacional Constituinte, com a necessidade dos *independientes* de, uma vez mais, tentar superar aquele universo político oriundo do strossnismo ainda bastante presente no Paraguai. O APT formalizou em plenária sua participação na constituinte como o *Movimiento Independiente Constitución para Todos*, tentando reunir o próprio APT originário, novamente a CUT, e os setores intelectuais de vertente social democrata, além de movimentos independentes do interior do país. A CUT, novamente próxima dos camponeses, visava implementar na agenda da Constituinte, os objetivos gremiais específicos do setor trabalhista. A CUT buscava uma *concertación* que incluísse os setores ligados a cooperativas rurais, o *Partido Revolucionário Febrerista*, o *Asunción para Todos* e alguns setores do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) mais próximos da esquerda. A CUT também tentou aproximar-se dos grupos indígenas do Paraguai, embora estes não cheguem nem perto de ter o peso político daqueles do Equador e da Bolívia.

²⁶⁰ Carlos Filizzola mesmo ainda pertencia a CUT no momento de sua eleição para prefeito da capital.

A Central considerava da mais alta importância modificar os traços da Constituição de 1967, no que diz respeito, sobretudo, ao tema do trabalho. O direito à greve era um dos principais pontos defendidos. Outros pontos enfatizados foram o fim da obrigatoriedade de ser paraguaio natural para concorrer a cargos públicos. A CUT decidiu participar da constituinte, deixando em aberto a possibilidade de integrar o *Movimiento Constitución para Todos*. As organizações camponesas Organização Nacional Camponesa (ONAC) e União Nacional Camponesa (UNC), formaram a Coordenadoria para a Participação Popular e decidiram participar da Constituinte, em aliança com a CUT, a APT, grupos indígenas, cooperativistas e *Coordinadora Nacional de Lucha por la Tierra y la Vivienda* (CNLTV) (ROMERO, 2013). Ainda deixando em aberto a aproximação com o APT, e sob a denominação de *Coordinadora Nacional Independiente Participación Popular*, a CUT se alinha à Central Nacional de Trabalhadores e *Coordinadora Nacional Campesina*,²⁶¹ com o objetivo de defender uma frente obreiro-camponesa durante a eleição para a nova Constituição.

Por fim, essa nova denominação²⁶², a *Coordinadora Nacional Independiente Participación Popular* (CUT) experimentou outra aproximação com o APT, o que fez surgir uma nova denominação, a *Frente Nacional Independiente Constitución para Todos*, de forma que, em 26 de setembro de 1991, ambas as forças entram em acordo para uma aliança com vistas às eleições constituintes. O enquadramento desses vários grupos foi antes pragmático que ideológico, o que foi necessário para acoplar uma pluralidade grande de forças e demandas.

Na eleição para a Assembléia Nacional Constituinte, o CPT não obteve os mesmos êxitos que a APT nas eleições municipais, alcançando o terceiro lugar, com cerca de 11% dos votos, atrás do PLRA, com 27% e da ANR com 51%. No campo da política *de las calles*, o CPT também não logrou ser apoiado por suas bases em grandes manifestações de rua, durante os seis meses em que duraram as seções da Convenção Nacional Constituinte. Conseguindo colocar o secretário geral da CUT, Víctor Báez Mosqueira, como vice presidente da Assembléia, o CPT tentou articular um trabalho mais coeso entre seus integrantes. A CUT enfatizava os direitos trabalhistas e sociais, em uma época em que o continente se debruçava sobre uma série de reformas neo-liberais, como a de Menem na Argentina, Fernando Collor, no Brasil, Paz Entenssoro, na Bolívia, entre outros. A reforma agrária foi outro tema a ser

²⁶¹ Em relação às organizações camponesas, a CUT, mesmo formando alianças com elas, não as incluía em seus congressos (ROMERO, 2013).

²⁶² *Coordinadora Nacional Independiente Participación Popular*

defendido na Assembléia. Um tema sobre o qual se tentou ampliar o debate foi o aborto, porém sem sucesso.

O êxito do APT e o relativo êxito do CPT, nas eleições municipais e para a Assembléia Nacional Constituinte em 1991, foram, de certa forma, um esboço do Congresso Democrático do Povo, que surgiria alguns anos mais tarde e que será discutido adiante. Foi uma confluência de vários movimentos, grêmios e organizações sindicais, a partir de um amplo e pouco consistente enquadramento daquilo que seriam os principais problemas enfrentados pela sociedade paraguaia. O APT foi uma experiência interessante no que se refere à relação entre partidos políticos e movimentos, no sentido de que dificilmente um movimento partidarizado consegue se impor em um sistema político bipartidário, como é, na prática, o sistema político paraguaio. Pelo menos no cenário da cidade de Assunção, isso ocorreu, ainda que o APT tenha, posteriormente se fragmentado, em função de suas clivagens internas, da cisão entre as vertentes “cidadã” e setorial, e entre os quadros oriundos das Universidades e das organizações gremiais da saúde e os sindicatos trabalhistas, principalmente a CUT. Problemas ligados ao enquadramento dos sindicatos trabalhistas urbanos e organizações rurais também levaram à fragmentação do APT, de forma que o CPT foi um último suspiro do próprio APT. Isso no sentido de que um foi a continuação do outro, em níveis mais estritamente parlamentares e em um contexto de Assembléia Nacional Constituinte, diferente de eleições regulares para cargos executivo e legislativo. Sendo assim, as experiências do *Asunción para Todos* e *Constitución para Todos* foram uma primeira tentativa, em um quadro de incipiente redemocratização, de romper com o tradicional bipartidarismo que domina a cena política paraguaia, assim como prover algum tipo de resolução aos problemas que assolavam boa parte daquela sociedade. Da mesma forma como a aglutinação de movimentos e organizações do APT tiveram um impacto inicial significativo, para depois se fragmentar, o Congresso Democrático Popular (CDP) também passaria por etapas parecidas, aglutinando um enorme número de organizações da cidade e do campo, para se fragmentar sem nem mesmo criar uma plataforma eleitoral como o foi o caso do APT.

5.4 Ascensão e fragmentação do Congresso Democrático Popular: Características de um esforço malfadado de enquadramento dos movimentos sociais no Paraguai

Apesar da fragmentação do APT, as reformas de cunho neo-liberal que eram implementadas em quase todo o continente latinoamericano, e a manutenção das práticas prebendárias dos dois principais partidos políticos paraguaios criaram um ambiente propício à retomada das *contentious politics*, e sua possível subsequente partidarização. O Congresso Democrático Popular seria a aglutinação de uma panóplia de movimentos sociais que alcançaria seu auge no início dos anos 2000, mas não se consolidaria como uma plataforma partidária, dividindo-se em outras, que por sua vez, também seriam muito fragmentadas e apresentariam traços fortemente movimentalistas.

Desta vez, os movimentos camponeses teriam um papel mais central do que na experiência do APT, embora fossem bastante fragmentados organizativamente, não tendo um projeto em comum, nem um modelo de partilha de terras compartilhado, como é o caso do Movimento dos sem Terra (MST), no Brasil. O número de organizações também seria bem maior, elencando-se tanto organizações que existiam antes da redemocratização, quanto outras que surgiram depois, e também organizações mais recentes, que surgiram na virada do século.

No período pós-stroessnista em diante, apesar do sucesso inicial dos movimentos urbanos, como o *Asunción para Todos*, os movimentos sociais mais proeminentes e atuantes no Paraguai são oriundos do campo, da problemática rural. O *Movimiento Popular Tekojoja* é composto basicamente por dirigentes camponeses, ainda que tenha parlamentares ligados às questões urbanas, também. A *Frente Popular Paraguay Pyahura* é um bom exemplo de aglutinação de setores do campo popular rural, surgida em 1991, e hoje uma força em relativa ascensão no meio rural paraguaio.

A Constituição aprovada em 1992 criou uma série de expectativas e decepções por parte de várias organizações populares, uma vez que dificultava a reforma agrária, com a aprovação de um artigo que exigia pagamento prévio antes da expropriação de uma propriedade rural. Com poucas possibilidades de uma reforma integral que poderia sanar aquilo que é supostamente o maior problema social do Paraguai (a terra), e dentro de um contexto de democracia liberal tradicional, o período pós-stroessnista viu uma dinamização de protestos, movimentos de ruas e articulação entre diversos movimentos sociais. Foram conduzidas, por parte dos movimentos populares, ocupações de terra, de instituições e de espaços públicos assim como fechamento de rodovias.

Os anos noventa testemunharam a atuação de vários movimentos sociais paraguaios, tendo em vista as crises internas do Partido Colorado, e de governos colorados como de Cubas Grau (1998-1999) e Nicanor Duarte Frutos (2003-2008), assim como os problemas

gerados pela agenda neo-liberal presente no continente nesse período. Alguns movimentos viriam da era ditatorial, ou mesmo de antes dela, alguns surgiriam logo após a democratização, e outros já na primeira década do novo século.

Entre as principais organizações estão o Partido Comunista Paraguaio (PCP), fundado em 1928, a Coordenadoria de Socialistas Cristãos (CNT) de fevereiro de 1989, a Organização Socialista Revolucionária (OSR), de 1983 que, em 1989, se tornaria o Partido dos Trabalhadores (PT), a Coordenação Nacional de Produtores Agrícolas (CONAPA), de 1984, que se tornaria a Federação Nacional Campesina (FNC), o *Movimiento Popular Revolucionário Paraguay Pyahura* (MPRPP), de 1996 que se tornaria o *Partido Paraguay Pyahura* (PPP) em 2012, a Coordenadoria Interdepartamental de Organizações Camponesas (CIOC), que, em 1994, se tornaria a Mesa Coordenadora de Organizações Camponesas (MCNOC), a Coordenadoria Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas (CONAMURI), de 1999, o Movimento Intersindical de Trabalhadores, de 1985, que se tornaria a Central Unitária de Trabalhadores (CUT), de 1990, tornando-se ainda a Central Unitária de Trabalhadores – Autêntica (CUT-A), e, por fim, o Partido Convergência Popular Socialista (PCPS) de 2002.

A estagnação do APT deu espaço a um novo conjunto de mobilizações e a uma nova aglutinação de movimentos que convergiriam contra a pauta específica das reformas neoliberais, o que culminaria no Congresso Democrático do povo, em 2002. Esse congresso seria uma espécie de fórum conduzido por esses movimentos e organizações, com o objetivo de barrar as reformas dos governos neoliberais, assim como trazer temas de longa data ao debate público e intelectual dos paraguaios, em maior medida, o problema da terra. Com o crescimento dos protestos sociais, levados adiante pelo CDP, em junho de 2002, o presidente Luis Ángel Gonzales Macchi (Partido Colorado) decidiu retirar os “efeitos da Lei 1615”²⁶³, além de suspender a Lei Antiterrorista do parlamento, a *Ley de Concesión de Rutas* e o IVA agropecuário²⁶⁴. Com isso, constituiu-se uma das mais importantes vitórias dos movimentos sociais contra o governo até então (PALAU, 2014). De acordo com Mariele Palau, vários foram os motivos deste sucesso, incluídos:

- O caráter das demandas. Ainda que desde a década de noventa, estivessem presentes consignas antineoliberais nas mobilizações – tanto sindicais como camponesas – as mesmas não tinham um caráter de exigências, mas antes de declaração de princípios.
- A unidade das principais organizações de então, FNC e MCNOC, e a unidade explícita entre organizações sociais e políticas. Essa articulação se constituiu em

²⁶³ Tratava-se da Lei de Reorganização de Entidades Públicas descentralizadas e de Reforma e Modernização de Organismos de Administração Central, que possibilitava a privatização de empresas do Estado.

²⁶⁴ Espécie de sistema de impostos voltado para o setor agropecuário.

uma das experiências mais importantes na qual, pela primeira vez, as organizações políticas são integrantes reconhecidas em um espaço de unidade com as organizações sociais.

- A crise política da classe dominante, que no marco de uma ingovernabilidade sustentada, não logra a força suficiente para impor os mandatos do Fundo Monetário internacional. (PALAU, 2014, p.125).

O CDP se consolidou, em boa medida através da unidade da Frente de Defesa dos bens Públicos e do Patrimônio Nacional, com a *Plenaria Popular Permanente*, que reuniu as principais organizações do chamado campo popular. O enquadramento do problema (no caso a ordem neoliberal) foi fundamental para isso, já que se trata de várias organizações com grande autonomia administrativa, ainda que isso não impeça de haver uma comunicação bastante fluida entre elas. Importante também foi o protagonismo das duas principais organizações camponesas em atrair outros setores do campo popular, assim como a convicção de que a unidade era imprescindível e também um objetivo comum, pelo menos no curto prazo. Algumas propostas compartilhadas pelos movimentos, que permitiram a formação do CDP, foram a participação popular (chamada também de democracia radical), e temas como a territorialidade da vida social e produtiva. Este último tema está intimamente ligado à reforma agrária, e uma suposta autonomia das comunidades camponesas frente a agentes estatais vistos como repressores, tema intimamente vinculado ao avanço da agricultura modernizada e da agroexportação sojeira, esta última estando, sobretudo, na parte meridional do país. O *Partido Paraguay Pyahura*, braço político da Frente Nacional Camponesa (FNC) teve um papel preponderante na organização do CDP, como afirmou seu então presidente, Eladio Flecha (PALAU, 2014). Foi da FNC as maiores iniciativas de aglutinar os movimentos sociais em um quadro de objetivos comum, sendo estes, a não privatização de agências e empresas estatais.

A FNC chama atenção para o fato de que o CDP surge com a aprovação da Lei que permitia privatizar as empresas estatais, as mais importantes sendo a Companhia Paraguaia de Comunicação (COPACO) e a Administração Nacional de Eletricidade (ANDE), assim como as tentativas de privatizar todos os bancos públicos. Para a Mesa Coordenadora de Organizações Camponesas (MCNOC), o CDP foi a resposta dada frente a um cenário marcado pela urgência, e a aglutinação de movimentos sociais em seu entorno e da FNC contra as tentativas de privatização, foi uma unidade exigida pela própria conjuntura, segundo a MCNOC.

É marcante o protagonismo das organizações camponesas nesse processo, uma vez que a luta contra a estatização da COPACO e da ANDE não está ligada, pelo menos

diretamente, à problemática da terra. O CDP foi produto da confluência de movimentos sociais cujos protestos começaram no campo. A mobilização pela reforma agrária e por preços fixos dos produtos do setor rural foram a centelha inicial que gestou as mobilizações. Somadas a isso, a demanda por melhores serviços nas áreas da saúde e da educação, fizeram as organizações do campo ocupar rodovias e marchar até Assunção. Já na capital, os protestos se voltaram contra a privatização das empresas estatais já citadas, modificando um pouco o enquadramento que era articulado entre os movimentos, com a inclusão dos temas trabalhistas urbanos. Isso se deu, também porque às organizações camponesas se uniram organizações urbanas, sindicais e trabalhistas, incluída aí a importante Confederação Nacional de Trabalhadores (CNT). Alguns grupos antiprivatistas ligados ao Partido Liberal, e mesmo a Coordenadoria Agrícola do Paraguai, que é administrada por médios e grandes produtores, participaram do processo de aglutinação que conformaria o CDP (GALEANO, 2003). É possível perceber o alto nível de heterogeneidade que penetrava esse fórum, uma vez que havia todo tipo de grupo descontente com as políticas do governo em voga.

Apesar dessa heterogeneidade, as organizações camponesas protagonizaram a cena, e algo visto como positivo foi um momento de rearticulação conjunta de movimentos camponeses que haviam se dividido. É o caso da Organização Nacional Camponesa (ONAC), FNC e MCNOC, que surgiram da divisão de uma mesma organização em 1998. A ONAC mantinha sua estrutura ideológica ainda muito ligada ao socialismo cristão das Ligas Agrárias Camponesas dos anos sessenta, a MCNOC não apresentava um modelo ideológico muito nítido e a FNC se apresentava como um movimento de caráter nitidamente classista (GALEANO, 2003). Porém, ao aglutinar todos os movimentos do chamado campo popular e mesmo para além dele²⁶⁵, como é o caso da Coordenadoria Agrícola do Paraguai, essas organizações tiveram que dividir seu protagonismo com outras organizações. Apesar do enquadramento comum contra as privatizações, da luta contra a corrupção e da luta contra o prebendarismo dos partidos tradicionais, a unidade do CDP não durou muito, e ele não conseguiu aprofundar as lutas sociais em terrenos mais eminentemente políticos. A curiosa relação entre movimento camponês e movimento trabalhista/sindical se dá em um contexto onde os movimentos camponeses iniciam a marcha para Assunção exigindo, entre outras coisas, a reforma agrária, e termina com a defesa da manutenção da COPACO e da ANDE nas mãos do estado, como a principal demanda. Segundo Luis Galeano (2003), isso mostra a decadência e fraqueza dos movimentos obreiros, ou seja, o fato de que os movimentos camponeses tenham tido que ser a principal força mobilizadora que pudesse constituir um Fórum popular onde eram postas as demandas do trabalhismo urbano. Entretanto, a perda do protagonismo camponês dentro do CDP e a vitória das lutas antiprivatização, assim como a derrota das lutas pela reforma agrária, mostram algo um pouco diferente. Não se quer dizer aqui que os movimentos camponeses não sejam os principais atores nas lutas sociais paraguaias. Na verdade, é justamente isso que parece se dar, mas também não é possível negligenciar a força dos movimentos trabalhistas urbanos, assim como também é possível apontar certas fraquezas nos movimentos camponeses. Basta olhar as o peso do movimento trabalhista, em especial a CUT, na formação do *Asunción para Todos*. Os movimentos camponeses levaram a mobilização até Assunção, mas não conseguiram manter sua sinergia inicial após chegar à capital paraguaia.

²⁶⁵ Como é o caso da Coordenadoria Agrícola do Paraguai.

Para além das características internas de cada um dos campos de luta, é importante assinalar que a relação entre eles é, de fato, frágil. Quanto a esse ponto Galeano tem razão ao afirmar que as concatenações entre campesinismo e sindical-trabalhismo são espúrias. Os aspectos conjunturais da formação da CDP mostram que a convergência entre camponeses e sindicalistas é, em bom grau, ocasional (PARRA Y SOARES, 2003). “En suma, tanto la alianza interna del movimiento campesino como la que se estableció con los otros actores sociales y políticos se concretaron em el suelo movedizo de una conyuntura sócio-política sumamente incierta y contradictoria” (GALEANO, 2003:36).

Neste contexto de grande fragmentação e heterogeneidade, assim como de vitórias parciais do CDP, a aglutinação se desfez, não constituindo uma força política permanente, muito menos criando uma plataforma eleitoral que pudesse lançar candidatos em eleições. Às vitórias “urbanas”, como o cancelamento das privatizações, não foram somadas vitórias camponesas. Além de não ter ocorrido uma reforma da estrutura de posse da terra, demandas como políticas de crédito e assistência técnica também não foram atendidas. A alta fragmentação e a “acomodação” dos movimentos sociais urbanos, aparentemente contribuíram para a decomposição do CDP. O que foi a maior concentração de movimentos sociais no período pós-stroessnista não logrou se concretizar em uma unidade, e cada movimento voltou a seus espaços de ação depois da plenária (PALAU, 2014).

O que se pode notar é um fracasso na amplificação do enquadramento das lutas sociais e populares, algo que não se constituiu após as mobilizações rumo a Assunção. Os movimentos do campo conseguiram algum enquadramento inicial, o que os colocou no mesmo campo de ação no momento das lutas anti-privatização. Todavia, no momento da aglutinação dos movimentos que articulou aquilo que seria um parlamento popular e alternativo, não foi visualizado um conjunto de temas comuns de maior relevância que colocasse movimentos rurais e urbanos no mesmo plano de ação, não houve uma amplificação do enquadramento. Os movimentos sindicais das cidades eram, por vezes, acusados de “acomodação”, justamente por terem conseguido seus objetivos, a não privatização das empresas estatais. Os camponeses mobilizados utilizaram a ocasião para exigir um conjunto mais amplo de reformas, incluída aí a reforma agrária. Eles se mobilizaram contra as privatizações mas almejavam construir um espaço deliberativo dentro do campo popular com objetivo de passar outros tipos de reformas.

Mas não foi o que ocorreu, com a vitória dos movimentos sociais em barrar a privatização da COPACO e da ANDE, além dos bancos, parece ter ocorrido aquilo para o qual Lenin chamava atenção em relação aos movimentos organizados em torno de sindicatos.

Os sindicalistas de Assunção foram para uma via mais reformista, ou “economicista” nas palavras de Lenin, se contentando com manutenção do controle estatal das empresas em questão. Os movimentos camponeses, por outro lado, pelo menos nesse momento, já aparentavam atuar em um campo mais próximo do revolucionário, defendendo modelos produtivos no campo mais socializados, embora muitas vezes não fosse claro como se daria essa socialização, pois os movimentos são muito fragmentados e não apresentam um plano comum de reestruturação agrária.

O fato de terem participado da CDP grupos que, a princípio, não fossem necessariamente parte do campo popular, como setores oriundos do Partido liberal, assim grupos de médios e grande produtores rurais descontentes com o governo também dificultou o enquadramento de um objetivo comum, ou um conjunto comum de objetivos, impedindo a CDP de caminhar rumo a outras esferas da vida política, como a eleitoral. Além da dificuldade de articulação de objetivos comuns mais amplos, existe uma problemática heterogeneidade nos movimentos camponeses, eles são bastante diferentes entre si apesar de uma certa homogeneidade cultural e sua diversidade organizativa e o caráter mais evasivo de suas propostas faz com que eles mesmos tenham dificuldade de criar uma plataforma política unificada²⁶⁶.

Vale a pena fazer uma análise um pouco mais minuciosa dos movimentos do campo paraguaio, já que eles são os principais protagonistas das atuais lutas sociais daquele país, atualmente. Como já diziam Carlos Pastores no fim dos anos quarenta e cinquenta do século XX, e Rafael Barrett em fins do XIX e inícios do XX, os problemas sociais paraguaios se encontravam, basicamente no campo. Apesar dos principais movimentos revolucionários paraguaios que surgem no entre-guerras e na guerra fria não terem absorvido essas idéias e não terem reconhecido o camponês como principal agente revolucionário, o campesinato sempre foi central na literatura paraguaia, seja na órbita conservadora, seja na órbita socialista. Mas foi apenas no pós-stroessnismo que os movimentos do campo assumiram um protagonismo na constituição, inclusive de partidos de esquerda nesse país²⁶⁷.

²⁶⁶ Apesar do tema da reforma agrária ser constante entre essas várias organizações, como essa reforma seria conduzida é algo pouco claro, já que eles tem propostas muito diferentes no que se refere a organização da vida comunitária.

²⁶⁷ Apesar do enorme protagonismo do trabalhismo no *Asunción para Todos*, ele não conseguiu se expandir com sucesso para além de Assunção. Em níveis nacionais, os principais movimentos sociais paraguaios são do campo.

5.5 A rarefeita agência de micromobilização no campo paraguaio: Alguns traços dos movimentos camponeses do Paraguai

Oriundos em boa parte das Ligas Agrárias Cristãs, os movimentos camponeses do Paraguai só foram ter maiores oportunidades políticas de manifestação e exposição de demandas após 1989. Em relação à fragmentação e heterogeneidade, essas organizações não são muito diferentes da totalidade dos movimentos sociais paraguaios. Eles também carecem de maior unidade e coesão, são altamente dispersos, há poucos acordos de como deveriam ser organizadas as comunidades camponesas e suas territorialidades sociais. Também é bastante tênue a linha entre reforma e revolução nesses movimentos, sendo que algumas federações tendem mais para um modelo e outras para outro. Algumas comunidades rurais demandam apenas uma maior taxação dos produtores de soja (TOLEDO, 2015), enquanto outras vêem na reforma agrária um passo inicial para a reestruturação de toda a sociedade paraguaia. Mesmo entre as várias comunidades independentes, que são autônomas em relação a qualquer federação, é possível encontrar uma panóplia de demandas, estilos organizativos, estruturas de poder, e relação com o mundo “externo” a essas territorialidades sociais. Em alguns casos, há comunidades que já têm décadas de experiência e existência, e têm como principal objetivo a titulação de suas terras, como *San Isidro de Jejuy* (TORRENTS; ESTIGARRIBIA, 2014), e outras são absolutamente novas, produto do mais recente processo de modernização da agricultura paraguaia, que cria toda uma leva de pessoas que se deslocam do campo para pequenas cidades²⁶⁸.

Em geral, os movimentos camponeses buscam alavancar aquilo que muitas vezes é chamado de “projeto alternativo de sociedade” (MORINIGO, 2003). O campesinato, visto como altamente enraizado na vida social paraguaia, seria o cerne dos processos de desenvolvimento da sociedade no Paraguai. Há também algumas divisões regionais que pesam na formação dos movimentos. A região sul e leste do país apresentam um maior dinamismo e atividade dos movimentos devido à maior presença de uma agricultura mais modernizada, centrada, na maior parte das vezes, na soja. O norte, ainda que seja uma região com uma concentração de terras talvez maior que o sul, baseia-se, sobretudo, na pecuária de corte, uma atividade que não modifica tão radicalmente o modo de vida camponês, o que faz com que as atividades dos movimentos sejam aí menores.

²⁶⁸Ainda que o processo de modernização e reestruturação agrária no Paraguai já tenha inícios na década de setenta.

Em relação aos tipos de organização, é muito variado o escopo no qual os movimentos estão inseridos. Existem os movimentos de sem terra, como o *movimiento de los carperos* (FOGEL, 2014), assim como os movimentos de pequenos produtores. Há os movimentos que estão circunscritos a apenas um ou uns poucos assentamentos, e aqueles que estão acoplados a Federações que atuam em nível nacional. De qualquer forma, a grande maioria dos assentamentos está em maior ou menor medida ligada a alguma federação camponesa. Não que elas façam parte da federação, necessariamente, ou que sejam parte de suas bases, porém sempre mantêm algum contato ou diálogo, ainda que esporádico, com elas. A forma de estruturar a “territorialidade social”, talvez seja o aspecto mais heterogêneo desses movimentos. Tanto a forma de organizar as propriedades coletivas e individuais, como a organização administrativa do assentamento ou comunidade, varia muito de local para local.

Alguns defendem as pequenas propriedades²⁶⁹, outros defendem a ausência total de propriedades e a existência de apenas um campo comunal²⁷⁰. Alguns defendem comunidades com as casas organizadas em círculos e outros com as casas organizadas em linhas paralelas, uma justaposta à outra. No caso das comunidades onde há propriedades familiares e individuais, o tamanho de cada propriedade em número de hectares também varia. A titulação varia bastante, algumas estando nas mãos do assentamento mesmo, outras nas do estado e outras com títulos individuais, nas mãos dos pequenos proprietários. De toda maneira, a ideia de democracia participativa, ou direta, e a territorialidade social, o território como espaço de criação de novas experiências sociais e políticas fora do convencionalismo cotidiano são dois dos traços principais dos movimentos (ARECO; FRANCESCHELLI; GONZÁLES; ORTEGA, ORTEGA, PALAU, 2014).

Além da heterogeneidade das organizações camponesas, o acúmulo de capital social visto nas comunidades indígenas da Bolívia e do Equador (sobretudo na região andina), não está tão profundamente arraigado no caso dos camponeses paraguaios. Isto porque boa parte deles não administram essas comunidades há tanto tempo quanto os indígenas bolivianos e equatorianos. Como foi dito anteriormente, muitas das comunidades rurais paraguaias que compõem, tanto assentamentos independentes quanto federações e movimentos organizados, têm pouco tempo de existência. Aquele sistema de confiança quase irrestrita que gera uma espécie de sinergia coletiva que se vê nas comunidades andinas não existe entre os paraguaios. Ou seja, as agências de micromobilização, nesse caso, não detêm uma capacidade tão grande de mobilização. São esferas da vida social que não apresentam uma

²⁶⁹ Alguns exemplos desse tipo de comunidade são: assentamento Tava Guarani (onde há tanto as propriedades individuais quanto coletivas), assentamento Arsenio Báez, assentamento Mariano Díaz (ainda que nesse caso a titularidade da terra esteja nas mãos do assentamento), assentamento Ñu Pyahu (aqui há lotes individuais e propriedade associativa, que é 10% de cada lote individual) e assentamento Chino Kue (ARECO, FRANCESCHELLI, GONZÁLES, ORTEGA, ORTEGA, PALAU; 2014).

²⁷⁰ Os assentamentos com terras exclusivamente coletivas teriam como exemplo: o assentamento Reconquista, o campo comunal Cerrito Totorá, assentamento Mariano Díaz (ARECO, FRANCESCHELLI, GONZÁLES, ORTEGA, ORTEGA, PALAU; 2014).

determinada rotinização na qual estejam imbricadas certas predisposições para tomada de ação coletiva.

Embora as LAC's tenham organizados assentamentos desde os anos setenta, uma alta concentração de comunidades rurais se formou a partir da convergência entre dois fenômenos interligados mais recentes. O primeiro é a expansão da agricultura sojeira, que faz com que muitos camponeses acabem vendendo suas terras para grandes corporações, assim como para grandes ou médios proprietários. O segundo é a formação das chamadas agrouibes. As agrouibes são pequenos espaços urbanos que surgem junto à formação de uma economia agrícola mais diversificada e mais incorporada a cadeias produtivas mais extensas. A diversificação econômica e a maior divisão do trabalho social levam a uma concentração de oferta de serviços em zonas não rurais. Dessa forma o que define as "urbes" aqui não é seu caráter quantitativo, mas qualitativo. A grande maioria delas não tem mais que três mil habitantes, mas elas apresentam um nível tal de divisão do trabalho, e oferecem um conjunto tal de serviços que podem ser consideradas áreas urbanas, ou um tipo particular de área urbana, pelo menos (GOETZ; VASQUEZ, 2014).

O ponto crucial nessa questão é que existe um processo, em que o camponês que não consegue manter seu modo de vida tende a vender sua terra e ir para essas agrouibes. Além do fato de perder a condição de se manter em sua terra, esses pequenos núcleos urbanos também os atraem, pois, em geral, há neles possibilidades de trabalho e mais facilidades para as famílias. As crianças (muitas vezes) têm um acesso mais fácil à escola, fora os atrativos como sorveterias e cabelereiros que na zona rural estariam menos ao alcance (GOETZ; VASQUEZ, 2014). Aqueles migrantes que não conseguem trabalho tendem a ir para os assentamentos, constituindo comunidades com outros indivíduos que estão na mesma situação, porém com quem nunca tinham tido algum contato (ou tinham pouco contato), de forma que a experiência comunitária é bastante recente. Este é um fenômeno mais das regiões meridionais do Paraguai. No norte, nas áreas conhecidos por "Chaco", o fenômeno das agrouibes não se faz tão presente, de forma que as atividades contestatórias e as mobilizações dos camponeses não são uma constante, pelo menos não como nas regiões meridionais. Como se trata de uma região mais voltada para a criação de gado, não há um rompimento tão grande com o estilo de vida do camponês tradicional. O trabalho voltado para a pecuária exige menos tecnicização que a agricultura sojeira moderna, não expulsando os camponeses já estabelecidos de seus locais de moradia e trabalho.

Desta forma, as agências de micromobilização, tomadas como os núcleos sociais mais fundamentais na formação de movimentos sociais, aquelas zonas de relações estritamente sociais, são, em alguns locais, bastante novas, e sem laços fortes mais bem consolidados. Elas não têm o capital social dos cabildos rurais equatorianos ou dos das comunidades rurais descendentes dos *ayllus* dos bolivianos, ou mesmo a coesão das sociedades de aldeia encontradas na região amazônica de ambos os países. Suas redes de solidariedade são mais fluidas, e o fato de não terem um norte comum no que se refere a organização da comunidade

contribui ainda mais para que não tenham a mesma força mobilizatória dos camponeses indígenas bolivianos e equatorianos. Não se quer dizer que eles não tivessem força alguma, e as mobilizações e marchas rumo a Assunção durante os protestos contra as privatizações mostram isso. Entretanto, elas não foram capazes de se manter um período de tempo suficiente para consolidar algum foro alternativo (no caso, a CDP), como os bolivianos fizeram nas guerras do gás e da água, por exemplo. Também não se mostraram capazes de manter uma onda de protestos e marchas como seus equivalentes equatorianos fizeram ao longo dos anos noventa e inícios dos anos 2000. Foi difícil para os paraguaios definir a territorialidade social que desejavam, uma vez que a própria sociabilidade em seus território não apresentava altos índices de capital social. E mesmo as comunidades camponesas mais antigas, no caso as organizadas pelas Ligas Agrárias Cristãs, dependem de uma fonte de poder organizativo externa, no caso a Igreja. Nos casos equatoriano e da Amazônia boliviana a Igreja serviu como espaço associativo onde havia encontros intercomunitários, mas tinha um papel menos relevante na organização da própria comunidade. É importante lembrar também que o longo período da ditadura de Stroessner, e ausência de programas como a Ley de Comunas entre os equatorianos, contribuíram para o enfraquecimento das comunidades rurais.

Essa fragilidade dos núcleos mobilizatórios de base, somados à fragmentação das próprias organizações camponesas, contribuiu para a desintegração do CDP, depois que algumas demandas dos sindicalistas urbanos foram atendidas. O campesinato mobilizado não conseguiu exercer a pressão que o campesinato indígena exerceu no Equador e na Bolívia. Suas manifestações não foram tão impactantes, o fechamento de rodovias menos duradouro e com menor repercussão, e ele não conseguiu protagonismo nem mesmo na plenária/parlamento popular que foi o CDP. Ou seja, as organizações camponesas não conseguiram estabelecer uma aglutinação de movimentos que se consolidassem em um parlamento popular alternativo, como ocorreu com o MAS e o Pachakutik. O principal partido, ou movimento, ou força eleitoral atualmente, o Movimento Popular *Tekojoja*²⁷¹, não surge dessa aglutinação, mas, de algum modo, justamente de alguma tentativa de salvar os movimentos sociais após a fragmentação do CDP.

²⁷¹ Tekojoja em Guaraní quer dizer “igualdade”, ou “vida em comunidade”.

5.6 Uma nova fragmentação do enquadramento, e o surgimento do movimento/partido popular *Tekojojá* em um cenário de crise do Coloradismo

O Movimento Popular *Tekojojá* foi criado em 2006, produto das lutas sociais, e ao mesmo tempo do fracasso destas em constituir uma frente única, representado na queda do CDP. Esse movimento consistiu na criação da plataforma eleitoral das lutas camponesas, e também é produto das várias mobilizações e ocupações de terra, que vinham no caudal da consolidação da grande agricultura sojeira. Com a maior parte de suas bases de apoio no campo, o *Tekojojá* logo se mostrou com um grande potencial no sentido de alavancar as lutas sociais paraguaias. Apesar de se colocar no campo anticoloradista, o *Tekojojá* não fez parte da sigla pela qual Lugo se candidataria em 2008, a *Alianza Patriótica para el Cambio* (APC), uma convergência de partidos e movimentos de esquerda, mas que tinha o PLRA como principal força partidária. O *Tekojojá* lançaria seus próprios candidatos para as eleições de 2008, justamente por já estar credibilizado como uma das maiores forças da esquerda mais “purista”²⁷² em seu país, pelo menos até aquele momento. Ainda assim, ele se apresentou como um dos principais vínculos entre Lugo e os camponeses e apesar de lançar seus próprios candidatos, apoiou a candidatura do ex bispo para presidente.

Formado basicamente por dirigentes camponeses²⁷³ oriundos do campesinato empobrecido, uma das suas bandeiras é a luta contra o uso de pesticidas na agricultura moderna, que em sua perspectiva, polui o meio ambiente e degrada as terras dos pequenos proprietários. Outro importante ponto que eles trabalham é o das chamadas *tierras mal habidas*, ou seja, as terras adquiridas por grandes e médios produtores rurais sem a devida oficialização dentro das regras jurídicas (entra aí a necessidade de cadastro e catalogação das terras). A reforma agrária também é uma demanda muito presente no discurso do *Tekojojá*, de forma que ele foi a primeira plataforma eleitoral que se dedicou quase que exclusivamente ao tema que Carlos Pastore já apontava em 1949 como o grande dilema social dos paraguaios, o problema da terra. Há nas bases do *Tekojojá* movimentos trabalhistas e organizações de bairro, também, mas a presença camponesa é muito maior.

Segundo seu atual presidente, Sixto Pereira (entrevista, 2016), o *Tekojojá* se organiza a partir de relação entre os quadros dirigentes e as bases, principalmente as camponesas, o

²⁷² Isso no sentido de que a APC era considerada uma aliança de elementos anticolorados e que podia ser considerada uma força de centro-esquerda.

²⁷³ Ainda que não apenas por eles, visto a marcante presença do médico Aníbal Carrillo.

centralismo democrático. Os quadros dirigentes são quase todos oriundos da dirigência camponesa, sobretudo aquela vinda das Ligas Agrárias Cristãs e, segundo o senador Aníbal Carrillo²⁷⁴ (entrevista, 2016), da MCNOC²⁷⁵ que, ainda que muito debilitada, é uma das principais organizações camponesas paraguaias. O movimento político, ainda que intimamente vinculado ao campesinato, não tem uma base muito sólida, mesmo no setor camponês, que, segundo o próprio Aníbal Carrillo é muito fragmentado. Há abertura aos movimentos sociais no sentido de que se busca possíveis candidatos que não sejam, a princípio, do *Tekojojá*. Sixto Pereira coloca as origens do *Tekojojá* nas Ligas Agrárias Cristãs dos anos sessenta, que teriam encontrado oportunidades políticas institucionais pela primeira vez a partir dos anos noventa. O partido seria a cristalização do movimento surgido entre aqueles que não eram sujeitos da reforma agrária, que ficaram de fora da entrega de terras fronteiriças antes da redemocratização. Essa entrega de terras tinha a ver com a modernização da agricultura já naquela época e como essa modernização fazia alguns camponeses enriquecer e acumular terras enquanto outros ficavam com parcelas cada vez menores de terras. De acordo com Sixto Pereira, o *Tekojojá* inspira-se significativamente nos Círculos Bolivarianos criados pelo partido de Hugo Chávez, na Venezuela, a experiência do orçamento participativo no Brasil, assim como a necessidade de uma “vida mais orgânica da responsabilidade institucional” (SIXTO PEREIRA, 2016). Em relação à influência dos círculos bolivarianos, nota-se que há um desenho organizativo de “cima para baixo”²⁷⁶ no *Tekojojá*, porém sem o alto grau de disciplina encontrado no modelo leninista, seja do ponto de vista da experiência empírica vista nos partidos de inspiração explicitamente leninista, seja dentro do modelo teórico do próprio Lenin. Isso, tendo em vista, também, a falta de rigidez da elite parlamentar na organização e administração dos movimentos de base, o que mostra como são vagos e dispersos esses movimentos, e também a forma como se relacionam com suas elites dirigentes e parlamentares. O fato de a maior parte dos dirigentes virem dos movimentos camponeses distancia também, em certa medida, o *Tekojojá* dos partidos leninistas clássicos, que em geral são vanguardas de intelectuais que tentam de aproximar de movimentos através da agitação de massas, sem porém, serem parte orgânica desses movimentos.

²⁷⁴ Aníbal Carrillo foi candidato a presidente pelo partido em 2013.

²⁷⁵ Essa organização seria uma das mais “luguistas” entre os camponeses, o que mostra sua maior vinculação atual com o *Tekojojá*.

²⁷⁶ Apesar de Sixto Pereira afirmar que as decisões do partido vão das bases para o topo, vale lembrar que os círculos bolivarianos venezuelanos foram criados “de cima”.

Na condução de “baixo para cima”, estaria o eixo condutor principal do *Tekojojá*, segundo seu atual presidente. Neste ponto, é sempre bom notar que, tradicionalmente, existem conflitos entre base e topo, nesse tipo de organização. Em organizações que se aproximem do tipo mais puro do modelo leninista, o poder tende a se concentrar no topo, transformando as bases em correias de transmissão das diretrizes elaboradas no topo. Porém no caso aqui analisado é difícil analisar com um maior grau de certeza devido à própria fragmentação e autonomia das bases. Uma característica das comunidades rurais paraguaias, é que, muitas vezes, mesmo estando vinculadas a alguma organização político-eleitoral, seus membros não necessariamente votam por ela. A FNC, por exemplo, que tem o *Partido Paraguay Pyahura* como principal braço político (ainda que não eleitoral até o momento) apresenta um voto altamente fragmentado, e seus membros direcionam votos a todos os partidos paraguaios, inclusive aos que podem ser considerados conservadores. Uma organização camponesa não está, necessariamente, ao lado de seu braço mais eminentemente político, devido à fragmentação dos interesses das várias comunidades camponesas, assim como seu heterogêneo capital social e seu pouco consolidado sistema de expectativas compartilhadas. A ação em “uníssono” do campesinato paraguaio, por ser muito dispersa, e muito desprovida de maior coesão, gera reflexos nas suas organizações mais eminentemente políticas. Assim sendo, fica muito difícil disciplinar esses setores sociais nos moldes de Lenin, o que torna os partidos camponeses paraguaios²⁷⁷ partidos-movimento, ainda que as configurações sociais em questão apresentem fenômenos em rede bastante dispersos, com alguma dificuldade no que se refere ao enquadramento mais consistente dos problemas. Outro ponto que enfatiza esse traço é justamente o fato do *Tekojojá* ter vindo à tona em um quadro de desarticulação das aglutinações da força de esquerda. Além do desmantelamento do CDP, o *Tekojojá* também é fruto do fracasso de um “última” tentativa de se formar uma frente ampla anti sojeira em 2004 (SIXTO PEREIRA, 2016). Ou seja, o *Tekojojá* é antes uma fração sobrevivente da aglutinação de movimentos sociais que a cristalização política e eleitoral dessa aglutinação. Ele é o transbordamento social de uma segunda onda de modernização agrícola (a primeira datando da era Stroessnista), onde o campesinato se encontrava disperso e com uma capacidade de mobilização relativamente baixa.

Ainda há outro exemplo dessa fragmentação numa experiência entre a eleição de 2008 e o desmembramento do CDP, que foi a formação, em 2004, da Frente de Luta pela Vida e a Soberania (FNLSV), formada por CNT, CUT-A, ONAC, MCNOC, e a Plenária Popular

²⁷⁷ O *Tekojojá* não seria o único partido camponês do Paraguai. O *Partido Paraguai Pyahura* também se apresenta assim, ainda que se recuse a disputa eleições, pelo menos até agora.

Permanente. A FNLSV se dedicava a fazer acampamentos, mobilizações de rua e fechamento de rodovias, para defender o que considerava um modelo urbano e rural alternativo frente ao agronegócio e ao que chama de imperialismo dos produtores rurais brasileiros. Seu repertório de ação não é muito diferente do CPD, embora tenha sido uma frente composta por um número menor de organizações. A FNLSV foi uma das muitas tentativas de se administrar a ação direta contra o sistema político paraguaio e de tentar estabelecer espaços deliberativos alternativos aos oficiais. Não foi a primeira tentativa nesse sentido, nem seria a última. A conjuntura em torno das eleições de 2008 facilitaria a formação de novas concentrações de esquerda e novos embates, embora em nenhum de todos esses casos tenha surgido uma força partidária eleitoral considerável.

O cenário político de 2008 estava um pouco favorável a partidos e movimentos de esquerda que quisessem adentrar a arena eleitoral, no sentido de que o tradicional bipartidarismo paraguaio estava sendo visivelmente desafiado, tanto pela direita quanto pela esquerda. Pela direita, a União Nacional de Cidadãos Éticos (UNACE) do Coronel Lino Oviedo, que se dirigia, muitas vezes, ao eleitorado, na língua Guaraní, conseguindo arregimentar votos em áreas empobrecidas, como nas zonas dos *bañados*²⁷⁸. Pela esquerda, além do *Tekojojá*, havia a convergência de esquerda *Alianza Patriótica para el Cambio* (APC), por quem Lugo disputou e venceu a eleição para presidente²⁷⁹. As marchas e protestos de rua se mantiveram e vários movimentos sociais, durante a Marcha pela Vida do ano de 2008, mostraram o potencial político daqueles que não se viam como representados pelo sistema representativo e político convencional.

A vitória do ex-bispo Fernando Lugo (que viria a ser senador pelo *Tekojojá* posteriormente) em 2008 foi, antes, o produto de uma crise dentro do Partido Colorado, assim como do apoio dado pelo Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA). Lugo sempre foi ligado às lutas camponesas no departamento de Itapúa, participando com eles de marchas, manifestações de rua e fechamento de rodovias. Proveniente do chamado “coloradismo de esquerda”, os setores mais à esquerda do Partido Colorado²⁸⁰, Lugo não era, a princípio,

²⁷⁸ Essas regiões são áreas muito empobrecidas que se encontram às margens do rio Paraguai e estão sempre sujeitas às intempéries do tempo, na maior parte das vezes, das enchentes. Sua população é conhecida como *la gente de los bañados*. A principal organização que atua nessas áreas é a *Coordinadora de los bañados* (COBAÑADOS). Apesar da COBAÑADOS se posicionar junto a partidos e movimentos de esquerda, a população dessas áreas apresenta um comportamento eleitoral bastante variado, rendendo muitos votos ao Partido Colorado e também ao partido de Oviedo.

²⁷⁹ A divisão “esquerda versus direita” é sempre muito complexa. Aqui tomamos por esquerda o anticoloradismo que se alinha junto aos movimentos sociais camponeses e urbanos. Direita poderia ser também algum anticoloradismo mas sem se alinhar a esses movimentos sociais.

²⁸⁰ Setor do Coloradismo extremamente perseguido pela ditadura Strossnista.

ligado de forma íntima a nenhuma organização partidária, concentrando-se mais na ação direta ao lado dos camponeses mais empobrecidos. Lugo, assim como o Movimento Popular Tekojojá, surgiu no caudal dessa fragmentação, da perda de sinergia da CDP, da crise do Partido Colorado e da tentativa de reestruturação da esquerda paraguaia em geral²⁸¹.

A APC, legenda que lançou a candidatura de Lugo²⁸², foi a confluência de uma série de partidos de esquerda e centro-esquerda que aproveitavam o bom momento deixado pela crise do coloradismo (ORTIZ, 2014) e por todas as denúncias de abuso do governo de Nicanor Duarte Frutos (2003-2008)²⁸³. Foi também parte de uma série de agrupamentos e reagrupamentos de organizações e indivíduos de esquerda. Esse fluxo de agrupamentos não pararia na APC, já que surgiriam também o Bloco Social e Popular, que reúne os principais dirigentes sindicais, assim como a Aliança Patriótica Socialista (APS), que reúne dirigentes de partidos de esquerda e de organizações camponesas (PALAU; ORTEGA, 2008). A APS e o Bloco Social e Popular também impulsionariam a candidatura de Lugo e ambos, somados à APC, eram uma grande e fluida panóplia de indivíduos, organizações, partidos e movimentos que se reuniam em uma grande frente anticolorada. Tanto que era uma unidade que lançava um candidato a presidente, mas para outros cargos as candidaturas não iam através de uma mesma sigla, não contribuindo para a criação de qualquer tipo de frente parlamentar (PALAU; ORTEGA, 2014).

Tratava-se de frentes que, como o CDP alguns anos antes, apresentavam baixíssimo grau de coesão e um enquadramento ainda menos consolidado. Seu espectro ideológico ia do reformismo ao radicalismo, e era pouco claro que tipo de governo elas desejavam que fosse o de Lugo, devido a essa enorme fragmentação. Os partidos que convergiram para formar a APC foram o Partido Revolucionário Febrerista (PRF), o Partido Democrata Cristão (PDC), Partido País Solidário (PPS), Partido Frente Ampla (*Frente Guasú*), Partido Encontro Nacional (PEN), o Partido do Movimento ao Socialismo (P-MAS) e o PLRA. Em um contexto de desgaste dos Colorados, que estavam no poder há mais de sessenta anos, mesmo o PLRA tinha parte nessas grandes concentrações que tentavam redefinir os rumos da política no Paraguai.

As organizações extra partidárias que deram apoio e trabalharam na candidatura de Lugo, se reuniam no Bloco Social e Popular, assim como na Aliança Patriótica e Socialista (APS). O Bloco Social e a APS, foram uma tentativa de reestruturar aquilo que havia sido

²⁸¹ Principalmente depois da destituição de Lugo em 2011, no caso do Tekojojá.

²⁸² Embora Lugo, nesse momento fosse do Partido Democrata Cristão que fazia parte da APC.

²⁸³ O governo de Nicanor Duarte Frutos se destacou pelo seu endurecimento contra várias organizações, sobretudo as camponesas, o que lhe rendeu críticas até mesmo do chamado “coloradismo de esquerda”.

perdido com o fim do CDP, uma unificação de todos os movimentos sociais que contestavam o coloradismo, suas práticas tradicionais clientelistas e prebendelistas, e também a estrutura agrária paraguaia. E isso em uma esfera extra partidária, como havia sido o Congresso Democrático do Povo, embora nesse momento houvesse o apoio a uma candidatura para presidente. Girando em torno, em algum grau, da APS e do Bloco Social Popular²⁸⁴, assim como com a candidatura de Lugo estavam os movimentos:

Central Nacional de Organizações Camponesas, Indígenas e Populares (CNOICP), *Coordinadora de Productores Agrícolas de San Pedro Norte* (CPA-SPN), *Federación Nacional Campesina* (FNC), Mesa Coordinadora Nacional de Organizações Camponesas (MCNOC), *Organización Nacional Campesina* (ONAC), Central Nacional de Trabajadores (CNT), Central Unitaria de Trabajadores Auténtica (CUT-A), Comitê da América Latina para os Direitos da Mulher (CLADEM- Paraguai), *Coordinadora de Mujeres del Paraguay* (CMP), *Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas* (CONAMURI), *Consejo Nacional de Organizaciones Populares Movimiento sin Techo* (CONOP-MST) e *Coordinadora de los Bañados de Asunción* (COBAÑADOS) (ORTEGA; PALAU, 2014). Pode-se dizer que há quatro eixos fundamentais reivindicatórios: o camponês, que luta pela reforma agrária, o trabalhista que luta pelos direitos sindicais e geração de emprego, os movimentos de mulheres, que lutam pelos direitos sexuais e os bairristas, que lutam pela melhoria na qualidade dos serviços estatais em zonas urbanas empobrecidas.

Não se quer dizer que todos esses grupos tenham apoiado a candidatura de Lugo uniformemente. Pelo contrário, se há algo que marca todo esse processo é seu caráter ultra fragmentado como já foi descrito. Algumas organizações, como a FNC, rapidamente retiraram seu apoio à candidatura, sendo esta uma das mais relevantes organizações que deram algum tipo de parecer acerca da disputa de Lugo pela presidência. As candidaturas para senadores e deputados também foram feitas de forma altamente fragmentada, com alguns se candidatando por seu partido ou organização (às vezes fora da APC), e ao mesmo tempo apoiando Lugo para presidente.

A relação desses movimentos com Lugo foi a mais variada possível. A CONAMURI, CLADEM, CMP e CNOICP assumiram uma postura de apoio, controle e demanda. Ou seja, de apoiar, mas, também, controlar e manter as demandas a partir dos movimentos, garantindo, a partir do campo extra-parlamentar, que suas demandas fossem cumpridas. A CNT se

²⁸⁴ O Bloco Social e Popular criou-se a poucas semanas das eleições. A FNC e a CPA-SPN se colocaram de fora.

colocava como um ator político que protagonizaria mudanças no âmbito dos direitos trabalhistas e sindicais. A COBAÑADOS se deu o papel de exigir participação, no caso, participação das organizações bairristas da franja costeira do rio Paraguai. A CUT-A, FNC, e ONAC garantiram seu apoio apenas no caso do cumprimento do programa que as principais organizações de esquerda propunham. A MCNOC, e a CPA-SPN enfatizam o fortalecimento do campo popular. Com isso, queriam dizer que era necessária uma maior unificação do campo de luta e atuação dos movimentos, e a relação com Lugo devia se dar em termos tais que o corpo dessa unidade fosse prioritário (ORTEGA; PALAU, 2014).

Note-se que, durante a eleição e com a vitória de Lugo em 2008, uma vez mais as organizações da esquerda paraguaia voltam a buscar alguma unidade, ainda que não seja, nessa conjuntura, para dar suporte a um candidato de seu próprio partido, mas para um candidato eleito e com quem tinham mais afinidade. A Frente Popular e Social surge como instrumento de pressão sobre Lugo, quem, após tomar posse, se viu num cenário onde tinha pouca base parlamentar, e uma grande expectativa vinda dos movimentos sociais, que exigiam reformas profundas em várias áreas da vida social, política e econômica dos paraguaios. Os grupos que conformaram o Bloco Social, as organizações de bairro, algumas organizações camponesas, mais as organizações que permaneceram na MCNOC após a primeira ruptura, CONAMURI, e principalmente o *Tekojojá* passam a dar corpo à Frente Popular e Social. Apesar da convergência de um alto número de organizações, o Bloco Social foi debilitando-se até perder visibilidade. A APS, formada também por PCPS, PCP, Partido Unidade Popular, OLT e outras organizações aqui citadas, também se desarticulou.

Essa desarticulação, como foi dito, deveu-se particularmente à falta de unidade nas propostas. Apesar de haver esse norte valorativo, onde eram enfrentadas as políticas privatizantes, as práticas prebendárias tradicionais na política paraguaia, e o autoritarismo de Nicanor Duarte Frutos, isso se mostrou insuficiente para a consolidação de uma unidade política mais fortalecida e duradoura. A FNC, desde a criação do Bloco Popular e Social, já se punha no exterior das principais movimentações e atividades das frentes de esquerda, afirmando que continuaria com suas próprias táticas de pressão, fora da política parlamentar. Com relação a apoiar, ou não, governo, seria apenas uma questão conjuntural.

A CLADEM logo manifestou uma série de desconfianças em relação a Lugo. Segundo a organização de mulheres, o presidente então eleito, por ter sido formado e socializado numa instituição como a Igreja Católica, não estaria de fato pronto para lidar com questões de gênero. Ela acreditava que o bispo, mesmo estando nos setores menos conservadores da Igreja, era ainda um homem de mentalidade conservadora no que se refere a gênero. De fato,

no Paraguai existe uma grande clivagem entre a esquerda da classe camponesa e a esquerda de gênero, uma clivagem que parece ser maior que em outros países. Aníbal Carrillo mesmo reconhece que há pouquíssimas mulheres no *Tekojojá* e que o partido atrai muito poucos atores sociais do sexo feminino. A senadora Mercedes Canese (entrevista, 2016) afirma que existe, realmente, esse problema, já que, segundo ela, a maior parte dos quadros do *Tekojojá* não se preocupa com questões de gênero. A CLADEM, assim como a FNC, ONAC e CUT-A via no governo Lugo apenas uma possibilidade de criação de cenários de conflito aprofundados onde poderia se almejar mudanças mais radicais.

Uma organização que tenta criar uma conexão entre esses dois mundos (gênero e campesinato) é a CONAMURI, que trabalha com questões de gênero e também com a proposta da reforma agrária. A CONAMURI é uma típica organização que Poguntke chamou de *new politics*, pois elenca a questão ambiental com mudanças mais profundas em uma série de esferas da sociabilidade humana. Essa organização investe em uma área das lutas sociais que parece ter pouca repercussão nos debates públicos de seu país. Assim como os movimentos de bairro, sua causa parece ter um menor peso, pelo menos se compararmos com a causa trabalhista e principalmente, a causa camponesa.

A CONAMURI apostou no governo Lugo, desde que os movimentos sociais se mantivessem como um permanente aparelho de pressão, assim como CPA-SPN, CNT, CNOCIP, MCNOC. A CPA-SPN, que defende um modelo de coletivização total das propriedades rurais comunais depositou algumas esperanças em Lugo, devido a sua proximidade com os camponeses da região de San Pedro e Itapúa. A CNT também tinha esperanças de mudanças com o governo luguista, porém concordava com a ideia de que os movimentos sociais deveriam manter uma pressão permanente sobre o governo.

O cenário pós-eleitoral foi muito parecido com o pré-eleitoral, com grande fragmentação e dispersão, sendo que as forças de esquerda conseguiram levar apenas três senadores ao Congresso Nacional, fazendo com que Lugo tivesse uma base parlamentar irrisória. Um exame de auto crítica de várias lideranças de movimentos populares acerca do mal resultado de suas plataformas eleitorais concluiu que essa alta fragmentação foi responsável por tal resultado. A chegada de Lugo à presidência só foi possível por causa dos votos advindos do eleitorado do PLRA, que fez parte da APC e estava contra os colorados. Uma vez no poder, Lugo além de se deparar com uma base parlamentar muito enfraquecida, não teve o apoio das ruas devido à ausência de unidade do campo popular, e, também (ainda que, talvez em menor medida) de menor capacidade de mobilização de certos atores sociais que compunham esse campo.

O resultado foi que, em 2010, a APS e o Bloco Popular e Social se desfizeram, de forma bastante parecida com o fim do CDP em 2002, e cada movimento ou organização novamente a buscar hegemonia em seu próprio campo de atuação, antes que tentar fazer qualquer nova tentativa de aglutinação de movimentos. Os conflitos no campo, em que os chamados *carperos* protagonizavam uma série de ocupações de terra e confrontos violentos com as forças policiais (MORAES; COSTA VIEIRA, 2015), resultando no episódio de Curuguaty, quando oito ativistas sem terra foram mortos. Eles (os *carperos*) são compostos tanto por sem terras como minifundistas, e assim como membros de diversas outras organizações camponesas, são oriundos dos desgarrados produzidos pela modernização agrícola e pela crescente urbanização (FOGEL, 2014). Os *carperos* já se empenhavam nesse tipo de ação coletiva (ocupação de terras) desde os anos noventa, mas a falta de resultados do governo luguista fez com que os confrontos se endurecessem e eles se organizassem mais a partir desse período. Eles sempre foram mais presentes na região oriental do Paraguai, sobretudo nas áreas chamadas *Ñacunday*, *Yvyrapitá* e *Curuguaty* (FOGEL, 2012). A *Liga Nacional de Carperos*, sendo uma espécie de organização vicinal, que demanda terras a serem administradas por um sistema de cooperativas, se organiza em 193 comissões vicinais que gestionam terras no *Instituto de desarrollo Rural y de la Tierra* (INDERT). Essas comissões se compõem com cerca de cinquenta mil membros e as organizações com que mais se aproximam são a CPA-SPN e a *Asociación de Agricultores del Alto Paraná* (ASAGRAPA) (FOGEL, 2012). Apesar de depositar certa confiança em Lugo, em um primeiro momento, a Liga logo se desiludiu. Ela não tinha feito parte das grandes concentrações que apoiaram o bispo, mas fora parte importante daquilo que pode ser chamado de esquerda, no espectro político paraguaio. Assim como várias outras organizações, também não viu muito futuro para seus projetos no governo eleito em 2008 e cogitou lançar candidatos nas eleições de 2013, como um partido político mesmo, já que não confiava muito em nenhuma proposta existente no meio político partidário.

Essa ideia de partidarizar a Liga não se concretizou. O que ocorreu é que as lutas no campo protagonizadas por ela contribuíram para a crise política que levou à destituição de Lugo, em 2011. Considerado por muitos um golpe parlamentar, já que todo o processo durou apenas 48 horas, Lugo foi retirado do poder, deixando em seu lugar o vice-presidente Federico Franco do PLRA. A desintegração das frentes oriundas das lutas sociais impediu grandes mobilizações de rua que pudessem direcionar o *impeachment* de Lugo rumo a um resultado diferente do que aconteceu. O resultado para essas agrupações foi antes uma tentativa de se reestruturar e se preparar para as eleições do ano seguinte, em 2013.

5.7 A perda de sinergia das ruas e reestruturação eleitoral: A inserção do *Tekojojá* na Frente Guasú em um Paraguai pós-lugo

O que restou da sinergia da CDP, FNLSV, APC, APS e Frente Popular e Social, foram duas alianças parlamentares de partidos. Uma era a chamada Frente Ampla (*Frente Guasú*), porém dessa vez tendo como sua principal força o *Tekojojá*. Os partidos que compõem a *Frente Guasú* são: Partido País Solidário, *Partido Frente Amplio*²⁸⁵, *Partido Participación Ciudadana*, Partido Comunista Paraguai, Partido Convergência Popular Socialista, *Partido del Movimiento Patriótico y Popular*, *Partido de la Unidad Popular*, e o *Partido Popular Tekojojá*. Nas eleições de 2013, Lugo já era candidato a senador pelo *Tekojojá*, sendo, inclusive, eleito para o cargo. A outra aliança é o *Avanza País*, um grupo que anteriormente era da *Frente Guasú*, mas em 2013 se separou dela. O *Avanza País* se formava pelos *Partido Febrerista Revolucionário*, Partido Movimento ao Socialismo, Partido Democrata Cristão, Movimento Vinte de Abril, e União Democrática para a Vitória. Eles não tiveram os mesmos resultados eleitorais da *Frente Guasú*, que se manteve como a principal força partidária de esquerda no Paraguai.

O movimento em defesa da diversidade sexual *Kynã Pyrendá*, também se fracionou da *Frente Guasú*. Esse movimento, assim como o CONAMURI, não se dedica exclusivamente às causas das minorias sexuais. Também se dedica aos temas da ecologia e da agroecologia urbana. Nesse caso, não houve nenhum sucesso em qualquer tentativa de eleger qualquer candidato. O *Movimiento 15 de Junio* também se afastou da *Frente*. Os fracionamentos e separações continuaram no Paraguai pós Lugo, mantendo a tendência que vinha desde o esfacelamento do *Asunción para Todos*, ainda no início da década de noventa. Surgiu, também, o *Movimiento Ecologista Verde Paraguayo* (MEVP), que tenta aproximar as propostas ecológicas de organizações indígenas, mas sem muito sucesso (GÓMES; GONZÁLES; GOETZ, 2015).

Porém, dentro desse quadro de extrema fragmentação é que as forças de esquerda conseguem sua melhor performance eleitoral. Sua base no Congresso Nacional é maior que durante os anos de governo luguista, e o *Tekojojá* tem um papel central nessa constituição de forças parlamentares. Conseguindo ter a metade dos parlamentares da *Frente Guasú* no Congresso, ele conseguiu ocupar o posto de principal força política considerada de esquerda.

²⁸⁵ Trata-se de um partido dentro da *Frente Guasú* com um nome parecido.

A luta contra a corrupção, a justiça social e a participação passam a constituir o mais importante eixo de propostas da *Frente Guasú*. Por “participação”, a Frente define a ênfase do público sobre o privado na gestão dos serviços oferecidos à população. Também há a proposta de criar estruturas participativas e cidadãos nos Centros Municipais de bairros, além de Comissões Vicinais representativas de cada bairro.

A fragmentação da *Frente Guasú* é tão impressionante quanto aquela que marcou todas as concentrações de esquerda analisadas até aqui. Ela é um tipo de aliança na qual se pode lançar um candidato de algum partido que a compõe, para eleições presidenciais, e lançar candidatos a vereador, prefeito ou governador, em outras alianças, com partidos que nas eleições presidenciais não fazem parte de seu núcleo mais consistente de partidos/movimentos. O que se quer dizer é que as alianças que conformam a Frente Guasú são extremamente instáveis. No interior, em alguns casos, a Frente tece alianças com o PLRA, o que não acontece em Assunção. Na capital, entra em sua aliança grupos que não aparecem em outras regiões do país, onde ela apóia candidaturas vindas de partidos fora da formação inicial, como quando apoiaram o arquiteto Ricardo Meyer para a prefeitura de Assunção, junto a partidos como *Patria Querida*, *Partido Independiente em Acción*, o Partido Demócrata Cristão, além de movimentos como *Despertar Ciudadano*, *Movimiento Oñondinve*, e *Movimiento Asunción me Gusta*. Nesse caso, a Frente Guasú atua municipalmente como Frente Independente. A Frente parece, dessa maneira, ser um cruzamento e descruzamento constante entre partidos políticos e movimentos sociais, porém com um eixo de propostas mais ou menos claro, ainda que não muito ajustável ao enquadramento (ou falta dele) de suas organizações de base, assim como dos partidos políticos que estão sempre no seu entorno.

A miríade de organizações é tão grande e ao mesmo tempo a densidade institucional, burocrática e administrativa é tão pequena que aparentemente a *Frente Guasú* é um conjunto hiper fluido de vanguardas partidárias de tipo próximo ao leninista e de movimentos sociais mais vinculados a bases sociais que se organizam de forma mais ou menos espontânea²⁸⁶. Ainda assim, há alguma coesão que se configura como um conjunto de organizações anexas, ou potencialmente anexas, que giram em torno ao *Tekojojá*, a principal força de esquerda paraguaia, pelo menos no plano eleitoral. E apesar da *Frente Guasú* e do *Tekojojá* não terem surgido diretamente da aglutinação de forças de esquerda (pelo menos ela não é produto de seu ápice), ela se mostra como uma tentativa de reestruturar as forças anti-coloradas e chamadas progressistas, no Paraguai. Ela consegue eleger e sustentar um número de

²⁸⁶ Como é o caso das comunidades rurais autônomas, que têm pouco contato com federações, mas que fazem parte da paisagem política paraguaia, sobretudo nas zonas rurais.

representantes a cargos públicos que é o maior que aquele que existiu durante o governo Luguista, ainda que seja pequeno comparado ao de partidos como o Colorado e o PLRA. Seu maior sucesso eleitoral se encontra, sobretudo, nas regiões onde há maior conflito entre modelos produtivos dos minifúndios familiares e da agricultura mecanizada de grande porte. Um exemplo seriam alguns distritos do departamento de *Caazapá*, onde a esquerda²⁸⁷ surge como segunda força eleitoral, tendo o triplo dos votos do PLRA, ficando atrás apenas dos colorados (GÓMEZ; GONZÁLES; GOETZ, 2015).

No que se refere a vereadores e prefeitos, houve também um aumento na representatividade das forças de esquerda desde as eleições de 2010 em diante. Dos 11% dos prefeitos eleitos em 2015 para além dos colorados e do PLRA, dos “independentes”, boa parte vinha da esquerda. O PLRA conseguiu importantes municípios, como Assunção, *Encarnación*, Mariano Roque Alonso, Lambaré e *Fernando de la Mora*. Mas vale destacar que, nesse caso, nos municípios do interior em questão, isso só ocorreu porque ele fez alianças com as forças luguistas que lhe deram apoio através de alianças. Como já foi mencionado, nos municípios do interior, a *Frente Guasú* forma alianças com o PLRA, o que não acontece na capital. Nesses municípios, os candidatos do PLRA se beneficiam do apoio da Frente. Embora os dois partidos tradicionais ainda sejam muito fortes, e a esquerda ainda não lhes apresente um desafio tão contundente, eles parecem perder certo eleitorado nos principais centros urbanos do país, assim como nas zonas de assentamentos rurais mais recentes (GÓMES; CELESTE; GOETZ, 2015). As principais bases sociais que, segundo Ramón Fogel (2009), deram apoio a Lugo em 2008, o campesinato empobrecido e os setores urbanos que oscilam entre o sindicalismo e uma espécie de proletariado estacionado no sub emprego, ainda estão presentes.

Ainda que a *Frente Guasú* e seu principal impulsionador, o *Tekojojá*, não tenha gerado uma coesão interna satisfatória e ainda não se saia tão bem nas urnas, já passam por certo processo de oligarquização, na linha elaborada por Michels, pelo menos sob o olhar de seus opositores de esquerda. No caso aqui, se trata do *Partido Paraguay Pyahura*, o principal braço político da Frente Nacional Campesina. Segundo seus líderes, a elite parlamentar e dirigente do *Tekojojá* já não tem tanto contato com os movimentos que estão na sua base. O *Paraguay Pyahura*, por estar atualmente no centro de muitas manifestações camponesas, assim como de importantes ocupações de terra, se auto identifica como o principal veículo de vocalização das comunidades e dos assentamentos rurais. Assentamentos esses de quem a

²⁸⁷ Por esquerda, se quer dizer as duas principais forças, a *Frente Guasú* e o *Avanza País*.

elite dirigente do *Tekojojá* está cada vez mais distante e fazendo alianças com partidos pouco afeitos à causa camponesa. De fato, muitas análises, como a de Luis Ortiz (2016) apontam que hoje o *Tekojojá* está muito preso à figura de Sixto Pereira, de quem o restante do partido não consegue ganhar mais autonomia. Ou seja, a oligarquização de Michels realmente se apresenta, em alguma medida, embora não em níveis tão alarmantes como aqueles denunciados pelo *Paraguay Pyahura*. Entretanto, esse partido que se auto considera marxista-leninista²⁸⁸, está se mostrando o maior arregimentador das mobilizações camponesas, e começa a capitalizar as movimentações no campo paraguaio, chegando a cogitar, pela primeira vez, participar de eleições.

O *Tekojojá*, nessas condições, fica em uma situação de meio termo entre um partido verdadeiramente movimentalista, um *movement-party*, e uma vanguarda parlamentar da principal aliança de esquerda do Paraguai que é a *Frente Guasú*. Mesmo não tendo chegado nem perto de ter a envergadura que o MAS teve na Bolívia, ele já tem que lidar com críticas do tipo que seu equivalente boliviano só teve de enfrentar depois de chegar ao poder e formar uma elite parlamentar (críticas ligadas à oligarquização). Enquanto os bolivianos conseguiram um movimento que convergissem a tradição sindical-nacionalista formada pelo MNR em 1952, o campesinismo indígena e os esforços antineoliberais (CUNHA FILHO, 2015), o *Tekojojá* ficou quase restrito a uma questão de classe camponesa, justamente em um momento em que o Paraguai começa a apresentar taxas mais altas de urbanização. Também não houve a retomada de uma tradição sindical trabalhista e nacionalista revolucionária (como o MNR boliviano), uma vez que ela não existe em seu país, ou pelo menos não como na maioria dos outros países sulamericanos. Em relação à questão indígena, também não tem a centralidade que podemos ver nos movimentos bolivianos e equatorianos, ainda que a identidade paraguaia esteja totalmente permeada pela cultura guarani.

No que se refere ao problema étnico e lingüístico, o Paraguai se mostra, em bom grau, um país com grandes doses de homogeneidade, como diz Di Tella (2005), sendo, pelo menos, muito mais homogêneo do que os países andinos, ou centro americanos. Ainda assim, há grupos indígenas fora da mestiçagem *criollo-guaraní*, além do fato de que a miscigenação não impediu que o Guarani, como primeira língua, fosse mais presente nas áreas empobrecidas rurais e urbanas do que nas classes mais altas das cidades. Todavia, a defesa da língua indígena não foi capitalizada pelos setores de esquerda no Paraguai, uma vez que grupos que podem ser considerados como fora da alçada da esquerda, já vêm fazendo um trabalho de

²⁸⁸ Nesse sentido, o *Paraguay Pyahura* também deve passar por algum processo de oligarquização, sobretudo se sua estrutura organizativa estiver mesmo de acordo com o leninismo.

valorização e vitalização da língua Guarani desde o fim da Guerra da Tríplice Aliança, como foi demonstrado no primeiro subitem desse capítulo.

CONCLUSÃO

O advento dos partidos-movimento na América do Sul marca, em alguns países, tanto as tentativas de reestruturação da esquerda, como o transbordamento de forças e setores sociais que já se constituíam há algum tempo (às vezes bastante tempo). A reestruturação da esquerda vem no caudal das enormes crises sofridas pelo marxismo-leninismo clássico, marcadas pelo advento da nova esquerda dos anos sessenta em diante, mas principalmente, pelo fim dos regimes socialistas do antigo leste europeu, que eram administrados por partidos de inspiração marxista-leninista, assim como da luta contra o predomínio das doutrinas e das reformas neoliberais que ganharam espaço no fim dos anos oitenta em diante, em praticamente toda a América Latina.

Nos espaços deixados pelo marxismo-leninismo, a esquerda se reestruturou em função de temáticas que, nos países estudados, vêm de longa data. O indianismo na Bolívia e no Equador e o campesinismo no Paraguai, estão entre as principais problemáticas vividas pelas populações dos três países, desde a sua formação como estados nacionais independentes. Não se quer dizer que essas problemáticas sejam apenas um substituto do marxismo. Elas já se amalgamavam com os temas propostos pelas teorias de Marx anteriormente²⁸⁹, e o marxismo não deixou de dialogar com elas após 1990, de forma que questões de classe não saíram de cena por completo (classe trabalhadora nos casos boliviano e equatoriano e classe trabalhadora urbana no caso paraguaio). O ponto importante é que o modelo marxista elaborado a partir de um etapismo histórico através do qual a classe trabalhadora urbana de fábricas assumiria o poder a partir da sucessão de contradições do sistema capitalista, saiu um pouco de cena.

O protagonismo quase total das questões de classe, em especial a classe trabalhadora urbana, ficou com poucas condições de ser mantido. Na América Latina, isso sempre foi um pouco complicado, uma vez que os agentes revolucionários do campo já eram levados em conta, desde Ricardo Paredes, presidente do PCE nos anos trinta, que defendia que os camponeses Quíchuas do Equador fossem aceitos como o fundamento da superação do sistema liberal capitalista. As idéias de Mariátegui acerca do papel do coletivismo camponês andino na revolução socialista e o maoísmo guevarista nos anos cinquenta e sessenta consolidam o campesinato como agente revolucionário em solo latinoamericano. Todas essas

²⁸⁹ Vide a obra de Mariátegui no Peru.

idéias continuaram tendo impacto após 1990, tendo em vista o amálgama entre as questões étnicas e de classe, sobretudo no Equador e na Bolívia.

Todavia, o programa dos partidos comunistas, com sua ênfase na estrutura econômica e suas diretrizes vindas diretamente do Kremlin, ou do eixo China-Albânia, se encontrou em um impasse com o fim da guerra fria, pelo fim de todo esse escopo referencial que vinha do que na época era chamado de “segundo mundo”. Com a crise dos modelos que durante pelo menos meio século foram o parâmetro para esquerdas que tinham o marxismo clássico²⁹⁰ como principal paradigma, a sua reestruturação em alguns países sulamericanos se deu em moldes parecidos com aqueles do advento dos primeiros partidos socialistas, formados na aurora da formação da classe trabalhadora industrial moderna. Apesar de, como foi dito, os partidos-movimento se encontrarem justamente em um processo de distanciamento do centralismo classista, sua estrutura organizativa e seu repertório de ações mostrou semelhanças marcantes com os primeiros partidos socialistas europeus, em particular o *Labour* inglês, a SFIO francesa e o PSI da Itália.

De certa forma, os partidos-movimento sulamericanos foram a combinação entre o modelo organizativo dos primeiros partidos socialistas com o conteúdo advindo da tradição revolucionária latinoamericana, além do próprio marxismo, que não desapareceu por completo. Algo que os distancia, por um lado, desses partidos, sobretudo do *Labour*²⁹¹, é que o marxismo teve uma maior presença em seu imaginário e norte ideológico, ou seja, eles têm um caráter menos *laburista*. Por outro, sua formação através de redes de organizações heterogêneas lembra muito as redes de organizações sindicais que estavam nas bases da formação do *Labour*, da SFIO e do PSI. No caso dos dois últimos, o partido foi a expansão de organizações sindicais de base partidárias, no caso o POF (Partido Operário Francês) e o POM (Partido Operário Milanês) que foram, gradualmente, se aproximando de outras organizações, criando redes de solidariedade com elas, ao mesmo tempo em que, sem criar uma estrutura interna muito coesa e disciplinada, como o Partido Socialista Alemão (SPD) e como os partidos comunistas de inspiração leninista criariam posteriormente.

O *Labour* foi ainda mais disperso nesse sentido, sendo uma panóplia de várias organizações trabalhistas espalhadas pela Grã-Bretanha, com baixíssima densidade institucional e pouco controle das bases pelo centro dirigente. As manifestações de massa feitas em ruas também estavam no centro do repertório de ações dos primeiros partidos socialistas (em especial a greve geral), servindo como mecanismo de criação de identidades

²⁹⁰ Alguns chamariam de marxismo ortodoxo.

²⁹¹ Como afirma Panebianco, o *Labour* oitocentista foi o menos marxista dos partidos socialistas.

coletivas entre grupos, a princípio, heterogêneos. O mesmo pode ser visto com os partidos-movimento estudados neste trabalho, já que eles vêm de federações sindicais, que por sua vez se alicerçam em estruturas sociais da vida social cotidiana, e que se expandem a ponto de abrir um processo de incorporação de vários outros grupos. Isso sem, contudo, criar uma estrutura partidária extremamente disciplinada e coesa, mantendo-se como partidos políticos de militância intermitente, uma militância que está, em boa medida, colada à própria organização de base.

Entretanto, os dilemas da oligarquização e hierarquização interna dos partidos não passam ao largo das experiências dos partidos-movimento. O fato de apresentarem baixa densidade institucional, baixa institucionalização, e fraco disciplinamento intrapartidário não quer dizer que não exista nenhum tipo de oligarquização, como já propunha Robert Michels na sua lei de ferro dos partidos. Os partidos-movimento também podem se oligarquizarem, através das vias descritas por Michels, e nesse caso essa oligarquização se dá, ou por uma via próxima dos partidos socialistas clássicos mesmo²⁹², uma vez que os antigos partidos surgidos das lutas trabalhistas não estavam isentos de oligarquizarem-se, ou pela constituição de um esboço organizativo inspirado nos partidos pensados por Lenin, ainda que, na prática, eles mantenham suas semelhanças com os partidos socialistas pré-leninistas. Por esboço organizativo leninista, está-se referindo à organização formal dos partidos-movimento, uma vez que é no plano da informalidade que eles se aproximam dos antigos partidos de esquerda anteriores a Lenin. Como essa esfera informal tem um peso muito considerável na articulação do partido em quase todos os níveis, da condução dos protestos de rua à escolha dos candidatos, fica complicado afirmar que eles são, apenas, novos partidos leninistas ou comunistas, sendo, antes, talvez mais corretamente, os novos partidos socialistas, uma reconfiguração das lutas sociais e políticas, em um mundo onde o etapismo do marxismo clássico não ocupa mais um lugar tão proeminente, como ocorreu desde a época do próprio Marx, até o fim da Guerra Fria.

Ainda assim, a existência de traços administrativos e organizativos que lembram o modelo de Lenin não pode ser completamente negligenciada. No continente latinoamericano, pelo fato da maioria dos partidos de esquerda ter surgido em um período em que boa parte da esquerda internacional já estava sob algum tipo de influência do bolchevismo, foi difícil gestar partidos socialistas que passassem totalmente por fora da órbita dos partidos comunistas do velho continente. Desta maneira, os partidos socialistas que se organizam

²⁹² Vale a pena lembrar que mesmo no *Labour* britânico já havia processos de oligarquização, embora nesse caso ele tenha tido, por muito tempo, um impacto menor nas organizações de base do partido.

como partidos de penetração de massa, na América Latina, sempre tiveram, e continuam tendo, pelo menos alguma influência do mais notório pensador marxista do século XX.

Na América Latina, com o fim dos regimes autoritários conservadores, os sistemas partidários que se formaram, em alguns casos, não conseguiram absorver todas as inquietações, mobilizações e transbordamentos sociais que já eram gestados há, pelo menos, algumas décadas. Muitas vezes, os tipos de partidos políticos que existiam na região se aproximavam mais, ou dos partidos de quadros dos quais já falava Duverger, aproximando-se da população apenas através de práticas clientelistas e prebendárias, ou então eram partidos que se formavam nos moldes dos partidos analisados por Steven Wolinetz. Ou seja, “novos” partidos de quadro, partidos que apesar de, muitas vezes, se colocarem como partidos de massa, na prática, e dentro do seu estilo organizativo, sua estrutura interna, e sua forma de se relacionar com o estado e com a sociedade civil, se mantêm mais aparentados com os partidos de quadro.

Junto a um cenário internacional, no qual os partidos trabalhistas clássicos como o *Labour* britânico se distanciavam das questões econômicas²⁹³, os países governados pelo chamado “socialismo real” desmoronavam e outros, como a China, faziam uma série de reformas rumo a uma sociedade de mercado, os partidos socialistas e comunistas da América Latina (assim como de outras partes do mundo) perderam boa parte de sua referência política internacional, assim como de seus referenciais teóricos. Desta forma, o ciclo das esquerdas na América Latina, que se inicia nos anos noventa no caudal dos principais conflitos sociais que se davam dentro de um quadro de reformas neoliberais, está profundamente marcado pela reestruturação da esquerda. Reestruturação essa que tem seus inícios já nos anos 60 e na crítica de alguns aspectos do modelo soviético, e pela entrada em cena de novos atores políticos e dos *new politics parties*, ou partidos ecológicos de esquerda analisados por Thomas Poguntke. Dentre esses novos atores políticos, aqueles de caráter étnico tiveram um significativo impacto na reconfiguração e reestruturação da esquerda em diversos países, já que a etnicidade teve um protagonismo na esquerda como nunca antes, talvez. Não se quer dizer que esses elementos estivessem completamente ausentes nos movimentos e ideias de esquerda de outros períodos. Lenin já chamava a atenção para as nacionalidades e etnias vivendo na periferia do Império Russo, que ele classificava de “pátria opressora de todas as nacionalidades”. Em sua obra clássica, “Walden”, Henry Thoreau ainda em 1845, aponta para um supostamente benéfico coletivismo das sociedades indígenas da América do Norte. Em “A

²⁹³ O novo *Labour* de Tony Blair enfatizava a *cool Britannia*, a *Britannia* das várias culturas e etnias, antes que as velhas questões de classe tão presentes em toda a história do partido.

questão judaica”, Karl Marx define o internacionalismo socialista como a melhor forma de solucionar os dilemas de uma minoria étnica vivendo sempre sujeita às oscilações da boa vontade de governos nacionais opressivos, no caso os judeus. Entretanto, a etnicidade não teve tanto protagonismo dentro dos movimentos de esquerda como teriam a partir da segunda metade do século XX. Foi a partir desse período que movimentos étnicos começaram a ganhar mais autonomia no que se refere a conduzir sua própria luta política e não apenas ser visto como potenciais agentes revolucionários por parte de outros movimentos.

A etnicidade foi parte fundamental dos transbordamentos sociais em dois dos três casos estudados neste trabalho. Na Bolívia e no Equador, a luta pela autonomia territorial das diversas etnias indígenas, dentro de um quadro mais amplo de lutas anti-neoliberais, estava no centro dos debates e propostas pelos partidos/movimento em questão. Entre os bolivianos, as diversas federações camponesas indígenas e os movimentos sindicais da mineração convergiram para uma agenda própria, recuperando o nacionalismo revolucionário do MNR de 1952, porém, desta vez com a incorporação dos indígenas à bolivianidade, sobretudo os andinos.

A convergência de federações, comunidades camponesas e sindicatos rurais e urbanos, e sua forma partidária, o MAS, foi considerada, muitas vezes como um partido-sindicato, uma plataforma eleitoral *sui generis*, antes que um partido político propriamente dito. Seus próprios membros afirmam que se tratava de um instrumento político dos povos autóctones da Bolívia, assim como de seus sindicatos e federações trabalhistas. Aparentemente o MAS foi uma forma bem sucedida de reestruturar a esquerda boliviana, dentro desse quadro de desmantelamento de muitas formas tradicionais de expressão política da própria esquerda.

Ainda que o MAS tenha em sua estrutura formal um desenho bem claro no que se refere às atribuições de seus membros, e um visível processo de oligarquização pelas vias dos partidos socialistas/comunistas, a sua baixa densidade institucional, o fraco poder *de facto* da direção partidária sobre as bases, a fluidez e intermitência da militância, a marcante presença das agências de micromobilização, sua ênfase na territorialidade social, e seu repertório de ações bastante alicerçado na política de rua e nas manifestações de massa o aproximam dos primeiros partidos socialistas, porém com um conteúdo social ainda mais heterogêneo e plural. É a retomada dos antigos partidos socialistas, porém acoplada a uma tradição revolucionária regional que remete às discussões propostas por José Mariátegui, além de ter sempre, na sua estrutura organizativa interna, tendências, ora mais fortes, ora mais fracas, de organizar-se sob uma direção de tipo leninista, embora isso até o momento não tenha se dado integralmente. Em suma, é o conteúdo das lutas sociais e da tradição revolucionária

latinoamericana, somado a alguns traços dos *new politics parties* de Poguntke, sob o prisma organizativo de alguns dos mais notáveis partidos socialistas da transição do século XIX para o XX, em especial o *Labour* britânico, a SFIO francesa e o PSI da Itália.

O segundo caso estudado, o Pachakutik equatoriano, também se formou em termos bastante ligados ao tema da etnicidade, sem, contudo, se tornar um partido-movimento de amplo alcance nacional, como o MAS na Bolívia. O Movimento Unidade Plurinacional Pachakutik, em um prazo mais longo, não se consolidou na arena eleitoral como o MAS. Mostrou-se como uma significativa força política em algumas áreas da região andina, mas no momento do seu auge nas manifestações de rua, quando chegou até a implementar seu próprio poder parlamentar “alternativo”, não criou um enquadramento mais alargado, sobretudo junto a movimentos e organizações não indígenas. A clivagem social e regional entre a costa equatoriana e os Andes parece ter tido um enorme peso no que se refere à capacidade do Pachakutik de ampliar sua área de atuação para além dos Andes indígenas, e criar um partido-movimento de amplitude nacional. A costa, com sua tradição sindical urbana e seus setores populares constituídos basicamente por uma população negra e parda, não absorveu o discurso e as propostas vindas da EQUARUNARI, CONFENIAE, CONAIE e todas as outras organizações que conformavam o Pachakutik.

O Pachakutik, ao perder o *timing* onde havia a maior aglutinação de movimentos, que por sua vez, formavam as suas bases, se tornou quase que um simples partido étnico, confinado à região montanhosa dos Andes equatorianos e com um estilo de estruturação formal com alguns aspectos dos partidos comunistas mais antigos. O Pachakutik não manteve o universalismo dos partidos comunista e socialista equatorianos de outrora, de quem muitas organizações indígenas faziam parte. É como se fosse, de certa forma, a recriação do PCE, mas agora com um centro dirigente indígena, e voltado para questões indígenas. Uma recriação do PCE devido à forma como ele se organiza e se estrutura e pelo fato de ter perdido um pouco a sinergia das ruas, fazendo com que agora busque penetrar em diversas áreas da vida social através de seus ativistas (que lembram um pouco as células comunistas), antes que ser um produto de transbordamentos sociais e aglutinações de movimentos sociais, algo que ele foi, sobretudo nos anos noventa do século XX. Ainda assim continua sendo, basicamente, a expressão política da CONAIE e de comunidades indígenas camponesas, o que também o distancia de um partido comunista clássico, apesar das semelhanças em alguns aspectos.

O Pachakutik também foi uma força de mobilização da qual Rafael Correa e seu partido Aliança País se aproximavam e se afastavam, de acordo com as conveniências e

circunstâncias. Dessa maneira, o Pachakutik oscilou entre um partido-movimento em alguns momentos, e em outros um movimento social que serve de apoio a outros partidos.

Em relação a esse último aspecto, o terceiro caso estudado, o *Movimiento Popular Tekojojá* paraguaio também faz a mesma oscilação. Em alguns municípios, servindo apenas como força de mobilização no suporte de outros partidos, e, em outros, lançando seus próprios candidatos, o *Tekojojá* também se organiza inspirado no centralismo democrático (SIXTO PEREIRA, entrevista, 2016). Entretanto, ele não é uma organização ultradisciplinada e depende constantemente das federações e movimentos camponeses, de onde vem a maioria de seus principais dirigentes. Essas federações e comunas autônomas formam a base do partido-movimento e fornecem a maioria de seus membros, embora, praticamente nenhuma delas direcione membros exclusivamente ao *Tekojojá*, ou mesmo a qualquer outro partido. Ou seja, o *Tekojojá* é antes a expressão política de conjuntos de indivíduos vindos de várias organizações, que a expressão dessas organizações mesmas, o que dá um caráter ainda mais fluido e menos coeso que os outros dois casos estudados. Ele nem sequer é o braço político das duas principais organizações camponesas paraguaias, a MCNOC, a ONAC e a FNC, sendo a convergência de lideranças camponesas oriundas de organizações dispersas.

Concomitantemente ao caráter fluido das redes de movimentos e de comunidades camponesas autônomas, como foi dito, há alguma oligarquização que se dá pela via do chamado centralismo democrático de inspiração leninista, assim como pela proeminência da figura de Sixto Pereira dentro do partido. Muitos dos dirigentes camponeses que adentram o partido-movimento se tornam dirigentes e membros da elite parlamentar do partido. O *Tekojojá*, assim, é produto tanto de uma oligarquização de redes altamente fluidas de movimentos sociais (em particular camponeses), como a liderança parlamentar da *Frente Guasú*, a coligação de partidos de esquerda dentro do Congresso paraguaio.

No Paraguai, a questão indígena não é parte central da agenda dos movimentos e partidos de esquerda, como na Bolívia e no Equador. O indianismo “genérico” que vem se desenvolvendo na Bolívia já foi desenvolvido no Paraguai, em certa medida, por governos e forças políticas anteriores ao ciclo das esquerdas latinoamericanas, alguns podendo ser considerados conservadores. O primeiro hino do Paraguai, durante seu primeiro governo independente, foi escrito em guarani. Haveria posteriormente um retrocesso quanto a isso, mas ainda assim a língua seria reconhecida e sempre foi muito difundida entre os paraguaios. Há todo um debate no qual se afirma que a assimilação de vários traços da cultura guarani pela cultura nacional paraguaia seria apenas um método de destruição da cultura indígena mais “original” (MELIÁ LLITERES, 2009) e sua substituição pela modernidade capitalista.

Todavia, o trabalho semântico descrito por Gellner, a congruência entre cultura e política, e a transformação da “baixa cultura” em “alta cultura” foram estabelecidos, em boa medida, antes do período de redemocratização pós-Stroessner. Desta forma, a temática étnica ficou bastante reduzida perante o tema da classe, que é o centro dos esforços do *Tekojojá* e da esquerda paraguaia em geral.

Os três partidos-movimento estudados trabalharam (ou trabalham) com o tema da “territorialidade social”, ou seja, a constituição de espaços com algum grau de autonomia do mundo externo, onde a vida social é reorganizada ao largo de hábitos, costumes e práticas vistos como parte de uma hegemonia que deve ser combatida. Neste sentido, os três casos vão de acordo com o ciclo das esquerdas no continente, onde foi grande a influência das propostas habermasianas de espaços deliberativos participativos, e alternativos aos poderes legislativos já instituídos (DOMINGUES, 2013). Entre bolivianos e equatorianos esses espaços seriam, basicamente, comunidades rurais indígenas. Entre os paraguaios são comunidades de camponeses paraguaios, sem a presença de identidades étnicas que estejam fora de tipos de identidade nacional constituídas anteriormente.

Os partidos-movimento, ou partidos-rede, sulamericanos, foram a tentativa de reestruturação da esquerda em contextos de grandes tensões e transbordamentos sociais, e onde o etapismo marxista clássico já não era mais uma referência tão central, embora ainda continuasse tendo importância. Estão mais ligados a reações em massa contra medidas vindas do próprio estado, em conexão com temas sociais nacionais e locais com longa data de existência, antes que produto de complexas teorias sociais e políticas que prevêm mudanças sociais radicais através de etapas que levem a um fim da história específico, no caso, o marxismo nas suas formas mais “puras”.

Isso não quer dizer que modelos organizativos, estratégias e táticas pensadas por intelectuais marxistas não adentrem o fenômeno dos partidos-movimento. Como afirmou-se anteriormente, estilos organizativos de inspiração leninista se encontram presentes dentro dessas expressões partidárias, mas sem reproduzir de forma integral os antigos partidos comunistas, inclusive aqueles do tipo que conduziram os países do chamado socialismo real. Esse estilo de estruturar o partido convive e se amalgama com uma complexa rede de movimentos e organizações de base que não são facilmente controláveis e cuja aglutinação depende muito de um enquadramento ideológico comum que passa ao largo do marxismo ortodoxo, e sem o qual o partido tem muitas dificuldades de existir.

Dois pontos importantes trabalhados nos capítulos anteriores, e que foram fundamentais para o surgimento, o fortalecimento e o enfraquecimento dos partidos-

movimento, ora estudados, foram os temas das agências de micromobilização e do enquadramento. Na Bolívia, a força dessas agências, somadas a um enquadramento anti-neoliberal, e que recuperou o nacionalismo revolucionário do MNR de 1952, tornou o MAS um movimento de alcance nacional capaz de se transformar no maior partido do país. No Equador, as agências de base locais eram também muito fortes, com um grande capital social consolidado por um longo período de experiência comunal e de lutas sociais. Também houve certo alcance no que se refere ao enquadramento das lutas indígenas pela descolonização do estado, vista a aglutinação de movimentos e povos indígenas que não eram da mesma nacionalidade, ou etnia. Porém o enquadramento anti-neoliberal não foi capaz de aglutinar o sindicalismo indígena camponês com o sindicalismo urbano da costa equatoriana, de maneira que o Pachakutik não conseguiu ser um movimento de alcance nacional, ainda que tivesse uma tremenda força mobilizatória na suas regiões de origem.

Em relação aos paraguaios, apesar de uma inicial aglutinação dos movimentos sociais (rurais e urbanos) demonstrar uma grande amplitude do enquadramento, ele não foi mantido, assim como os movimentos rurais que constituem as bases do *Tekojojá* não terem uma experiência organizativa e comunitária de longa data contribuiu para a não consolidação de um movimento partidarizado mais forte. No Paraguai, as agências de micromobilização são relativamente fracas, não apresentando a força mobilizatória dos outros dois casos estudados.

Quadro 1 – Sumário da comparação dos três partidos: MAS, *Pachakutik* e *Tekojojá*

	AGÊNCIAS DE MICROMOBILIZAÇÃO	ENQUADRAMENTO
MAS	Fortes	Amplo/nacional - etnonacionalidade, nacionalidade, cívico, territorial, classe
<i>Pachakutik</i>	Fortes	De médio alcance/regional – etnonacionalidade, classe
<i>Tekojojá</i>	Fracas	De médio alcance/regional - classe

Fonte: O autor, 2018.

Outro ponto importante é o fato de o MAS e o Pachakutik terem nas suas origens núcleos de movimentos bastante específicos e consolidados, que depois foram acoplando outros movimentos para perto de si. No caso, seriam o Movimento Cocaleiro e a CONAIE, respectivamente. No caso do *Tekojojá* isso não acontece, com a sua forma mais partidarizada vinda de movimentos camponeses dispersos, sem ter na sua base um núcleo sindical específico como o dos bolivianos e equatorianos. Ou seja, o MAS e o Pachakutik tiveram, na

sua base, coletivos em rede, antes de se tornarem redes de movimentos, e o *Tekojojá*, não. Ele já se inicia como uma rede de movimentos, ou melhor, como uma rede de fragmentos de movimentos, visto que nenhuma organização é sua base integral. É possível fazer uma distinção entre coletivos em rede e redes de movimento (SHERER-WARREN, *apud*: BRINGEL E FALERO, 2008). Os primeiros se referem a conexões em uma primeira instância comunicativa instrumentalizada através de vários atores ou organizações, que buscam difundir informações, e estratégias de ação conjuntas através de redes de solidariedade. Os segundos são sistemas complexos de redes sociais que vão para além de organizações empiricamente delimitados. O Movimento cocaleiro parece se encaixar no primeiro tipo de rede e o MAS no segundo. O mesmo vale para a CONAIE e o Pachakutik. No caso dos paraguaios, o *Tekojojá* parece não vir de coletivos em rede muito consolidados, sendo a partidarização de uma rede de movimentos extremamente difusa, e com comunidades de base com baixo capital social e pouca experiência organizativa.

Os partidos do tipo partidos-movimento foram uma experiência de reformulação partidária no campo das esquerdas em geral, dentro do ciclo das esquerdas latino-americanas. Esses partidos foram uma partidarização de movimentos sociais que lutavam para organizar a vida social, e que estavam altamente entranhados no cotidiano, mas que, em algum momento, julgaram que era favorável a entrada na arena eleitoral. Esse tipo de partido representa uma etapa de reorganização da esquerda, mostrando a capacidade de mobilização e de aglutinação de sinergias oriundas dos conflitos sociais que pode ser identificada, no seu surgimento, em terras europeias, porém com uma diversidade muito maior de temas, sem passar pela experiência de serem partidos totalmente indiretos, e apresentando algum diálogo com as fórmulas marxistas-leninistas (comunistas) clássicas, ainda que essa fórmula não se reproduza literalmente, na prática. Ele também é um tipo de partido muito próximo do que Kitschelt chamou de partido de militantes ideológicos. Segundo Kitschelt, haveria três tipos de militantes, os ideológicos, os lobistas e os pragmáticos (Kitschelt, *apud*, PEREIRA SILVA, 2013). Os ideológicos são aqueles interessados nos objetivos manifestos e gerais da organização (partido). Os lobistas nos objetivos relativos a grupos específicos e os pragmáticos na busca de votos e cargos. Se os partidos-movimento vão se consolidar como um veículo de luta permanente, e uma modalidade político-eleitoral perene com militantes ideológicos, se eles irão se oligarquizar a ponto de se tornarem partidos de penetração de massa convencionais institucionalizados (de tipo socialista ou comunista), ou se serão produtos de transbordamentos sociais em conjunturas políticas específicas, é algo que cabe ao futuro dizer.

Por ora, o que é possível afirmar é que os partidos-movimento representam uma zona imprevisível das lutas políticas localizadas no campo mais institucional, pois são tipos de partido que podem surgir e se fortalecer de forma relativamente rápida, oriundos de transbordamentos sociais ocorridos em períodos de grandes tensões políticas, ainda que muitas vezes isso se dê concatenado a lutas sociais de longa duração histórica. Eles também estão vinculados a zonas também imprevisíveis no próprio campo não institucionalizado das lutas sociais, já que o enquadramento criado pelos movimentos sociais pode ser amplificado de formas inesperadas, com a crise dos grandes modelos ideológicos vigentes durante a guerra fria. Ademais, as redes sociais e a comunicação em larga escala e alta velocidade, podem fazer com que formem-se verdadeiras vanguardas digitais (GERBAUDO, 2016), além de possibilitar agências de micromobilização digitais e facilitação da construção de enquadramentos.

O que se pode ver é que os partidos-movimento tendem a ser uma expressão sócio-política mais presente em um mundo pós-guerra fria do que no período em que o mundo se via dividido entre EUA e URSS e seus respectivos satélites, por mais que suas raízes remontem a períodos anteriores a 1990, recuperando uma diversidade de tipos organizativos e de lutas sociais, no plano partidário, que remontam, em algum grau, ao período inicial de formação dos primeiros partidos de penetração e integração de massa modernos, mas com uma gama de conteúdos muito mais diversificada, além de apresentar um conjunto muito mais diversificado de atores sociais.

REFERÊNCIAS

- ALBÓ, X. *Larga memoria de lo étnico en Bolivia, contemporánea* In: *Tensiones irresueltas: Bolivia, pasado y presente*. Editores: John Crabtree, George Gray Molina y Laurence Whitehead. Plural Editores.
- ALBÓ, X. *Movimiento y poder indígena en Bolivia, Ecuador y Perú*. 2008. 294 p.
- ANASTASIA, F.; MELO, C. R.; SANTOS, F. *Governabilidade e representação na América do Sul*. Editora UNESP, 2004. Rio de Janeiro. 207 p.
- ARECO, A. Et Al. *Experiencias de arraigo y organización campesina*. BASE Investigaciones, 2014. 133 p.
- BARRIOS SUVELZA, X. F. *La descentralización en la Constitución boliviana: diagnóstico crítico. Estudio n. 1 de la serie Descentralización y Administración Pública*. Unidad de Coordinación de la Asamblea Constituyente; Ministerio sin Cartera de Participación Popular; Agencia Española de Cooperación Internacional. 1. ed. Edición: Soledad Domínguez, 1994.
- BARRIOS SUVELZA, X. F. Autonomías indígenas. In: *Contrapuntos al debate constituyente*.
- BARRIENTOS GARRIDO, M. R. De movimiento a partido? Cambios y evolución del MAS (1997 – 2010).
- BECKER, M. Indians and leftists in the making of Ecuador's modern indigenous movements. Duke University Press, 2008. 303 p.
- BECKER, M. Pachakutik. *Indigenous Movements and Electoral Politics in Ecuador*. Rowman & LITTLEFIELD Publishers, 2011. 247 p.
- BRINGEL, B. 15-M, PODEMOS, e os movimentos sociais na Espanha. *Novos Estudos*, 2015.
- BRINGEL, B.; DOMINGUES, J. M. Teoria crítica e movimentos sociais: impasses e alternativas. In: *Movimentos sociais na era global*. Orgs: GOHN, MARIA DA GLÓRIA e BRINGEL, BRENO. Editora Vozes, 2012. 256 p.
- BRINGEL, B. e FALERO, A. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção sócio territorial. *Cadernos CRH*, Salvador v.10 n. 53, p. 269-288, 2008.
- BRÍTEZ, B. Rafael Barret. Dialéctica del novecentismo y el anarcosindicalismo. In: ORTEGA, G. *Pensamiento crítico en el Paraguay*. BASE Investigaciones sociales, 2014. Pp. 11-37.
- CAIANI, M.; CISAR, O. Movements, parties, and movement-parties of the Radical-right. Towards an unified approach? In: *Radical Right Movement Parties in Europe*. Orgs: CAIANI, M.; CISAR, O. Routledge, 2019. 241 p.
- CAMACHO, D. Movimentos sociais: algumas discussões conceituais. In: *Uma revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América Latina*. Orgs: SCHERER-WARREN, ILSE; KRISCHKE, PAULO J. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 214-245.

CHRISTIANSEN, J. *Four Stages of Social Movements*. Social Movements & Collective Behaviour. RESEARCH STARTERS, 2009.

COLQUE, G. El punto de quiebre de las autonomías indígenas. *Contáctenos*, 2015.

CUNHA FILHO, C. A construção do horizonte plurinacional: liberalismo, indianismo e nacional-popular na formação do estado boliviano. 2015. 314 f. Tese (Doutorado em Ciência Política).

DE LA TORRE, C. *El retorno del pueblo*. Quito: FLACSO, 2012. 300 p.

DIAS, V. N. *Entre a selva e as alturas: movimentos indígenas no México e na Bolívia*. *Outros Tempos*, v. 5, n 5, 2008.

DIANI, M. Networks and social movements: a research programme. In: DIANI, M. e McADAM, D. (eds.), *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, pp. 299-319.

DI TELLA, T. History of political parties in the twentieth century in Latin America. 2005. Transaction Publisher. 227 p.

DOBSON, C. *Social Movements. A summary of what Works*. The Citizen's Handbook: A Guide to Building Community in Vancouver. 2001.

DOMINGUES, J.M. Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades. Análise de conjuntura, OPSA, n.2, 2007.

DOMINGUES, J.M. Desencaixes, abstrações e identidades. In: *Teoria social e modernidade no Brasil*. Orgs: AVRITZER, L.; DOMINGUES, J.M. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

ELIAS, N. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1989. 427 p.

ERIKSEN, T. *Ethnicity and Nationalism*. New York: Pluto Press, 1993, 2002. 199 p.

FOGEL, R. *El movimiento de los carperos*. *Revista de Estudios Políticos Contemporâneos*, P. 11-30, 2012.

FONTANA, L.B. *From Neoliberal Multiculturalism to Plurinational Developmentalism: Land reform, Rural Movements and Intra-Societal Conflicts in Contemporary Bolivia*. Working Paper Number 198. QEH Working paper series. 2013.

FREIDENBERG, F.; ALCÁNTARA SÁENZ, M. *Los dueños del poder. Los partidos políticos en Ecuador (1978-2000)*. FLACSO, 2002. 282 p.

GALEANO, L. *Movimiento Campesino Hoy. Conquistas y derrotas em um contexto contradictorio de crisis social y política*. NOVA POLIS, 2003. Número 2.

GALINDO SOZA, M. *Visiones Aymaras sobre las autonomías*. La Paz: Fundación PIEB, 2007. 393 p.

GELLNER, E. *Nationalism*, 1997. Phoenix Editor .114 p.

GELLNER, E. *Nations and nationalism*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1983. 150 p.

- GERBAUDO, P. *Social media teams as digital vanguards: the question of leadership in the management of key facebook and twitter accounts of Occupy Wall Street, Indignados and UK Uncut*. *Information, Communication and Society*, v. 20, 2017
- GOETZ, K.; VASQUEZ, F. *La intensificación de la urbanización en el Paraguay profundo: el despertar de las ciudades del interior*. *REVICSO*, v. 1, n. 1, 2014
- GÓMEZ, L.; GIORDANO, A. *Felipe-quispe-entrevista*. 2002. Disponível em: <http://groups.yahoo.com/group/naronews>
- GÓMEZ, C.; GONZÁLEZ, I.; GOETZ, K. *Elecciones municipales 2015. Antecedentes y perspectivas*. ICSO, 2015. 141 p.
- GRAMSCI, A. Org: SADER, E. *Gramsci. Poder, política e partido*. *Expressão popular*, 2005. 144 p.
- GREENFELD, L. *Nationalism: five roads to modernity*. Harvard University Press, 1992. 579 p.
- GUIMARÃES, A.S. *A reemergência das identidades étnicas na modernidade: movimentos sociais e estado na Bolívia contemporânea*. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.
- GUIMARÃES, A.S. *Movimientos sociales campesino-indígenas: articulaciones identitarias en Bolivia*. Prepared for delivery at the 2010 Congress of the Latin American Studies Association, Toronto, Canada.
- GUIMARÃES, G. *Para além do novo e do velho: alguns traços dos movimentos sociais etnonacionalistas*. *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*. v. 4, n.7. 2015.
- GUARNIERI, F. *A força dos partidos "fracos"*. *Dados*, v. 54 n. 1, pp. 235-258, Rio de Janeiro. 2011.
- GUNTHER, R.; DIAMOND, L. *Species of political parties: a new typology*. *Party Politics*, v.9, pp. 167-199, 2003
- HEREDIA, S. B. *Indianismo: an alternative project to national identity formation in Bolivia?* *Congress of the Latin American Studies Association*. California, 2012.
- HROCH, M. *Social preconditions of national revival in Europe*. A comparative analysis of the social composition of patriotic groups among the smaller European nations. Columbia University Press, 1967. 220 p.
- HUTTER, S.; KRIESI, H.; LORENZINI, J. *Social Movements in interaction with political parties*. In: *The politics of social protest: Comparative perspectives on states and social movements*. Orgs: CRAIG, J.; KLANDERMANS, B. European University Institute, 1995. 392 p.
- JOHNSTON, H. *New Social Movements and Old Regional Nationalisms*. In: *New Social Movements: From Ideology to Identity*. Orgs: LARAÑA, E.; JOHNSTON, H. e GUSFIELD, J.R. Temple University Press, 1994. 368 p.
- JOHNSTON, H.; OLIVER, P. *What a good idea! Frames and ideologies in Social Movement Research*. In: *Frames of protest: social movements and the framing perspective*. Orgs: JOHNSTON H.; NOAKES, A. 2005. 269 p.
- KATSIAFICAS, G. *The imagination of the new left. A global analysis of 1968*. Cambridge, Massachusetts: South End Press, 1987. 339 p.

- KHASNABISH, A. *Zapatismo beyond borders. New Imaginations of political possibilities*. Toronto: University of Toronto Press, 2008. 320 p.
- KITSCHOLT, H. Movement-parties. In: *Handbook of party-politics*. Orgs: Katz, R. and Crotyy, W. SAGE Publications. 2006. 640 p.
- KITSCHOLT, H. *The Logics of Party Formation: Ecological Politics in Belgium and Germany*. Cornell University Press, 1989. 416 p.
- KLEIN, H. *A concise History of Bolivia*. Cambridge University Press, 2003. 376 p.
- KOMADINA, J.; GEOFFREY, C. *El poder del movimiento político: estratégias, tramas organizativas e identidad del MAS en Cochabamba (1999-2005)*. La Paz: Universidad Mayor de San Simón, 2007. 156 p.
- KLEIN, H. *The emergence of a mestizo and indigenous democracy in Bolivia*. Yale University. December 2-3, 2011.
- KRIESI, H. Party systems, electoral systems and social movements. In: *The Oxford handbook of social movements*. Orgs: DELLAPORTA, D.; DIANI, M., 2015. 800 p.
- LACHI, M. Pertinencia partidaria en Paraguay: un estudio de caso (Ñeembucu, 2013). *Nova Polis*, n. 8, 2015.
- LAFARGUE, P. *Socialism in France: 1974-1896*. Nineteenth Century, 1987. P. 445 – 458.
- LARSON, B. *Trials of nation-making: liberalism, race and ethnicity in the Andes, 1810-1910*. Cambridge University Press, 2004. 319 p.
- LENIN, V. Que fazer? *The marxist interne archive*. 107 p.
- LINERA, G. A. A potência plebéia: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia. Boitempo Editorial, 2010. 349 p.
- LÖWY, M. *El Marxismo en America Latina: Antología, desde 1909 hasta nuestros dias*. Chile: LOM Ediciones, 2007. 585 p.
- MADRI, R. The rise of ethnopopulism in Latin America. *World Politics*, 2008. v. 60. n. 8. 2008.
- MAHONEY, J. and VILLEGAS, C. Historical enquiry and comparative politics. In: *The Oxford handbook of comparative politics*. Orgs: BOIX, C.; STOKES, S. Oxford University Press, 2007. 1.040 p.
- MARIÁTEGUI, J. C. El problema indígena en América Latina, 1929. In: *El Marxismo em America Latina: Antología, desde 1909 hasta nuestros dias*. Org: LÖWY, M. Chile: LOM Ediciones, 2007. 585 p.
- MAYORGA UGARTE, J. A. *Gonismo, discurso y poder*. La Paz: Plural Editores, 2007. 198 p.
- MCADAM, D.; TARROW, S. Movimentos sociais e eleições. Por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. *Sociologias*, v. 13 n. 28, Porto Alegre, 2011.
- MELIÀ LLITERES, B. Más acá y más allá del bilingüismo. *Revista Paraguaya de Sociología*, n. 134 2009.
- MELUCCI, A. *Challenging codes: Collective Action in the Information Age*. Cambridge University Press, 1996. 441 p.

- MICHELIS, R. *Political Parties: a sociological study of the oligarchical tendencies of the modern democracy*. New York: The freepress, 1962. 377 p.
- MITRE, A. *Nosotros que nos queremos tanto*. Santa Cruz: Editorial El País, 2008. 93 p.
- MORAES, I, A.; COSTA VIEIRA, F. A. Capitalismo agrário e movimentos campestres no Paraguai. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v.28 n.56, 2015.
- NICKSON, A. Políticas de lengua y gobernabilidad: la revitalización del idioma Guaraní en Paraguay. *Revista Paraguaya de Sociología*, n. 1 v. 11, 2007.
- NIQUE, W. F. Aderentes e militantes: a participação político-partidária na era do partido-cartel. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24 n. 60, 2015.
- ORTIZ SANDOVAL, L. *Sociedad y Estado: sociología política de la democratización*. FONDEC, 2014.
- OSTROGORSKI, M. *La démocratie et les partis politiques*. Fayard, 1993. 764 p.
- OLZAK, S. Ethnic and Nationalist Social Movements. In: *The Blackwell companion to social movements*. Orgs: SNOW, D.A.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. P. Blackwell Publishing, 2004. 776 p.
- PAIM, A. *Socialismo e Social democracia*. Instituto de Humanidades. Curso de Ciência Política. 316 p.
- PALAU, M. *Movimiento Popular y Democracia*. BASE Investigaciones, 2014. 179 p.
- PALAU, M.; ORTEGA, G. *Movimientos sociales ante el nuevo gobierno: apostando al cambio sin bajar las Banderas*. BASE Investigaciones, 2008.
- PANEBIANCO, A. *Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos*. Martins Fontes, 2005. 537 p.
- PARRA, J.; SOARES, C. Movimiento gremial campesino y organización política revolucionaria: apuntes a una atribulada relación. *Nova Polis*, n.2 2003.
- PAXTON, R. *A anatomia do fascismo*. Editora Paz e Terra, 2007. 420 p.
- PEREIRA SILVA, F. Entre el viejo y el nuevo: estructura, insitucionalización y tipología de cuatro partidos de las izquierdas gobernantes latinoamericanas. *Espacio Regional*; v.2, n.10, 2013.
- PEREIRA SILVA, F. Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latinoamericanas contemporâneas. Editora Ponteio, 2011. 283 p.
- PERRUSO, M. A. Em busca do novo “novo”: movimentos sociais brasileiros nos anos 1970/80. *Perspectivas*, v. 37, pp. 249-268, 2010.
- POGUNTKE, T. New politics and party systems: the emergence of a new type of party? *West European politics*, v. 10 1987.
- PUTNAM. R. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Fundação Getúlio Vargas Editora, 1993. 257 p.
- RÉMOND, R. *O século XIX: 1815 a 1914*. São Paulo: Editora Cultrix, 1974. 207 p.
- REPÚBLICA de BOLÍVIA. *Constitución de 2009*.

- RIQUELME, Q. Carlos Pastore y su principal obra: La lucha por la tierra en Paraguay. In: *Pensamiento crítico en el Paraguay*. Org: ORTEGA, G; 2014. BASE Investigaciones sociales. 119 p.
- ROMERO, C. G. El movimiento sindical como actor político de la transición. La experiencia de la CUT en Asunción Para Todos y Constitución Para Todos. *Nova Polis*, n. 6 2013.
- SADER, E. Gramsci. *Poder, política e partido*. Expressão popular, 2005. 144 p.
- SANJINÉS, C. J. *El espejismo del mestizaje*. University of Pittsburgh Press, 2004. 222 p.
- SCHAVELZON, S. Mutaciones de la identificación indígena durante el debate del censo 2012 en Bolivia: mestizaje abandonado, indigeneidad estatal y proliferación minoritaria. *Journal of Iberian and Latin American Research*, n. 20 v. 3, p. 328-354, 2015.
- SAYERS, A. The failure of Italian socialism movement. *International Socialism*, 1969.
- SCHILING-VACAFLOR, A. *Indigenous identities and political-juridical demands of CSUTCB and CONAMAQ in the constitutional change process of Bolivia*. Translated by Sara Shields. Translation from: T'inkazos, La Paz, v. 11, n. 23-24, 2008.
- SINGH, R. *Social movements, old and new*. New Delhi: Sage, 2001. 360 p.
- SMITH, D. A. *The Ethnic Origins of Nations*. Blackwell Publishing, 1986. 312 p.
- SNOW, D.; MOSS, D. Protest on the fly: toward a theory of spontaneity in the dynamics of Protest and Social Movements. *American sociological review*, v. 79, issue 6, 2014.
- SNOW, D.; ROCKFORD, B. E., Jr.; WORDEN, K. S.; BENFORD, D. B. *Frame Alignment Processes and Micromobilization and Movement Participation*. *American Sociological Review*, Volume 51, Issue 4 (Aug., 1986), 463-461.
- STEFANONI, P; DO ALTO; H. De la coca al palacio: una oportunidad para la izquierda indígena. Editora Malatesta, 2006. 112 p.
- STEFANONI, P. *Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios*. *Lutas Sociais*, n. 24, 2010. P. 115-131.
- SVAMPA, M. *Movimientos sociales, matrices socio-políticas, y nuevos escenarios en América Latina*. One World perspectives, 2010.
- TARROW, S. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge University Press, 1994, 2011. 354 p.
- TARROW, S. *The New Transnational Activism*. Cambridge University Press, 2005. 278 p.
- TELESCA, I. El debate Domínguez-Barrett: implicancias sociales de la idea de la nación mestiza. *Revista Paraguaya de Sociología*, n. 141, 2012.
- TÖNNIES, F. *Community and Society*. Mineola, New York: Dover Publications, INC. 294 p.
- VAN COTT, L. D. *From movements to parties in Latin America: the evolution of ethnic politics*. Cambridge University Press, 2005. 276 p.
- VAN COTT, L. D. *Radical democracy in the andes*. Cambridge University Press, 2008. 279 p.
- WEBER, M. *Economía y Sociedad*. Mexico: Fondo de cultura económica. 1.237 p.

WOLINETZ, S. Beyond the catch-all party: approaches to the study of parties and party organizations in contemporary democracies. In: GUNTHER, R. MONTERO, J.R. and LINZ, J. *Political Parties: old concepts and new challenges*, 2002.

YASHAR, D. *Contesting citizenship in Latin America: the Rise of Indigenous Movements and the Post-liberal Challenge*. Ed. Cambridge University Press, 2005. 365 p.

ULAM, A. *Os bolcheviques. História política, intelectual e biográfica da Revolução russa e seus líderes*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1965. 674 p.

TOLEDO, S. B. Gravar la soja. *REVICSO*, n. 3, 2015.

TORRENTS, A. y ESTIGARRIBIA, A. Asociación campesina San Isidro de Jeju y la lucha por la titulación asociativa de sus tierras. *REVICSO*, n. 2, 2014.

ZAMOSC, L. The Indian Movement and Political Democracy in Ecuador. *Latin America Politics & Society*, v.49, n.3, p. 1-34 2007.

ZARRATEA, T. El Guaraní: la lengua americana más viable. *Revista Paraguaya de Sociología*, n. 134, 2009.

ZEGADA, M. T. *En nombre de las autonomías: crisis estatal y procesos discursivos en Bolivia*. La Paz: Fundación PIEB. 2007.

ZUCOLILLO, G. Lengua y nación: el rol de las elites morales en la oficialización del Guaraní en 1992. *Revista Paraguaya de Sociología*, n. 134, 2009.